

Racionalidade e Retórica
teoria discursiva da ação coletiva

Raul Francisco Magalhães

Clio Edições Eletrônicas
Juiz de Fora
2003

FICHA CATALOGRÁFICA

MAGALHÃES, Raul Francisco. **Racionalidade e Retórica - teoria discursiva da ação coletiva.** Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 2003, 138p.

ISBN: 85-88532-07-7

Clioedel
- Clio Edições Eletrônicas -
Projeto virtual do Departamento de História
e Arquivo Histórico da UFJF
E-mail: <clioedel@ichl.ufjf.br>
http: [://www.clionet.ufjf.br/clioedel](http://www.clionet.ufjf.br/clioedel)

Endereço para correspondência:

Departamento de História da UFJF

ICHL - Campus Universitário

Juiz de Fora - MG - Brasil --CEP: 36036-330

Fone: (032) 229-3750 --- Fax: (032) 231-1342

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Reitora: Profa. Dra. Maria Margarida Martins Salomão

Vice-Reitor: Prof. Paulo Ferreira Pinto

Pró-Reitor de Pesquisa: Profa. Dra. Cláudia Maria Ribeiro Viscardi

Diretora da Editora: Profa Vanda Arantes do Vale

... porque a procura diz mais que a descoberta

Agostinho

Gostaria de perguntar, não "que temos de fazer para evitar uma contradição?" mas "que devemos fazer se chegarmos a uma contradição?"

Wittgenstein

ÍNDICE

| | | | |
|--|----|--|-----|
| RESUMO..... | 05 | 2.3.2 - As normas e a razão | 49 |
| APRESENTAÇÃO DA VERSÃO ELETRÔNICA | 06 | 2.3.3 - A indeterminação | 50 |
| AGRADECIMENTOS..... | 06 | 2.3 - Simon e a racionalidade adaptativa | 51 |
| INTRODUÇÃO..... | 07 | 2.4 - Boudon: ideologia e autopersuasão | 52 |
| 1 - DOIS CAMPOS PARA A RACIONALIDADE | 09 | 2.4.1 - Pacotes de idéias | 53 |
| 1.1 - Razão: uma conceito cindido.... | 09 | 2.4.2 - Autopersuasão | 54 |
| 1.2 - A racionalidade subjetiva e o homo economicus | 10 | 2.5 Algumas definições | 55 |
| 1.2.1 - Da racionalidade individual ao paradoxo da ação coletiva | 13 | 3- A RETÓRICA E A ESTRUTURA DA RACIONALIDADE | 57 |
| 1.2.2 - Outras formulações do paradoxo | 17 | 3.1 - O <u>logos</u> e o princípio da agregação | 57 |
| 1.3 - Da razão instrumental à "guinada linguística" | 19 | 3.1.1 - Dialética e retórica: o raciocínio como argumento.... | 59 |
| 1.3.1 - Agir comunicativo | 24 | 3.1.2 - Auditório e persuasão | 63 |
| 1.3.2 - Mundo da vida | 28 | 3.2 - Quatro modos retóricos | 64 |
| 1.3.3 - O sistema | 29 | 3.2.1 - O modo deliberativo | 65 |
| 1.4 - Uma direção de pesquisa | 30 | 3.2.2 - O modo judiciário e as reconstruções do passado..... | 66 |
| 2 - UMA RECONSTRUÇÃO DA RACIONALIDADE INSTRUMENTAL | 33 | 3.2.3 - O modo epidíctico..... | 66 |
| 2.1 - A formulação weberiana | 33 | 3.2.4 - A mímeses e a retórica | 67 |
| 2.1.1 - Racionalidade e irracionalidade | 35 | 3.2.5 - O modo analítico | 68 |
| 2.1.2 - O tipo ideal de ação racional | 37 | 3.2.6 - Entimemas ou o silogismo retórico | 69 |
| 2.1.3 - Interação e tipos de ação | 40 | 3.2.7 - Argumentos de ligação | 71 |
| 2.2 - A leitura fenomenológica da ação racional: Schutz .. | 41 | 3.2.8 A dissociação de elementos | 72 |
| 2.2.1 - Atitude natural | 42 | 3.3 - Toulmin e o desenho lógico do argumento..... | 72 |
| 2.2.2 - As protensões do futuro..... | 43 | 3.3.1 - O plano estrutural do argumento | 74 |
| 2.2.3 - A desconexão e as múltiplas realidades | 45 | 3.4 - A figuraçãodos modos retóricos | 80 |
| 2.3 - Elster e a racionalidade imperfeita..... | 47 | 3.4.1 - Intersubjetividade | 81 |
| 2.3.1 - Racionaliade perfeita e imperfeita | 48 | 3.4.2 - Campo retórico | 83 |
| | | 3.4.3 Mundos possíveis | 84 |
| | | 4 - A RACIONALIDADE RETÓRICA E AGREGAÇÃO DE OPINIÕES: UM TESTE DE LABORATÓRIO | 86 |
| | | 4.1 - O experimento | 86 |
| | | 4.2 - Os dados | 88 |
| | | 4.3 - Apêndice | 107 |

| | |
|---|---------|
| 5 - PERSUASÃO E RACIONALIDADE DA AÇÃO COLETIVA: INTERFACES | 109 |
| 5.1 - A crítica da racionalidade econômica | 109 |
| 5.1.1 - A linguagem do utilitarismo | 109 |
| 5.1.2 - Soluções para o dilema da ação coletiva..... | 112 |
| 5.1.3 - Comunicação e cooperação: dos superjogos ao debate | 113 |
| 5.1.4 - Limites cognitivos do agente econômico | 116 |
| 5.2 - Persuasão e razão comunicativa | 121 |
| 5.2.1 - Habermas parsoniano: as normas e a ação | 121 |
| 5.3 - Implicações | 126 |
| CONCLUSÃO | 129 |
| O esquema | 130 |
| BIBLIOGRAFIA | 132 |

RESUMO

A tese que se segue consiste numa tentativa de formular uma ponte teórica entre os conceitos de racionalidade instrumental e de retórica, com a qual seja possível usar o campo da linguagem persuasiva como base para pensar um modelo descritivo de razão aplicável ao problema da ação coletiva. O modelo retórico da racionalidade se constrói a partir da polaridade entre duas vertentes clássicas criticamente comparadas: 1) as teorias da escolha racional e 2) a teoria habermasiana da ação comunicativa. Ao tratar o problema da racionalidade da ação coletiva dentro do paradigma da linguagem a tese coloca a noção de *persuasão* como o requerimento central da agregação de agentes racionais, em oposição tanto à idéia de cálculo econômico subjetivo, quanto à da comunicabilidade pura, conforme Habermas. Uma noção geral que preside essa investigação liga-se à proposição de operar conceitualmente sobre o problema da ação coletiva por meio de uma visão *descritiva*, e não *normativa*, da racionalidade. O foco do trabalho discute *como* agentes racionais usam intersubjetivamente retóricas para criarem contextos de identidade e ação conjunta, para a provisão de bens coletivos e a superação de males coletivos. Uma ação racional e eficaz depende de informações adequadas para os cálculos do agente, no entanto tais informações só existem em discursos manipulados pelas intenções persuasivas dos atores em jogo.

O trabalho se desenvolve em 5 capítulos, sendo o primeiro a postulação da necessidade de superar os paradoxos da escolha econômica relativos à ação coletiva, classicamente formulados por Olson, usando as possibilidades analíticas da leitura discursiva da razão. O capítulo segundo provê uma reconstrução do conceito de racionalidade instrumental, e o terceiro cuida de fundir o modelo descritivo de racionalidade instrumental com conceitos das teorias da argumentação e da retórica. O modelo concentra-se, sobretudo, nos aspectos lógicos do processo de persuasão, basicamente nos pontos relativos à criação de raciocínios a partir do uso de padrões de argumentação (tópicos) e de *entimemas*. A base teórica deriva de uma reflexão dos conceitos centrais da *Retórica*, de Aristóteles,

balizada com questões da teoria contemporânea da argumentação, essencialmente referenciada em Perelman e S. Toulmin. No capítulo quarto há um teste empírico do modelo retórico, identificando estratégias argumentativas de um conjunto de cidadãos sobre um problema de ação coletiva: o voto para Presidente nas eleições de 1998. O modelo descreve, em termos de conceitos da retórica e da razão instrumental, as falas de cidadãos comuns, confrontados num debate sobre a agregação de votos em torno de um candidato. O capítulo quinto retoma os problemas colocados pelo capítulo primeiro e avalia as implicações e limitações do modelo em termos de sua distância, quer da escolha racional, quer dos construtos de uma filosofia de tipo habermasiano, além de indicar uma crítica à idéia da racionalidade econômica como base teórica da ciência política. A conclusão central da tese indica que o analista será tão mais capaz de explicar os problemas da ação coletiva quanto mais consiga identificar os formatos retóricos que programam os atores numa direção. A identidade entre racionalidade e linguagem torna-se, como pretende este estudo, o meio de figurar a construção da ação política. Retomar a razão como um meio de criar a sociedade pela linguagem implica conceber a ação, não mais como fruto de racionalidades egoístas, porém como resultado de movimentos intersubjetivos estruturados por conjuntos de argumentos intercambiáveis no debate público.

AGRADECIMENTOS

A todas as pessoas e instituições, já mencionadas nos agradecimentos da tese original, que concorreram direta ou indiretamente na viabilização deste trabalho e, agora, também, à tripulação da Clioedel. Todo texto acadêmico, sabem os que os escrevem, é uma obra coletiva.

APRESENTAÇÃO DA VERSÃO ELETRÔNICA

O texto que se segue é a edição eletrônica de minha tese de doutorado em ciência política defendida no IUPERJ em maio de 2000. O leitor encontrará aqui exatamente o texto defendido sem nenhum acréscimo ou modificação em seu conteúdo substantivo, a não ser na seção de agradecimentos. A opção por deixar a versão acadêmica intacta se deve, antes de mais nada, à certeza de que os eventuais leitores têm total consciência de que estão manipulando um texto técnico e não precisam ser “poupados” com a diminuição de notas e com a reformulação do texto, com vistas a torná-lo mercadologicamente mais palatável. Trata-se de uma tese disponibilizada eletronicamente para que possa ser útil a eventuais pesquisadores e, nesse sentido, tem seu propósito original consideravelmente ampliado.

Raul Francisco Magalhães
Juiz de Fora , outono de 2003

INTRODUÇÃO: UMA FORMA DE PENSAR A RACIONALIDADE

A retórica, campo do pensamento que se ocupa do uso persuasivo da linguagem, fundamenta uma opção metodológica para um modelo descritivo de análise da racionalidade das ações coletivas. Esse é, basicamente, o argumento defendido nesta tese, marcando um estágio de consolidação de uma pesquisa que pretende afirmar, positivamente, a retórica como lugar das análises de procedimentos relativos à ação coletiva. A idéia de descrever os movimentos organizados para prover bens coletivos como resultantes de condições de persuasão, geradas pelo exercício intersubjetivo de discursos, desenvolve-se na tese por meio de um debate crítico com um conjunto de perspectivas teóricas da racionalidade e da ação coletiva.

O modelo retórico da racionalidade se constrói a partir de duas leituras críticas básicas confrontadas entre si, a saber: 1) as teorias de escolha racional e 2) a teoria habermasiana da ação comunicativa. As variações em torno da oposição entre um caráter objetivo da razão, irredutível aos juízos particulares, e as teorias egoístas do cálculo racional subjetivo alimentam o debate da tese, que procura encontrar, no paradigma da linguagem, uma forma de pensar a instrumentalidade, meios e fins como recursos que dependem de laços de intersubjetividade retoricamente edificados. O paradigma da linguagem resolve o caráter dual (objetividade/subjetividade) da razão ao propor que os conteúdos da língua, dado seu caráter intersubjetivo, garantem o substrato agregativo das interações sociais.

Uma noção geral que preside essa investigação liga-se à proposição de operar conceitualmente o problema da ação coletiva por meio de uma visão *descritiva*, e não *normativa*, da racionalidade. Entenda-se por isso que o foco do trabalho pretende deixar de lado as prescrições do que os agentes racionais precisam fazer para serem pensados como tais, em função de discutir *como* eles atuam de modo instrumental nos casos de ação coletiva. Embora o debate normativo esteja presente em boa parte

da tese, ele só é invocado para balizar criticamente os conceitos descritivos originados na leitura da razão como linguagem.

A teoria política tem-se ocupado, contemporaneamente, com as condições nas quais a escolha e a ação dos indivíduos se realizam, basicamente com referência ao tema da democracia. Está em discussão em que medida sociedades com alto grau de organização da esfera política e grande diferenciação social interna podem ser explicadas a partir da identificação de ações com uma suposta racionalidade individual dos atores. Esses, por sua vez, passam, cada vez mais, a conviver e ser afetados por técnicas de manipulação das *informações* que orientam e condicionam as possibilidades de realização de escolhas conseqüentes. Costuma prevalecer, principalmente por parte da ciência política, uma relativa dificuldade em abandonar seus enfoques tradicionais referentes aos modelos de comportamento racional, como se o evidente crescimento da dimensão simbólica, o papel da mídia, por exemplo, na estruturação das formas cotidianas de proceder dos agentes não tivesse um impacto significativo no tratamento que esses agentes passam a dar às suas opiniões e atos políticos. O problema, que será detalhado mais a frente, liga-se à proposição corrente de que uma ação racional e eficaz depende de informações adequadas para os cálculos do agente. No entanto, tais informações só existem em discursos manipulados pelas intenções persuasivas dos atores em jogo, como será definido no conceito de *campo retórico*.

O plano da tese é o seguinte:

Cap. 1- Apresentação comparada dos problemas relativos à ação coletiva colocados por duas escolas contemporâneas de estudo da racionalidade: 1) as teorias da escolha racional implicando o dilema olsoniano; 2) a teoria da ação comunicativa de Habermas, trazendo a proposição central sobre tratar a racionalidade no plano da linguagem e sua crítica à racionalidade instrumental. Solução indicada na tese: buscar um modelo de racionalidade instrumental, cuja estrutura seja dada pela análise das manipulações discursivas dos atores, ou seja, por um modelo

descritivo de racionalidade criado a partir de um diálogo com as teorias da retórica.

Cap. 2 - Reconstrução teórica específica do conceito de racionalidade instrumental, analisando o núcleo das teorias da ação racional presentes em Weber, Schutz, Elster, Simon e Boudon, indica três pontos: 1) A instrumentalidade da razão é o núcleo pelo qual a análise da ação é possível; 2) A compreensão da racionalidade é indissociável da questão dos seus limites internos (lógico-operatórios) e externos (contextuais); e 3) metodologicamente, os problemas sociais podem ser decompostos em ações. A tese propõe então estudar a base das ações em termos de interações de agentes produtores de linguagens persuasivas (retóricas).

Cap. 3- Desenvolvimento de um modelo descritivo de racionalidade instrumental baseado em conceitos das teorias da argumentação e da retórica. O modelo concentra-se, sobretudo, nos aspectos lógicos do processo de persuasão, essencialmente os pontos relativos à criação de raciocínios a partir do uso de padrões de argumentação (tópicos) e de *entimemas* - raciocínios com a forma aparentemente lógica, mas cujas premissas são falsas ou duvidosas. A base teórica deriva de uma reflexão dos conceitos centrais da *Retórica*, de Aristóteles, balizada com questões da teoria contemporânea da argumentação, essencialmente referenciada em Perelman e S. Toulmin.

Cap. 4- Teste empírico do modelo retórico, identificando estratégias argumentativas de um conjunto de cidadãos sobre um problema de ação coletiva: o voto para Presidente nas eleições de 1998. O modelo descreve, em termos de conceitos da retórica e da razão instrumental, as falas de cidadãos comuns, confrontados num debate sobre a agregação de votos em torno de um candidato. O plano estrutural do argumento retórico desenvolvido no capítulo terceiro a partir do modelo original de Toulmin, é aplicado à descrição de argumentos persuasivos gerados pelo debate. Os

dados do experimento indicam uma relação positiva entre a prática do debate e a agregação de públicos.

Cap. 5- Retoma os problemas colocados pelo capítulo primeiro, discutindo 1) algumas soluções internas das teorias econômicas da racionalidade para o problema da cooperação, comparando-as com as idéias gerais de persuasão e coordenação retórica da ação; 2) a solução habermasiana da ação coletiva pelo modelo do agir comunicativo como um processo estabilizado por uma esfera normativa também comparada à idéia de uso retórico da linguagem. O capítulo avalia as implicações e limitações do modelo em termos de sua distância, quer da escolha racional, quer dos construtos de uma filosofia de tipo habermasiano, além de indicar uma crítica à idéia da racionalidade econômica como base teórica da ciência política.

Conclusão - Sintetiza o modelo da tese.

1 - DOIS CAMPOS PARA A RACIONALIDADE

Considerar o problema da ação coletiva por meio de um modelo de racionalidade construído pela incorporação de conceitos derivados das teorias da retórica requer, como primeiro passo, clarear algumas definições para um conceito de razão. Evidentemente, essa palavra envolve uma carga de reflexões que inviabilizam qualquer projeto de compilação exaustiva do seu significado na literatura pertinente, levando à necessidade de uma abordagem sintética e necessariamente seletiva dos aspectos relevantes do termo. Espera-se contudo que o recurso a sínteses e definições específicas não esteja em desacordo com as formulações mais abrangentes sobre os conceitos de racionalidade e ação coletiva. Esta pesquisa tenta criar condições para uma elaboração teórica singular: um modelo de racionalidade aplicável à pesquisa e à reflexão, cujo campo específico é a *dimensão persuasiva da linguagem*. Esta deve ser entendida como o lugar de interpretação da ação social no caso da presente tese, da ação que visa a agregação e execução dos interesses coletivos.

Neste capítulo, indicarei como duas grandes vertentes contemporâneas da reflexão teórica da racionalidade tratam os problemas centrais deste estudo – a ação coletiva e a linguagem persuasiva – e, de certa forma, tornam viáveis algumas soluções críticas deles, que serão aqui pesquisadas. As duas configurações da racionalidade são as teorias da *razão como instrumento da subjetividade* e, por oposição, a *razão como um elemento objetivo, transcendente às subjetividades individuais*. Essa oposição, por envolver séculos de literatura, será aqui trabalhada por meio de representantes contemporâneos dos dois caminhos. A primeira linha é representada por construtos da racionalidade econômica; a segunda visão, representada por leituras oriundas da tradição filosófica frankfurtiana, essencialmente por Habermas, seu seguidor mais heterodoxo. A solução da tese será um modelo que mantém a noção de instrumentalidade da razão, porém procura pensá-la em um campo de intersubjetividade: a linguagem, mais especificamente, a retórica.

1.1 Razão: um conceito cindido

Importantes balanços do problema da racionalidade foram feitos sobretudo por alguns eruditos alemães que, após o período da segunda Grande Guerra, se dedicaram à tarefa de realizar o debate que ficou conhecido na filosofia como *a crítica da razão instrumental*. Deve-se citar, principalmente, Theodor Adorno e Max Horkheimer, conhecidos como membros fundadores do Instituto de Pesquisa Social, na cidade de Frankfurt¹, e formuladores de uma fecunda avaliação sobre o que se pode chamar de “estado de arte” do debate da razão no século 20. A abordagem específica que a crítica da razão instrumental dá ao conceito de racionalidade, não é um ponto que será profundamente explorado aqui, embora seja preciso voltar a ele como referência. No momento, é mais importante colocar em uso, para as classificações desta investigação, uma dicotomia central no conceito de razão, que servirá para balizar os dois diálogos críticos principais com os quais esta tese opera.

Após tomarem a razão como centro da filosofia ocidental, desde os gregos, os filósofos frankfurtianos constataram que não havia consenso sobre o que se poderia entender por esse conceito, consideradas as grandes divergências existentes no seu uso prático e reflexivo. A filosofia de Frankfurt, ao avaliar o patrimônio teórico da racionalidade por tantos séculos, não podia omitir um fato: a razão surge como uma idéia cindida em diferentes perspectivas, que o gênio de Adorno e Horkheimer agrupa em dois grandes ramos, que servirão de degrau inicial para esta tese.

¹ Segundo Seyla Benhabib, o *Institut für Sozialforschung* contava, também, entre “membros e afiliados”, com Herbert Marcuse, Leo Löwenthal, Friedrich Pollock e Walter Benjamin, passando por três fases temáticas: de 1932 - 37 (*materialismo interdisciplinar*); de 1937 - 40 (*teoria crítica*) e pós 1945 (*crítica da razão instrumental*). Ver Benhabib, *A crítica da razão instrumental*, in Slavoj Žižek (org.), Um mapa da ideologia, Rio de Janeiro, Contraponto, 1994.

Numa conferência em 1951, intitulada *Sobre o conceito de razão*², Horkheimer afirma que há dois conceitos opostos de razão: o primeiro preservado pela grande tradição filosófica, remontando a Platão, que toma a *ratio* como independente do sujeito singular; ela é um *processo objetivo*, imanente às coisas e à história. Do outro lado, como resultado da gênese do individualismo na história surge, em contradição com essa grande razão, uma outra leitura da racionalidade, pensada essencialmente como um *instrumento da subjetividade*, isto é, dependente dos juízos e intenções dos indivíduos, e não como um movimento estruturador da sociedade e da história. É importante dizer que, no entender dos frankfurtianos, essa razão dependente do sujeito triunfará na história com a centralidade do individualismo econômico, sepultando as possibilidades emancipadoras da racionalidade objetiva, que ainda estavam presentes no iluminismo, com o ideal do estabelecimento de uma ordem socialmente justa, guiada pelo esclarecimento racional de seus pressupostos, normas e juízos deliberativos³.

Não cabe discutir longamente a dicotomia proposta por Horkheimer, porém irei tomá-la como indicadora de duas grandes vertentes, que são importantes pelas questões que colocam para a tarefa desta pesquisa. Assinalar essa cisão e realçá-la é fundamental para os propósitos do modelo de racionalidade que será aqui investigado. Sem desconhecer que, dentro dessas cisões, existem outras tantas repartições possíveis, meu procedimento será, entretanto, operar essa dicotomia de maneira a extrair dessa tensão o modelo de racionalidade retórica a ser desenvolvido na tese.

Os autores que serão discutidos, precisamente pelo fato de serem contemporâneos, complicam uma classificação dicotômica e, com certeza, reducionista, como a que está sendo empregada. Contudo, a simplicidade dessa dicotomia torna muito mais exequível a sua leitura. Algumas obras singulares talvez não pareçam exatamente filiadas aos termos de uma oposição da razão, entendida como estrutura e processo

² Horkheimer, *Sobre el concepto de la razón*, in Adorno e Horkheimer, *Sociológica*, Madrid, Taurus, 1966.

³ Id., pp. 203 - 212.

social versus “outra” razão instrumentalizada por um interesse individual (subjetivo), no entanto, essa bipartição, embora limitadora, é um recurso que tem a virtude metodológica de ser facilmente operacionalizado. Ao contrário da ordem de importância que interessava aos filósofos de Frankfurt, a razão fundada na subjetividade será considerada primeiro.

1.2 A racionalidade subjetiva e o homo economicus

Começo com o segundo termo da polaridade horkheimeriana, ou seja, com a racionalidade vista como um instrumento da vontade subjetiva de um indivíduo, que articula meios para atingir seus fins, sendo esse mesmo indivíduo o único sujeito capaz de conhecer o mundo e de decidir qualquer coisa sobre sua conduta em relação a esse mesmo mundo. Como Horkheimer havia mencionado, a tradição da razão vista como um processo para além da subjetividade, imanente à própria história e à estrutura social, remonta até a grande tradição socrática. A versão instrumental da razão não é menos antiga, embora Horkheimer procure datá-la como resultante do individualismo moderno. Na verdade, ela remonta aos interlocutores de Sócrates, sofistas como Cálicles e Trasímaco ou Antífon⁴. Enquadra-se, nessa segunda tradição, também todo o pensamento cético, que terá, no juízo individual, o único critério de arbitragem entre as versões “verdadeiras” do mundo. Aliás, é essa tradição que se notabilizou por combater as tendências dogmáticas na filosofia, justamente por postular a relatividade dos pontos de vista estabelecidos pelas distintas subjetividades⁵.

A identidade entre razão e indivíduo teve espaço no mundo antigo, mas seu desabrochar moderno ocorre no séc. XVII com autores

⁴ A origem sofística da postulação de uma razão relativista, fundada na perspectiva individualista pode ser discutida a partir de Barker, *Teoria política grega*, Brasília, UNB, 1978, pp. 63 - 89 e 154 - 159; Guthrie, *Os sofistas*, São Paulo, Paulus, 1995; e também, Bignotto, *o Tirano e a Cidade*, São Paulo, Discurso Editorial, 1998, pp. 86 - 99.

⁵ Ver Lessa, *Veneno pirrônico*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1997.

como Hobbes⁶. Segue dele uma linhagem conhecida como *utilitarismo*, que foi formulada por Bentham, responsável pelas bases da teoria dos agentes racionais como maximizadores do ganho (prazer) e minimizadores de perdas (dor)⁷. Essa teoria foi adotada pela economia política inglesa e pela filosofia empirista anglo-saxã, que colonizou os mundos histórico e teórico, alcançando, já no século XVIII, em pleno iluminismo, o continente europeu. Ali torna-se uma forma de afastar "superstições" metafísicas e religiosas substituídas por verdades exclusivamente fundadas na experiência dos sentidos. Versões sofisticadas dessa visão, como o ceticismo de Hume⁸, ou vulgares, como os "ideólogos" do século XVIII⁹, convergem no estabelecimento de uma racionalidade fundada no interesse individual. Em suma, o problema do entendimento subjetivo torna-se "o" entendimento possível do mundo. O que se quer aqui não é fazer uma história evolutiva dessa perspectiva, mas somente apresentar sinteticamente os seus traços recorrentes. Interessa a esta investigação, principalmente, a leitura *econômica* da razão instrumental, que surge como uma das manifestações da racionalidade subjetiva. Mesmo que o agente racional econômico possa ser eventualmente tomado como um desenvolvimento teórico interno da ciência econômica, que emergiu de pesquisas empíricas sobre o comportamento de atores no mercado, sabe-se que as bases dessa noção têm uma história anterior à centralidade da economia na vida social.

A teoria do homem econômico, um ser racional com capacidade de calcular perdas e ganhos, e basear-se nesses cálculos para tomar suas decisões, é um enorme sucesso histórico, se for considerado que ela se tornou quase uma versão dominante do tema da racionalidade. Principalmente no mundo anglo-saxão e nas áreas de sua maior influência,

⁶ Hobbes, *Leviatã, Os pensadores* São Paulo, Abril, 1979, pp. 9 - 99. Basicamente a primeira parte, "Do Homem."

⁷ Bentham, *Uma introdução aos princípios da moral e da legislação, Os pensadores* São Paulo, Abril, 1979, pp. 4 - 18.

⁸ Hume, *Investigação a cerca do entendimento humano, Os pensadores*, São Paulo, Abril, 1992, pp. 69 - 92.

⁹ Horkheimer, *Ideología y acción*, in Adorno e Horkheimer, op. cit., pp. 43 - 46.

o indivíduo racional maximizador é base para teorias, não só na economia, mas também, com uma enorme ênfase, na ciência política, principalmente nas teorias da democracia. Uma das razões desse sucesso se deve, sem dúvida, à simplicidade do modelo, que torna possível sua aplicação sempre que os analistas consigam reduzir todas as demais relações sociais à relações econômicas. Outra razão pela qual tal teoria permanece como base de uma das concepções chave da racionalidade, é a sua aparente "naturalidade", isto é, ela se pretende uma descrição do mecanismo subjacente a virtualmente todos os seres vivos. Transformando os agentes sociais em agentes econômicos, todas as dimensões de sociedade passam a operar como o mercado, no qual recursos são otimizados e alocados para se atingir fins. A realização eficaz desses fins é o teste empírico do cálculo racional. Para melhor caracterizar essa forma de razão, usarei os argumentos de dois economistas, que se dedicam especialmente a analisar a noção de homem econômico racional:

"Poucos livros-textos contêm um retrato direto do homem econômico racional. Ele é introduzido furtivamente e gradualmente, o que talvez explique porque usualmente passem despercebidas as dificuldades que levantaremos. Espreita por entre os pressupostos que levam uma vida esclarecida entre insumos e produção, estímulo e resposta. Não é alto nem baixo, gordo nem magro, casado ou solteiro. Não se esclarece se ele gosta do seu cachorro, espanca a mulher ou prefere o jogo de dardos à poesia. Não sabemos o que deseja; mas sabemos que o que quer que seja, ele maximizará impiedosamente para obtê-lo. Não sabemos o que compra, mas temos a certeza de que, quando os preços caem, ele ou redistribui seu consumo ou compra mais. Não podemos adivinhar o formato de sua cabeça, mas sabemos que suas curvas de indiferença são côncavas em relação à origem. Pois, em lugar de seu retrato, temos um retrato falado (com os traços gerais). Ele é filho do iluminismo e, portanto, o individualista em busca de proveito próprio da teoria da utilidade. É um maximizador. Como produtor, maximiza sua fatia de mercado ou seu lucro. Como consumidor, maximiza a utilidade, por meio da comparação onisciente e improvável entre, por exemplo, morangos marginais e cimento marginal. (Ele é, por certo, também um minimizador; mas já que minimizar X é maximizar não-X, não há necessidade de nos preocuparmos com isso.) Está sempre no ponto que considera ótimo, acreditando (por mais falsa que seja essa crença) que qualquer mudança marginal seria

para pior. Da diferença individual ao comércio internacional, está sempre alcançando os melhores equilíbrios subjetivos entre desincentivo e recompensa. Este é o primum mobile racional da economia neoclássica.”¹⁰

Como consequência dessa plasticidade, esse ser abstrato é o depositário das variáveis econômicas, o que significa que ele tem o comportamento que se esperaria de um ser racional em determinados contextos, nos quais demandas possam ser satisfeitas pelos meios do mercado. De tal forma, por possuir um mecanismo instrumental que lhe permite satisfazer, da melhor maneira, seus interesses, esse indivíduo também fundamenta uma dimensão normativa de razão, que indica as potencialidades do modelo para responder sobre o que deveria fazer um ser racional, num dado momento do mercado, para atingir seus fins. Isso permite avaliar as condições em que se pode dizer que os agentes foram, ou não, mais ou menos racionais ou irracionais.

As características normativas dessa forma de racionalidade instrumental são de grande importância para sua compreensão, pois é supondo que todos deveriam se comportar como maximizadores que essa teoria vai, com recursos cada vez mais complexos, caracterizar a dimensão institucional da sociedade como consequência desse modo de agir. A ciência política importou o princípio de "maximização econômica", que se tornou uma noção comum no tratamento de problemas políticos. Na ciência política, as teorias da "escolha racional" são profundamente influentes, sobretudo em áreas como análise eleitoral. A fim de clarear o que será aqui chamado "escolha racional", para então abordar o tema de ação coletiva, seja a definição do teórico social Jon Elster:

“Quando defrontamos com vários cursos da ação, as pessoas comumente fazem o que acreditam que levará ao melhor resultado global. Essa sentença enganosamente simples resume a teoria da escolha racional.”

e

¹⁰ Hollis e Nell, *O Homem econômico racional*, Rio de Janeiro, Zahar, 1977, pp. 77 - 78.

“A escolha racional é instrumental, guiada pelo resultado da ação. As ações são avaliadas e escolhidas, não por elas mesmas, mas como meios mais ou menos eficientes para um fim ulterior.”¹¹

Deve-se, inicialmente, discordar de Elster sobre a “enganosa” simplicidade do conceito de escolha racional, afinal parte das proposições desta investigação é que a simplicidade operativa desse modelo tornou-se fundamental para sua aplicabilidade na explicação de problemas relativos à escolha dos indivíduos. Obviamente, partindo de proposições simples, pode-se chegar à explicação de situações de escolha muito complexas. Talvez seja isso que Elster tenha em mente, se forem consideradas as extensas excursões desse teórico a intrincados problemas matemáticos e de jogos, para respaldar suas teses, que se originam naquela proposição atômica da escolha individual/racional. Mas, antes de avaliar qualquer dimensão complexa do conceito, é mister refletir um pouco mais sobre seus problemas básicos.

Elster fala de agentes que, diante de alternativas para encaminharem suas ações, optam por uma delas. A opção é resultado de uma crença fundada em uma avaliação: "qual alternativa levará ao melhor resultado *global*?". Então, há alternativas que levam a soluções parciais, *locais*, do problema e outras que, de forma mais adequada, parecem preencher os critérios de uma satisfação máxima ao longo do tempo (que Elster chamou "global"). Pensando sobre diferentes alternativas de ação e como solucionar a satisfação do interesse, que pode estar dividido entre elas, a teoria avança em alguns dos seus degraus fundamentais. A esse respeito, considere-se o resumo, feito por Anthony Downs¹², das proposições do também economista K. Arrow sobre o comportamento do agente racional.

1. Ele sempre pode tomar uma decisão confrontando com um conjunto de alternativas.
2. Ele prioriza as alternativas em ordem de preferência.

¹¹ Elster, *Peças e engrenagens das ciências sociais*, Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994, p. 38.

¹² Downs, *An economic theory of democracy*, New York, Harper & Row, 1957, p. 6.

3. O seu *ranking* de preferências é transitivo.
4. Ele escolherá sempre, entre as alternativas possíveis, aquela que estiver na melhor posição de preferência.
5. Ele repetirá a escolha todas as vezes que as alternativas forem as mesmas.

Essa síntese pode, então, ser concebida como um conceito básico de racionalidade econômica e ser aplicada, segundo o modelo, não somente a indivíduos, mas também a grupos e instituições que, supõe-se pela teoria, têm basicamente o mesmo comportamento de indivíduos. O analista econômico deve, então, identificar quais são as metas buscadas pelo agente racional e por que *meios* ele pretende lograr resultados positivos com relação a tais metas. Esse ponto é muito importante, pois a análise econômica racional não julga os *fins* dos agentes, mas se aplica, postos esses fins, na avaliação dos *meios* escolhidos para realizá-los com eficiência¹³.

É precisamente na aplicação da escolha racional aos temas da democracia que surgirão alguns dos principais desafios das teorias da racionalidade econômica no contexto de análise política.

1.2.1 Da racionalidade individual ao paradoxo da ação coletiva

A ação coletiva pode ser preliminarmente pensada como um movimento coordenado de agentes, compartilhando objetivos com algo em comum, obtendo resultados que também possam ser, mesmo que em graus diferenciados, usufruídos pelo conjunto de interessados naquele bem (não necessariamente todos os que se empenharam na ação comum). Esse é um dos temas centrais desta tese. O objetivo, agora, é apontar para os paradoxos gerados e admitidos pela teoria da escolha econômica para a

¹³ Debates paralelos sobre agentes racionais que, mesmo articulando meios teoricamente adequados, não conseguem atingir seus fins. Ou debates sobre fins, que geram *efeitos perversos* não previstos pelo agente, são admitidos nessa teoria, porém, por razões práticas, não serão explorados aqui. Interessa a esta investigação a afirmação positiva da racionalidade econômica e um problema específico, logicamente derivável de sua aplicação à ação coletiva. Ver Boudon, *Effets pervers et ordre social*, Paris, P.U.F., 1979.

ação coletiva. O texto obrigatório para uma discussão sobre racionalidade e ação coletiva é, sem dúvida, a *Lógica da ação coletiva*¹⁴, do economista Mancur Olson Jr.. Essa obra, extremamente influente e redigida com um evidente conhecimento de teoria política e de ciências sociais, atributo raro em economistas, estabeleceu um problema que se tornou classicamente conhecido como o *dilema da ação coletiva*, aqui reexaminado, a despeito de ser muito bem conhecido.

Embora não seja necessário retomar todos os aspectos do livro de Olson, é importante uma reconstrução dos seus argumentos centrais, pois uma das pretensões desta tese é recolocar os problemas olsonianos em um outro paradigma da racionalidade. O problema de Olson tornou-se da maior importância para a ciência política, uma vez que seu objeto é, em condições de democracia, ligado à livre agregação de agentes em torno de interesses comuns, visando satisfazer, assim, uma necessidade coletiva.

O dilema lógico de Olson é também simples de ser montado, como os supostos da teoria da racionalidade anteriormente descrita (talvez daí sua eficiência como problema), porém ele envolve a edificação criteriosa de certas premissas e a delimitação de contextos aos quais é aplicável. Uma reelaboração dos argumentos olsonianos leva, inevitavelmente, a considerações sobre economia que, por momentos, parecerão conduzir este texto para longe de suas linhas básicas. Contudo, tal impressão pode ser desfeita, se o leitor tiver em mente que a teoria de Olson nada mais é do que uma caracterização da racionalidade instrumental aplicada à economia. Na tentativa de minimizar a distância das preocupações originais de Olson e esta abordagem, sempre que possível, chamarei a atenção para as interfaces entre a descrição dos fenômenos econômicos e seu enquadramento numa outra leitura da racionalidade instrumental. De qualquer forma, em alguns momentos, por fidelidade ao texto de Olson, a tese parecerá realmente discutir economia.

O dilema da ação coletiva se coloca como um paradoxo resultante da aplicação de dois raciocínios, ambos usados pela economia: o primeiro, estritamente econômico, diz que agentes racionais são auto-

¹⁴ Olson, *The logic of collective action*, Cambridge, Harvard U.P., 1965.

interessados e visam, sempre que possível, ampliar seus ganhos em relação aos custos de obtê-los. O segundo, mais sociológico, diz que, individualmente, esses agentes maximizadores têm possibilidades limitadas para realizar amplamente seus interesses, donde decorre a consideração sobre as diversas modalidades de associação e organização de objetivos, para facilitar ou ampliar os ganhos inalcançáveis sem cooperação. Combinando a idéia de interesse individual e interesse numa organização coletiva, Olson vai montar uma análise lógica desconcertante, apontando para o paradoxo da falibilidade da organização coletiva, se pensada como fruto do interesse individual, a menos que o leitor reconheça com ele a necessidade de mecanismos de coerção internos aos movimentos dos conjuntos sociais, como condição básica de funcionamento das ações orientadas para a busca de bens coletivos.

Olson inicia seu trabalho acenando para uma idéia que parece de todo óbvia para filósofos sociais e economistas: os seres se organizam pela simples razão de que assim conseguirão realizar benefícios para si, inatingíveis sem a ajuda da coletividade¹⁵. Aliás, as organizações que em nada conseguem melhorar a vida dos seus associados costumam perecer, o que corroboraria a equação que indica uma relação positiva entre buscar interesses em comum com empenho individual em não deixar tais interesses se deteriorarem.

Seja no caso de cidadãos com o interesse comum no bom governo, seja nos trabalhadores sindicalizados, querendo melhores salários, ou nos atacadistas, querendo melhores preços para suas mercadorias, é notável que a agregação tem por função avançar na solução dos problemas coletivos dos indivíduos (se eu quero um salário melhor e meus colegas também, formamos um grupo com um interesse coletivo). Tais considerações não avançariam muito se continuassem nesse alto grau de generalidade. Nesse ponto, Olson introduz a necessidade de especificar teoricamente os tipos de organização coletiva que permitem colocar os

¹⁵ Id., pp. 6 - 8 e 16 - 22. Olson classifica essa visão, que remonta a Aristóteles, e inclui autores da sociologia, como Simmel e Parsons, e da ciência política, como H. Laski, de "teoria tradicional dos grupos". Ao que ele oporá uma outra teoria, baseada na economia e na psicossociologia comportamentalista de G. Homans.

problemas lógicos da ação coletiva, originada nos interesses atômicos dos indivíduos. A mais importante distinção é quanto ao tamanho das organizações. Com efeito, pequenos grupos de associados têm uma dinâmica completamente distinta dos grandes grupos com interesses em comum, como, por exemplo, sindicatos, partidos ou mesmo os cidadãos querendo um Estado eficiente. A teoria de Olson concebe o dilema apenas para os *grandes grupos*. Ela tenderá a apontar a queda do interesse individual no esforço coletivo, à medida que aumenta o número de indivíduos supostamente comprometidos com a implementação desse interesse.

Para provar esse paradoxo, Olson começa com argumentos próprios da análise do mercado. Supondo primeiramente uma situação de mercado competitivo, no qual a empresa tem um interesse próprio no maior lucro possível. Se todas as firmas aumentarem sua produção para ganhar mais vendendo mais, teremos, pela mais famosa lei da economia, a oferta excessiva derrubando os preços, e os lucros irão para o chão. Se uma ou poucas firmas reduzirem, independentemente, sua produção, perderão, com certeza. A única coisa que pode impedir o desastre da superprodução é tornar o mercado livre menos livre e menos competitivo, pela formação de acordos entre as firmas (cartéis), ou, pela introdução de intervenções estatais (subsídios e tarifas), que demandam, obviamente, esforços de organização para levar adiante as pressões políticas, necessárias ao interesse comum das empresas. Nada disso se faz sem custos, o que segue na direção contrária do interesse econômico primário de ganhar o máximo. Olson tem, então, condições de caminhar com seus argumentos da seguinte forma: assim como não era racional para uma firma reduzir sozinha sua produção, a fim de evitar uma crise na economia, será muito racional para ela, como maximizadora de lucros que é, não reduzir a própria produção e lucrar sozinha, se perceber que todas as demais estão refreando a crise, diminuindo suas participações no mercado. Da mesma forma, se muitas empresas se organizarem num lobby, que demanda custos para obter uma lei que beneficiará a todas as empresas do setor, bastará a essa empresa não cooperadora, mantendo sua lógica competitiva, esperar que o esforço das outras resulte em um benefício para

si, sem os custos de se organizar para o objetivo comum¹⁶. Aqui pode-se indicar uma primeira consequência do raciocínio de Olson. Quanto maior o número de agentes envolvidos numa organização, maior será a possibilidade de agentes individuais não se empenharem no objetivo comum, simplesmente usufruindo do trabalho e esforço dos outros. Ora, se todos são racionais e pensam dessa forma o paradoxo está formado.

Como lastro empírico de seu paradoxo, Olson argumenta que nenhuma organização que trabalha com um grande número de indivíduos pode prescindir de mecanismos de coerção, ou que obriguem a participação compulsória de seus membros. As centrais sindicais são um exemplo: se nelas fosse voluntária a participação e se não houvesse efetivamente mecanismos para obrigarem a filiação e o recolhimento das taxas de manutenção, seria impossível controlar o número de trabalhadores racionais egoístas, que não despenderiam seu tempo e dinheiro com a ação sindical. Eles simplesmente esperariam que a luta dos que se organizaram lhes rendesse resultados, sem sua contrapartida de esforço. Quando os sindicalizados conseguem um salário maior para a classe trabalhadora, os não sindicalizados se beneficiam disso.

A objeção de que as pessoas podem ter compromissos ideológicos ou vínculos emocionais que as levem a participar do esforço comum não espanta Olson. Para ele, o Estado serve para refutar essa objeção¹⁷, pois sendo uma instituição fundamental para a manutenção do interesse coletivo, e que demanda motivos não-econômicos como patriotismo para operar e garantir a segurança de seu território, não pode sobreviver sem impostos e outras contribuições compulsórias. E aqui Olson tem condições de aprimorar seu argumento: o Estado precisa usar mecanismos de coerção para obrigar a participação, precisamente porque os bens que produz são, geralmente, disponíveis para todos. Os, “bens coletivos”, como segurança, ruas asfaltadas e água tratada, são oferecidos aos cidadãos independentemente do esforço de cada um para obtê-los. Se um cidadão recebe os bens coletivos sem precisar se esforçar ou pagar impostos, porque outros se organizam por ele, esse indivíduo está apenas

¹⁶ Id., pp. 9 - 12.

¹⁷ Ibid., pp. 13 - 14.

maximizando seus interesses econômicos. Ele só participará se os custos de não participação, ou seja, de permanecer como um usuário do esforço alheio, lhe forem artificialmente impostos.¹⁸

Para uma teoria da democracia o dilema fica cada vez mais claro: em condições de baixa coerção política, como numa democracia, o maior número de cidadãos irá aproveitar as ações dos grupos para, apenas usufruir do resultado dessas ações sem se empenharem no alcance dos bens públicos. Isso se chamará, depois, o “problema do carona”: se todos optam pela estratégia do usufruto máximo, sem gasto pessoal, tentando pegar carona na ação coletiva dos outros, o resultado é que a racionalidade individual leva à imobilidade coletiva. Essa é, dentro da lógica econômica, a explicação para os estados da alienação e desinteresse das “massas” na democracia moderna.

Esse dilema, Olson faz questão de argumentar, refere-se somente a uma situação de grandes grupos, pois, nos pequenos grupos, a dinâmica do comportamento racional é modificada por sua natureza interna interativa. É desnecessário reproduzir toda a sua argumentação sobre esse aspecto. Basta dizer que a dinâmica do pequeno grupo tende a incentivar a participação voluntária, uma vez que, sendo poucos, os benefícios ganhos com o provimento do bem coletivo para o indivíduo que se empenha são muito maiores que o custo de sua participação¹⁹. Nesse contexto, o agente racional considera que ele tem muito a ganhar, mesmo que um colega do seu pequeno grupo pegue carona. É a inversão do paradoxo: todos acham que lucram muito com um bem coletivo dividido por poucos e prescindem, assim, da coerção explícita para buscar a meta do grupo.

Apoiado nas teorias “comportamentalistas” de George Homans²⁰, Olson caracteriza os pequenos grupos como mais eficazes na

¹⁸ Ibid., pp. 14 - 16.

¹⁹ Ibid., pp. 23 - 36. A lógica da ação coletiva trabalha, portanto, em dois sentidos diferentes, conforme o tamanho do grupo envolvido no ganho coletivo.

²⁰ Homans considerava a teoria da escolha racional como uma “versão” das teorias da psicologia “behaviorista”. Isso significa que atores racionais, como qualquer rato de laboratório, operam basicamente por meio de *recompensas e punições*. Sua versão radical

obtenção de bens coletivos. Esse é um aspecto relevante do seu trabalho, porém este ponto não se constitui em um núcleo a ser buscado nesta investigação. Aqui interessa, sobretudo, o dilema tomado para os maiores grupos, uma vez que essa é a realidade das grandes instituições e movimentos coletivos, que conformam a democracia moderna. Olson também crê que a presença de incentivos não-econômicos, como dever moral, pressões sociais ou incentivos eróticos, que funcionariam como motivos para a participação de indivíduos em metas coletivas, também são significativos apenas para os pequenos grupos, nos quais as relações face-a-face são aglutinadoras das ações individuais. Nos grandes grupos todavia, o movimento dos membros tende a tornar menores ou irrelevantes tais pressões não-econômicas. Para Olson, os grandes grupos tendem a produzir o efeito de desmobilização mesmo em indivíduos não egoístas, mas suficientemente racionais para perceberem que um esforço altruísta seria inútil diante da apatia da maioria²¹.

Olson desenvolve seu modelo, aplicando-o ao contexto empírico da organização sindical dos Estados Unidos, um exemplo de luta por bens coletivos que demandou desde sempre doses consideráveis de coerção a fim de garantir a contribuição dos seus membros²². Outra aplicação é ao modelo teórico marxista de classe social, onde o economista norteamericano procura demonstrar que a organização de classe, se não contar com meios de obrigar a participação, também não logrará a adesão de todos os que ganhariam com sua organização²³.

do individualismo metodológico se desenvolveu essencialmente no estudo de pequenos grupos. Para uma relação entre Homans e o modelo de escolha racional, ver o ensaio de Campos Coelho, *Hume, Berkeley...ou Borges?* in Fabiano Santos (org.), *Ação coletiva e ciências sociais*, Série Estudos n. 103, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1999, pp. 43 - 49.

²¹ Olson, op. cit. pp. 60 - 65.

²² Id. pp. 66 - 91.

²³ Ibid. 98 - 108. A análise de Olson, quanto à teoria marxista das classes indica, para esse "grupo latente" (classe social), que trabalhadores racionais só são organizáveis por meio da coerção, no que ele parece estar seguindo Michels, que consta de sua bibliografia. Ver Michels, *Sociologia dos partidos políticos*, Brasília, UNB, 1982, pp. 219 - 243. Uma lógica agregativa para o pequeno grupo de líderes organizadores e outra dissociativa para a grande massa. A resposta marxista a Olson, que defende o imperativo da concentração

Refinando seu modelo, ele afirma que, ao lado da coerção, somente a existência de *incentivos seletivos*²⁴, de natureza não-coletiva, como uma remuneração específica, garantiriam a ação em comum. Porém fica como lição final que grandes grupos, que se movem para a obtenção de um bem coletivo têm de contar, seja com meios de coerção sobre seus membros, seja com incentivos seletivos, ou com combinação desses dois elementos no intuito de manter a participação dos membros do grupo, nada muito longe de certas afirmações anteriores de Weber²⁵. Precisamente, diz Olson:

*"The only organizations that have the 'selective incentives' are those that (1) have the authority and capacity to be coercive, or (2) have a source of positive inducements that they can offer the individuals in a latent group"*²⁶.

Somente o Estado tem o monopólio legal da coerção, produz os bens coletivos e pode prover diferenciadas formas de incentivo seletivo a quem se dispuser a lutar pelo seu controle. O problema da ação coletiva para os grandes grupos só se resolve empiricamente, na leitura olsoniana, por meio de *lobbies* empenhados em prover bens coletivos para a maioria, porém seus membros estão interessados nas diferentes prebendas que

de forças como uma lógica própria do movimento de classes, num contexto de conflito (luta de classes), encontra - se em Offe e Wiesenthal, *As duas lógicas da ação coletiva*, in Offe, *Problemas estruturais do estado capitalista*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984. Também trabalhando com contextos de *conflito de classes* (Brasil, movimento operário x organizações patronais na luta pela institucionalização de regras sobre a jornada de trabalho), Wanderley Guilherme dos Santos concebe uma noção de *mal coletivo* que amplia os custos de não-organização para o provimento dos bens coletivos. Ao que ele chamou de *lógica dual da ação coletiva*; Santos, *As razões da desordem*, Rio de Janeiro, Rocco, 1993, pp. 39 - 73. Esse ponto será novamente retomado.

²⁴ Olson, op. cit., pp. 132 - 135.

²⁵ Na "Política como vocação" Weber descreve as razões econômicas dos grupos formados pelos seguidores dos príncipes e líderes políticos da democracia americana: sucesso pecuniário e honrarias no passado e, agora, os empregos na máquina do Estado, além dos serviços de quem ganhou o gabinete. Incentivos seletivos. Weber, *A política como vocação*, in *Ensaio de sociologia*, Rio de Janeiro, Guanabara, 1982, pp. 97 - 153.

²⁶ Olson, *The logic of...*, op. cit., p. 133.

resultam do controle dos meios de prover o bem coletivo. Um dos pontos interessantes da teoria de Olson, talvez por força de certo weberianismo em seu pensamento, é o papel estruturador do Estado e da atividade política na promoção da coesão. Olson foi um economista que sabia dos limites da explicação centrada exclusivamente nos microfundamentos (indivíduos racionais) da economia e juntou a ela elementos sociológicos e da ciência política, como noções sobre o imperativo organizacional, necessário à consecução de qualquer meta social²⁷. De qualquer forma, seu dilema da ação coletiva tornou-se um problema maior que sua teoria e foi encampado por diversas fontes, não obstante o fato de o contexto histórico dos anos 60, quando seu livro foi escrito, ter sido marcado pela emergência de uma variada gama de ações coletivas voluntaristas, que, aparentemente, refutavam o dilema olsoniano²⁸. A literatura interna das teorias da escolha racional é extensa e dedicada a discutir os paradoxos da cooperação de agentes racionais, por meio de jogos, como o dilema do prisioneiro, superjogos, ou de funções matemáticas, que mostram as curvas que indicam pontos ótimos de participação e não-participação.²⁹

O método de discussão aqui será distinto: em primeiro lugar, devem-se ampliar as configurações desse paradoxo e, no passo seguinte, investigar o que essas configurações mostram de comum. Isso permite discutir as bases do processo de adesão, ou não, à participação numa ação coletiva pelos agentes racionais. Conforme argumentarei mais tarde, o

²⁷ Em texto recente de Luiz Orenstein há um parágrafo de Olson, da conclusão de seu último trabalho, que identifica uma forte presença da solução sociológica institucionalista em sua retórica. Olson: (...) "meu argumento mostra que a barganha necessária para a criação de sociedades eficientes não ocorre como prevêm as teorias do mercado eficiente e o teorema de Coase. Em muitos casos, essas barganhas são mesmo inconsistentes com o comportamento individual racional. Como mostra a literatura sobre a ação coletiva, a racionalidade individual, sem os arranjos institucionais adequados, está muito longe de ser suficiente para garantir racionalidade social". (os grifos são meus). Apud, Orestein, *Ação coletiva e ciências sociais*, in Fabiano Santos (org.), *Ação coletiva e ciências sociais*, Série Estudos n. 103, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1998, p. 17.

²⁸ Essa pertinente observação encontra-se em Orestein, *A estratégia da ação coletiva*, Rio de Janeiro, Revam/IUPERJ, 1998, pp. 9 - 10.

²⁹ Algumas dessas alternativas serão analisadas no capítulo quinto desta tese. Elas estão detalhadas em Orenstein, *A estratégia da ação coletiva*, op. cit.

problema da decisão racional e da adesão, ou não à ação coletiva depende crucialmente da *forma discursiva* como os agentes racionais terão acesso às informações, isto é, depende das *linguagens* que orientam a ação e, sobretudo, das estruturas de persuasão que as compõem. No momento é preciso tratar de reconfigurar o dilema da participação olsoniana de maneira a aproximá-lo gradualmente de um problema também já conhecido da escolha racional: *a relação entre informação e decisão, no caso presente, decisão de participar de uma ação coletiva*. Um quadro pertinente para o debate é o da escolha eleitoral. Cabe aqui uma ressalva: esta tese não pretende discutir os temas da racionalidade do voto enquanto tal. Apenas tomará esse debate como guia para a discussão teórica em cena.

1.2.2 Outras formulações do paradoxo

O *paradoxo da participação*, conforme o caracterizou Marcus Figueiredo em sua tese *Democracia, comportamento eleitoral e racionalidade do voto*³⁰, pode ser montado da seguinte forma: retomando inicialmente Antony Downs, deve-se ter em vista que qualquer equipe de governantes interessa-se por produzir bens coletivos que atendam à sociedade, pela simples razão de que eles precisam do máximo de votos para a próxima eleição. Os bens coletivos não excluem dos seus benefícios nem os que votaram contra, nem os que deixaram de votar. De tal maneira, o cidadão que não participa (não vota, não se interessa pela democracia) será contemplado com um quinhão de benefício, independentemente de quem ganhe a eleição. O estímulo à não participação não se reduz, no entanto, à provisão dos bens coletivos por qualquer grupo no poder. O eleitor, ao perceber que seu voto tem, individualmente, um peso ínfimo e é irrelevante na definição do pleito, preferirá tratar da própria vida "pegando carona" na decisão tomada pelos outros eleitores. Nesse caso, o voto é calculado pelo eleitor racional como " I/N ", sendo " N " o número total de eleitores que participam do pleito. Quanto maior o valor de N , menor o

³⁰ Figueiredo, *Democracia, comportamento eleitoral e racionalidade do voto*, Tese de Doutorado em Ciência Política, São Paulo, USP, 1988.

peso do voto individual. Tal cálculo reduz, para o agente racional, a perspectiva de influir na decisão eleitoral e, conseqüentemente, nos bens públicos a serem produzidos pelos grupos que chegaram ao poder³¹. Ora, se todos os eleitores forem racionais, teremos uma abstenção maciça. Figueiredo pondera que o paradoxo retorna sempre que a atribuição da racionalidade é estendida a todos os agentes da teoria democrática, por exemplo, se um eleitor racional prever a abstenção maciça e pensar em comparecer para votar, deve-se supor que os demais farão a mesma coisa, e se todos votam, o peso do voto individual cai, e a carona se mostra a saída mais prática. Volta-se ao paradoxo³². Não é importante, para os propósitos desta tese, discutir eventuais soluções que outras escolas teóricas, psicológicas ou sociológicas, apresentam sobre o ato de votar.³³ É mais importante manter o foco no paradoxo examinando a investigação de Figueiredo, pois dela teremos condições de clarear o cerne do problema para, posteriormente, traçar uma crítica centrada numa teoria da linguagem persuasiva, que constituirá o corpo deste trabalho.

A solução que Figueiredo procura para tal problema se inscreve na tentativa de uma formulação ampliada de teoria da escolha racional, que procura demonstrar a importância da idéia de peso agregado do voto para o cálculo do eleitor racional. Basicamente, o eleitor pode perceber que o seu *voto agregado* a um conjunto é um meio eficaz de superar as incertezas sobre o resultado eleitoral³⁴. Meu propósito é tomar uma indicação de Figueiredo relativa à percepção da opinião agregada como um fator de decisão racional e tratá-la como base para discutir um modelo de racionalidade, no qual a agregação será descritivamente

³¹ Id., pp. 149 - 151.

³² Ibid., p. 157.

³³ Para uma visão completa dessas soluções: Ibid. pp. 14 - 128.

³⁴ Ibid., pp. 246 - 261. A notação básica do cálculo individual sobre o peso agregado do voto é $n+I/N$, onde $n+I$ é o voto do participante somado ao de outros participantes. Figueiredo demonstra a partir desse cálculo, que, numa matriz de dilema do prisioneiro, diante da incerteza subjetiva de todo eleitor sobre a cooperação do outro, somado à suposição de que todos também calculam com a mesma incerteza, a solução de equilíbrio é a *cooperação*. Soluções semelhantes serão discutidas à frente.

analisada como resultado de usos persuasivos da linguagem. Embora a tradição da escolha racional não tenha desconhecido de todo esse aspecto, tenta supri-lo com seus instrumentos prediletos, como os jogos estratégicos e formalizações matemáticas.

Em primeiro lugar, para introduzir a questão da linguagem por meio de outro paradoxo, cabe a seguinte interrogação, ainda ao alcance da escolha racional: como um agente racional percebe que é conveniente participar, ou não, de uma ação coletiva? A resposta será sempre a seguinte: adquirindo *informações* que lhe permitam formar um quadro de preferências e, depois, agindo em conformidade com ele. Essa resposta traz um aspecto importante da forma descritiva do cálculo racional. Informações orientam as ações, mas demandam atenção e interesse por parte do agente, ou seja, custos psicológicos e, freqüentemente, econômicos para sua obtenção. Isso significa que o modelo pensa as informações como dados que vão sendo juntados, e dados sobre dados formam uma idéia da realidade. Quando essa idéia é nítida, o agente tem como decidir se aquele caminho é o melhor para a realização dos seus interesses. Uma conseqüência de tal modelo é a seguinte: ultrapassando um certo limite, as informações trazem custo adicional sem acrescentarem nada ao esclarecimento da decisão. Esse processo, ou seja, encontrar a quantidade ótima de informação requerida para uma decisão racional, gera outro paradoxo, chamado por J. Elster de *problema da indeterminação*, uma das principais aporias lógicas de sua teoria da racionalidade. Em suas palavras:

"Uma ação, para ser racional, deve ser o resultado de três decisões ótimas. Primeiro, deve ser o melhor modo de realizar o desejo de uma pessoa, dadas suas crenças. Depois, essas crenças devem ser elas mesmas ótimas, dadas as evidências disponíveis à pessoa. Finalmente a pessoa deve reunir uma quantidade ótima de evidência - nem mais nem menos. Essa quantidade depende tanto de seus desejos - da importância que atribui à decisão - como de suas crenças relativas aos custos e benefícios de reunir mais informação"³⁵ (os grifos são meus).

³⁵ Elster, *Peças e engrenagens...*, op. cit., p. 47.

Como definir abstratamente "quantidade ótima de evidência"? A paralisia do cálculo racional devido à falta do "ótimo" de informações é, logicamente, dependente dessa definição que, paradoxalmente, só é definível nos contextos de decisão. Tão logo o problema da razão subjetiva é posto num plano abstrato, ele engendra seus paradoxos. A obra de Elster é pródiga particularmente em apontá-los, como se o pensamento pudesse apenas alcançar tais aporias, dar voltas em torno delas, reencontrando-as no passo seguinte. Como técnica de invenção literária, funciona, porém, como tentativa de elaboração de uma teoria que dê conta de casos empíricos, temos de admitir que a escolha racional conduz a circularidades e abstrações que afastam o modelo dos fatos.

Assim como não se pode negar que as pessoas que participam voluntariamente de ações coletivas são também racionais, é fácil admitir que, não obstante o problema da indeterminação, os atores tomam decisões independentemente de uma "quantidade ótima" de informações³⁶. Os teóricos vão sempre repropor o paradoxo de Zenão, segundo o qual Aquiles não alcançará uma tartaruga, pois terá de transpor a metade do caminho entre eles e a metade da metade, e, assim, numa regressão infinita, o espaço entre ambos permanecerá intransponível. Uma teoria da racionalidade não pode reduzir-se unicamente à discussão sobre lógica, pois assim jamais dará conta de descrever os fatos, porque a lógica é, por definição, uma seqüência de raciocínios previsíveis dentro de um mundo artificial. Na lógica, o resultado está dado pelas premissas. A premissa de que o modelo de racionalidade só pode ter como base a subjetividade auto-interessada e maximizadora leva, inevitavelmente, sem nenhuma surpresa, à montagem dos paradoxos apontados.

O trabalho desta tese começa agora por retomar o outro grande pólo das teorias da racionalidade indicado no início deste capítulo, com a

³⁶ Essa é, aliás, uma das linhas de pesquisa desenvolvidas por autores oriundos da escolha racional, mas que têm tentado lidar com modelos mais próximos dos processos empíricos de decisão, principalmente no caso do voto. Incorporam ao arcabouço da escolha racional saberes gerados pela psicologia cognitivista. Ver Popkin, *The reasoning voter*, Chicago, Chicago U.P., 1991; Lupia e McCubbins, *The democratic dilemma*, N.Y., Cambridge U.P., 1998.

finalidade de mostrar que os problemas de ação coletiva podem ter substantivos ganhos analíticos se tratados em um outro paradigma: o da linguagem. O avanço do debate requer um enquadramento dos pensamentos originados na primeira linha filosófica citada por Horkheimer: aqueles que pensaram a razão como um *processo objetivo*, para além dos seus conteúdos subjetivos. Dentro dessa grande área, que inclui também as versões historicistas e estruturalistas da racionalidade, o rumo a ser tomado é, como já mencionei, o de certa filosofia da linguagem, que torna possível a identidade entre comunicação e racionalidade.

1.3 Da razão instrumental à "guinada lingüística"

Para uma operação como tratar os problemas da racionalidade instrumental no plano de um modelo de razão derivado das teorias da retórica, é preciso investigar, de forma mais geral, quais as condições que permitem a mudança do paradigma econômico centrado na subjetividade, para o paradigma da linguagem. Esse passo metodológico será aqui efetuado acompanhando uma vertente do debate contemporâneo racionalidade, chamado de "giro lingüístico" ou "guinada lingüística" (*linguistic turn*). Retomarei, criticamente, as proposições do teórico social Jürgen Habermas³⁷, talvez o mais conhecido e consagrado autor contemporâneo vivo a estabelecer o campo da linguagem como o lugar da racionalidade, embora, existam outras portas de entrada para essa

³⁷ Para o giro lingüístico e a interpretação habermasiana, ver Habermas, *Pensamento pós-metafísico*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1990; *Théorie de l'agir communicationnel*, vols I e II, Paris, Fayard, 1987; Cooke, *Language and reason, a study of Habermas pragmatics*, Cambridge, MIT Press, 1994; Aragão, *Razão comunicativa e teoria social crítica em Jürgen Habermas*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1992; Siebeneichler, *Jürgen Habermas razão comunicativa e emancipação*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1994; Alvarenga, *Verdade e individuação em Jürgen Habermas*, Dissertação de Mestrado em Filosofia, Rio de Janeiro, UFRJ, 1998; Boladeras, *Comunicación ética y política, Habermas e sus críticos*, Madrid, Tecnos, 1996; Calvet de Magalhães, *Filosofia analítica*, Belo Horizonte, UFMG, 1997.

discussão³⁸. O pensamento de Habermas é extremamente abrangente, sendo referência para se debater, dentre outras coisas, sobre epistemologia, teoria democrática, crítica da cultura, filosofia da história e teoria social, mas tem, sem dúvida, no conceito de racionalidade o seu principal núcleo aglutinador. Uma outra razão para Habermas ser o escolhido nesta investigação, como entrada para esse debate, é sua explícita tentativa de desenvolver um modelo específico de *racionalidade comunicativa*, por oposição à *racionalidade instrumental* (ou *estratégica*).

Para compreender essa polaridade habermasiana, é preciso voltar ao próprio sentido do conceito razão instrumental, conforme o pensamento de seus antecessores Theodor Adorno e Max Horkheimer. Em termos muito sintéticos, a crítica da razão instrumental pode ser entendida como uma proposição sobre a impossibilidade de a racionalidade subjetiva ser um meio de emancipação do indivíduo e da sociedade na história, ou seja, de criação de uma sociedade racional. A tradição hegeliana/marxista da escola de Frankfurt, embora marcadamente heterodoxa, inscreve-se na vertente que toma a razão, no que tange à teoria social, como um *processo histórico objetivo e estrutural da sociedade*. A *teoria crítica* frankfurtiana trabalha a incorporação pela filosofia do saber produzido pelas ciências empíricas da sociedade, como a economia e a sociologia. Ao juntarem ao seu esquema conceitual a proposição de Weber sobre a contínua racionalização *negativa* das esferas da vida, como a marca distintiva do progresso da sociedade ocidental, Adorno e Horkheimer tiveram condições de propor o seguinte paradoxo: a racionalização da vida social experimentada subjetivamente pelos indivíduos não resulta no desenvolvimento histórico de sociedades racionais emancipadas da dominação. As sociedades tecnificadas e burocratizadas, desde o fim do séc. XIX, passaram a restringir a liberdade, como em pouco tempo os

³⁸ Como uma variação importante da retomada da linguagem como paradigma filosófico, temos a tradição hermenêutica, caminho trilhado inicialmente pelo próprio Habermas. Ver Gadamer, *Verdade e método*, 1998; Apel, *Teoría de la verdad y ética del discurso*, Barcelona, Paidós, 1991; e Soares, *Hermeneutica e ciências humanas*, in *O rigor da indisciplína*, Rio de Janeiro, ISER/Relume Dumará, 1994.

episódios do nazismo e o estalinismo mostram de forma contundente³⁹. A situação não é diferente nas sociedades capitalistas avançadas, onde as massas quedam embrutecidas pelas ideologias da *indústria cultural*⁴⁰, enquanto a classe trabalhadora se aburguesa e perde seu papel como agente de emancipação histórica. De certa forma, os paradoxos da ação coletiva apontados anteriormente são coerentes com tal visão: a impossibilidade da agregação, entrevista por Olson, resulta na dificuldade de subjetividades racionais, munidas, unicamente, de os seus interesses e os instrumentos de sua satisfação edificarem organizações que ampliem as condições de existência de uma coletividade. Somente o farão prisioneiros dos grilhões coercivos de uma razão instrumental, administrativa, burocrática.

No pós-guerra, Adorno e Horkheimer lançaram as bases da crítica a uma idéia de razão centrada unicamente na subjetividade, refletindo sobre o mito de Ulisses, condenado a enfrentar toda espécie de monstros ao retornar de Tróia (guerra mítica) para Ítaca (sua *polis*). Eles argumentam que, ao usar sua razão apenas como um instrumento de autopreservação, driblando os perigos mitológicos em vez de desencantá-los, Ulisses não *superava* a natureza obscura da humanidade, mas apenas a *dominava*, preservando-a como parte de si mesmo. A razão instrumental permite a dominação técnica do mundo ao preço de impedir, ou postergar, a sua racionalização completa. E, paradoxalmente, ao dominar a natureza

³⁹ A *teoria crítica* é o projeto original do instituto de Adorno e Horkheimer. Dela sairá a *crítica da razão instrumental*, seu desdobramento posterior. Para o tema da racionalização e da crítica de Frankfurt ao tema, ver Weber, *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, Brasília, UNB, 1981. Adorno e Horkheimer, *A dialética do esclarecimento*, Rio de Janeiro, Zahar, 1985; Adorno, *Cultura e Administración*, in Adorno e Horkheimer, *Sociológica*, op. cit. (1960); Wellmer, *Razón, utopía, y la dialética de la ilustración*, in *Habermas y la modernidad*, Madrid, Cátedra, 1994; Habermas, *Théorie de l'agir...*, vol I, pp. 371 - 402; Duarte, *A razão e o razoável - Horkheimer e a crítica ao pragmatismo*, in Livia Guimarães et alli (orgs.), *Filosofia analítica, pragmatismo e ciência*. Belo Horizonte, UFMG, 1998.

⁴⁰ Adorno e Horkheimer, *A dialética...*, op. cit., pp. 113 - 156.

sem racionalizá-la (esclarecê-la), o homem não domina nada que não seja ele mesmo⁴¹.

A partir desse marco, Adorno e Horkheimer pensarão os desdobramentos da razão na história como uma dialética incapaz de superação, fadada a negar a si mesma, criando um mundo cada vez mais irracional, oposto à liberdade, por meio da completa racionalização dos instrumentos da subjetividade. O projeto pessoal de Habermas, embora seja até hoje tributário dessa visão, consiste em romper com a dialética negativa⁴² da racionalidade, para, novamente, reafirmar as potencialidades emancipadoras da razão.

Um problema de usar o pensamento de Habermas, no que toca à presente investigação, liga-se ao fato do seu interesse em estabelecer uma teoria crítica ligada às questões da *validade dos enunciados da razão*, ou seja, o clássico problema da *fundamentação da verdade*. Embora a afirmação da razão esteja visceralmente ligada a uma pretensão de validade do discurso racional, esse problema, sem dúvida importante e complicado, não é central para os objetivos da tese. Porém, é fato que, ao persegui-lo, Habermas produziu uma teoria com fortes conseqüências para o debate central deste trabalho, na medida em que possibilita tratar os problemas da agregação de agentes racionais em termos de um paradigma de linguagem.

Assim como foi preciso tocar em alguns pontos de economia para compreender as idéias de Olson, neste momento será inevitável falar de problemas pensados quase que exclusivamente entre os filósofos. Essa ressalva se deve à porta de entrada do debate, que leva à proposição da

⁴¹ Id., pp. 53 - 80.

⁴² O sentido da *dialética negativa* em Adorno e Horkheimer é complexo e pode ser entendido em dois planos. Estruturalmente ela consiste em encampar a aporia weberiana da racionalização que leva ao fim da liberdade (Wellmer, *Razón, utopía...*, op. cit. pp. 78 - 88). Metodologicamente ela se apresenta como "crítica imanente" da sociedade na qual os conceitos são continuamente confrontados com seus opostos, sem um ponto final de reconciliação entre teoria e objeto (Benhabib, *A crítica...*, op. cit., pp. 84 - 86 e Nobre, *A dialética negativa de Theodor W. Adorno*, São Paulo, Iluminuras, 1998). O falibilismo habermasiano se assenta, com certeza, numa recolocação desse conceito somado à crítica popperiana da ciência.

guinada lingüística, isto é, à crítica à filosofia da consciência. Habermas começa a amadurecer suas idéias sobre a importância de a filosofia tomar a linguagem como o lugar de investigação da racionalidade, a partir de um acerto de contas com a *filosofia da consciência*⁴³, confrontando-a com as questões que o debate científico colocava acerca da possibilidade de fundamentação da verdade. Grosso modo, a filosofia da consciência é aquela que se estrutura pela idéia de que há um sujeito cognoscente e objetos cognoscíveis. A razão conhece ao submeter os objetos ao seu entendimento, que deve ser necessariamente subjetivo. Essa filosofia, é bom lembrar, aparece, seja numa leitura kantiana, que é central para Habermas, na qual a consciência submete os objetos a juízos válidos *a priori*⁴⁴, seja numa leitura humeana, na qual os objetos impressionam a consciência para que ela pense sobre eles⁴⁵, ou mesmo numa derivação fenomenológica husserliana, que propõe a possibilidade de a consciência, na relação com o objeto, transcender a relação imediata entre ambos, intuindo a essência imanente do fenômeno tomado pela razão⁴⁶. Temos que, em todos esses casos, a morada do processo é sempre a subjetividade.

A filosofia da consciência, centrada no indivíduo portador da subjetividade cognoscente, pode pensá-lo apenas recorrendo aos recursos da introspecção, que a levam a tornar-se, no dizer de certos filósofos, "psicologista"⁴⁷, ou então, essa filosofia tem de reafirmar conceitos metafísicos sobre o pensamento. Ora, as duas alternativas (metafísica ou psicologismo) são desconfortáveis para a filosofia e inaceitáveis diante das novas condições de produção e validação do conhecimento, criadas, de

⁴³ Para uma gênese da crítica da filosofia da consciência habermasiana, ver Alvarenga, *Verdade e individuação...*, op. cit. pp. 24 - 30.

⁴⁴ Kant, *Crítica da razão pura*, Lisboa, Calouste Gulbenkian, 1989. Um debate entre a tradição hegeliana na qual Habermas se formou e a tradição kantiana à qual ele continuamente se incorporou encontra-se em: Habermas, *Conhecimento e interesse*, Rio de Janeiro; Guanabara, 1987, pp. 25 - 43.

⁴⁵ Hume, *Investigação...*, op. cit., pp. 63 - 77.

⁴⁶ Husserl, *A idéia da fenomenologia*, Lisboa, Edições 70, 1990; Merleau-Ponty, *As ciências do Homem e a Fenomenologia*. São Paulo, Saraiva, 1973.

⁴⁷ Popper, *Lógica da investigação científica, Os pensadores*, São Paulo, Abril, 1980, pp. 17 - 20.

fato, pelas ciências empíricas no século XX. Habermas considera esgotado o paradigma da consciência para tratar da razão e vai, então, propor as condições do que chamou de *pensamento pós-metafísico*. Existem quatro motivos que levam ao pensamento pós-metafísico⁴⁸: 1) A consciência de que a validade do conhecimento é um processo falibilista e demanda fundamentos de natureza argumentativa⁴⁹; 2) a aceitação pela filosofia de que condições históricas reais da vida social alteram as concepções metafísicas do indivíduo e da subjetividade, antes pensadas independentes do contexto; 3) o fim da idéia de uma teoria que tem precedência necessária sobre a prática; 4) a guinada lingüística, que pode ser compreendida como a própria caracterização da filosofia no século XX, ou seja, a passagem da noção de consciência para a noção de linguagem como o elemento estruturador da racionalidade. Para Habermas, os nomes que orientam tal mudança são Frege, Pierce, Wittgenstein e, mais recentemente, Austin e Searle.

O debate interno à teoria de Habermas, classificando as etapas da guinada lingüística, é mais importante para discutir os problemas da *validade* dos pronunciamentos pretensamente racionais, e não será preciso refazê-lo em detalhe, pois foge muito ao escopo desta tese. Para fundar sua teoria do agir comunicativo como um avanço do novo paradigma, Habermas monta, como é de seu gosto, um quadro da filosofia da linguagem que vai das teorias da semântica, ocupadas com a nomeação de coisas, em direção a teorias que explicam a linguagem por meio de enfoques performativos e proposicionais. Num primeiro momento, Habermas afirma que a filosofia da consciência, que ele considera exemplarmente representada pela fenomenologia husserliana, sofreu um duro golpe quando ficou evidente, pelos trabalhos de Frege que um objeto *representado* pela linguagem não pode ser estritamente explicado por um objeto *pensado* por uma consciência transcendente, capaz de capturá-lo num fluxo de vivências⁵⁰. Existem aí indícios de um processo saindo da

⁴⁸ Habermas, *Pensamento...*, op. cit., pp.37 - 61.

⁴⁹ Essa é uma idéia que sem dúvida remete a Popper, *Lógica da investigação...*, op. cit., pp. 14 - 27, e, 43 - 56.

⁵⁰ Id., p 54.

subjetividade em direção a tomar o objeto como existente enquanto signo lingüístico.

A filosofia da consciência foi sendo minada também pelos trabalhos de Pierce, Saussure, pelo lado da filosofia da lingüística, e, em outras frentes, por Freud e Piaget, que, por meio de casos empíricos, serão levados a trabalhar com a linguagem. Contudo, a semântica não tinha condições de desenvolver todas as potencialidades do novo paradigma, na medida em que sua análise se prende exclusivamente à morfologia das proposições do agente que nomeia o mundo e a consolidação da guinada lingüística só ocorrerá, por fim, na evolução dos estudos sobre a forma estética da fala, para os estudos sobre os usos performativos da linguagem, nos quais as figuras Wittgenstein e Austin são consideradas, por Habermas, as primeiras referências.

Quanto a Wittgenstein, é preciso abrir um parêntese e dar-lhe um papel de maior proeminência na guinada lingüística, coisa que Habermas não faz. O poderoso segundo aforismo (número 1.1) do *Tractatus*, sentenciando que "*o mundo é a totalidade dos fatos, não das coisas*"⁵¹ pretende, em definitivo, que a realidade só é acessível pelas representações (fatos) que podemos estabelecer sobre ela. Uma vez que só por meio da *linguagem* os fatos são objetos da razão, a filosofia deve, essencialmente, se ocupar de pensá-la. Wittgenstein trabalhou, em filosofia, quase exclusivamente com esse problema, criando, na maturidade, a teoria dos *jogos de linguagem*⁵², uma proposição radical que submete todo sentido possível dos fatos ao uso contextual da língua. A idéia Wittgensteiniana de que regras de linguagem são intersubjetivamente moldadas pelas situações de uso certamente é muito cara a Habermas.

Voltando ao pensamento habermasiano, é, sem dúvida, importante a afirmação de que, a partir do campo da linguagem, tem-se um fator empírico para tratar a racionalidade. A razão se materializa na linguagem, encontra ali sua "corporificação", ausente nas elaborações da

⁵¹ Wittgenstein, *Tractatus logico-philosophicus*, São Paulo, Edusp, 1994, p. 135.

⁵² Wittgenstein, *Investigações filosóficas, Os pensadores*, São Paulo, Abril, 1979; *Da certeza*, Lisboa, Edições 70, s/d.; *Fichas (Zettel)*, Lisboa, Edições 70, 1989.

filosofia da consciência, ou nas teorias que partem da subjetividade para a determinação do modelo de racionalidade. Ele diz:

"Expressões gramaticais constituem algo acessível publicamente; nelas podemos adivinhar estruturas, sem sermos levados a nos referir a algo meramente subjetivo"⁵³.

A linguagem expressa a razão e constitui a razão, ou seja, a racionalidade pode ser pensada como um *processo lingüístico*. Agora é possível avançar na proposição de que a razão pode, por esse paradigma, ser trabalhada como *intersubjetividade*, na medida em que a dimensão de linguagem supõe sempre a *interação* de agentes capazes de compartilhar um universo comum de representações. É, pois, na investigação da linguagem, que Habermas tenta descobrir estruturas da racionalidade que julga serem distintas da racionalidade instrumental. Fundada radicalmente no entendimento intersubjetivo, existe para ele uma razão que não se constitui pela subordinação (instrumental) de nomes a objetos, mas, sim, pela *comunicação de noções*, que podem ser compartilhadas e criticamente examinadas pelos seres racionais dispostos ao entendimento. Uma visão dinâmica da linguagem, ou seja, uma *pragmática*, tem, então, condições de operar um conceito de racionalidade não mais preso à reflexão da subjetividade, mas, sim, tornando-o empiricamente caracterizado nas estruturas da fala.. A guinada lingüística se completa, para Habermas, ao passar da pragmática formal do uso da língua para a pragmática de um uso específico, isto é, o uso da língua para o entendimento, para o *consenso*.

"Somente através desta passagem para uma pragmática formal é que a análise da linguagem conseguiu reaver a amplitude dos questionamentos da filosofia do sujeito, que já tinham sido dados por perdidos. O próximo passo vai consistir na análise dos pressupostos gerais que devem ser preenchidos para que os participantes da comunicação possam entrar em entendimento sobre algo no mundo".⁵⁴

⁵³ Habermas, *Pensamento...*, op. cit., p. 55.

⁵⁴ Id., p. 56.

O consenso possui "pressupostos gerais" considerados por uma pragmática formal enquanto estruturas de linguagem intersubjetivamente supostas, cujo conteúdo garante a validade das linguagens efetivamente em uso. Qualquer uso real da fala envolve um universo de supostos normativos, de validade e de significados do que é dito. À idéia de uma pragmática como reflexão sobre o uso das regras de linguagem, como já havia feito Wittgenstein, Habermas acrescenta uma reconstrução teórica dos pressupostos gerais, que numa situação de fala, levam ao entendimento, ou seja, uma pragmática formal que captura razão em estruturas imanentes à linguagem do acordo⁵⁵.

Habermas, após lançar o projeto de uma pragmática formal, procura trabalhar suas aporias sempre apontando para solução de dois problemas centrais: 1) as condições nas quais pode ser considerada válida uma asserção, existente numa construção lingüística, que se "pretende"⁵⁶ verdadeira; 2) as condições nas quais construções lingüísticas assumidas como válidas pelos agentes em interação, podem propiciar uma análise da estrutura social e normativa da ordem. Embora esses dois aspectos sejam indissociáveis no pensamento de Habermas (posso dizer que, para ele, o tecido social é constituído por proferimentos lingüísticos verdadeiros), esta tese irá trabalhar principalmente o segundo ponto, na medida em que ali veremos uma conexão clara com o problema da agregação ilustrado pela vertente utilitarista, analisada na primeira parte deste capítulo.

Do primeiro ponto basta dizer que a solução habermasiana para a validade de uma proposição verdadeira, porém falível, falseável,

⁵⁵ Ele diz: "A teoria pragmática universal tem por tarefa específica identificar e reconstruir condições universais do possível entendimento (...) Parto do pressuposto de que as outras formas da ação social, como, por exemplo, a luta, a concorrência, o comportamento estratégico em geral são derivados do agir voltado para o entendimento." Habermas, *Wahrheitstheorien*, apud: Siebeneichler, *Razão...*, op. cit. p 88.

⁵⁶ O conceito de *pretensão de validade* é central na pragmática habermasiana, ele se aplica a todo proferimento de linguagem que busque algum grau de entendimento. Está suposto em cada proferimento que ele se considera verossímil e o seu enunciador também deve ser capaz de garantir essa veracidade se for desafiado para tal. A propósito Cooke, *Language and reason...*, op. cit., pp. 51 - 94.

sujeita à crítica, no contexto de uma teoria pragmática, é, como só poderia ser, a concepção de verdade como *consenso*⁵⁷. Essa noção importa não tanto por suas controvérsias frente à epistemologia, mas principalmente por suas conseqüências na solução habermasiana do problema da agregação, dentro do novo paradigma. Para ele, tal idéia desloca completamente a racionalidade centrada na consciência de um agente, para um estado onde tal racionalidade é testada empiricamente num *ato de fala*⁵⁸, uma comunicação, que só pode ser entendida intersubjetivamente. Essa idéia será a pedra de toque da crítica à racionalidade instrumental, que se tornará, no sistema habermasiano, subordinada às possibilidades de um entendimento racional comunicativo, totalmente distinto da ação estratégica.

O segundo ponto delineado por Habermas é objetivamente o que se pode chamar de sua *teoria social*. Esta se caracteriza por incorporar criticamente conceitos centrais do pensamento contemporâneo de uma gama variada de autores testando-os com o conceito central de agir comunicativo. A teoria de Habermas será aqui reduzida a três conceitos essenciais, que me parecem dar conta do seu pensamento, quanto ao problema da ordem e da coesão social como coordenadoras da ação coletiva. Seus conceitos chave são, pois, *Ação comunicativa; Mundo da vida e Sistema*.

Os dois primeiros são desenvolvidos em estreita ligação e são formulações mais antigas de Habermas, enquanto a noção de *sistema* só se consolidará após suas leituras de Parsons. Colocando cada um desses

⁵⁷ A crítica a Habermas tem sido severa com esse ponto, Wellmer considera que se a verdade e a racionalidade dependem da *convicção interna* dos participantes do consenso, não se deu passo algum na criação de um critério formal de verdade e a solução Habermasiana é, nesse sentido ou "falsa ou vazia de sentido". *apud* Alvarenga, *Verdade e individualização...*, op. cit., pp. 43 - 46.

⁵⁸ Esse termo refere-se aos usos normais da língua como formas de ação. Tem sua origem na filosofia analítica de Austin e Searle e foi completamente incorporado por Habermas como a designação dos proferimentos de linguagem que coordenam a vida em sociedade. Uma análise detalhada a respeito pode ser encontrada em Calvet de Magalhães, *Filosofia analítica...*, op. cit., pp. , 105 - 163.

conceitos em tela, será possível completar a montagem do problema desta tese, quanto às possibilidades de tratar a ação coletiva dentro de um paradigma de linguagem., É preciso, contudo, preservar uma distância crítica em relação à solução habermasiana para a agregação, na medida em que me parece impossível tratar a razão como uma faculdade divorciada do agir instrumental, pelo menos no que toca ao plano de vida política. Não obstante, a afirmação do plano da linguagem como um espaço próprio da reflexão analítica da razão, corretamente enfatizado por Habermas, é plenamente encampado por esta investigação, que segue na direção de propor a *dimensão persuasiva da linguagem*, ou seja, sua *estruturação retórica*, como o foco no qual a racionalidade instrumental pode ser compreendida. Da mesma forma, tal solução terá conseqüências imediatas no tratamento do problema da ação coletiva. Embora seja do gosto de Habermas apresentar suas idéias com riqueza de considerações de toda ordem, valendo-se de sua impressionante erudição, ele também possui a virtude de deixar suas proposições claras para o debate crítico. De tal maneira a opção aqui é abordar cirurgicamente seu pensamento, prescindindo de maiores voltas em torno dos pontos essenciais, indo direto a eles.

1.3.1 Agir comunicativo

Habermas começou, nos anos 70, a propor que o paradigma da filosofia da consciência, sob o qual se deve praticamente toda a reflexão sobre a racionalidade instrumental, estava sendo substituído pelo paradigma da linguagem. Essa mudança apresentava, desde os teóricos da semântica indo para as teorias pragmáticas da razão, a vantagem metodológica de substancializar a racionalidade numa dimensão passível de análise empírica, prescindindo, tanto quanto possível, de conceitos intuitivos e do recurso a considerações subjetivas para o estudo dos procedimentos dos agentes racionais. O projeto pessoal do filósofo consistirá em extrair conceitos das teorias da linguagem que reconstruam a noção de racionalidade, demonstrando suas potencialidades emancipadoras, que há muito estavam sendo negadas à razão instrumental.

A razão tem, para Habermas, elementos que não podem ser reduzidos à pura instrumentalidade estratégica e que respondem pelos conteúdos do ato racional, capazes de pautar, tanto a capacidade de livre entendimento entre atores no plano cotidiano, quanto garantir, dado o entendimento possível, a postulação de uma evolução social rumo a uma sociedade racional⁵⁹.

Esta tese não se ocupará das questões relativas à evolução histórico-social, base da utopia habermasiana da sociedade racional. Contudo, é extremamente proveitoso considerar criticamente os instrumentos lingüísticos que formam o debate do agir comunicativo, para julgar se efetivamente cabe pensar o entendimento entre agentes racionais num nível que seja anterior, ou que prescindia do uso instrumental/estratégico da linguagem. É no debate sobre os elementos que sustentam o consenso que será sempre possível retornar aos paradoxos da agregação.

O “agir social”, para Habermas, deve ser analisado sempre como uma *ação interativa*. Agentes sociais não estão tratando com um mundo de objetos inanimados, derivados de sua estratégia, mas, sim, com outros agentes racionais, com os quais constroem o mundo vivido. Essa consideração não é peculiar a Habermas⁶⁰, porém, nele é crucial, pois considera que o caráter social do agir só pode ser acessado pelo conceito de “fala”⁶¹. São as ações mediadas pela linguagem que devem ser tomadas para investigação, uma vez que, pela teoria habermasiana, a aceitação e a validade de todas as outras ações sociais (não mediadas pela linguagem) dependem virtualmente da ordem social criada pelas ações da linguagem. De tal maneira, está-se evidenciando as estruturas mais elementares da agregação ao pensar a forma como agentes sociais se entendem por meio de discursos. Dessa reflexão depende a explicação de todas as formas de estrutura social.

⁵⁹ Habermas não afirma que isso ocorrerá necessariamente, mas trabalha com a premissa de que pode ocorrer e que é racional que ocorra.

⁶⁰ Por exemplo: Giddens, *A constituição da sociedade*, São Paulo, Martins Fontes, 1989.

⁶¹ Habermas, *Pensamento...*, op. cit. p. 70 e ss.

Assim, na terminologia que Habermas incorpora de Austin, as *forças ilocucionárias*⁶² da linguagem marcam um tipo específico de ação, pois elas são o meio de coordenar os agentes em torno da compreensão intersubjetiva de um tema, isto é, existe um tipo básico de ação na qual um falante exprime um proferimento lingüístico buscando ser compreendido por um ouvinte também capaz de falar e se dirigir ao falante original, que também é perfeitamente apto para a audiência⁶³. O outro tipo básico de ação não é coordenado pelo meio lingüístico, mas sua estruturação é dada pela *influência* que os atores orientados para um fim imprimem à interação. A esses dois tipos ideais de ação Habermas chamará *agir comunicativo* e o oporá ao *agir estratégico*.

O primeiro modo de ação é essencialmente integrativo, e o segundo age sobre essa integração expressando as distintas possibilidades de influência de um ator sobre o outro. Habermas pretende demonstrar que até mesmo uma ação estratégica rumo a um fim só é possível pelo estabelecimento anterior de entendimento entre os agentes: o agir comunicativo é, para ele, logicamente, anterior ao agir estratégico. No seu entender, as interações sociais devem ser compreendidas como um problema de *coordenação*, sejam comunicativas ou estratégicas. Interações são coordenações na medida em que nenhum agente pode, empiricamente, levar a cabo um fim na sociedade sem coordenar movimentos com outros, mesmo que seja tomando uma posição

⁶² Habermas, *Théorie de l'agir...*, op. cit. vol I., pp. 297 - 305.

⁶³ Habermas possui um conceito de *situação ideal de fala*, no qual lista as condições universais que devem ser observadas para garantir que a racionalidade dialógica produza o consenso, este o único estatuto de validade dos argumentos que se pretendem portadores da verdade. São postulados ideais quanto a igualdade e reciprocidade de comunicação, de veracidade e sinceridade do uso da fala e correção normativa quanto ao debate. Porém, no debate real com a comunidade teórica, esse ponto foi muito criticado pelo excesso de idealizações requeridas pela situação de entendimento, e o filósofo preferiu não mais enfatizá-lo, embora se considere apenas incompreendido. Id., pp., 114 - 118. Ver : Cooke, *Language...*, op. cit., p. 31, e, 95-131; Siebeneichler, *Razão...*, op. cit. pp. 104 - 107; Alvarenga, *Verdade...*, op. cit. pp. 30 - 36; Aragão, *Razão comunicativa...*, op. cit. pp. 39 - 43.

imperativa sobre eles, mas, de qualquer forma, teria de lançar mão de uma rede de procedimentos lingüísticos diferenciados.

Se tudo que o agente precisa, para o agir comunicacional, é se fazer entender, a coordenação da interação será resolvida apenas pela própria linguagem e, no caso da ação estratégica, a posição social dos agentes se faz presente na coordenação por meio das *influências* que um pode, de fato, exercer sobre outro, superando os conteúdos igualitários próprios da linguagem, condicionando-os a diferenças de poder e influência estruturadas na sociedade. Habermas insiste nessa diferença como um ponto central: um agente não pode tentar um entendimento lingüístico puro e, ao mesmo tempo, tentar influenciar esse entendimento. Ele diz claramente:

*“Ações da fala não podem ser realizadas com a dupla intenção de chegar a um acordo com um destinatário sobre algo e, ao mesmo tempo, produzir algo nele, de modo casual. Na perspectiva de falantes e ouvintes, um acordo não pode ser imposto a partir de fora e nem forçado por uma das partes, seja através de intervenção direta na situação de ação, seja indiretamente, através de uma influência calculada sobre enfoques proposicionais de um oponente. Aquilo que se obtém visivelmente através da gratificação ou ameaça, sugestão ou engano, não pode valer intersubjetivamente como acordo; tal intervenção fere as condições sob as quais as forças ilocucionárias despertam convicções e geram contactos”.*⁶⁴

Portanto, a validade intersubjetiva das forças ilocucionárias requer convicções e contatos entre os atores que definam uma situação comunicativa específica da ação. O que motiva um ato comunicativo é tão somente a intenção de *cooperar* lingüisticamente, falando e ouvindo. Essa é a meta da ação: ela se realiza simplesmente ao lograr o consenso sem outro condutor, que não a superposição intersubjetiva dos significados envolvidos no discurso. O agir teleologicamente orientado para a satisfação de um projeto individual não pode se apoiar exclusivamente nesse marco. Ele terá de ir além do entendimento básico. A ação

⁶⁴ Habermas, *Pensamento...*, op. cit., pp. 71 - 72; e também, *Théorie de l'agir...*, op. cit., vol I, pp. 296 - 298.

comunicativa explícita a todo momento as condições da satisfação de sua meta (entendimento) ou sucesso ilocucionário (o problema da validade/significação da fala). Um outro trecho:

“A oferta contida num ato de fala adquire força obrigatória quando o falante garante, através de sua pretensão de validade, que está em condições de resgatar essa pretensão, caso exigido, empregando o tipo correto de argumentos. O agir comunicativo distingue-se, pois, do estratégico, uma vez que a coordenação bem sucedida da ação não está apoiada na racionalidade teleológica dos planos individuais de ação, mas na força racionalmente motivadora de atos de entendimento, portanto, numa racionalidade que se manifesta nas condições requeridas para um acordo obtido comunicativamente” (os grifos são meus)⁶⁵.

A partir daí, Habermas estabelece uma distinção entre o *entendimento* da fala (sucesso *ilocucionário*) e as *ações* decorrentes desse entendimento (sucessos *perlocucionários*). Na verdade, ele quer ir além da distinção conceitual entre as duas formas de ação (comunicativa e teleológica). Ele procurará mesmo demonstrar que, pelo fato de um entendimento lingüístico produzir seqüências de ações com possibilidades estratégicas (sucessos *perlocucionários*), temos que a ação teleológica é “parasitária” em relação aos atos comunicativos⁶⁶. Aliás o “crime” tipificado pela teoria habermasiana é precisamente atingir o sucesso ilocucionário (entendimento) mantendo o outro agente na ignorância de suas intenções estratégicas, obtendo dele um sucesso *perlocucionário* (ação decorrente do entendimento). Esse ponto merece ser rediscutido mais tarde, na medida em que parece levar a uma questão interessante em Habermas: não obstante, por definição, entendimento e influência estão divorciados em uma ação comunicativa, um sucesso ilocucionário pode ser “representado” por um criminoso que irá atingir seus sucessos *perlocucionários*, movimentando as ações a seu favor. O problema é: o entendimento, dessa forma, poderia ser considerado elemento de uma racionalidade teleológica? Não é possível discuti-lo agora, pois existem

⁶⁵ Habermas, *Pensamento...*, op. cit., p 72.

⁶⁶ Id., p. 73.

aspectos da teoria do agir comunicativo que demandam um maior detalhamento teórico.

Após o "pensamento pós-metafísico" lançar para o debate internacional essas idéias e receber muitas críticas, pró e contra, seu autor procurou aprofundar o debate sobre a ação comunicativa, elaborando uma teoria extensa, embora ele mesmo enfatize não definitiva, da racionalidade comunicativa. A *teoria do agir comunicativo* é uma obra impressionante por suas dimensões e erudição, configurando-se, sem dúvida, como um dos marcos do debate recente da racionalidade. Quero colocar ênfase apenas nos instrumentos de análise que permitiram o conceito de razão comunicativa. Uma leitura detalhada de Habermas conduz a uma série de esquemas classificatórios da ação que, não obstante serem tratados com rigor, muitas vezes acabam não permitindo um maior esclarecimento do tema em questão. Um motivo disso, quero crer, está no fato de a *dicotomia básica entre ação comunicativa e ação instrumental* ser a única polaridade substantiva que subjaz a qualquer outra classificação possível de ação racional, como a curiosa *ação dramática*, inspirada na sociologia de Goffman, e mesmo a *ação orientada por normas*, que merece mais atenção⁶⁷.

A noção de um tipo de ação social regulada por normas sociais, que pode ser derivada da sociologia durkheimiana, supondo atores que internalizam papéis e diretivas morais capazes de orientar a ação social, não suspende, por certo, a condição possível de essas normas serem tratadas contextualmente pelos agentes. No entender da "escolha racional", diferente de Habermas, as normas podem ser recursos ou barreiras à completa liberdade de ação teleológica e são constitutivas do contexto de interação social enquanto são supostas ou invocadas pelos agentes, mas também podem ser ignoradas ou abertamente desrespeitadas. Elas não existem transcendentalmente se não são usadas empiricamente. A

⁶⁷ As quatro formas da ação segundo a teoria: *ação teleológica* (meios/fins-estratégia); *ação regulada por normas* (agir em conformidade com a ordem moral/legal); *ação dramática* (papéis sociais) e *ação comunicativa* (entendimento). É fácil perceber que os quatro modos de agir podem ser reduzidos à polaridade entre o primeiro e o quarto tipos de ação. Habermas, *Théorie de l'agir...*, op. cit., vol I, pp., 90 - 114.

natureza normativa da ordem e das ações sociais vem tomando espaço nas preocupações de Habermas posteriores à teoria do agir comunicativo. Sua última obra de fôlego *Faktizität und Geltung*⁶⁸ coloca a regulação normativa no centro do debate: a questão geral sobre a validade das teorias se converte num debate sobre as condições de validade dos procedimentos normativos da ordem como a moral e o direito, bem como suas relações com o poder e a democracia. É importante dizer que a nova "guinada normativa" de Habermas se pretende cumulativa com a teoria da ação comunicativa e não faz nenhuma revisão substantiva desse marco teórico.

Contra a profusão classificatória de Habermas, nesta tese, o foco ficará na polaridade entre razão teleológica e comunicativa com a finalidade de explicitar certas ferramentas de análise, que possibilitaram um modelo de racionalidade explicitamente construído a partir de conceitos da filosofia da linguagem. O papel-chave da linguagem nesse debate é dado pelo fato que ela é mais do que um meio que torna operativas outras categorias clássicas de análise social, tais como *trabalho*, *classe*, *poder* ou *dominação*⁶⁹. Na verdade, superando uma visão da linguagem como instrumento designativo pode-se pensá-la como meio de os próprios indivíduos se tornarem sujeitos sociais, expressando intenções, disposições e diferenças.

⁶⁸ A edição brasileira de "Faticidade e validade" é: Habermas, *Direito e democracia, entre faticidade e validade*, vols. I e II, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1997.

⁶⁹ Críticos de orientação sociológica consideram que a pretensão de Habermas em deslocar o debate da ação do campo dos conceitos de análise da social como "classe", "poder" e "dominação" em favor de conceitos de sua teoria da linguagem, como o "mundo da vida", não trouxe qualquer esclarecimento novo aos problemas da ação social e das coletividades. Para Anthony Giddens, a teoria de Habermas não inova na área da linguagem, onde sua contribuição é irrelevante, nem na sociologia, ao desposar o conservadorismo weberiano/parsoniano ao mesmo tempo em que sua base elementar de análise, a ação comunicativa, se pretende libertadora, mas não supera os problemas do relativismo da verdade fundada no acordo. Giddens, *¿Razón sin revolución? La "Theorie des kommunikativen Handelns" de Habermas*, in *Habermas y la modernidad*, Madrid, Cátedra, pp. 153 - 192, 1994. A propósito da crítica sociológica, ver também: Domingues, *Sociological theory and collective subjectivity*, London, Mcmillan, 1995, pp. 52-57.

O detalhamento do projeto da pragmática habermasiana não é, contudo, de grande avanço para os usos que esta tese dará à abordagem da racionalidade, cujo centro será, negando a oposição entre entendimento e influência, a noção retórica de *persuasão* como condição dos consensos que coordenam a ação coletiva. No entanto, me parece dispensável incorporar a classificação austiniana⁷⁰ dos atos da fala e mesmo as longas considerações habermasianas sobre a teoria da argumentação, na medida em que seu propósito é consagrar uma idéia de comunicabilidade dialógica, voltada para o entendimento e sustentada num jogo argumentativo, e a linha desta tese usará conceitos decididamente instrumentais, originados da retórica para pensar a argumentação. Para completar os pontos essenciais do debate habermasiano, é preciso, agora, analisar os dois conceitos que colocam a ação comunicativa em contextos sociais, *o mundo da vida* e *o sistema*.

1.3.2 Mundo da vida

O conceito é tomado das teorias fenomenológicas de Husserl, mas, no caso de Habermas, essencialmente marcado pela leitura de Schutz⁷¹, embora o filósofo da comunicação faça questão de ser telegráfico nos créditos e pródigo nas críticas à fenomenologia, por se tratar de uma teoria formulada estritamente nos marcos de uma filosofia da consciência transcendental, o que justamente ele quer superar com a guinada lingüística. Enfim, independentemente disso, esse conceito é

⁷⁰ Refiro-me à classificação entre *atos de fala* e seus "mundos". Três tipos de ato de fala *constatativos* (que se pretendem representações do *mundo objetivo*) *expressivos* (que refletem os discursos da subjetividade: *mundo subjetivo*) e *regulativos* (adequam normas ao *mundo social*). Habermas, *Théorie de l'agir...*, op. cit., vol I, pp. 314 - 317 e ss.

⁷¹ Id., vol II, pp. 139 - 154. Habermas pretende ampliar a visão fenomenológica do mundo da vida, que considera ainda muito individualista e, em algumas leituras, reduzida à esfera da cultura. Embora ele tente anexar o conceito a uma teoria da diferenciação social de linha durkheimiana, na qual o mundo da vida traduz a esfera do entendimento desde as sociedades arcaicas, que se vão complexificando até gerarem o sistema normativo das sociedades modernas, o uso analítico do mundo vital continua basicamente alicerçado nos traços estabelecidos pela fenomenologia. Ibid., pp. 155 - 216.

talvez o mais adequado para possibilitar análises dos contextos empíricos de ação racional, por ter sido elaborado tomando como referência o mundo das vivências, falas e atos cotidianos.

Nos termos de Habermas, o mundo da vida é o lugar de geração do entendimento comunicativo, e expressa a criação e a sedimentação de procedimentos simbólicos, atos de fala e expressões da cultura, que pré-estruturam a ação: são os elementos tomados como dados intersubjetivos pelos agentes e sujeitos falantes ao atuarem concertadamente na existência cotidiana. Pessoas trocam cumprimentos, fazem sinais para o ônibus parar, pedem informações, e tantos outros atos nos quais há suposto o entendimento tácito que regula os procedimentos. Ninguém precisa se colocar o problema se o mundo compreenderá suas falas, pois isso é uma suposição imanente ao seu próprio uso. O mundo da vida funciona integrando a experiência empírica do sujeito a todo o conjunto normativo suposto nas infinitas interações possíveis.

O mundo da vida é, portanto, o lugar do previsível, do que não é questionado para que seres racionais possam conversar e chegar ao entendimento. Imaginado assim, como um processo de produção e rotinização de estruturas intersubjetivas da ação, o mundo da vida serve a Habermas como um contexto elementar e altamente fértil à identificação dos embriões do agir comunicacional. Forma-se uma teia do que não precisa ser dito, pois já é compartilhado de forma não problemática por todos o pano de fundo das ações. Na verdade, o mundo da vida é também o elemento limitador das interações possíveis numa sociedade. Se esse limite é desafiado, ou seja, se os elementos pré-supostos que garantem a interação forem postos em dúvida, não só o conteúdo da interação deixa de fazer sentido, mas a própria sociedade deixa de ter sentido. Se um indivíduo contesta explicitamente que deveria responder a um "bom dia" por não crer na norma cultural e habitual que gera a resposta ao cumprimento, produzirá um estranhamento completo à sociedade que o circunda e dificilmente encontrará interlocutores para sustentar uma tal atitude, que fere prontamente o mundo da vida. Mas basta dizer que essa pessoa é "louca", para que sua atitude seja enquadrada num campo do mundo da vida e transformada em um dado normal explicável; um louco

pode bem ficar respondendo um "bom dia" com filosofias desconstrucionistas das regras sociais. Então, os contextos só podem ser problematizados a partir do mundo de relações supostas e consensuais que os tornam possíveis. Pessoas de culturas diferentes experimentam uma disjunção entre suas estruturas supostas de comportamento e precisam realizar ajustes, procurar zonas comuns de intercompreensão. Todas as situações cotidianas têm, assim, um grau mínimo de familiaridade para os agentes, que tentarão enquadrar qualquer dimensão inesperada nos termos do conhecimento cotidiano, do *common sense*. Habermas:

*"(...) Les structures du monde vécu fixent les formes de l'intersubjectivité pour une éventuelle intercompréhension . C'est à elles que les participants de la communication doivent leur position extra-mondaine vis-à-vis de l'intra-mondain sur lequel ils peuvent s'entendre. Le monde vécu est quasiment le lieu transcendantal où se rencontrent locuteur et auditeur ; où ils peuvent réciproquement prétendre que leurs énoncés coïncident avec le monde (le monde objectif, social et subjectif) ; et où ils peuvent critiquer et confirmer ces prétentions à la validité, régler leur différends et viser un accord. D'un mot : envers la langue et la culture, les participants en acte ne peuvent prendre la même distance qu'envers l'ensemble des faits, des normes ou des expériences vécues sur lesquels il est possible de s'entendre"*⁷².

O mundo suposto transborda as ações por todos os lados, não é objeto de atenção do que se passa entre os atores que interpretam uma situação. Habermas usa então, um conceito de mundo da vida dual, ou melhor, quase-transcendental (ou semi-transcendental)⁷³, pois, tendo um

⁷² Ibid., p. 139 e ss.

⁷³ A noção de conceitos "quase-transcendentais" é, sem dúvida, um problema, implicando uma adaptação de um juízo *a priori*, como prescreve Kant, com as condições empíricas de crítica e falibilidade da tradição positivista. O que Habermas parece querer, e nisso sua solução me parece plausível, é afirmar que a necessidade de formular juízos teóricos sobre a realidade precede logicamente o enquadramento empírico da mesma realidade, que fornecerá os instrumentos de testá-los, uma vez que, embora tenham sido concebidos como "verdades", não podem sê-lo, a menos que se tornem-se intersubjetivamente aceitos pelos que se empenham em testá-los.

sentido anterior aos participantes da comunicação, ele deve ser pensado como uma pré-estruturação possível para quaisquer situações histórico-culturais, ou seja, constitui-se um mecanismo necessário a todo e qualquer contexto social, cultural e histórico. No entanto, o mundo vital em suas operações reais só permite a comunicação em situações de fato, por lhe serem emprestadas as características culturais de cada contexto pré-estruturado por ele. Se o mundo da vida pré-estrutura todos os fenômenos da interação, ele será complexificado pela introdução do próximo conceito de Habermas, que dá conta do balizamento das ações: o sistema.

1.3.3 O sistema

O conceito de *sistema* é o outro pólo que, juntamente com mundo da vida, completa o que se pode chamar de *contextos* nos quais a racionalidade se põe, em suas variadas manifestações, dentro da teoria habermasiana. O sistema, ao contrário do mundo da vida, que é eminentemente intersubjetivo e pré-suposto na constituição das interações do dia-a-dia, deve ser pensado como o conjunto normativo mais ou menos explícito de regras e procedimentos que ordenam a sociedade, racionalizando, no sentido técnico, as formas de ação. É importante sublinhar que as relações entre sistema e mundo da vida pensadas por Habermas são elaboradas dentro do quadro de uma abrangente teoria da evolução social, que vai das formas mais elementares de aglutinação social, das sociedades arcaicas, até as complexas e diferenciadas sociedades contemporâneas.

É absolutamente desnecessário reconstituir tal teoria da evolução social, mas é importante definir o seu âmago, ou melhor, sua direção. O mundo da vida tem com o sistema uma relação pela progressiva racionalização e dominação daquele por este. A leitura habermasiana encampa, como já haviam feito Adorno e Horkheimer, o núcleo da teoria weberiana sobre a contínua racionalização das esferas da vida, presente na civilização ocidental, mas, indo além dos predecessores, Habermas funde esse Weber com uma perspectiva evolucionista, de certo sabor

durkheimiano, integrando, por fim, os dois processos a um conceito parsoniano/paretiano de sistema social.

Interessa sublinhar que, à medida que o sistema se diferencia do mundo vital (partindo de um estado de quase fusão nas sociedades arcaicas), ele se diferencia também internamente em subsistemas formalmente organizados, como a economia e o Estado, e torna o próprio mundo vital em subsistema, isto é, racionaliza, tecnifica, progressivamente, o universo das relações da cultura e dos saberes que pré-estruturam as interações cotidianas. Esse processo no qual as possibilidades comunicativas imanentes do mundo da vida são solapadas pela formalização do sistema (principalmente do subsistema econômico), é chamado de *colonização do mundo vital* e é uma retomada, por Habermas, da leitura frankfurtiana da crítica à razão instrumental, com um processo de tecnificação (dominação) constante dos agentes sobre o mundo, mas que resulta, paradoxalmente, na submissão dos próprios agentes à lógica instrumental dessa racionalização, perdendo sua liberdade.

*"La rationalisation du monde vécu rend possible un accroissement de complexité dans le système ; cette complexité subit une telle hypertrophie que les impératifs sans freins du système font éclater la compréhension du monde vécu : celle-ci est instrumentalisée par eux"*⁷⁴

Nesse processo de crescente monetarização e burocratização, sugestivamente concebido por Habermas como uma "patologia" da modernidade, o mundo vital passa a ser o lugar das crenças pseudo-racionais, isto é, das *ideologias* tomadas na acepção mais marxista do termo. A tal retorno ao pessimismo frankfurtiano⁷⁵, Habermas tentará

⁷⁴ Habermas, *Théorie de l'agir...*, op. cit. vol II, p. 170, Ver também: pp. 202 - 216.

⁷⁵ Esse pessimismo frankfurtiano na verdade nunca foi abandonado por Habermas nas questões relativas à cultura. Sua crítica da cultura, por exemplo, onde a "esfera pública", o espaço da discussão e cidadania, vai sendo solapado pela economia, por meio da monopolização e industrialização da cultura de massas e pelo Estado, é nitidamente ligada às formulações de Adorno e Horkheimer e antecipa a tese da colonização do mundo vital. Ver Habermas, *Mudança estrutural na esfera pública*, Rio de Janeiro, pp. 213 - 290; e também Stevenson, *Understanding media cultures, social theory and mass communication*, London, Sage, 1995, pp. 47 - 74. Para a discussão sobre "sistemas

opor, dentro de sua própria teoria, um *telos* rumo à possibilidade da prática dialógica produzir uma crítica comunicativa da sociedade, emancipando-a, pelo exercício da busca do consenso, das amarras da tecnificação instrumental da razão e restaurando os horizontes da moralidade como força agregadora. Isso torna, ao final de sua teoria, o conceito de agir comunicacional uma construção normativa e utópica.

Fazendo um balanço dessa resumida visão de Habermas cabe incorporar então três idéias que funcionarão como horizontes para o diálogo crítico com esta tese. A primeira é de que a superação dos problemas da racionalidade instrumental deve se dar pela mudança do campo de estudo da racionalidade, movendo-se do foco na subjetividade calculativa para o plano da intersubjetividade fundada na linguagem; a segunda é que os problemas relativos à agregação e, por conseguinte, à ação coletiva devem ser tratados como entendimento e consenso, processos que, nesta tese, são indissociáveis da investigação retórica da persuasão; terceiro que uma teoria da racionalidade só se completa ao pensar conceitos que descrevam os contextos nos quais ela é aplicável, o que, em Habermas, é realizado por meio de uma colossal incorporação das fontes básicas da teoria social dos séculos XIX e XX, mas que, no caso presente, será feito pela proposição de um contexto também gerado no paradigma da linguagem: o *campo retórico*.

1.4 Uma direção de pesquisa

Dois passos foram dados: o primeiro apontando o problema da agregação em torno de um interesse coletivo, como se configura na tradição da escolha racional, resultando em um paradoxo e, em seguida, o segundo apresentando a crítica habermasiana da racionalidade instrumental, que discute a necessidade de uma mudança de paradigma para tratar os problemas da racionalidade agora no plano da linguagem.

sociais" especificamente trabalhando Parsons e Habermas, ver Domingues. *Sociological theory...*, op. cit.; *Sistemas Sociais e Subjetividade Coletiva*, in Dados, Vol 39, no 1. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1996 pp. 5 - 31.

Então é preciso fazer alguns ajustes para que se possa evidenciar a solução original da tese: construir um modelo descritivo da racionalidade instrumental aplicável ao problema da ação coletiva e que tenha como paradigma, não o cálculo racional subjetivo, mas a manipulação de discursos persuasivos. Para tanto, esta tese busca o tratamento de questões criadas no paradigma da consciência calculativa, importando criticamente ferramentas teóricas de outro paradigma, no caso, aquele que pensa a razão como constituída a partir das construções lingüísticas, que mediam a vida social. Por enquanto, é suficiente indicar que tal transferência de paradigma se sustenta, no entender do autor desta tese, em dois pontos: o primeiro é que o tema da razão, embora desde a origem múltiplo, é comum aos dois paradigmas, isto é, existe um esforço em definir uma faculdade ou um processo que está presente, quer se pense numa ação realizada segundo uma escolha estruturada por uma avaliação subjetiva, quer se pense numa escolha criada e coordenada intersubjetivamente pelo verbo, tomado como lugar de geração e expressão da racionalidade.

O segundo ponto refere-se ao fato de que paradigmas, embora sejam construções teóricas referenciais para a orientação de trabalhos deles derivados, não são corpos doutrinários impermeáveis, antes ao contrário, se devidamente ampliados pelos olhos críticos, costumam apresentar porosidades intensas, que chegam mesmo a propiciar questões sobre a rigidez de qualquer das suas proposições centrais. Não existem paradigmas puros como não existem idéias puras. O que há são compostos de relações fundidos e cindidos criticamente em função de problemas muito reais de pesquisa, defrontados por quem precisa dar conta dos fatos, seja para estabelecer padrões empíricos, como é clássico nas ciências naturais, seja para produção de interpretações compreensivas dos fenômenos do mundo social.

Tais ressalvas são necessárias, porém não devem ocupar mais espaço no momento. É preciso agora definir os passos capazes de tornar consistente a opção pela vertente teórica da retórica a fim de tratar o problema descrito. Primeiramente deve-se reforçar a idéia de que as teorias da racionalidade econômica trazem em seu bojo problemas lógicos, que levam invariavelmente aos paradoxos vistos, problemas estes

derivados de certas premissas contidas na construção do homem racional, basicamente aquelas que associam a ação à percepção subjetiva de ganhos maximizadores. O critério do movimento são as evidências que a máquina subjetivista racional consegue perceber no ambiente e, praticamente para toda a tradição dessa teoria, assume-se uma simetria entre percepção subjetiva dos fatos e condições reais dos fatos. Na melhor das hipóteses, entende esse paradigma, o único critério aceitável de julgamento racional são as "evidências" processadas subjetivamente pelos agentes calculativos. E se eles julgarem, com base em tal operação, que é melhor não participar de uma ação coletiva, nada mais há a fazer, a não ser que outras evidências ou instrumentos de coerção mudem a decisão tomada. Construída assim, a teoria sempre se depara com paradoxos no plano abstrato e, freqüentemente, tem de tratar como irracionalismos outros movimentos coletivos fundados aparentemente em valores sociais diferentes dos do mercado.

Por outro lado, ao conseguir criticar com êxito o subjetivismo pelo paradigma da linguagem, a vertente habermasiana considera necessário propor um conceito não-instrumental da razão, o agir comunicativo, que doravante toma a razão no campo no qual ela se expressa empiricamente: nos proferimentos verbais, considerados os mecanismos elementares da coordenação dos atos racionais, que ocorrem na sociedade. Porém, o conceito de agir comunicativo como a busca do entendimento pelo consenso resultante da livre argumentação, sem pressões externas ao ato da comunicação, não é isento de controvérsias, quanto à superação da instrumentalidade própria da idéia de razão. Melhor dizendo, é bastante problemático assumir que o êxito no alcance de um entendimento lingüístico pode-se dar independentemente de usos intencionais de faculdades estratégicas. Como alcançar a comunicabilidade sem instrumentalizar ênfases no discurso? A razão instrumental é parasitária com relação a uma comunicabilidade elementar ou é um componente interno imprescindível às ações coordenadas por proferimentos verbais? O caminho desta investigação é propor que a instrumentalidade é uma idéia essencial à teoria da racionalidade, quer de agentes, quer de sistemas.

Neste momento, há que se concordar que o paradigma da linguagem é uma alternativa real para se debater o campo da racionalidade. Primeiramente, porque o ato lingüístico torna real e empiricamente analisável uma ação racional, que busca aglutinar e coordenar agentes em torno de uma ação coletiva. A fala, sendo, por princípio, um fato relacional, dilui a ênfase em uma subjetividade reinante e traz o tema da intersubjetividade. A análise do código em uso constrói uma ponte entre atores que manipulam falas e sinais, apontando para novas possibilidades descritivas da ação, antes sujeita apenas à especulação da intencionalidade estratégica do agente. Se é possível com certeza criticar certos excessos de uma leitura totalmente centrada na análise da linguagem, não existe, contudo, razão para negar que o ponto de inflexão do debate contemporâneo da racionalidade é marcado pelo giro-lingüístico. Ele apresenta a própria forma de pensar a construção da vida social, que tem nos vínculos de comunicação os traços necessários a toda ação coordenada em direção aos interesses coletivos. É por meio da fala que se afirmam hierarquias e se postulam liberdades dos agentes no contexto de suas ações.

Creio que agora é preciso realizar algumas demarcações das possibilidades de um conceito de racionalidade instrumental com elementos de uma teoria da retórica. Esse passo significa, de um lado, propor que os termos econômicos de definição do agente racional não podem avançar além dos paradoxos lógicos, tornando-se precários para explicação compreensiva da diversidade de agregações empíricas na luta por interesses coletivos. Por outro lado, a aceitação do paradigma lingüístico, como o campo específico para formar os conceitos que dão conta dos fenômenos de agregação aqui pensados, não pode aceitar também que a razão instrumental deva se subordinar à necessidade de uma comunicabilidade quase-transcendental entre os agentes, opondo *entendimento à influência* no sucesso do ato de fala.

Como estruturar um modelo de razão instrumental alicerçado na perspectiva da linguagem é o desafio posto. A resposta que pode ser dada a esta questão é bem mais rica em termos de "fortuna crítica" que o esperado, pois trata-se não propriamente de inventar um caminho, mas,

antes, de descobri-lo numa vertente teórica justamente dedicada a debater o uso da língua para os propósitos da razão. A opção por tomar os estudos da retórica para instrumentalizar nesta leitura do problema da ação social tem razões muito específicas. A retórica, pensada como uma disciplina que se ocupa da análise e da manipulação de discursos persuasivos, é a vertente da reflexão sobre a linguagem mais próxima da ciência política, na medida em que seu campo de geração histórica foi o da própria política com a democracia ateniense e os tribunais, onde as normas da *Polis* eram geradas e interpretadas. É também a área na qual o uso da fala e a recepção são enfocadas do ponto de vista da instrumentalidade, ou seja, da palavra que *faz* coisas, por meio dos movimentos coletivos que ela pode desencadear. A língua é um instrumento do sistema de poder e dos agentes que nele estão, e a retórica se ocupa desde sempre com as formas de estruturar a linguagem nos espaços de disputa do poder.

Sendo, então, a forma reflexão sobre a linguagem mais afim à própria idéia de política e, é defensável dizer, da racionalidade teleológica, as teorias da retórica têm importantes desdobramentos contemporâneos, que geraram inúmeras ferramentas teóricas para análise estratégica e instrumental do discurso, aplicáveis a situações de decisão e movimento coletivo. O argumento para o desenvolvimento desta investigação afirma que um modelo descritivo de racionalidade aplicado à ação coletiva pode responder tanto às demandas e insuficiências explicativas da escolha econômica, quanto à busca por análises que captem os perfis da razão marcados na troca de discursos no campo social.

Os próximos passos da tese serão uma reconstrução específica do conceito de razão instrumental (capítulo segundo) e o seu confronto com uma crítica do conceito de retórica (capítulo terceiro). Em decorrência dessa operação teórica, será possível indicar as feições descritivas do modelo de racionalidade e debater suas possibilidades no contexto da ação coletiva. O modelo será aplicado a um conjunto de discursos gerados em debates de laboratório, cujo tema central é um problema clássico de agregação na ciência política: o voto (capítulo quarto). Por fim, o modelo é confrontado novamente com o agir comunicativo e com formulações mais recentes da escolha racional,

oferecendo soluções e criando algumas implicações para o debate teórico da ciência política.

2 - UMA RECONSTRUÇÃO DA RACIONALIDADE INSTRUMENTAL

Conforme apresentado no capítulo anterior, a tradição utilitarista da *escolha racional* forma um grande grupo de estudos da racionalidade, que sustenta uma identidade entre ação racional e escolha individual subjetiva. O outro grande grupo, polar ao primeiro, propõe o debate da razão em termos de um processo objetivo, que transcende as escolhas individuais. Habermas, um autor oriundo dessa última leitura, mas que tem uma trajetória muito singular, critica a racionalidade subjetiva/instrumental, por meio do conceito de agir comunicacional, fundado no paradigma da linguagem. Tal opção se pretende um meio de crítica dos aspectos metafísicos e subjetivistas das formas de se pensar a racionalidade. No entanto, da maneira como a concebeu Habermas, a investigação da linguagem como campo da racionalidade tende a perder o próprio sentido da idéia de razão enquanto recurso de ação no mundo, uma vez que relega essa dimensão instrumental a mero apêndice de um agir que se compraz com a mediação do entendimento comunicacional. É a pretensão deste capítulo delinear, ou *reconstruir*, um conceito descritivo da racionalidade instrumental, que opere, posteriormente, com as possibilidades conceituais do paradigma da linguagem. Por "reconstrução", entende-se aqui uma investigação comparada entre autores relevantes, que definam plausivelmente a instrumentalidade como um elemento essencial da razão. Esta reconstrução conceitual, como todas as demais desta tese, é específica para as conexões com a retórica.

Neste capítulo, o esforço comparativo e reconstrutivo do conceito de ação racional será feito com cinco autores básicos: Max Weber, Alfred Schutz, Jon Elster, Herbert Simon e Raymond Boudon, opções justificadas pelo papel-chave das idéias de *racionalidade* e *ação* em suas teorias. Esse número restrito de autores deve levar à arquitetura de uma noção de ação racional, aberta a responder criticamente ao problema da agregação de agentes, dentro do paradigma da linguagem.

2.1 A formulação weberiana

O tema da ação racional é central no pensamento de Max Weber, mais do que em qualquer outro “fundador” das ciências sociais⁷⁶. Pode-se dizer que a racionalidade é o conceito básico que articula a teoria social weberiana, ou seja, a explicação da sociedade ocidental como um processo contínuo de racionalização do mundo, embora descontínuo na história, que se dá no sucessivo enquadramento das relações sociais em regras objetivas, cuja faceta “macro” mais evidente manifesta-se na burocratização das formas de dominação carismáticas e tradicionais, e, num enfoque “micro”, indica a noção de racionalidade da ação individual como o *tipo ideal* para compreensão da ação social. Essas duas grandes leituras não são contraditórias, porém inspiram vertentes diferentes no debate contemporâneo da racionalidade.

Discutindo o problema na sua macro dimensão, há, por exemplo, a obra de Adorno e Horkheimer, fortemente inspirada pela leitura da razão como um processo de desencantamento, ou melhor, de “esclarecimento” do mundo, no qual os homens vão dos mitos à crítica racional dos mesmos, tornando possível o pensamento moderno e, paradoxalmente, acabam caindo vítimas da tecnificação da realidade. Também Habermas segue essa orientação e alicerça sua leitura do processo estrutural de racionalização da vida e da esfera pública nas teorias de Weber. E será em Weber, ainda, analista dos microfundamentos da razão na ação individual, que Habermas descobrirá seu agir racional comunicativo, baseado na proposição teórica de uma dimensão consensual tácita que permeia a ação social.

⁷⁶ Em Marx, o tema da ação racional não aparece explicitamente, a não ser como um problema pensável dentro da lógica dos movimentos das classes sociais. Em Durkheim, a ação é radicalmente determinada pelos conteúdos morais da sociedade, sendo uma escolha racional auto-interessada: de um lado, um valor social típico das formações sociais mais evoluídas na divisão do trabalho, e, de outro, um traço patológico (anômico) da modernidade. Em Simmel, também não há tratamento direto do tema, a não ser em passagens esparsas que entram na tese por meio dos trabalhos de Raymond Boudon, e há as exceções de Pareto e Tarde, autores que têm teorias da ação bem específicas, que serão pontualmente usadas aqui.

Como parece ser regra entre os grandes pensadores, as idéias de Weber sobre a racionalidade encontram-se dispersas em ensaios de diferentes teses⁷⁷. O caráter exploratório e investigativo das reflexões sobre a ação racional é sublinhado pelo próprio autor, que considerava essas reflexões passos iniciais sujeitos a críticas e modificações possíveis em vários pontos, alguns que interessam de perto a esta pesquisa. Por razões de método e em respeito à complexidade dos escritos de Weber, cujo estilo é muito abstrato, procurarei recompor uma leitura dos seus argumentos, que conduzem à noção de ação racional, bem como dos seus limites, entrevistados por ele mesmo.

A racionalização da vida social é um processo geral, que produz “estruturas de consciência” (Habermas) típicas dos contextos da modernidade. Os agentes são “racionalizados” para perceberem uma autonomia crescente entre seus procedimentos cognitivos, suas crenças morais e suas expressões estéticas. Como traço inicial, entende-se por racionalização o “desencantamento” histórico do mundo, separando a dimensão religiosa das estruturas morais e legais da ordenação da vida social, desdobrando-se a modernidade em sociedades nas quais as esferas de valor científico, estético e moral se separam, constituindo lógicas próprias. Tal macro-processo reclama para Weber instrumentos precisos de análise, e isso o leva a ir além das leituras historicistas, típicas do seu tempo, em direção a discutir as formas elementares de tal racionalização.

A *teoria da ação racional* pode ser entendida como uma solução metodológica⁷⁸ para equipar o cientista social com um meio de

⁷⁷ Ver Weber, *Roscher e Knies e os problemas lógicos de economia política histórica* (1903/1906) in *Metodologia das ciências sociais*, vol 1, Campinas, UNICAMP, 1992; *Sobre algumas categorias da sociologia compreensiva* (1913) in *Metodologia das ciências sociais*, vol 2, op. cit.; *Conceitos sociológicos fundamentais* (1921) in *Economia e sociedade*, vol 1 Brasília, UNB, 1991; *A ética protestante...*, op. cit.

⁷⁸ O tema da racionalização em Weber abrange uma grande quantidade de fenômenos, tanto na esfera cultural, religiosa, quanto na análise da ação. Ele recebeu um denso tratamento sistemático em Habermas, *Théorie...* vol 1, op. cit., pp. 159 - 281; A visão "culturalista" da teoria da racionalização encontra-se em Schluchter, *Rationalism, religion and domination*, Berkeley, University of California Press, 1989; Bendix; *Max Weber, um perfil intelectual*, Brasília, UNB, 1986; uma aplicação dessa leitura à teoria

interpretar corretamente processos sociais. Weber se põe a seguinte questão: o que é *acessível à análise* num contexto social que explique os distintos perfis, quer da modernidade se falamos de um processo histórico maior, quer de um caso empírico particular inserido nesse processo? A resposta é: os elementos acessíveis à ciência são as *ações* dos indivíduos que moldam os fatos. A idéia de *ação racional* é a pedra de toque do que Max Weber chama de *sociologia compreensiva*. Para ele, pensar a sociedade de maneira compreensiva significa tomá-la como um fluxo ininterrupto de *ações*, que se encadeiam em relações causais-probabilísticas⁷⁹. Dado o movimento de um agente, haverá, dentro de um universo de probabilidades, outros movimentos de outros agentes que se orientam pela primeira ação observada. A ação é o *quanta* da sociologia weberiana. Analisar um processo social é pensá-lo em termos do *sentido subjetivo* que os agentes dão às suas ações, consideradas as probabilidades de *reação* dos demais agentes da sociedade àquelas ações com sentido (fins subjetivamente visados, porém condicionados pelos meios sociais de realização). O mundo é decomposto em ações, e estas têm no indivíduo seu promotor básico. Isso leva o cientista a perceber empiricamente o que lhe é acessível à compreensão: movimentos criados por indivíduos⁸⁰.

Usar o conceito de ação racional dá ao cientista condições de avaliar as ações que conformam empiricamente o mundo social a partir de

política encontra-se em Avritzer, *A moralidade da democracia*, Belo Horizonte, UFMG/Perspectiva, 1996; para usos teóricos específicos do conceito, ver Brubaker, *The limits of rationality an essay on the social and moral thought of Max Weber*, Boston, George Allen & Unwin, 1984; sobre as questões da irracionalidade em Weber, ver Sica, *Weber, irrationality, and social order*, Berkeley, University of California Press, 1988. A opção de interpretar a teoria da ação racional como uma ferramenta metodológica não é uma solução unânime na literatura sobre Weber, sendo criticada principalmente pela erudita vertente culturalista (Schluchter, op. cit.), porém é uma leitura defensável, inclusive pelo fato de o próprio sociólogo ter localizado boa parte dos seus estudos sobre a racionalidade e a irracionalidade nos seus textos metodológicos.

⁷⁹ Weber, *Conceitos sociológicos fundamentais...*, op. cit., pp. 16 - 17.

⁸⁰ “A finalidade da reflexão ‘compreender’, finalmente também a razão por que a sociologia compreensiva (no nosso sentido) trata o indivíduo isolado e sua ação como unidade última, como seu ‘átomo’, se nos é permitido fazer esta perigosa comparação”; Weber, *Sobre algumas categorias...*, op. cit., p. 322.

um modelo ideal de movimento. Mostrar como esse modelo ideal se constitui enquanto recurso metodológico é o que caracteriza a microsociologia weberiana. É imprescindível retomar sinteticamente a trajetória de Weber sobre a racionalidade do agente individual para compreender suas proposições mais acabadas, porém não definitivas, sobre a ação racional, presentes em seu trabalho mais extenso, *Economia e Sociedade*.

2.1.1 Racionalidade e irracionalidade

Entre 1903 e 1906, Weber se ocupava, na Alemanha, de uma tarefa semelhante à que Durkheim se dedicava na França: ler, criticar e refutar um sem número de teorias bizarras, que se apresentavam como alternativas de explicação sociológica e psicológica da sociedade. Para muitos autores da época, as disciplinas sociologia e psicologia eram indistintas e prevalecia a tendência de se explicar as ações humanas como fruto ora de fatores objetivos, ora de processos psíquicos só acessíveis à introspecção. Em tal tarefa crítica, que Weber cumpriu muito bem, lançando seus adversários na mais profunda obscuridade, forma-se gradualmente uma tipologia da ação racional com possibilidades de gerar um método de análise social. O debate com Knies⁸¹, um dos pensadores que advogavam um caráter irracional imanente à escolha e à ação, é interessante para a formulação de alguns aspectos para a crítica da ação racional. Para autores psicologistas como Knies, a *irracionalidade* resultava, sobretudo, da total liberdade de escolha dos indivíduos, ou seja, do seu *livre arbítrio*. Se um agente pode decidir qualquer movimento, com base exclusivamente em processos psicológicos internos ao seu "eu", o exterior da ação, sua apresentação para o mundo, é *incalculável*, quer dizer, não pode sequer ser interpretada sem o acesso à mente do agente, nem prevista, uma vez que o "livre arbítrio" dá à ação todas as possibilidades de sentido imagináveis.

⁸¹ Weber, *Roscher e Kines...*, op. cit., pp. 31 – 105. Na verdade, Weber critica também, no mesmo texto, uma série de outros autores: Wundt, Münsterberg, Gottl, Lipps, Croce e mesmo Simmel. A propósito, ver também Sica, op. cit., pp. 172 - 185.

Contra tais noções, Weber começa a argumentar que experiências comuns indicam, ao contrário da "incalculabilidade", a existência de uma razão presidindo a coordenação dos atos sociais dentro de um espectro da *previsibilidade*. No seu moderno exemplo, uma sinalização de trânsito supõe, não só uma intenção racional, como a previsão de como os demais agentes reagirão àquele sinal. Da mesma forma, pode-se pensar uma ordem dada por um militar: ela permite entender com alguma exatidão o cálculo que motivou o comando (seus fins). Um engenheiro, ao construir uma ponte, não tomará uma atitude "incalculável", própria de seu livre-arbítrio, mas utilizará procedimentos previsíveis para tal⁸². É possível, pois, compreender a ação humana como um movimento condicionado por seus *fins*, que devem ter sido conscientemente objetivados, uma vez que *existe um número restrito de meios empíricos eficientes para satisfazê-los*. Um agente racional não pode escolher livremente, no sentido do livre-arbítrio. Ele só pode optar por canais *empiricamente eficazes* para satisfazer seus fins e o fará da mesma forma todas as vezes que os mesmos fins demandarem os mesmos meios, de tal forma que o comportamento racional é, dentro de circunstâncias, generalizável e obedece a certas "leis" ditadas pelas *formas eficientes de ação*. Weber:

"Em todos os casos em que compreendemos uma ação humana como sendo condicionada por "fins" que foram conscientemente objetivados, concomitante com o conhecimento claro dos "meios", a "compreensão" atinge um grau especificamente elevado de "evidência". Indagando acerca das razões desse fato, percebemos que essas consistem na circunstância que a relação entre "meios" e "fim" é acessível a uma evidência racional bem semelhante a uma relação causal, que inclui a generalização e as "leis". Não há ação racional sem uma racionalização causal daquela parte da realidade que foi considerada como objeto e meio de influência. Isso quer dizer que esta parte da realidade deve ser enquadrada num sistema de regras empíricas, que nos indicam que grau de êxito se pode esperar em decorrência do nosso comportamento. Mas seria totalmente errôneo se alguém afirmasse que a "interpretação" teleológica de um processo seria, por causa disso, uma "inversão" da

⁸² Id., pp. 46 - 47.

"interpretação causal". No entanto, sem dúvida, está correta a opinião de que não pode haver nenhuma consideração sobre os meios para o êxito de uma determinada ação sem a convicção da confiabilidade das regras empíricas, e a de que, mais ainda e em estreita ligação com a primeira afirmação, se o fim está com bastante nitidez na nossa mente, é quase "determinada" a seleção dos meios, não no sentido de uma necessidade absoluta, nem ao menos numa total ambigüidade, mas numa certa articulação dos diversos elementos. A interpretação racional assemelha-se bastante ao juízo causal hipotético" (os grifos são meus)⁸³.

Com base nessas críticas, Weber inverte, então, o próprio sentido corrente de liberdade de ação. Se os teóricos, como Knies, Wundt, Rikert e outros, trabalharam com uma noção de liberdade referida a uma possibilidade geral de escolha, eles tornavam o agente indeterminado, a não ser pelos seus impulsos internos, inacessíveis à sociologia compreensiva. Weber considera "livre" apenas o agente que possa usar, sem constrangimentos de ordem moral ou estética, um meio empiricamente satisfatório para a realização dos seus fins⁸⁴. Se um meio para se atingir o poder é o assassinato, por exemplo, o agente será "livre" se puder optar por ele, mas se pesar sobre tal meio qualquer constrangimento moral, tal agente não pode ser considerado livre: um meio eficiente foi afastado por razões distintas do cálculo utilitário meios/fins, ou seja, por um fator moral/normativo⁸⁵.

Nesse momento, começa a se configurar a categoria da ação racional como um instrumento analítico, que deu a Weber a possibilidade de estabelecer um domínio específico da sociologia compreensiva, independente das considerações metafísicas e psicológicas, na interpretação da ação social. Em um texto posterior, de 1913, *Sobre algumas categorias da sociologia compreensiva*, o cientista definiu mais claramente as possibilidades do conceito de racionalidade com respeito a fins, sempre se ocupando do problema de encontrar um meio de tornar

⁸³ Ibid., pp. 94 - 95.

⁸⁴ Ibid., p. 97.

⁸⁵ O Príncipe maquiaveliano é um exemplo típico de agente livre, no que toca suas ações. Seus fins são condicionados unicamente pelos meios eficientes disponíveis para conquistar e manter o Estado.

fatos sociais acessíveis à compreensão sociológica. Conforme Weber, não se tratava de, afirmar que o comportamento racional com respeito a fins era a única meta da explicação sociológica, ao contrário, era forçoso reconhecer que as ações em sociedade podiam se originar de todo tipo de estados afetivos e emocionais. Porém, para ele, a explicação teórica atinge as conexões racionalmente compreensíveis quando elucida as ações em termos de fins e meios empíricos regularmente eficientes⁸⁶.

Essa idéia foi refinada, pelo próprio Weber, em investigações posteriores, porém, ainda no mesmo texto, o cientista leva o seu pensamento até alguns condicionamentos fundamentais da ação racional. Interessam muito, para esta tese, as considerações weberianas sobre o conhecimento social supostamente compartilhado, na ordenação das ações instrumentais. Ao pensar o seu agente num contexto social, Weber reflete sobre como comandos e disposições, presentes na mente do indivíduo que decide e age invocando uma norma, têm, necessariamente, de estar também na mente dos outros indivíduos, que responderão à ação. Ele propõe que o campo social, no qual as ações se desenrolam, requer uma ampla gama de *conhecimento consensual*. O exemplo do sinal de trânsito, ou o aceno para parar o trem, são casos nos quais um ator com uma finalidade objetiva se vale de um meio empiricamente eficiente, o aceno da "parada", supondo que tais sinais são consensualmente compartilhados, por aqueles a quem o gesto pretende influenciar.

A teoria de Weber, nesse estágio, tipifica uma *ação orientada por regulamentos*⁸⁷, e considera que regras sociais, explícitas ou não, demandam a suposição de que elas são consensualmente compartilhadas. Weber chega a dizer que um ladrão que se esconde o faz reconhecendo a validade, pelo menos suposta, da regra que violou⁸⁸. Ao tomar a dimensão normativa como uma pretensão de consenso, a teoria weberiana da *ação associativa*, ou nos termos desta tese, da ação coletiva, tem de levar em consideração que a validade atribuída, por todos os agentes envolvidos numa ação, jamais é totalmente explicitada, quer nos contratos, quer na

⁸⁶ Weber, *Sobre algumas categorias...*, op. cit., pp. 313 - 322.

⁸⁷ Id., pp. 325 - 332.

⁸⁸ Ibid., p. 325.

linguagem. Tais reflexões de Weber são proposições claras do problema da intersubjetividade e da afirmação do consenso como um dado que pre-estrutura as interações sociais. Toda *ação em comunidade*, uma das muitas tipologias weberianas, passa a depender necessariamente da *ação por consenso*. Aliás, essa é a base de inúmeros fenômenos visíveis na sociedade de massa, como as reações imitativas, e aqui ele considera que é preciso fazer uma distinção entre um “consenso calculado” e a mera reprodução de um ato “condicionado pela massa”⁸⁹. A questão merecerá um tratamento até mais rígido em escritos posteriores, quando Weber negará um caráter social à imitação.

É, contudo, esse *consenso calculado*, ou seja, a determinação de um agente em sempre proceder “como se” todos os outros envolvidos na ação soubessem interpretar bem seus movimentos e sinais, que preenche totalmente o campo das ações sociais possíveis. Num parágrafo que antecipa Habermas, Weber diz:

*"Uma comunidade lingüística, no caso limite típico-ideal que é racional com relação a fins é representada por inúmeros atos individuais de agir em comunidade, os quais se orientam conforme a expectativa de encontrar nos outros uma "compreensão" de sentido. Que isto acontece em massa entre uma multidão de homens mediante um emprego semelhante provido de sentido de símbolos externamente semelhantes, 'como se' os que falam orientassem o seu comportamento obedecendo a regras gramaticais combinadas tendo em mente um fim, representa por certo também um caso, dado que está determinado por aquela relação ao sentido dos atos dos falantes individuais que correspondem à característica mencionada"*⁹⁰

A economia, por exemplo, que é o lugar por excelência da ação racional com respeito a fins, tem como substrato das trocas possíveis no mercado, bem como de todo uso cotidiano do dinheiro, um consenso geral sobre a validade das regras usadas a todo instante para tratar da equivalência dos bens disponíveis para consumo, um consenso tácito sobre

⁸⁹ Ibid., pp. 334 - 335. Esse ponto é curioso e relaciona-se com as leituras que Weber fazia de Gabriel Tarde e Gustave Le Bon.

⁹⁰ Ibid., p. 333.

a validade de moeda⁹¹. De tal forma, uma ação sem o consenso social que a sustenta torna-se apenas uma possibilidade teórica, que Weber identifica apenas na literatura⁹².

2.1.2 O tipo ideal de ação racional

Numa outra etapa, nos anos 20, já bem perto do fim de sua vida, Weber retoma essas idéias nos *Conceitos sociológicos fundamentais*, que abrem o portentoso e inacabado *Economia e Sociedade*. Mesmo nesse texto, ele não pretende firmar uma tipologia definitiva da ação racional, contudo essa obra tornou-se, sem dúvida, o farol-guia de inúmeras discussões posteriores do tema, incluindo a presente. Embora possa parecer apenas uma reafirmação de pontos só pensados anteriormente, a teoria da ação da maturidade do sociólogo tem ênfases indicadoras dos aspectos que Weber considerava, àquela altura, metodologicamente centrais para a sociologia compreensiva.

Weber se preocupa, inicialmente, em estabelecer uma distinção, que ele próprio considerará sempre muito “tênue”, entre uma ação com *sentido subjetivo (Sinn)* para o agente e a ação meramente *reativa* dos indivíduos a qualquer processo. Interessa à sua teoria definir um *tipo ideal* de ação racional, para poder instrumentalizar, analiticamente, uma ciência social com um conceito que penetre o mundo das ações empíricas, esclarecendo seu significado, nem sempre evidente para os próprios agentes. O debate sobre a ação significativa em Weber pode levar a uma longa reflexão, uma vez que ele próprio não definiu com precisão suas idéias, mas deixou alguns marcos fundamentais para a articulação, que serão usados neste estudo. O primeiro marco indica que o sentido que o agente empresta ao ato é *subjetivamente visado*, seja num caso empírico, seja num modelo ideal construído para fins analíticos. Isso significa mais exatamente que Weber afasta, por princípio, qualquer

⁹¹ Ibid., p. 339.

⁹² “ *Somente o caso limite de um Robinson Crusoe está completamente livre de todo e qualquer agir em comunidade e, portanto, também de todo e qualquer agir em sociedade, um agir por consenso.*” Ibid., p. 339.

debate metafísico sobre a verdade, ou sobre um sentido verdadeiro último do ato racional⁹³.

O sentido é, dessa forma, um elemento do sistema de ação, modificável conforme evolução das perspectivas em campo. O que um cientista tem de fazer para explicar um processo social não é somente emprestar um sentido às ações que tomou para estudo, mas fazê-lo se perguntando qual o sentido dessas ações para os agentes que as perpetraram. Quanto mais o analista puder atribuir objetivos (*fins*) a uma ação, conectando-a aos *meios* empregados para realizá-la, maior será a “evidência” de que a interpretação racional da ação em questão é procedente. Explicar a conexão entre meios e fins é explicar o sentido subjetivo do agente, nos termos de Weber. Como ele mesmo disse: “não é preciso ser César para compreender César”⁹⁴. Basta que se saiba identificar o que César pretendia historicamente e quais os recursos empregados para chegar aos seus fins.

O segundo marco lançado por Weber liga-se ao seu método de raciocínio para responder ao intrincado problema do *sentido subjetivo*, que possibilita ao agente conectar fins e meios eficientes. O ponto é, por sua vez, evitar uma entrega da questão a apreciações psicológicas do sentido, que esvaziam as possibilidades de uma sociologia, jogando por terra todo o esforço de demarcação entre as duas ciências. O método weberiano tampouco deve apelar para uma metafísica dogmática incapaz de adaptar suas proposições a contextos analíticos empíricos. A solução singular que o cientista apresentou deriva evidentemente de sua formação kantiana e é bastante conhecida. Consiste em construir um modelo de ação racional, um *tipo ideal*⁹⁵, totalmente isento de irracionalidades de toda espécie (influências afetivas ou morais à ação), aplicado ao caso em questão, para

⁹³ Weber, *Conceitos...*, op. cit., p. 4. É preciso assinalar como um traço importante em Weber o seu relativismo epistemológico. Há passagens nas quais ele claramente submete as próprias noções de racionalidade e irracionalidade ao ponto de vista do analista, como na famosa nota do capítulo II da *Ética protestante...*, op. cit., p. 140; Sobre o relativismo no conceito de racionalidade weberiano: Brubaker, *The limits of rationality...*, op. cit., pp. 35 - 43.

⁹⁴ *Ibid.*, p. 4.

⁹⁵ *Ibid.*, pp. 12 - 13.

identificar que *meios* são regularmente os mais adequados para equacionar o *fim* imputado (pelo analista) ao agente, ou assumido por este. Quanto mais a ação racional concreta apresenta os caracteres do modelo ideal, para aquele caso, maior a “evidência” para uma interpretação sociológica compreensiva. Não é um método isento de problemas, sobretudo porque Weber não esclarece como distinguir o sentido subjetivo do agente do sentido subjetivo imputado a ele pelo intérprete da ação⁹⁶.

O terceiro marco weberiano, bastante ligado ao primeiro, é a opção do sociólogo pelo individualismo metodológico em sua teoria da ação. Na sua concepção, estruturas coletivas, como o Estado, devem ser tratadas teoricamente como concatenações de ações individuais, pois, em sua sociologia, somente essas são “compreensíveis” enquanto portadoras de sentido. Weber, diferentemente de outros contemporâneos, nega qualquer vigência significativa às formações coletivas enquanto tais, atendo-se, exclusivamente, para fins analíticos, às pessoas reais, que mantêm aquelas coletividades como campo para suas ações. A opção pelo indivíduo tornou a teoria social weberiana problemática para a explicação de certos fenômenos bastante evidentes em sua época, notadamente os movimentos de massa que, não obstante sua relevância para alguns autores lidos pelo próprio Weber, não foi motivo de qualquer atenção específica em sua teoria da ação. Ao contrário, ele se esforça, não sem vacilar, por destituir as reações imitativas de massa do sentido subjetivo que definia a ação social. É importante notar, também, que as derivações do tema da racionalização burocrática, nos termos do próprio sociólogo, levaram-no a pensar em regras e valores de conduta, que se tornam cursos de ação estruturados, ou seja, que não demandam dos agentes qualquer reflexão sobre o sentido dos atos repetidos cotidianamente.

A sensibilidade microssociológica do cientista o levava a decompor analiticamente os fatos em ações, transparecendo em sua postulação o ator individual como típico. Interessa-lhe um agente consciente planejando e executando seus movimentos em direção a fins específicos. Qualquer conduta reativa das massas é menos importante para

⁹⁶ Observação crítica foi feita por Schutz, *Fenomenología del mundo social*, Buenos Aires, Paidós, sd, pp. 37 - 38.

Weber que os projetos e atos dos comandantes dessas mesmas massas. Sua lente foca o demagogo, e não a assembléia que ele arrasta. É claro que isso aponta para limites do seu pensamento, principalmente se é o caso de se analisar o comportamento reativo dos grupos que aderem e reproduzem discursos e opiniões emitidos por atores mais centrais na disputa pelo poder. Talvez esse fosse, para Weber, um campo de investigação específica: um tipo de ação na qual os agentes não operam sentidos subjetivos conscientes, mas trabalham com imitações e repetições, automatizando o movimento. As referências a Le Bon e Tarde⁹⁷ nos estudos dos conceitos fundamentais da sociologia compreensiva indicam, talvez, que Weber reservava um papel próprio para uma *psicologia social* na explicação das ações automáticas, não projetadas racionalmente, tão somente implementadas em cadeias de repetição, como uma onda.

É conveniente, contudo, mostrar a própria tensão existente nesse ponto, que, certamente, não faz parte da discussão dos conceitos

⁹⁷ Embora Weber aparentemente olhe Tarde e Le Bon como psicólogos sociais, é importante sublinhar que as teorias de ambos são substantivamente diferentes, pois, enquanto Gustave le Bon (realmente um psicólogo) considerava as massas e os grupos como *irracionais*, Tarde, por oposição, buscava nos grupos (*públicos*) uma *lógica de comportamento* baseada na imitação. Para o sociólogo francês, a imitação é a ação social por excelência. Tarde, com certeza, discordaria de Weber quanto a destituir as imitações de um caráter social, empurrando-as para o campo explicativo da irracionalidade. A propósito, ver Weber, *Conceitos...*, op. cit., pp. 14 - 15; Tarde, *A opinião e as massas*, São Paulo, Martins Fontes, 1992; Moscovici, *La era de las multitudes, un tratado histórico de la psicología de las masas*, México D. F., Fondo de Cultura Económica, 1995. Vargas, *Gabriel Tarde e a microsociologia*, Dissertação de Mestrado em Antropologia, Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1992. Particularmente considero precárias as soluções para tratar fenômenos de público e massa reduzindo-os, quer a um agregado de agentes individuais que superpõem opiniões numa direção comum, quer tomando-os como um único ser distinto do individual, ou ainda por oposição, negando a tais movimentos um caráter racional e social. Tais abordagens esvaziam os caracteres próprios dessas formações coletivas. Minha opção é pensá-los como agregações com uma lógica interna específica (portanto, um certo grau de racionalidade) relativa à repetição e simultaneidade de opiniões, distinta de qualquer lógica individual. Não pensar modalidades da idéia de *atores sociais coletivos* é um preço do individualismo metodológico, porém não é possível, nesta tese, avançar muito sobre esse debate, embora ele ronde o tema desta investigação.

fundamentais da sociologia compreensiva por acaso. Weber tenta esboçar a linha divisória entre a ação racional e a irracionalidade, embora tenha faltado a ele um conceito mais adequado, como as *ações não-lógicas* de Pareto⁹⁸. O cientista manterá a preocupação de criar uma identidade entre racionalidade e sentido subjetivamente visado, o que parece ser atributo exclusivo de indivíduos. Os limites são, contudo, muito fluídos. Com certeza, é na diferenciação entre uma ação individual com sentido de uma ação homogênea de massa que Weber enfrenta, por razões importantes, seu maior problema: pois ele pretende, como foi dito, retirar do seu tipo ideal qualquer ação “influenciada” pelo comportamento de outras. Por “influência” entenda-se, no caso, um fenômeno de transmissão da ação que independe da reflexão, como, por exemplo, a imitação. Ora, para Weber, em princípio, o problema das ações de massa e suas reações propagativas, não obstante o seu impacto no campo político, deve ser operado analiticamente por teorias nas quais o conceito de racionalidade não é central, como em Tarde ou Le Bon. Esse aspecto fica mais interessante quando tais reações homogêneas parecem interagir com um ou vários discursos formulados por estratégias racionais. A propagação automática como um meio de ação não racional, gerado a partir de um ato originalmente revestido de sentido (racional), fica sem possibilidades analíticas pela sociologia compreensiva, se os critérios do seu autor forem considerados inflexíveis. Weber percebeu esse problema ao fazer referência à figura do demagogo, entretanto não se interessou em refletir mais profundamente sobre o ponto. O orador coloca, de um lado, a racionalidade de um agente, que desenvolve uma ação com respeito a fins, passível de estudo enquanto ação racional (com sentido), por exemplo, persuadir um auditório a votar sua causa, porém o auditório, ao

⁹⁸ Para Pareto, as ações racionais ou “lógicas” são exclusivas da ação econômica (meios/fins), e à sociologia cabe o estudo das ações não-lógicas, que são compostas tanto por elementos subjetivos (*resíduos*), quanto por noções de pensamento socialmente compartilhadas, mas desprovidas de validade (*derivações*). Ver Pareto, *Tratado de sociologia geral*, in Rodrigues (org.), *Pareto Sociologia*, São Paulo, Ática, 1984 e Boudon, *The logic of social action*, Boston, Routledge & Kegan Paul, 1981, pp. 1 - 17. Para uma aproximação entre Weber e Pareto, ver Sica, *Weber, irrationality...*, op. cit., pp. 225 - 264 .

simplesmente aderir por persuasão à sua retórica, repetindo automaticamente os argumentos do seu discurso, não produz uma ação dotada de sentido, mas, sim, uma ação não-racional, de caráter imitativo, “influenciada” pelo demagogo.

2.1.3 Interação e tipos de ação

Na sua definição do conceito de *ação social*, Weber se esforça em pensar seu agente individual orientando-se sempre em relação a “outros”⁹⁹. Estabelece aí um ponto que seria futuramente explorado por sua fertilidade: *ação é interação*. Há sempre “outros” e ações de “outros” que estão no horizonte de racionalização do agente individual weberiano. Essa idéia abre possibilidades e necessidades analíticas: Uma vez que uma ação existe interagindo com outras ações, as questões relativas à comunicação e à troca de informações entre os agentes tornam-se centrais. As conexões entre as subjetividades dos agentes estão postas como um problema importante nesse quadro. O exemplo perfeito de ações orientadas pelo comportamento de outros é, para Weber, as interações no mercado. O componente econômico dessa relação é social na medida em que considera sempre a ação de terceiros¹⁰⁰. O que pode caracterizar um campo específico de aplicação de sua teoria da ação é o mundo dos atores políticos, aqueles que estão atentos aos movimentos uns dos outros e estabelecem os fins aos quais perseguem. Cada uma dessas ações é, teleologicamente, orientada. Com o campo demarcado da ação racional, o cientista produziu uma classificação mais específica de tipos de ação social, avançando em relação a textos passados ainda que, uma vez mais, ele ressaltasse o caráter exploratório do seu trabalho, sujeito a mudanças futuras, que ele não pôde fazer.

"A ação social, como toda ação, pode ser determinada: 1) de modo racional referente a fins: por expectativas quanto ao comportamento de objetos do mundo exterior e de outras pessoas, utilizando essas

⁹⁹ Weber, *Conceitos sociológicos...*, op. cit., pp. 13 - 14.

¹⁰⁰ Id., p.14; e também: Brubaker, op. cit., pp. 10 - 16.

expectativas como "condições" ou "meios" para alcançar fins próprios, ponderados e perseguidos racionalmente, como sucesso; 2) de modo racional referente a valores: pela presença consciente no valor - ético, estético, religioso ou qualquer que seja sua interpretação - absoluto e inerente a determinado comportamento como tal, independentemente do resultado; 3) de modo afetivo, especialmente emocional: por afetos ou estados emocionais atuais; 4) de modo tradicional: por costume arraigado".¹⁰¹

Em sua classificação ideal das ações racionais, Weber distingue, primeiramente, dois tipos: ação determinada de modo racional referente a *fins* e de modo racional referente a *valores*. Na primeira, o agente configura expectativas do futuro quanto ao comportamento dos outros agentes e objetos do mundo exterior à sua subjetividade e usa tais expectativas como meios para realização de seus fins. No segundo, o agente utiliza sua racionalidade instrumental para perseguir valores religiosos éticos, estéticos ou de qualquer outra natureza, que determinam, especificamente, certos comportamentos, independentemente da eficácia em alcançar o resultado. Agregando-se esses dois tipos, ele pensa, também, em outros dois tipos de substrato não-racional: as ações determinadas de modo *afetivo*, isto é, por estados emocionais em ato, e de modo *tradicional*, fundado na repetição pelo costume. As duas últimas não são, por definição, ações com sentido. Nos dois casos, o agente não se detém na elaboração das conseqüências de sua ação, mas, ao contrário, movimenta-se irrefletidamente, pela cegueira das emoções ou pelo peso ritual da rotina e do hábito. Sendo esses os tipos mais freqüentes de ações encontradas na reprodução cotidiana da sociedade, conclui-se que a ação racional é um tipo muito especial e particular de ação, que trabalha orientada por *projetos*, que normatizam conscientemente meios para se realizarem fins. A própria ação racional referente a valores é considerada como contendo um componente de irracionalidade, se comparada ao primeiro tipo puro, no qual os fins e sua transitividade não estão ancorados em qualquer ética, mas, sim, em um compromisso com resultados¹⁰². Essa

¹⁰¹ Weber, *Conceitos...*, op. cit., p. 15.

¹⁰² Id., pp. 15 - 16.

classificação leva a separar do tipo ideal de racionalidade tanto a reatividade do comportamento tradicional, quanto as irracionalidades afetivas. A racionalidade ou é pura, isto é, existe como construção teórica para definir as características da ação orientada exclusivamente por fins, ou manifesta-se empiricamente, atada a valores.

O conceito de modo racional referente a fins, ao incorporar a idéia de interpretação das expectativas sobre o futuro, antecipa as modernas noções de estratégia tratando esse aspecto como parte da dimensão instrumental, como meio para alcançar fins. A razão pode ser entendida, a partir do marco microssociológico weberiano como um *instrumento*. O modo racional referente a valores pretende inserir a racionalidade num contexto: o espaço dos constrangimentos religiosos, morais, éticos e legais. Weber toma esse mundo ético-normativo, que será tão caro a intérpretes futuros do seu pensamento, como a esfera de fundamento dos fins pelos quais os agentes se movem. Sua atenção é, principalmente, voltada para as definições dos modos de conduta, das relações de hierarquia e dominação¹⁰³.

A racionalidade com respeito a fins, se não interpreto Weber erradamente, é tanto um instrumento metodológico, tipo ideal, para a

¹⁰³ A idéia de uma realidade orientada por valores contraposta a uma orientação exclusivamente por fins torna-se uma dicotomia conceitual básica da ciência da ação weberiana. Ele chega mesmo a interpretar, em outro momento, essa dualidade em termos da elaboração de duas éticas para a ação política. Uma *ética finalista*, contraposta a uma *ética da responsabilidade*. A primeira busca fins políticos independentemente das conseqüências da ação. Um terrorista islâmico numa missão suicida ilustra, com um caso extremo, os problemas dessa orientação na política. Já uma ética da responsabilidade implica uma orientação racional, no sentido de que as ações são executadas na política, após a avaliação de suas conseqüências em direção à satisfação dos fins postos. Como uma ética perfeitamente racional e responsável só se orienta pelo cálculo, uma ética dos "fins últimos", na qual o agente não mede as conseqüências dos seus movimentos, indo sempre rumo ao fim estabelecido, dará sempre à ação um caráter de irracionalidade. Ao considerar a possibilidade de uma "ética racional", Weber se contrapõe ao seu próprio pessimismo expresso na *Ética Protestante*, onde de um mundo totalmente racionalizado só se pode esperar o encarceramento do homem pelos procedimentos técnico/burocráticos, ver Weber, *A política como vocação*, in *Ensaio de sociologia*, op. cit., pp. 142 - 153.

interpretação das ações postas no mundo, quanto uma possibilidade real de orientação empírica dos atores, isto é, qualquer agente pode atribuir um sentido racional à sua ação e tratá-la economicamente, optando pelos meios eficientes sem considerar impedimentos de ordem moral/normativa. Weber não teria dificuldade em entender, como racionais e eficientes, as ações de um mandarim chinês para obter prebendas do príncipe, como, da mesma maneira, olharia os passos de um jesuíta lutando por poder numa corte espanhola, independentemente do arcabouço ético distinto entre um confucionista e um católico contra-reformista. A racionalidade é, reiterando, um instrumento num contexto de normas. Tal contexto pode aparecer como resistência ou como recurso para a ação. A esse contexto normativo somem-se, também, os elementos de natureza afetiva, que podem perfeitamente operar tanto a favor quanto contra a realização dos fins postos. A contribuição de Weber à teoria da ação e da racionalidade foi decisiva. Não obstante o fato de a sua não ter sido a única teoria disponível nesse campo, o tema ficou indissolúvelmente ligado às suas formulações. Com a finalidade de avaliar os desdobramentos do conceito de ação racional é necessário considerar como o modelo básico de Weber, centrado na definição da ação como um movimento dotado de sentido e orientado pelo comportamento de outros, pode ser retomado por outras vertentes, começando pela sociologia fenomenológica de Alfred Schutz.

2.2 A leitura fenomenológica da ação racional: Schutz

A escolha de Schutz para balizar uma análise da ação racional iniciada com Weber assenta-se em um critério técnico: a interpretação fenomenológica da ação social¹⁰⁴, feita pelo filósofo e cientista social austríaco, tem como base as idéias weberianas, avançando em facetas que não estavam desenvolvidas, mas apenas implicadas pelas idéias expostas originalmente nos conceitos introdutórios ao *Economia e Sociedade*. Schutz trata dos problemas da ação e da racionalidade tendo como eixo básico de sua obra o debate sobre a construção da vida cotidiana, ou seja,

¹⁰⁴ Schutz, *Fenomenología del mundo social*, Buenos Aires, Paidós, sd.

sobre os mecanismos de percepção e ação que constituem e possibilitam uma ordem social, assumida pelos atores como *natural*. Sua obra integra contribuições de diferentes vertentes da filosofia, com ênfase nas teorias fenomenológicas de Husserl, na teoria bergsoniana da consciência e no pragmatismo de James e Dewey¹⁰⁵. Para Schutz, a ordem social é *pressuposta* pelos agentes e, exatamente por isso, tem conseqüências específicas para as ações racionais operadas no mundo das interações sociais.

Como todos os autores usados nesta pesquisa, é preciso delimitar em Schutz os conceitos centrais que configuram sua teoria da ação racional, que são 1) a noção de *atitude natural* (ou *realidade do sentido comum*), como o campo por excelência da ação social; 2) a noção de racionalidade como a faculdade de *projetar atos*; e 3) a noção de *múltiplas realidades*, como uma construção conceitual necessária à explicação da ação.

2.2.1 Atitude natural

É conveniente começar pela *atitude natural*, uma vez que esse é o lugar próprio da ação em sociedade. Também para Schutz, o mundo social é constituído pelas *ações* dos seres que o compõem. Um movimento sem fim, como sugere a sociologia compreensiva. Ele aceita, como Weber, a idéia de que a ação deva ser sempre pensada em termos de indivíduos e amplifica a necessidade de tratar a ação em termos *interativos*¹⁰⁶. O

¹⁰⁵ Para uma visão geral do trabalho de Schutz e suas influências, ver Natanson, *Introducción*, in Schutz, El problema de la realidad social, Buenos Aires, Amorrortu Editores, 1974, pp. 33 - 74; e também Heeren, *Alfred Schutz and the sociology of common-sense knowledge*, in Douglas (org.), Understanding everyday life, Chicago, Aldine Publishing Co., 1970.

¹⁰⁶ Para a questão das interações como estruturas básicas na teoria de Schutz, ver Schutz e Luckmann, *Las estructuras del mundo de la vida*, Buenos Aires, Amorrortu, 1977, pp. 25 - 41; e também o interessante estudo aplicado do filósofo Schutz, *La ejecución musical conjunta, estudio sobre las relaciones sociales*, in Estudios sobre teoría social, Buenos Aires Amorrortu, 1974.

indivíduo não está isolado, e seu próprio "eu" depende das *relações típicas* que estabelece com os outros indivíduos.

O elemento crucial para o entendimento do que vem a ser o mundo da vida cotidiana é o seu caráter *pressuposto*. As pessoas agem supondo um mesmo universo existente para si e para todos. O mundo cotidiano, no qual os agentes interagem, implica uma *crença*, ou atitude, *intersubjetivamente compartilhada*: a suposição de que todos estão percebendo mundo num mesmo plano comum e aceitando seus fatos como reais para todos os que nele estão, o *mundo vivido* como Habermas concebeu mais tarde. Tecnicamente a atitude natural é a suspensão de qualquer dúvida sobre a existência de uma realidade preponderante sobre todas as outras. Schutz:

"Por mundo de la vida cotidiana debe entenderse ese ámbito de la realidad que el adulto alerta y normal simplemente presupone en la actitud de sentido común. Designamos por esta presuposición todo lo que experimentamos como inquestionable; para nosotros, todo estado de cosas es apromblemático hasta nuevo aviso. (...)En la actitud natural, siempre me encuentro en el mundo que presupongo y considero evidentemente 'real'. Nací en él, y presumo que existió antes de mí. Es el fundamento incuestionado de todo lo dado de mi experiencia, el marco presupuesto por así decir, en el cual se colocan todos los problemas que debo resolver"¹⁰⁷.

A certeza de que o mundo existe antes de mim e vai continuar depois que eu me for sustenta a história dos meus predecessores, a interação com os contemporâneos e os projetos que os afetarão e aos meus sucessores. A atitude natural trabalha com a "certeza" dos agentes quanto a uma realidade exterior a todas as subjetividades, tomando como dado o mundo existente e suas leis. Só assim os agentes podem reproduzir, rotineiramente, as condições dessa realidade, que é apreendida a partir do conhecimento de "receitas" e comportamentos típicos, sacados para

¹⁰⁷ Schutz e Luckmann, *Las estructuras...*, op. cit., p. 25.

compreender e dar continuidade à ordem social¹⁰⁸. Algo muito semelhante às considerações de Weber sobre a ação por consenso.

As experiências cotidianas vividas e transmitidas pelos e para os agentes sociais formam o que a sociologia fenomenológica chama de *estoque de conhecimento*¹⁰⁹. O estoque de conhecimento é o conjunto de saberes, informações e operações do dia-a-dia de que o agente dispõe para interagir com o mundo, interpretá-lo e adaptar-se a ele. Obviamente, há situações nas quais o estoque de conhecimento é incapaz de decodificar e explicar a situação em que o agente se encontra, mas a vida social se desenvolve na crença de que, se o conhecimento de um agente falha, existe sempre um outro agente capaz de interpretar o problema e lidar com ele. O estoque de conhecimento das pessoas comuns sobre economia e inflação não pode explicar as oscilações da bolsa de valores, porém essas pessoas "sabem" ou "supõem" que existem *experts* com habilidades para responder a qualquer questão sobre aqueles problemas. De tal forma, gera-se a certeza de que os fatos do mundo têm sempre uma explicação razoável, senão por nós, pelo menos por alguém. Esse é um dos elementos da atitude natural; o mundo existe e é coerente. Sua ordem está garantida numa tautologia: há ordem porque se supõe que há uma ordem e, se ela for desafiada, há uma ampla teia de agentes que tratam de explicá-la, com base em seus estoques de conhecimento. Os agentes revalidam ou modificam seus estoques de conhecimento, principalmente, por meio de seu uso interativo. Esse é o saber consolidado no processo de rotinização das experiências cotidianas e é o critério imediato para a tipificação (enquadramento) dos dados vividos em fatos reconhecíveis e socialmente intercambiáveis.

¹⁰⁸ Schutz, *El sentido común y la interpretación científica de la acción humana*, in *El problema de la realidad social*, op. cit., pp. 35 - 71.

¹⁰⁹ Id., pp. 38 - 40. O conceito de estoque, ou acervo, de conhecimento é um dos principais elementos estruturadores da sociologia de Schutz. Trata-se de um conjunto vasto e fragmentado de experiências intersubjetivamente rotinizadas pelos procedimentos diários e funciona como uma espécie de saber *a priori* que o agente usará como primeiro recurso cognitivo nas interações sociais. Para uma análise detalhada do conceito, ver Schutz e Luckmann, *Las estructuras...*, op. cit., pp. 109 - 313.

A noção de atitude natural leva a uma descrição da forma como um sistema de ação pode existir no tempo, independentemente das limitações biográficas particulares dos agentes. Se uma subjetividade perece, há a crença generalizada de que seus saberes socialmente relevantes estão preservados pelas outras subjetividades, com as quais ela interagia. Estabelecendo o espaço da atitude natural como o substrato no qual a racionalidade se exerce, Schutz aponta para um fato essencial: escolhas racionais são sempre dependentes de uma esfera *pré-predicativa* ou *pré-reflexiva*, formada por conjuntos de noções típicas¹¹⁰, que serão sacadas para conformar as percepções que os agentes têm do mundo. Uma escolha racional tem, não só, os limites externos objetivos, colocados pela sociedade, mas, também, limites internos, determinados pelo estoque de conhecimento típico dos agentes.

2.2.2 As protensões do futuro

Debruçando-se sobre a teoria da ação racional de Weber, Schutz critica nela a falta de clareza da noção de *ação significativa* (aquela que possui um sentido subjetivo para o agente), e procurardeterminar o que se pode entender como *sentido racional* de uma ação. O primeiro passo, que Schutz julga conveniente para estabelecer um conceito de significado, ou sentido (*Sinn*), a partir de Weber, é diferenciar um aspecto não desenvolvido por ele. A diferença entre *ação e ato*¹¹¹. Tal distinção é importante para a idéia de *projeção*, pois Schutz considera a "ação" a *execução de um projeto*. E "ato", o ponto onde o agente *completa* o movimento anteriormente imaginado no projeto. Esta distinção tão simples é essencial para se entender o papel do projeto na constituição de uma ação com sentido.

Uma ação racional não se limita à retenção (memória) do ator quanto aos dados do mundo, nem à sua reprodução, porém ela pode configurar *antecipações* da realidade, num *tempo de futuro perfeito*,

¹¹⁰ Id. pp. 45 - 48; *Fenomenología...*, op. cit., pp.108 - 115; Schutz e Luckmann, *Las estructuras...*, op. cit., pp. 224 - 235.

¹¹¹ Schutz, *Fenomenología...*, op. cit., pp. 68 - 74.

projetando-os em *atos finalizados*. A ação com sentido orienta-se por um projeto, uma *protensão*¹¹² do futuro, concebida como a antecipação de um futuro possível. Este movimento é a prefiguração de um ato completo, e não a percepção de uma ação ainda em curso. Para uma visão clara desta distinção, considere-se dois exemplos. Um agente pensa em fechar uma janela, para interromper o vento que o incomoda. Na sua mente, ele imagina o ato terminado, ou seja, a janela fechada, e isso basta para guiar todo seu movimento. O agente não se detém em imaginar cada etapa de sua ação, que inclui sair de sua posição, dar um certo número de passos e fechar janela¹¹³. O "ato completado" é seu projeto e dá sentido à sua ação. Num outro exemplo, mais complexo, o agente decide tornar-se doutor em ciência política e imagina-se nessa condição, com sua tese já escrita. Todos os problemas concretos da execução de sua tarefa são desconhecidos do projeto original, mesmo que possam ser imaginariamente deduzidos, quando as etapas de cumprimento da ação forem postas na mente do ator. Esse segundo exemplo demonstra que um projeto de longo prazo é composto de uma série de atos completos. No exemplo da tese, cada capítulo, cada seção com o orientador, supõe então subprojetos correspondentes. O fato do agente pensar o ato completado, e não suas etapas, levanta a questão plausível de que as possíveis resistências encontradas na execução da idéia finalista, podem produzir reorientações da mesma. A tese que consagra, finalmente, um doutor pode ser bem diferente daquela que inspirou sua ação originalmente. Schutz:

"El proyecto se relaciona en outro aspecto com el acervo de conocimiento a mano. Esto resulta claro cuando analizamos si lo que si anticipa en el fantaseo o el proyectar es el futuro proceso en el curso de la acción, tal como se desarrollará etapa por etapa, o el resultado de esta acción futura, el acto ya cumplido. Se advierte con facilidad que este último es el punto de partida de todo el nuestro proyectar. Antes de poder esbozar cada paso de mi actuar futuro, debo visualizar la situación que será creada mediante mi futura acción. Dicho en términos metafóricos,

¹¹² Id. pp. 87 – 92; e Schutz, *Tiresias, o nuestro conocimiento de sucesos futuros*, in *Estudios...*, op. cit.

¹¹³ O exemplo da janela é de Schutz, *fenomenologia...*, op. cit., p. 90.

*antes de trazar los planos debo tener alguna idea de la estructura que quiero construir. De modo que, para proyectar mi acción futura tal como se desarrollará, debo situarme imaginariamente en un tiempo futuro, cuando esta acción ya haya sido efectuada, cuando se haya materializado el acto resultante. Sólo entonces puedo reconstruir cada uno de los pasos que 'habrán' producido esse acto futuro"*¹¹⁴

A ação com sentido é, pelo que foi dito, uma *ação teleológica*, pois seu significado corresponde a um projeto entendido como *protensão do futuro*. Ao definir a ação racional como um projeto consciente do agente e, conseqüentemente, composto de uma série de atos intermediários, Schutz retoma um ponto: ação racional é essencialmente um movimento *projetivo/operatório* de articulação de meios (ações) para a realização de fins (atos completos). Obrigatoriamente, toda eleição racional supõe que o projeto "fantasiado" pelo agente, que pode imaginar diferentes cursos alternativos¹¹⁵, possui forte determinação do estoque de conhecimento detido por ele. Os projetos futuros serão tanto mais fáceis quanto mais puderem ser pensados dentre alternativas típicas. Essa consideração, coerente internamente para Schutz, leva a um problema antevisto por Weber porém, infelizmente, não desenvolvido por ele mesmo.

Weber, como já foi dito, exclui as ações automáticas e reativas da vida social do conceito de ato significativo. Porém, a sociedade se compõe principalmente de ações rotinizadas, nas quais os agentes repetem procedimentos sedimentando-os automaticamente no cotidiano. A rotinização e a reprodução pelo hábito institucionaliza o mundo das relações sociais. As rotinas tornam-se cursos de ação que minimizam os esforços de reprodução de escolhas. Pois aí é a questão: ao tomar o mundo como dado e agir conforme regras estabelecidas na atitude natural, o agente realiza suas escolhas *reativamente*, sem se colocar o projeto que dá sentido aos seus movimentos. Schutz pensa que a rotinização da vida é a sedimentação de vivências significativas, que vão construindo parâmetros

¹¹⁴ Schutz, *Tiresias...*, op. cit., pp. 265 - 266.

¹¹⁵ Schutz, *La elección entre diversos proyectos de acción*, in *El problema...*, op. cit., pp. 86 - 108.

de ação. Desse modo, a seu ver, esse é um componente do processo de racionalização do mundo pensado por Weber. Essa é uma interpretação específica de Schutz¹¹⁶, pois Weber negava, embora não muito enfaticamente, o caráter de ação significativa (portanto racional) às ações reativas ou simplesmente reiteradoras de hábitos e rotinas, como as ações de tipo tradicional. O agente que repete por hábito uma ação se afasta do tipo ideal weberiano de ação significativa, no entanto usa, como matriz do seu procedimento, a racionalidade de seu movimento anterior, dotado de sentido, que guia as demais ações. O ponto não é simples, pois, ao aplicar uma “receita típica” para resolver uma escolha, o agente está, ao mesmo tempo, usando seu conhecimento estocado como meio eficaz para atingir um fim e também reagindo da forma não reflexiva, vale dizer, não significativa em termos do sentido subjetivo que orienta a ação racional. Talvez aqui a teoria mostre novamente a face do paradoxo: ações racionais, ao se repetirem, sedimentam cursos de ação que passam a se impor pré-reflexivamente aos agentes, impedindo que exerçam plenamente a faculdade de projetar racionalmente as possibilidades dos seus atos. A solução de Schutz é, num primeiro instante, encampar a distinção parsoniana (por sua vez inspirada em Pareto) entre *racionalidade* e *razoabilidade* da ação¹¹⁷.

Uma ação “razoável” é aquela na qual o agente, diante das escolhas distintas, segue pautas tradicionais ou habituais pressupostas para aquela ação (o modelo mais próximo fica entre a *racionalidade com respeito a valores* e a *conduta tradicional* de Weber). Já a ação racional implica uma cuidadosa avaliação projetiva que demonstra, tanto para o agente, quanto para o analista, clareza sobre meios, fins e conseqüências do ato, uma *ação lógica* nos termos de Pareto. O resultado tanto em Pareto, Parsons e Schutz será a conclusão de que a sociedade opera com um mínimo de ações propriamente racionais e que a *razoabilidade*, essa forma intermediária entre um ato automático e uma ação projetada, toma um espaço maior na explicação dos processos da ação social. Os projetos

¹¹⁶ Schutz, *El problema de la racionalidad en el mundo social*, in *Estudios sobre teoría social*, Buenos Aires Amorrortu, 1974, pp. 74 - 77.

¹¹⁷ Id., pp. 70 - 74.

passam a ser protensões guiadas pelos estoques típicos do conhecimento que enquadram os dados da experiência. Os ensaios de Schutz optarão por demonstrar sempre o caráter ambíguo e fluido da definição de racionalidade, percebendo, assim como Weber o fizera, que o tipo perfeito de ação racional, se pode ser concebido teoricamente, dificilmente tem lugar na vida comum. As ênfases da sociologia fenomenológica passarão a recair na análise do mundo pressuposto, como a teia que garante a ordem das interações. O espaço da racionalidade será, contudo, resguardado, uma vez que Schutz concebeu uma teoria com possibilidades de explicar como um agente pode transitar da atitude natural para uma leitura racional da realidade, quer como analista, quer como agente. Essa teoria se sustenta em dois conceitos centrais: a idéia husserliana de *redução* (epoché) e a idéia pragmatista de *múltiplas realidades*, referida a William James.

2.2.3 A desconexão e as múltiplas realidades

Para compreender como um agente racional trabalha com múltiplas realidades interligando-as numa ação social concreta, é preciso entender o conceito de *redução fenomenológica*¹¹⁸. O conceito de *redução* é a descrição husserliana do movimento cognitivo da consciência, que habilita ao *cogito* tomar um fenômeno da realidade, colocando-o em "suspensão", isto é, eliminando dele todos os seus aspectos pressupostos e intuindo sua essência. A consciência conhece, ao colocar os fenômenos “entre parêntesis”, *desconectando-os* das considerações, que o senso comum, a atitude natural, lhes atribui. Trata-se de uma radicalização do método cartesiano da dúvida. O analista coloca em dúvida todas as atribuições do fenômeno, com a finalidade de intuir sua essência. O processo de redução fenomenológica, que em muito se assemelha à construção weberiana de tipos ideais, é o caminho da razão plena que abandona o universo das receitas típicas da atitude natural para, num plano de abstração máxima, compreender transcendentemente seus objetos.

¹¹⁸ Para a idéia de redução, ver Husserl, *A idéia da fenomenologia*, op. cit., pp. 69 - 80; Schutz, *Conceptos fundamentales de la fenomenología*, in *El problema de la realidad...*, op. cit., pp. 115 - 117.

Se a redução, como um processo de conhecimento, consiste em desenvolver um estado de *dúvida total* com relação aos fenômenos perceptíveis, Schutz dirá que a atitude natural também opera com um tipo peculiar de "redução". Essa consiste, por oposição à razão transcendental, em justamente *suspender qualquer dúvida sobre a faticidade do mundo*. O homem comum age mediante uma *epoché* "específica" que, ao contrário de radicalizar a dúvida sobre o mundo, vai, no sentido contrário, eliminando para si as dúvidas sobre a existência de todas as ordens e normas que ele assume, bem como as dúvidas de que essas ordens também são intersubjetivamente compartilhadas. A atitude natural é a *certeza intersubjetiva* (ou ausência total de dúvida), operando plenamente¹¹⁹.

*"la fenomenología nos ha enseñado el concepto de epoché fenomenológica, o sea, la suspensión de nuestra creencia en la realidad del mundo como un recurso para superar la actitud natural radicalizando el método cartesiano de la duda filosófica. Puede aventurarse la sugerencia de que el hombre en la actitud natural utiliza también una epoché específica, por supuesto, muy distinta de la que emplea el fenomenólogo. No suspende la creencia en el mundo externo y sus objetos; por el contrario, suspende la duda en su existencia. Lo que coloca entre paréntesis es la duda de que el mundo e sus objetos posan ser diferentes de lo que se le aparecen. Proponemos denominar a esta epoché, la epoché dela actitud natural"*¹²⁰ (ênfases no original).

Para ampliar essa transição dicotômica entre um espaço da razão transcendental, caracterizado pela dúvida radical, e a atitude natural, reino da certeza acrítica, Schutz propõe que os agentes percebem o mundo,

¹¹⁹ A atitude natural, caracterizada como uma inversão da *epoché* transcendental é uma idéia própria de Schutz, desenvolvida no ensaio *Sobre las realidades múltiples*, in *El problema...*, op. cit., pp. 213 - 214. A idéia da "certeza" do senso comum como um estado de "suspensão de dúvida" também é uma tese que aparece em Wittgenstein, *Da certeza*, op. cit. Wittgenstein analisa como uma atitude de "eliminação de dúvidas" sobre os sentidos, e não de "certeza", as condições da filosofia empirista de Moore, para afirmar a certeza das percepções dos sentidos, entendendo-se por isso a possibilidade de uma proposição verdadeira baseada na percepção.

¹²⁰ Schutz, *Sobre las realidades múltiples*, in *El problema...*, op. cit., p. 214.

não como uma ou duas, mas como uma multiplicidade de realidades¹²¹. A idéia é de que a leitura que a consciência de um agente faz do universo transita entre estados particulares da realidade, "saltando" entre eles por meio de reduções fenomenológicas, indo e voltando para a atitude natural, que se torna a âncora dessas transições. Há múltiplas realidades, e uma delas é considerada, pelos formadores da sociedade, "a" realidade, ou seja, o mundo da vida cotidiana. Numa leitura fenomenológica, quando um alguém assiste a um filme, participa de um culto religioso ou dança euforicamente numa festa sua consciência está vivendo realidades específicas com uma estrutura interna também específica. Terminado o filme, a festa ou o culto, o mesmo agente assumirá as condutas típicas da vida cotidiana (assim como era capaz de lançar mão das condutas típicas, para cada uma daquelas realidades por ele percebidas)¹²². A distinção dos mundos do sono e da vigília é talvez a mais forte ilustração das transições de uma consciência entre mundos específicos. O ponto interessante dessa teoria e que terá fecundos resultados na presente investigação consiste em sublinhar que experiências elaboradas pelo agente em uma realidade específica podem ter influência em outras realidades, notadamente na atitude natural, que preside as ações em sociedade.

A idéia de múltiplas realidades retornará a esta tese, na medida em que ela cumpre um papel central na proposição do modelo de racionalidade centrado na retórica. Ao projetar sua ação, o agente cria um mundo, uma realidade específica, intersubjetivamente comunicável pela linguagem, passando, em seguida, ao resistente mundo da atitude natural, onde seu projeto é apenas uma imagem mais ou menos nítida de fins e meios, que devem ser conformados à tipicidade dessa realidade preponderante. Projetos racionais de ação são, por conseguinte, *reduções*

¹²¹ Id., pp. 216 - 238.

¹²² Uma aplicação do conceito de múltiplas realidades nesses termos encontra-se em Berger e Luckmann, *A construção social da realidade*, Petrópolis, Vozes, 1985. A idéia de *múltiplas realidades* foi central na explicação teórica desenvolvida em minha dissertação de mestrado sobre a relação entre estados de êxtase e suas conseqüências para a ação, ver Magalhães, *Crítica da razão ébria, reflexões sobre drogas e a ação imoral*, São Paulo, Annablume, 1994.

fenomenológicas, "desconexões", que levam o agente a perceber, num universo possível, os processos que implementará em outra realidade¹²³.

A sociologia fenomenológica desenvolveu-se muito mais em direção de estudar o mundo das rotinas¹²⁴ do que avançar nos problemas de atribuição de sentido na ação projetiva. Esta pesquisa vai se concentrar, todavia, na idéia de protensão do futuro, pois ela é a mais importante no esclarecimento de uma teoria da ação. A relação entre ação projetiva e atitude natural é a forma pela qual Schutz retoma o problema do contexto no qual a racionalidade se exerce. *Os projetos são reduções fenomenológicas que supõem uma desconexão da atitude natural para criar condições de operar significativamente sobre ela.* A atitude de Schutz será resgatada aqui para a discussão da retórica, entendida como uma fala na qual a protensão do futuro é fundamental ao argumento persuasivo. A leitura comparada da ação racional entre Weber e Schutz apresenta características muito semelhantes e, com o intuito de criar uma tensão crítica no conceito, uma abordagem de outra origem deve ser confrontada, apurando as linhas recorrentes dessa noção.

2.3 Elster e a racionalidade imperfeita

Para continuar a construção crítica de um conceito de racionalidade instrumental, será colocado em foco o trabalho de Jon

¹²³ Esse é um ponto que permite ligar o modelo fenomenológico de *múltiplas realidades* e as teorias recentes sobre os *mundos possíveis*, entendidos como "realidades" ficcionais (contrafactuais) que podem ser atualizadas por meio da ação. O tema dos mundos possíveis será retomado nesta tese.

¹²⁴ A sociologia fenomenológica desenvolvida, sobretudo, nos Estados Unidos, como consequência da ida de Schutz para a *New School for Social Research*, caracterizou-se pela ênfase nos estudos dos processos de rotinização de ações em instituições e burocracias, fundamentando uma vigorosa crítica microsociológica ao funcionalismo parsoniano e ao estruturalismo. Tais estudos enfatizam como a ordem social é construída em contextos interativos nos quais os procedimentos básicos de comunicação estão supostos pelos agentes da interação. A etnometodologia é a abordagem que melhor representa essa vertente.

Elster. Este autor não pertence à tradição fenomenológica, nem tem Weber como uma referência especial no trato das questões da ação racional. Elster é, ao contrário, um pensador da "escolha racional", ainda que suas posições sejam um tanto heterodoxas dentro dessa tradição. Seus textos estão sempre empenhados em problematizar esse conceito, explorando um debate variado com outras visões do tema, por meio de reflexões sobre matemática, economia, biologia, literatura, filosofia, além, é claro, de se deter nos críticos da idéia de escolha racional, notadamente os estruturalistas e normativistas, com os quais ele debate. Entre as facetas que mais chamam a atenção em sua pesquisa, e que o faz adequado ao presente empreendimento, destaca-se sua constante preocupação em apontar os limites da noção de racionalidade e tentar estabelecer as dimensões explicitamente irracionais da ação. Apesar de sua obra estar ainda em curso, sujeita a todas as suas próprias revisões, há aspectos que podem propiciar um debate interessante, para delinear as características de um conceito de racionalidade instrumental.

Um momento de identidade entre Elster, Weber e mesmo de Schutz, liga-se à proposição de que a ação racional é *orientada para o futuro*, porém, no seu caso, mais fundamental que o projeto que dá sentido ao movimento do agente, interessam as avaliações sobre as *conseqüências* de cada ação, ou seja, sobre seus componentes *estratégicos*. Seu modelo de ação, centrado no indivíduo, conjuga discussões sobre *interesses* e *desejos* e sua relação com *crenças* sobre os cursos de ação. Discute, também, as possibilidades de fundamentação dessas *crenças* por *evidências* coletadas pelo agente, com o intuito de montar sua estratégia. Esse modelo já foi especificamente referido no capítulo primeiro e concerne ao debate elsteriano das falhas da racionalidade¹²⁵. Como Weber,

¹²⁵ O problema dos limites e falhas da racionalidade permeia os trabalhos de Elster, mas há pontos específicos usados nesta investigação, cujos textos básicos são Elster, *Ulysses and the sirens, studies in rationality and irrationality*, Cambridge, Cambridge U. P., 1979; *Introduction*, in Elster (org.), *Rational Choice*, New York, New York. U. P.; 1986; *Solomonic judgments, studies in the limitations of the rationality* Cambridge, Cambridge U. P., 1989; *The cement of society, a study of social order*, Cambridge, Cambridge U. P. 1989; *Peças e engrenagens das ciências sociais, op. cit.*

Elster imagina o campo de ação composto por outros agentes, com recursos para de interpretar e reorientar suas decisões, em função de decisões já tomadas, por um agente inicial de referência. Há um interesse maximizador pressuposto em cada ator racional. Dessa forma, movimentos de cooperação e solidariedade, têm de ser explicados a partir dessa lógica, ou então caem na vala dos problemas da irracionalidade.

2.3.1 Racionalidade perfeita e imperfeita

A partir da idéia econômica de *maximização de interesses*, Elster trabalha sua tipologia de racionalidade, dividindo-as em duas: *racionalidade perfeita* e *racionalidade imperfeita*¹²⁶. A idéia de racionalidade perfeita se pretende um tipo ideal de comportamento, que só se manifesta num agente com absoluto controle da sua vontade além de absoluto conhecimento de suas possibilidades e limites para alcançar uma meta posta. O elemento definidor da racionalidade perfeita é, segundo Elster, a busca de *maximizações globais*, o melhor ganho ao longo do tempo, em vez de *maximizações locais*, como está implicada em uma simples relação instrumental de satisfação de necessidades imediatas. Para compreender tais conceitos, pode-se tomar o seguinte exemplo da natureza: se um animal, ou indivíduo, tem fome e encontra uma caça que vai satisfazer essa necessidade ele pode simplesmente matá-la e devorá-la, maximizando localmente suas necessidades. Um agente perfeitamente racional irá além. Ele pode conjecturar a possibilidade de escassez futura de alimento e devorar apenas uma parte da caça, mesmo que isso não sacie inteiramente o seu desejo naquele momento, guardando uma outra parte para se manter como provisões, até que possa preencher todas as suas necessidades, num momento seguinte¹²⁷.

¹²⁶ Elster, *Ulysses ...*, op. cit., pp. 4 - 18.

¹²⁷ Na verdade, Elster encontra exemplos de maximização global na natureza, porém argumenta: "*the characteristic feature of man is not a programmed ability to use or adopt waiting behavior in specific situations, but rather a generalizaded capacity for global maximization that applies even to qualitatively new situations.*" (ênfases no original), op. cit., pp. 15 - 16.

O maximizador global tem sempre a consciência de que a maximização local no tempo *T1* poderá prejudicar seus interesses no tempo *T2*. De tal forma ele fará as escolhas de ação que melhor realizem suas necessidades ao longo do tempo e não optará por satisfazê-las plenamente num só momento, evitando ter de se colocar o problema ininterruptamente. Essa capacidade de se refrear, de dar um "passo para trás para em seguida avançar dois" é, no pensamento de Elster, o que caracterizaria um movimento plenamente racional. Esse é também o traço que define os seres humanos, diferenciando-os dos demais seres da natureza, escravizados à maximização local¹²⁸.

Mesmo propondo que a capacidade geral de buscar maximizações globais é específica da condição humana, há, ainda, um tipo de racionalidade mais adequada à descrição de agentes empíricos: a racionalidade imperfeita. Para ilustrar essa noção Elster recorre ao mito grego de Ulisses e as sereias¹²⁹. Como se sabe, o herói, em sua viagem de volta para casa, tem de passar pela ilha das sereias. Tais seres possuem um canto que embriaga e atrai todos os que o escutam, levando os infelizes para a morte certa. A fim de não ser arrastado pelos próprios desejos, Ulisses ata-se ao mastro do navio saindo incólume do perigo e sobrevivendo para cumprir seu objetivo maior: retornar ao seu reino. Para Elster, se Ulisses fosse um ser perfeitamente racional, controlaria seus desejos, pois saberia que ceder a eles teria como resultado danos irreparáveis para si próprio, impedindo a realização de sua meta¹³⁰. Não obstante, uma vez que os indivíduos têm desejos, raramente são capazes de controlá-los apenas por uma decisão racional. A única saída possível é, como Ulisses, criar formas exteriores de impedir que os desejos prejudiquem o projeto já calculado (barreiras à irracionalidade dos

¹²⁸ Id., pp. 18 - 28.

¹²⁹ Ibid., pp. 36 - 47.

¹³⁰ A proposição de Elster é problemática, pois supõe que uma formulação pura da razão, isto é, a racionalidade perfeita, pode guiar um princípio prático da ação contra uma paixão. No entanto, o desenvolvimento de sua tese indica a quase impossibilidade de agentes empíricos realizarem suas metas racionais sem o recurso a algum expediente exterior à razão.

desejos). Isso é o que ele chama de “conseguir a racionalidade por meios indiretos”¹³¹.

Vale a pena dizer que o exemplo de Elster não é isento de problemas, pois, se a racionalidade perfeita é dar um passo atrás para, em seguida, dar dois adiante, pode-se argumentar que é precisamente isso o que fez Ulisses ao não realizar o seu desejo imediato de ir ao encontro do mavioso canto das sereias, preservando-se para a meta que lhe interessava mais. Ao criar um meio de não se desviar do seu caminho, Ulisses estava sendo perfeitamente racional quanto aos instrumentos: atar-se ao mastro é um meio para atingir um fim específico: ouvir as sereias e, ainda assim, sobreviver a essa experiência.

De qualquer forma, o conceito de racionalidade imperfeita parece ser apenas uma forma encontrada por Elster para falar da racionalidade dos agentes empíricos¹³², ou seja, daqueles que, ao perseguirem seus fins, estão sempre sendo perturbados por crenças e desejos, que podem afastá-los das metas e têm, por isso, de encontrar maneiras de a razão operar fora de condições puras. Parece uma espécie de reconhecimento do primado dos sentimentos sobre a razão e dos expedientes desta para driblar os impulsos irracionais. Os exemplos de Elster são triviais, do tipo um fumante que, para controlar sua compulsão ao tabagismo, deixa deliberadamente o maço de cigarros em casa e vai passear na montanha, apenas na companhia do ar puro¹³³. O que interessa realmente nesse conceito é a consciência de que, somente manipulando expedientes exteriores à sua própria mente, o ator conseguirá vencer sua fraqueza de vontade.

¹³¹ Elster, *Ulysses...*, op. cit., p. 37.

¹³² Esta parece ser uma solução constante nos estudos sobre racionalidade de Elster, que tem enfatizado as limitações da racionalidade como uma condição própria de análise da teoria. Há entre os pesquisadores distintas respostas ao problema de como definir uma racionalidade imperfeita: Luiz Orenstein pondera que a racionalidade perfeita é basicamente um tipo ideal e que os modelos do *homo sociologicus* são formas de falar dos limites da racionalidade. Orenstein cita ainda, como variações de racionalidade imperfeita, o agir por hábito (Hume), a imitação (Tarde) e a tradição (Burke); Orenstein, *A estratégia...*, op. cit., pp. 163 - 164.

¹³³ Elster, *Ulysses...*, op. cit., 37 - 47.

A distinção feita por Elster parece indicar, pelo menos, um ponto promissor: um sistema de valores é um freio para a razão, mas é fonte segura para a superação das fraquezas da volição. Essa proposição aliás não é estranha à teoria da racionalidade referente a valores pensada por Weber. A idéia de que valores e normas morais são os mais eficientes impulsionadores e orientadores da ação é lugar comum na chamada tradição normativa durkheimiana das ciências sociais¹³⁴, mas é problemática na tradição utilitarista, na qual indivíduos podem avaliar, ou não, sua adesão a valores, e o sistema moral é, no máximo, um conjunto de resistências à plena liberdade de ação.

2.3.2 As normas e a razão

No entanto, Elster sustenta um espaço essencial para a escolha racional, mesmo considerando todas as barreiras normativas com as quais se dá o exercício da ação. Seus estudos sobre normas sociais, embora discutam vários aspectos relativos tanto à eficácia delas para a obtenção de acordos, quanto da sua ineficácia para a obtenção dos resultados ótimos, não apresentam um resultado teórico geral que supere as tensões do seu modelo entre razão e os cursos de ação, estruturado por normas. Ainda que sua obra venha considerando, cada vez mais, a importância dos conjuntos normativos para a escolha racional, principalmente no que se refere ao fato de normas sociais garantirem ou ampliarem as possibilidades de tornar o campo de ação mais previsível¹³⁵, seria um engano pensar que Elster consegue algum tipo de compatibilização teórica entre os postulados

¹³⁴ Para Durkheim as normas constituem a condição necessária das ações sociais. Elas "guiam" os movimentos dos agentes e se impõem à consciência individual como forças morais garantidas, em última instância, no caráter punitivo da reação social ao agente que não procedeu conforme à estrutura normativa. Embora Durkheim não tenha desenvolvido explicitamente uma teoria da ação, ela pode, sem dúvida, ser pensada a partir de seus textos, basicamente, Durkheim, *A divisão do trabalho social*, Lisboa, Presença, 1984, e a "conclusão" de *As formas elementares da vida religiosa*, *Os pensadores* São Paulo, Abril, 1983.

¹³⁵ Essa é uma tese geral desenvolvida no capítulo 3 em: Elster, *The cement...* op. cit., pp. 95 - 151.

essenciais da escolha racional e as estruturas normativas, pois, mantendo-se dentro da tradição utilitarista, as normas sociais se opõem a uma racionalidade centrada no indivíduo¹³⁶, como aparece, em seu próprio texto sobre o "cimento da sociedade":

"Rational action is concerned with outcomes. Rationality says, 'if you want to achieve Y, do X'. By contrast, I define social norms by the feature that they are not outcome-oriented. (...) Rationality is essentially conditional future oriented. Its imperatives are hypothetical, that is, conditional on future outcomes one wants to realize. The imperatives expressed in social norms either are unconditional, or, if conditional are not future oriented"¹³⁷

Esse trecho acima é um indicador claro de que as considerações anteriores sobre a "racionalidade imperfeita" não modificam o conceito básico de racionalidade Elster, apenas mostram como ele cerca a racionalidade com normas e paixões para, em seguida, abrir-lhe a porta: o problema é que, assim, volta-se aos paradoxos que tanto freqüentam suas idéias. Da definição acima conclui-se, necessariamente, que se atar a uma norma significa, antes de mais nada, negar os imperativos condicionais da razão, dependentes dos resultados e orientados para o futuro. Contra o filósofo Pascal parece que Elster, depois de muitas voltas, não querendo abrir mão da visão básica da escolha racional, parece sugerir que "nada mais de acordo com a razão que negar os meios de limitar a razão"¹³⁸. O

¹³⁶ Uma característica interessante de Elster é sua capacidade de criticar visceralmente seus próprios conceitos e depois retomá-los como se estivessem intactos. Um caso exemplar é em relação ao conceito de indivíduo, que sobreviveu ao escrutínio de diversos autores, que demonstraram exaustivamente a implausibilidade de, à luz das evidências, assumir a existência de um "eu" coeso e capaz de responder por uma identidade estável para o agente racional. Num momento se explode o indivíduo, para que ele ressurgisse, racional e unidimensional como sempre, no próximo volume Ver Elster, *Introduction in The Multiple Self*, Cambridge, Cambridge U. P., 1986.

¹³⁷ Elster, *The cement...*, op. cit., p. 98.

¹³⁸ Elster usa a famosa "aposta" de Pascal para ilustrar a racionalidade imperfeita. Abraçar a crença em Deus e segui-la é um meio racional de afastar todas as incertezas da razão. O aforismo de Pascal, citado por Elster é *"Il n'y a rien de si conforme à la raison*

problema é que, assim, ele joga por terra seu esforço inicial de aproximar o conceito de racionalidade dos limites que existem nas condições de análise empírica da ação.

2.3.3 A inderterminação

Um ponto já esboçado no capítulo primeiro, chamado de *problema da indeterminação*, é típico de uma concepção da racionalidade pensada em termos do agente como máquina de calcular. Trata-se de ligar as falhas da racionalidade à falta de uma quantidade ótima de informações, requerida por um ator para tomar sua decisão. Na falta de dados, ninguém pode-se mexer. Se há informações além do necessário, os cálculos podem continuar indefinidamente, e o agente não decide no tempo requerido. Sua formulação:

"(...) In forming their beliefs, the agents should consider all and only the relevant evidence, with no element being unduly weighted. As a logical extension of this requirement, we also demand that the collection of evidence is itself be subject to the canons of rationality. The efficacy of action may be destroyed both by the gathering of too little evidence and by gathering too much. The optimal amount of evidence is determined partly by our desires: more important decisions make it rational to collect more evidence. It is determined partly by our prior beliefs about the likely cost, quality and relevance of various types of evidence"¹³⁹.

Este problema, que, para Elster, é indicador de uma *falha* da racionalidade, traz um aspecto importante para a presente investigação: evidências para uma decisão são baseadas em informações, e essas, por sua vez, circulam socialmente por meio do uso da linguagem. Assim, os mecanismos lingüísticos são imprescindíveis à análise da racionalidade, uma vez que, sem eles, nenhuma informação será manipulada pelos agentes na formação de suas evidências. É bom deixar claro que esta tese

que se désaveneu de la raison. - Pensé 272" (Nada é tão conforme a razão que se apartar da razão) Elster, *Ulysses...*, op. cit., p. 54.

¹³⁹ Elster, *Solomonic judgements...*, op. cit., p. 4.

tem uma discordância radical com a forma como a tradição da escolha racional trata o conceito de informação, incluindo Elster. Um dos pontos centrais no argumento desta investigação refere-se à idéia de "evidências" como dados coletados e processados por um agente racional, que levam à formação de quadros mais ou menos objetivos do curso da ação a ser seguido. Todo esforço aqui será de mostrar que as informações que sustentam as "evidências" já chegam aos atores como discursos persuasivos, isto é, construídos retoricamente como raciocínios aplicáveis a contextos de escolha. Como conseqüência, é possível criticar a noção elsteriana de "quantidade ótima de evidência" para a ação, indicando que os agentes precisam apenas de informações suficientemente persuasivas para agir. Para o momento, bastam essas indicações, uma vez que esse problema central será retomado adiante.

2.3 Simon e a racionalidade adaptativa

As considerações de Elster sobre os limites da racionalidade têm, dentro do debate geral da escolha racional, uma origem que remonta claramente ao pensamento de Herbert Simon. Esse autor, ligado à teoria das organizações, foi responsável por algumas proposições descritivas e empíricas nos estudos da racionalidade, que acabaram provocando reformulações na própria concepção do modelo, como comprovam as teorias de Elster e seu grupo. Para a presente tese, o problema de uma racionalidade pensada como capacidade limitada de processamento de dados e tomada de decisão é importante, uma vez que o modelo centrado na linguagem, que aqui será esboçado, torna as trocas discursivas um recurso de limitação das operações de cálculo. Herbert Simon teve, na verdade, um *insight* muito simples e recuperou um paradigma para se pensar a racionalidade, que já havia propiciado críticas poderosas à noção de escolha racional dos economistas: o paradigma organicista. Embora não seja o caso de colocar aqui em discussão o interessante debate entre o modelo mecânico de escolha racional, que inspira os utilitaristas desde Hobbes, confrontado com o modelo orgânico, que serviu de base a Durkheim, é preciso sublinhar que, ao encampar o conceito de organismo,

via psicologia experimental, Simon conseguiu desenvolver algumas proposições sintéticas, que forçaram o modelo clássico de atribuição de funções de utilidade a revisões teóricas constantes, tendo em Elster um exemplo desse resultado¹⁴⁰.

Simon argumenta que as capacidades computacionais de organismos para juntar, analisar e ordenar informações são, como regra, muitíssimo inferiores àquelas requeridas pela teoria da racionalidade global, relativamente aos processos de tomada de decisão. Alegando que observações empíricas da psicologia apontam uma grande distância entre a maneira como seres humanos tomam decisões e o modelo pensado pelos economistas (como Arrows e Downs) Simon levanta algumas hipóteses sobre os limites biológicos e ambientais da racionalidade:

"(...) Because of the psychological limits of the organism (particular with respect to computational and predictive ability), actual human rationality-striving can at best be an extremely crude and simplified approximation to the kind of global rationality that is implied, for example by game-theoretical models, while the approximations that organisms employ may not be the best - even at the levels of computational complexity they are able to handle - it is probable that a great deal can be learned about possible mechanisms from an examination of the schemes of approximations that are actually employed by human and other organisms."¹⁴¹

As considerações de Simon seguem, por meio de modelos matemáticos (isso com certeza foi imprescindível para o impacto de suas idéias na academia norte-americana) que sustentam uma tendência geral

¹⁴⁰ Elster trata Simon como mais um dos autores que problematizam o conceito de racionalidade, (ver Elster, *Ulysses...*, op. cit., pp. 133 - 137). Porém as idéias elsterianas sobre as limitações da racionalidade são sem dúvida antecipadas, em mais de 20 anos, pelo teórico norte-americano. Uma avaliação do impacto de Simon na *rational choice* encontra-se em March, *Bounded rationality, ambiguity, and the engineering of choice*, in Elster, *Rational choice*, op. cit., 1986, pp. 145 - 148.

¹⁴¹ Simon, *A behavioral model of rational choice*, in *Models of man, social and rational*, John Wiley & Sons, New York, 1967, p. 243.

clara dos organismos em situação de escolha de não buscarem a “melhor” alternativa (maior função de utilidade), mas, sim, alternativas subótimas, porém “satisfatórias”. Daí seu modelo ficar conhecido como *satisfacionista*. A teoria satisfacionista indica que, consideradas as condições ambientais, existe uma zona de satisfação à qual um organismo inteligente se adaptará, sendo, para ele, a adaptação de suas expectativas um processo muito mais crucial para sua sobrevivência do que a tentativa de realizar uma alternativa específica, mesmo que esta seja subjetivamente a melhor posicionada no ranking de escolhas. Um ser racional adapta-se todo o tempo, e a racionalidade é um processo de aproximação entre metas e objetivos possíveis.

Em outro ensaio, Simon, novamente armado do seu arsenal matemático, argumenta que processos de escolha simples levam não só ao comportamento adaptado, mas obtêm resultados em termos de satisfação, sempre jogando com as possibilidades ambientais e com os próprios limites subjetivos. Em vez de complicados jogos estratégicos, simplicidade, no lugar da luta por um objetivo claramente definido como meta principal, a satisfação adaptativa a uma gama maior de resultados possíveis. É importante notar o esforço de Simon em considerar variáveis extra-organismo em seu modelo, sublinhando a importância de fatores ambientais para as decisões possíveis:

*"Now if an organism is confronted with the problem of behaving approximately rationally, or adaptively, in a particular environment, the kinds of simplifications that are suitable may depend not only on the characteristics - sensory, neural, and other - of the organism, but equally upon the structure of the environment.(...)"*¹⁴²

Os problemas relativos ao estudo dos contextos sociais (ambientes) nos quais agentes racionais se movem é implicado nessas considerações, embora esses não sejam previstos nos modelos econômicos clássicos de racionalidade, voltados para as questões de como mostrar a

¹⁴² Simon, *Rational Choice and the structure of the environment*, in Models of man, op. cit., p. 262.

forma de um ser racional proceder, independentemente do mundo que o cerca. Simon pondera que, em situações reais, podem simplesmente inexistir alternativas para serem listadas e processadas economicamente¹⁴³. Seus estudos não eram exercícios acadêmicos, mas tinham propósitos práticos claros para as teorias das organizações, área onde ele se destacou. Suas conclusões sobre a seleção de alternativas satisfatórias e adaptação ambiental foram complementadas por observações que, de certa forma, corroboram Schutz, ao enfatizarem a adaptação por meio de processos de rotinização, que tornam as situações de escolha cada vez mais raras. Simon e seus colegas mostram que uma organização complexa pode funcionar por meio de "programas de ação"¹⁴⁴. Esse debate não é central para esta investigação, mas a idéia terá função no modelo de racionalidade aqui discutido, especialmente, no tocante às limitações computacionais dos organismos serem supridas, não com informações diligentemente coletadas pelo agente, mas por “programas” embutidos nos discursos aos quais ele tem acesso em sociedade.

A presença de Simon nesse debate é simples, porém de conseqüências consideráveis. Nem mesmo teóricos da tradição da escolha racional clássica puderam negligenciar as observações teóricas e empíricas aqui apontadas e foram obrigados a introdução de "limites", como elementos centrais na noção de racionalidade. Sua teoria, porém, não altera pontos já estabelecidos aqui, quanto ao caráter essencialmente instrumental da racionalidade, apenas indica que tal instrumentalidade tem como núcleo uma transitividade radical das preferências, que pode ser traduzida nos conceitos de adaptação e satisfação.

2.4 Boudon: ideologia e autopersuasão

O último autor considerado na formulação de um conceito provisório de racionalidade instrumental é Raymond Boudon. Sua obra tem em comum com as perspectivas aqui levantadas o individualismo

¹⁴³ Id., pp. 270 - 271.

¹⁴⁴ Ver March e Simon, *Teoria das organizações*, Rio de Janeiro, FGV, 1972, pp. 192 - 238.

metodológico, porém matizado por uma forte herança estruturalista, à qual ele recorre para defender a origem social das apreciações subjetivas dos agentes racionais. Boudon vem discutindo especialmente dois aspectos da ação racional: como é possível a um agente explicar para si mesmo e para o mundo as razões (se é que existem claramente) dos seus atos e como pode um cientista atribuir razões a ações sociais, mesmo que os nexos racionais não sejam subjetivamente evidentes para os agentes. Somente o primeiro problema interessa de fato a esta tese, uma vez que o segundo liga-se ao debate sobre a epistemologia da ciência social.

A primeira questão levantada por Boudon toca uma faceta essencial para esta pesquisa: as ações instrumentais demandam, seja para as subjetividades que as empregam, seja para as demais subjetividades, que por ela são afetadas, explicações e justificações virtualmente acionáveis para a sua compreensão. Essas explicações do mundo formam um quadro necessariamente restritivo para o agente, tanto no que concerne à sua natureza social, quanto à racionalidade subjetiva. À esfera social dessas justificativas racionais Boudon chama, de maneira muito particular, de *ideologia*¹⁴⁵, e à esfera individual, de *autopersuasão*¹⁴⁶.

2.4.1 Pacotes de idéias

Embora um conceito geral de ideologia seja impossível, dada a disparidade dos estudos cobertos por esse nome, Boudon tenta identificar alguns traços gerais dessa idéia, criando o que chamou de *conceito restrito de ideologia*¹⁴⁷, do qual interessam a esta tese alguns aspectos sobre o caráter *utilitário* das redes de "idéias recebidas" (ideologias). Boudon incorpora desse conceito o fato de que as idéias explicadoras do mundo, sacadas pelos agentes para se situarem na ordem social, implicam enquadramentos específicos do mundo, que realçam determinados

¹⁴⁵ Boudon, *A ideologia, ou a origem das idéias recebidas*, São Paulo, Ática, 1989.

¹⁴⁶ Boudon, *L'art de se persuader des idées fausses, fragiles ou douteuses*, Paris, Fayard, 1990.

¹⁴⁷ Boudon, *A ideologia...*, op. cit., pp. 93 - 188. Um balanço do conceito clássico de ideologia é feito pelo próprio Boudon (Id., pp. 9 - 90).

aspectos em detrimento de outros, ou seja, geram *efeitos de perspectiva* na leitura da realidade. O sociólogo interessa-se também por ampliar o escopo utilitário das ideologias para a ordenação de toda a vida social. As idéias recebidas são constitutivas da ordenação da sociedade, e os indivíduos precisam delas para sua vida comum.

As ideologias são a faceta social da decisão racional. Para Boudon, elas são *pacotes de idéias* operativas compartilhadas socialmente. Funcionam para a orientação de perspectivas de escolha social, porém suas premissas são idéias assumidas *a priori*, tanto faz se falsas ou duvidosas, mas que nunca são objeto de escrutínio crítico pelo agente que as recebe e usa. Ao tratar as idéias que os agentes manipulam como pacotes operatórios aplicáveis às ações e explicações da vida social, a teoria de Boudon se aproxima das "receitas" da vida cotidiana de Schutz e dos "programas de ação" de Simon. Boudon:

*"Em resumo, podemos endossar uma teoria, assim como escolhemos um eletrodoméstico. Para comprar um aparelho de televisão, nenhum consumidor teria a idéia de sondá-lo para verificar se as peças são de boa qualidade e se estão corretamente montadas. É mais provável que se contente em verificar se a imagem é boa. Talvez também interprete a marca como sendo uma garantia de qualidade. Evidentemente, estas verificações e garantias não bastam para lhe dar certeza de que o aparelho funcionará segundo o seu desejo, durante longos anos. Mas uma verificação mais cuidadosa e mais metódica não só seria muito cara, mas suporia um saber que o consumidor, muito provavelmente, não domina"*¹⁴⁸.

Esse consumidor não é menos racional por comprar uma "caixa preta", em vez de analisá-la à exaustão. Na verdade, ele é capaz de oferecer um leque de boas razões, perfeitamente aceitáveis socialmente, para sua ação. Por analogia, os indivíduos explicam suas posturas acionando pacotes formados por uma série de idéias *a priori*, que ninguém se dá ao trabalho de criticar antes de usar. O conceito boudoniano se completa considerando que o emprego de ideologias varia de acordo com limites situacionais dos atores, que determinam os enquadramentos

¹⁴⁸ Ibid., p. 110.

possíveis dados à realidade. Tais perspectivas são geradas por dois fatores: 1) *efeitos de posição*, entendidos como elementos contextuais (posições econômicas e de poder); 2) *efeitos de disposição*, ligados à esfera simbólica/cultural compartilhada pelo agente. Nesse ponto, há uma semelhança com as teorias clássicas da ideologia, pois as visões de mundo são alteradas por posições estruturais dos agentes na sociedade e pelo universo simbólico ao qual têm acesso. Opções políticas feitas em virtude de crenças religiosas são ilustrações típicas de efeitos de disposição. Esquerdistas votando na esquerda também ilustra a idéia. Quanto aos efeitos de posição, basta imaginar a diferença de perspectiva que um banqueiro pode ter com relação à política tributária do governo, se comparado aos cidadãos comuns. O ponto mais importante em Boudon é que tais enquadramentos são *ativamente aplicados* ao mundo por meio das operações ideológicas. Agentes racionais estão sempre manipulando *idéias recebidas*. Com esse material eles se expressam, planificam, analisam e justificam decisões de ação, além de tomarem decisões intelectuais para compreender suas ações e as ações dos outros. "Idéias recebidas" são cadeias de conceitos articulados, e não informações soltas coletadas pelo ator para formar um quadro de ação. O mundo sempre chega ao agente "explicado" pelos pacotes de idéias, e tais explicações são o campo de construção dos projetos de ação. Aqui torna-se conveniente trazer algumas considerações de Boudon sob a operação subjetiva dos pacotes de idéias: a autopersuasão.

2.4.2 Autopersuasão

Por *arte da auto-persuasão*, Boudon entende a construção de fundamentos para as idéias que explicam para o próprio agente as "boas razões" dos seus atos, ou dos atos daqueles a quem ele quer compreender. Cabe frisar que o ponto é essencial para a tese: ações sociais são processos atados às possibilidades de produção de discursos persuasivos, tanto para autojustificação individual, quanto para sua coordenação social ou ainda, o que mais interessa a Boudon, para produzir análises científicas compreensíveis das ações sociais. A leitura feita pelo sociólogo francês

desse aspecto subjetivo da racionalidade não foi de caráter psicológico, mas lógico¹⁴⁹.

Os argumentos de Boudon são originados, sobretudo, de Simmel e Hume. Sua idéia central, inspirada diretamente em Simmel, é a de que idéias falsas podem ser derivadas de raciocínios logicamente irreprováveis e que idéias presumivelmente verdadeiras dependem de uma série de pensamentos e crenças frágeis, ou mesmo falsas, assumidos *a priori* e que, portanto, permanecem ocultos na argumentação. Segundo o sociólogo, Simmel concorda com Kant que nossa atitude perante o conhecimento é ativa, enquadrando os dados da experiência por meio de um pensamento mais extenso, que as explicaria em categorias e conceitos. A diferença é que, para Simmel, o conhecimento de que dispomos *a priori* para enquadrar os fatos da experiência é composto de crenças frágeis, transitivas e duvidosas. Em vez de um pensamento que pode purificar as idéias pela crítica transcendental, o que existe, no mundo da ação, é um pensamento que aciona um saber vasto, porém pouco consistente, formado por um conjunto de pressupostos que jamais podem ser examinados, porque sequer são explicitados. Em outros termos, é a mesma noção dos pacotes ideológicos, que envolvem qualquer explicação: o agente se persuade, aplicando ativamente um saber não-crítico *a priori* na construção dos quadros que monta da realidade, o que, mediante uso da lógica, permite concluir todo tipo de proposições. Daí o problema das decisões e explicações causais depender menos das informações trazidas pelos fatos do que da forma como tais são ativamente assumidas e operadas pelos *a priori* dos agentes. Boudon:

"Pourquoi ces a priori sont-ils si facilement utilisés? D'abord parce qu'une question causale est presque toujours une question complexe, supposant de la part de celui qui cherche à y répondre qu'il fasse des "hypothèses générales" sur la nature de l'information pertinente par rapport à la question, ou sur la "forme" de la question. En second lieu, parce que l'information qui serait dans l'idéal pertinente n'est pas toujours effectivement accessible, en raison, par exemple, de phénomènes de colinéarité. Ensuite, parce que les "hypothèses générales" que j'ai

¹⁴⁹ Boudon, *L'art de se persuader...*, op. cit., pp. 103 - 128.

*évoquées sont de validité très étendue et sont, par conséquent, très couramment utilisables et utilisées dans des situations comparables*¹⁵⁰

O pensamento metódico não garante a verdade, por causa das idéias que não são por ele explicitadas, mas que são supostas em cada raciocínio e terminam por "contaminar" a verdade. Mas não é voltando a Kant que Boudon trabalha o diagnóstico de Simmel. Ao contrário, ele vai ao principal oponente do filósofo alemão: Hume. O sociólogo considera que está na crítica humeana da indução a explicação do processo de fundamentação lógica de um saber duvidoso, alicerçado em generalizações de observações particulares. Como é bem sabido, Hume atribui apenas ao hábito as certezas que os homens inferem de suas experiências¹⁵¹. Afinal, a crença de que o sol nasce amanhã baseia-se na idéia falsa de que ele o fará porque uma série "n" de observações (o hábito) o confirma. Contudo, na observação "n + 1", o sol pode não nascer. Então a indução não pode fundamentar uma verdade universal, partindo de observações particulares, qualquer que seja o seu número. Boudon entende, como outro neokantiano que apreciava Hume, Popper¹⁵², que os agentes reais transformam ativamente suas observações em regularidades, isto é, não esperam sequer a força da habituação para impor uma ordem ao mundo e agir.

Transposto para o mundo ordinário, o modelo Simmel/Hume de Boudon descreve processos nos quais as idéias são aceitas, fundamentadas e socialmente distribuídas com base em operações de *redução* do mundo a conjuntos de alternativas "válidas", mas cuja "validade" se assenta na universalização de juízos particulares que compõem os *a priori* das idéias. Esses são imprescindíveis a elas, mas nunca aparecem explicitamente no raciocínio. O modelo implica a existência de um quadro lógico restritivo subjacente a cada ação¹⁵³. Tal quadro é restritivo, pois considera apenas algumas dentre as alternativas

¹⁵⁰ Id., p. 125.

¹⁵¹ Hume, *Investigação...*, op. cit., pp. 77 - 92.

¹⁵² As considerações de Popper sobre Hume aceitando a crítica ao indutivismo, mas rejeitando o caráter "psicológico" da explicação humeana centrada no hábito, substituindo-a pela tese de que agimos impondo ativamente regularidades ao mundo encontra-se em Popper, *Conjecturas e refutações*, Brasília, UNB, 1982, pp. 63-88.

¹⁵³ Boudon, *L'art de se persuader...*, op. cit., pp. 129 - 176.

possíveis, sendo essas opções consideradas apenas com base em idéias *a priori*. Somente devido a tais supostos *a priori* e aos limites explícitos do quadro lógico tomado pelo agente é que a ação e sua explicação são possíveis e razoáveis. Os quadros lógicos do tipo "*frequentemente X é causa de Y*"¹⁵⁴, que não pode, portanto, ser válido para todo "Y", é assumido *a priori*, num contexto, como "*X é causa de Y*". Boudon aproxima-se, assim, de um ponto reiterado: as operações da racionalidade existem se, e somente se, forem auto-impostos limites às habilidades cognitivas do agente racional por um *quadro lógico* de raciocínio e/ou por barreiras próprias de contexto da ação (para alguns, normas, para outros, estruturas).

2.5 Algumas definições

Creio que é possível agora argumentar que o conceito de racionalidade que especificamente, foi aqui discutido, indica três pontos vitais para este trabalho:

- 1- A racionalidade em todos os casos vistos pode ser reduzida a aspectos de instrumentalidade para o agente, quer para atingir um fim projetado, quer para conhecer ou explicar quaisquer fenômenos do mundo.
- 2- A compreensão desse instrumento (razão) é indissociável da questão dos seus limites internos (lógico-operatórios) e externos (contextuais).
- 3- Metodologicamente, o recurso básico para a análise de processos sociais consiste em decompor os fenômenos nas ações que o compõem e, assim, devem ser tratados os problemas empíricos da ação coletiva. A proposição nuclear desta tese, a seguir, é a de que a base dessas ações é constituída por usos persuasivos da linguagem.

¹⁵⁴ Isso assumindo-se preliminarmente que é possível sempre delimitar, sem ambigüidades, uma relação causal clara entre dois fatores. A propósito, ver: Id., pp. 229 - 273.

O desafio, agora, será repensar os conceitos relativos à instrumentalidade da razão sob a perspectiva de um modelo centrado na linguagem. Os autores aqui estudados serão recuperados num diálogo com conceitos derivados da retórica. Desse diálogo crítico deve emergir um conceito instrumental de racionalidade adequado ao problema da ação coletiva e que incorpore os ganhos analíticos da identidade entre razão e retórica, uma codificação teórica de procedimentos de linguagem aglutinadores de opiniões em uma direção específica. A retórica se funda em processos empíricos de uso da fala para a persuasão, ou seja, de instrumentalização da linguagem para persuadir um público a agir em direção a um fim coletivo num processo interativo, que se não é um estágio *suficiente* para levar à ação coletiva, mas certamente *necessário* a ela. O modelo retórico de racionalidade deve dar respostas tanto à descrição dos instrumentos básicos de projeção do futuro e manipulação de experiências passadas dos agentes, quanto de descrição dos processos de automação (rotinizações, hábitos, programas, normas) necessários à operação cotidiana do campo de ação.

3 - A RETÓRICA E A ESTRUTURA DA RACIONALIDADE

A pretensão de estabelecer um modelo descritivo da racionalidade instrumental baseado em conceitos da retórica funda-se, em linhas gerais, nos pressupostos do *giro lingüístico* concernentes à proposição da linguagem como a esfera de constituição empírica da razão. De forma especial, a tradição retórica encaminha, a meu ver, uma reflexão que a um só tempo ocupa-se das características imanentes à linguagem, como a intersubjetividade e as possibilidades de configurar e representar realidades só possíveis no discurso, e contempla também elementos afins com a razão instrumental, como o uso de meios (no caso palavras e signos) para atingir fins postos pelo agente. O trabalho, agora, é remontar um conceito de retórica que seja o desenho dos processos operatórios da racionalidade. A racionalidade será relida pela retórica, que se torna o seu meio definidor: a ação coletiva é instrumental e diretamente ligada às possibilidades de o discurso coordenar seus movimentos. A tese geral do capítulo é de que a racionalidade se estrutura como uma retórica, ou seja, o raciocínio opera com discursos persuasivos para si e para os interlocutores. Raciocinar é construir argumentos. O enfoque do campo da retórica será teórico, e não histórico, embora seja impossível tratar desse assunto sem alguns requisitos mínimos nesse sentido.

A retórica, enquanto área de conhecimento, passou por períodos de glória e ostracismo, e sua recuperação no século XX deveu-se principalmente à necessidade de criticar as pretensões da filosofia e da ciência de estabelecerem verdades últimas sobre os objetos, que independeriam das opiniões do conhecimento comum. Trabalhos como os do grupo da *Nova Retórica* e outros retomaram esse antigo saber com a finalidade de discutir as encruzilhadas que o debate epistemológico trouxe para a ciência contemporânea¹⁵⁵. Num momento em que já não é mais

¹⁵⁵ Esse pensamento é representado, sobretudo, pela obra de Perelman e seus interlocutores da "Escola de Bruxelas". Ver Perelman e Olbrechts-Tyteca, *Tratado da argumentação, a nova retórica*, São Paulo, Martins Fontes, 1996; Perelman, *Retóricas*, São Paulo, Martins Fontes, 1997; Meyer, *Lógica, linguagem e comunicação*, Lisboa, Teorema, sd; *Questões de retórica, linguagem razão e sedução*, Lisboa, Edições 70,

possível afirmar uma identidade perfeita entre razão e um discurso calcado puramente em evidências, acima dos contextos sociais do seu proferimento, e acima da *doxa* dos que se envolvem na tentativa de estabelecer tais evidências, ressurgem a necessidade de reflexão sobre os temas da retórica. Volta-se ao debate sobre um pensamento que trata, não do *verdadeiro*, mas do *verossímil* (uma verdade apenas provável, falível, sujeita eternamente a controvérsias, porém passível de fundamentar decisões e ações). Nesta pesquisa, não está posta em tela a questão da verdade/verossimilhança, que motivou o ressurgimento da retórica como área teórica; ou, pelo menos, só está enquanto essas noções se enlaçam com a arquitetura da ação. A retórica é o campo de reflexão da ação pensada como fala persuasiva, e é sob esse prisma que doravante ela será concebida e referida ao problema da agregação.

3.1 O logos e o princípio da agregação

A retórica tem uma ligação visceral com a própria geração do conceito de racionalidade em suas origens gregas. Com efeito, o que alguns autores, incluindo o desta tese, chamam de “guinada lingüística”, significando com isso uma intenção de tratar a razão como um processo que se constitui a partir da linguagem, não seria tomado no mundo grego como algo surpreendente. Ao contrário, talvez o quadro de referência da

1998. Para uma compreensão dos problemas e temas do debate das teorias da argumentação, ver também Motta Peçanha, *Teoria da argumentação ou a nova retórica*, in *Paradigmas filosóficos da atualidade*, Campinas, Papirus, 1989; Grácio, *Racionalidade argumentativa*, Porto, Edições Asa, 1993; Meyer, *As bases da retórica*, in Carrilho (org.), *Retórica e comunicação*, Porto, Edições Asa, 1994; Pereira, *Ceticismo e argumentação*, in Carrilho (org.) op. cit.; Hintikka, *Estratégia e teoria da argumentação*, id.; Breton, *A argumentação na comunicação*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1998; Ducrot, *Provar e dizer, leis lógicas e leis argumentativas*, São Paulo, Global Editora, 1981; Burke, *A rhetoric of motives*, Berkeley, University of California Press, 1969; Fisher, *The logic of real arguments*, Cambridge, Cambridge University Press, 1988; Osakabe, *Argumentação e discurso político*, São Paulo, Kairós, 1979; Soares, *Retórica e política*, in *Comunicação & Política*, v. III, n 2, maio agosto. Rio de Janeiro, Cebela, 1996.

linguistic turn seja essencialmente extraído do mundo clássico, pois basta lembrar que o termo *logos* significa, a um só tempo, *palavra* e *razão*.

Sobre a relação entre uso da linguagem e o problema da ação coletiva, pode-se dizer que o nascimento da vida social para a filosofia política se assenta na idéia de que somente a palavra possibilitou a agregação e a coordenação das ações, que resultaram numa sociedade complexa¹⁵⁶. Apenas pelo *logos*, que distingue os seres humanos da natureza, é possível pensar a justiça e o bem (e seus contrários), que se traduzem na agregação social. Trata-se de uma afirmação teórica central em Aristóteles considerar o uso da palavra como o elemento que permitiu aos homens desenvolverem maximamente suas capacidades, evoluindo de agregados elementares como a família, para agregações superiores, como a Polis¹⁵⁷. A razão que ordena a divisão do trabalho e ordena as magistraturas na cidade é constituída pelo *logos*. Havendo essa conexão de origens, cabe, então, perceber em que medida a complexificação da vida política demanda uma evolução dos usos do discurso, levando ao surgimento da retórica.

¹⁵⁶ Um trecho de Aristóteles na obra central de sua filosofia política é explícito quanto a relacionar os dois pontos: "*La razón por la que el hombre es un animal político (zoon politikon) en mayor grado que cualquier abeja o cualquier otro animal gregario es evidente. Pues la naturaleza, como decimos, non hace nada en vano ; y solo el hombre, entre los animales, posee la palabra (logos); la voz, por su parte, solo sirve para significar la pena y el placer, motivo por el cual pertenece a los demás animales por igual (pues su naturaleza llega a esto, a saber a tener sensación de la pena y el placer y a significarse tal sensación unos a otros), mientras que la palabra, por su parte, sirve para expresar lo conveniente y lo nocivo y por lo mismo, también lo justo, y lo injusto; esto, en efecto, es propio y característico de los hombres en relación a los demás animales, a saber, el tener la sensación del bien y del mal, de lo justo y de lo injusto, así como de las demás cualidades de esta índole, y la comunidad de tales sentimientos da lugar a la familia y la ciudad (Polis)*"(os grifos são meus). Aristóteles, *Política*, I, 2, 1253a, in *Obras*, Madrid, Aguilar, 1982, p. 680.

¹⁵⁷ Aristóteles, *Política*, I, 2, 1252b - 1253a, op. cit., pp. 678 - 679. A teoria da evolução de Aristóteles assenta-se na crescente complexificação das necessidades sociais e no pressuposto de que a ação em comum alcança o maior bem para todos, um ponto contra o qual surge a teoria de Olson vista no primeiro capítulo.

É sabida de todos a condenação que Platão lança à retórica e à democracia¹⁵⁸. A primeira, por ser uma falsa arte que, ao assumir a relatividade da verdade e dos pontos de vista, proposta pelos Sofistas, como Protágoras e Isócrates, só pode levar ao erro e à tirania. E a segunda, por ser um sistema no qual o *demos* ignorante tem peso decisório sobre questões que apenas um sábio especialista poderia decidir. E é sabido de todos, também, que, embora Aristóteles não fosse cativado pela assembleia, ele já reconhecia não haver como deixar o *demos* empiricamente ausente do corpo político e da própria forma ideal de governo, uma mistura de democracia e oligarquia¹⁵⁹. Entre a condenação platônica e a incorporação aristoteliana da democracia e da retórica, sedimenta-se a vitória de um saber que se impõe como recurso eficiente no plano do debate político, conseguindo um lugar na vida da *Polis*.

Aristóteles será o responsável por encontrar um espaço para a retórica que não era pacífico entre os pensadores do seu tempo¹⁶⁰. Ele vai

¹⁵⁸ Platão, *A república*, IX, 562a - 568a, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1990, pp. 395 - 406. Os temas da linguagem são muito importantes na obra de Platão e há os diálogos ligados especificamente aos usos da retórica e argumentação: Platão, *Górgias, o de la retorica*, in *Obras completas*, Madrid, Aguilar, 1981; *Cratilo, o de la exatitud de las palabras*, op cit ; *Eutidemio, o el discuditor*, id.

¹⁵⁹ A *politeia*, entendida como a forma constitucional mais estável, incorporava elementos da democracia e da oligarquia, procurando um ponto de equilíbrio entre as tensões estruturais da *polis*, dividida pelas disputas da classe privilegiada e da classe popular. Esse modelo constitucional implica também uma solução estrutural com a criação de uma classe média para garantir a estabilidade constitucional. Esse é um dos pontos centrais da teoria política aristotélica e torna a democracia, ou seja, o sistema de decisões tomadas em assembleia uma forma básica da política. Assim, a ordem demandava o desenvolvimento de uma linguagem para essa condição institucional e daí se consolida a retórica. Sobre a *politeia*, ver Aristóteles, *Política*, IV, 7 - 9, 1293a - 1295a, op. cit., pp. 827 - 833; Morrall, *Aristóteles*, Brasília, UNB, 1981, pp.57 - 63; Bobbio *A teoria das formas de governo*, Brasília, UNB, 1980, pp. 47 - 54; Magalhães, *Tempo e Conflito, um esboço das relações entre as cronosofias de Maquiavel e Aristóteles*, in *Antropolítica*, n 4, Niterói, UFF, 1998.

¹⁶⁰ A respeito da retórica no mundo antigo antes e depois de Aristóteles, ver Barilli, *Retórica*, Lisboa, Presença, 1985, pp. 13 - 26; Reboul, *Introdução à retórica*, São Paulo, Martins Fontes, 1998, pp. 1 - 24; Rohden, *O poder da linguagem, a arte retórica de*

defini-la como um *saber prático (thecné)*, necessário às questões públicas, nas quais havia conflitos de opiniões sobre “o que fazer”, gerados pela própria dinâmica institucional de uma democracia, forma de governo em que um grande grupo de “não-especialistas” tem voz e peso decisório. Será o filósofo também que considerará respeitável o uso da palavra apenas para agradar ou mortificar os ouvintes, figurando, com elas, os valores responsáveis pelos sentimentos comuns da *Polis*. Aristóteles continua a divisão socrático/platônica entre uma esfera de conhecimento pura e outra de conhecimento sensível. À primeira chamará de *intelecto teórico*, à segunda de *intelecto prático*¹⁶¹. Pensando numa solução de continuidade entre ambas as esferas, o filósofo chega às formas de linguagem que pertencem aos dois intelectos. Ao intelecto teórico caberá a *lógica*, e ao intelecto prático a *dialética* e a *retórica*. Essa é uma divisão capital para a distinção entre a linguagem que exprime um raciocínio científico: *episteme*, (que demanda, portanto, a formalização do saber) e uma outra linguagem, que se expressa no domínio apenas do argumento *verossímil*, porém não necessariamente verdadeiro. O conhecimento que opera a *episteme* do intelecto teórico é *mathesis*, enquanto aquele que opera a *doxa* da vida prática, como a retórica, é *thecné*¹⁶². É importante frisar que o intelecto prático, responsável pela orientação do ser no mundo é, em Aristóteles, a dimensão da razão responsável pela *ação teleológica*¹⁶³, ou seja, a ação com vistas a realizar *fins* postos pela razão e

Aristóteles, Porto Alegre, EDIPUCRS, 1997, pp. 19 - 65. Lichtenstein, *A cor eloquente*, São Paulo, Siciliano, pp. 45 - 61.

¹⁶¹ As diferenças entre Platão e Aristóteles estão ligadas ao reconhecimento aristotélico de esferas de validade específicas de cada intelecto, enquanto o platonismo reconhece apenas o saber teórico como válido. A divisão entre um saber verdadeiro sobre a essência dos objetos, exercitado pela ciência, distinguido do conhecimento comum, é uma dicotomia presente em toda a história da filosofia, embora esteja em crise no século XX. Com exceção da linhagem cética, que nunca foi uma tendência dominante no debate epistemológico, essa dicotomia estrutura toda a tradição racionalista, apontada no capítulo 1, conforme as idéias de Horkheimer.

¹⁶² Barilli, *Retórica*, op. cit., pp. 10 - 11.

¹⁶³ "Otras veces, en cambio, por medio de las imágenes que hay en el alma, o mejor, por medio de los conceptos, que se calcula e se delibera, como en una visión, acerca de los sucesos futuros de acuerdo com los sucesos presentes. Y cuando se há dicho que allí está

que discerne *meios* para alcançá-los. A racionalidade instrumental tem no tratado *Da Alma* a sua formulação original e nasce com duas formas de linguagem adequadas ao tipo de processamento que faz do mundo. O intelecto prático é uma forma hierarquicamente inferior de razão, porém é a forma que garante aos homens sua vida ativa na *Polis*.

3.1.1 Dialética e retórica: o raciocínio como argumento

As obras de filosofia da linguagem de Aristóteles são compostas pelos *Analíticos* (I e II), que são os cânones do que se conhece hoje por *lógica* e pelos *Tópicos*, que cuidam do jogo dialético e da argumentação. Ao lado dessas obras, há, ainda, a *Retórica*, que é a arte da fala em público, e a *Poética*, que se ocupa dos usos estéticos da linguagem¹⁶⁴. Em vez de definir o conceito de retórica desta pesquisa diretamente pelo tratado que lhe dá esse nome, será útil começar por algumas fronteiras fluidas com relação às outras ciências da linguagem.

Com respeito à lógica formal, a diferença com a retórica é evidente¹⁶⁵. A lógica não lida com opiniões verossímeis, mas com verdades definidas, e opera chegando a resultados previsíveis, ditados pela formalização do raciocínio. A retórica não tem ponto de chegada previsto. Um retor parte de opiniões, e o desenvolvimento rumo a uma conclusão não é nem previsível, nem plenamente formalizável, mas depende, sobretudo, das condições em que os argumentos estão, ou não, sendo aceitos pelos interlocutores. Não há surpresas no raciocínio lógico, apenas a confirmação eficiente de regras dedutivas e indutivas, ao passo que, na retórica, o uso de recursos, como a alteração de uma linha de

lo agradable o lo penoso , entonces se evita o se busca; y así ocurre com la acción en general". (os grifos são meus) Aristóteles, *Del Alma*, III, 7, 431b , in *Obras*, op. cit., p. 209; Düring, *Aristóteles*, México DF, Universidad Nacional Autónoma de México, 1990, pp. 894 - 904.

¹⁶⁴ Para uma visão completa das obras de linguagem de Aristóteles e sua relação com os demais textos do filósofo, ver Düring, *Aristóteles...*, op. cit., pp. 95 - 289.

¹⁶⁵ Perelman, *Lógica e Retórica*, in *Retóricas*, op. cit., pp. 57 - 91; Rohden, *O poder da linguagem...*, op. cit., pp. 188 - 193.

argumentação racional, em favor de colocações poéticas ou de juízos morais é plenamente aceitável para aumentar a adesão às teses do discurso. A lógica funciona fora do tempo e, na retórica, a manipulação do tempo é um recurso essencial à persuasão. Na lógica, não há, necessariamente, um interlocutor, e ninguém precisa considerar se o raciocínio é, ou não, aceitável. Basta que esteja corretamente formalizado para que sua verdade se imponha pela demonstração. Na retórica, o auditório pode rejeitar uma argumentação irreprovável, apenas com base em valores que não vê contemplados na fala.

Quanto à dialética, as relações são mais ambíguas¹⁶⁶. A dialética referida por Aristóteles é um *jogo* no qual, por meio do diálogo, raciocínios vão sendo criados para sustentar teses, e os dialogantes tentam, trabalhando as contradições lógicas detectadas na fala do oponente, fazê-lo admitir o contrário de sua tese inicial ou reduzi-lo ao silêncio para o deleite dos espectadores. A dialética tinha, na Grécia, uma função não só pedagógica, mas também lúdica. O raciocínio dialético também não partia de verdades, mas de opiniões simplesmente verossímeis, que podiam pretender a verdade se a melhor argumentação assim dispusesse. A dialética é o gênero de raciocínio intermediário entre o intelecto prático e o teorético; uma escada para sair das opiniões, depurando-as em verdades. Porém, e aqui o parentesco com a retórica se estreita, existia entre as modalidades da dialética um gênero chamado *erística* (disputa), que consistia na arte de fazer o adversário aceitar qualquer raciocínio. Isso tornava a disputa de teses, não um compromisso com a verdade, mas com a vitória do ponto de vista que se queria sustentar. Pode-se dizer, com segurança, que vários pontos desenvolvidos por Aristóteles nos *Tópicos* concernentes à dialética são imprescindíveis à compreensão da idéia de retórica. A principal delas é a própria noção de *topos*, ou *tópico*, (literalmente: *lugar*), ou seja, os *padrões de argumentação* necessários aos distintos temas postos em causa. Com o desaparecimento da dialética como prática social, os elementos de sua teoria da argumentação foram

¹⁶⁶ Perelman, *Dialética e diálogo*, in id., pp. 3 - 11 e *O método dialético e o papel do interlocutor no diálogo*, in ibid., pp. 47 - 53; Reboul, *Introdução...*, op. cit., pp. 27 - 37. Rohden, *O poder da linguagem...*, op. cit., pp. 150 - 157.

incorporados à retórica, que se tornou, assim, o saber guardião da prática da argumentação e da *erística*. Quanto à *Poética*, sabe-se que a pesquisa de Aristóteles sobre as relações entre formas artísticas e expressões de sentimentos, como a tragédia ou o gênero épico, têm um espaço específico na retórica, que irá usar a poesia, a literatura épica e dramática como recurso para tocar os valores sociais. É na *Poética* que Aristóteles apresenta o seu conceito de *mímesis* (imitação), que terá fecundas conseqüências para o debate sobre a dicotomia realidade/representação, fundamental para todo o pensamento posterior que se ocupou das teorias de linguagem.

Para o primeiro passo do conceito de retórica aqui reconstituído, é conveniente recorrer, primeiro, aos *Tópicos*. Mesmo porque, conforme um estudioso do problema, o filósofo escreveu que a retórica é *antístrophos* da dialética¹⁶⁷, uma metáfora complicada traduzida por “análogo” ou “contrapartida”, considera-se que pode ter um sentido próximo a “semelhante”. Trabalharei com a idéia de que a retórica, no modelo aristotélico, é uma aplicação à forma do discurso das estruturas de argumentação próprias da dialética. No livro primeiro dos *Tópicos*, Aristóteles estabelece uma identidade básica entre racionalidade e linguagem ao definir o *raciocínio*, a operação da razão, como *argumentação*¹⁶⁸. Raciocinar é, antes de mais nada, saber extrair conclusões de proposições estabelecidas pela linguagem. É na variação dessas proposições e das formas de subtrair conclusões que diferentes formas de raciocínio aparecerão, criando o espectro das possibilidades da própria razão. Ele define quatro tipos de raciocínio: a *demonstração* (parte de premissas verdadeiras e é exclusiva da lógica), a *dialética* (parte de premissas prováveis), os raciocínios *erísticos* (partem de premissas *aparentemente verdadeiras*, mas que não o são), e os raciocínios

¹⁶⁷ Aristóteles, *The rhetoric of Aristotle*, I,1, 1354a, Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1988, p. 1; Reboul, *Introdução...*, op. cit., p. 34. Rohden, *O poder da linguagem...*, op. cit., pp. 151 - 153.

¹⁶⁸ “*O raciocínio é um argumento em que, estabelecidas certas coisas, outras coisas se deduzem necessariamente das primeiras*” (o grifo é meu); Aristóteles, *Tópicos*, I,1, 100 a, São Paulo, Abril, 1978, p. 5.

paralógicos (que partem de premissas falsas)¹⁶⁹. As duas últimas formas são eminentemente sofisticadas e apontam para um problema fértil em Aristóteles: a *aparência do verdadeiro* é matéria para a razão e pode levar a conclusões aceitáveis pelos interlocutores, como se fossem raciocínios legítimos. Esse é o primeiro ponto a ser fixado e será obrigatoriamente retomado: a aparência lógica (operar logicamente sobre premissas falsas) é um procedimento possível para a razão, com enormes conseqüências para os usos da retórica.

Essencialmente, Aristóteles atribui toda a possibilidade de produzir raciocínios verdadeiros em aparência ao definir a linguagem como algo relativo às coisas, mas diverso delas. Sendo diferentes das coisas, as palavras possibilitam todo tipo de ambigüidade na medida em que não se pode discutir o mundo (coisa) por meio dele próprio, mas somente é possível fazê-lo pela linguagem¹⁷⁰. A semelhança apenas aparente entre os signos e os objetos permite a fala lógica, mas também a fala para-lógica¹⁷¹.

Não é preciso aceitar todo o sistema aristotélico para perceber o ponto capital colocado pelo filósofo e que é continuamente retomado pelo debate contemporâneo entre razão e linguagem. O espaço da razão, o mundo dos argumentos, cria uma realidade existente apenas na linguagem, e esta pode produzir semelhanças entre coisas distintas e coisas realmente semelhantes. Há uma distância jamais preenchida entre as palavras e as coisas por mais exatas que sejam as primeiras. Os múltiplos sentidos das

¹⁶⁹ Id., 101a, pp. 5 - 6.

¹⁷⁰ “É impossível introduzir, numa discussão, as próprias coisas discutidas: em lugar delas, usamos os seus nomes como símbolos e, por conseguinte, supomos que as conseqüências que decorrem dos nomes também decorram das próprias coisas, assim como aqueles que fazem cálculos supõem o mesmo em relação às pedrinhas que usam para esse fim. Mas os dois casos (nomes e coisas) não são semelhantes, pois os nomes são finitos, como também o é a soma total das fórmulas, enquanto as coisas são infinitas em número. É inevitável, portanto, que a mesma fórmula e um nome tenham diferentes significados”. Aristóteles, *Dos argumentos sofisticados*, I, 165 a, São Paulo, Abril, 1978 p. 155.

¹⁷¹ “(...) além disso, a falácia provém da semelhança entre duas coisas distintas e a semelhança provém da linguagem”. Id., 7, 169 b, p. 165.

palavras são discutidos nos “elencos sofisticados”¹⁷², indicando as ilimitadas possibilidades da linguagem quanto a gerar imagens da realidade, imagens semelhantes ou ambíguas em relação ao que a realidade é ou poderia ser.

A outra noção fundamental para esta pesquisa é o caráter dado nos *Tópicos* ao *raciocínio pelo exemplo*, ou seja, a *indução*. Embora por “raciocínio” Aristóteles costume designar sempre a operação dedutiva, ele também usa o termo para uma forma específica de argumentação, que parte de observações particulares para afirmações universais. Devido aos problemas lógicos básicos da indução, que os gregos já conheciam muito bem, o filósofo não crê que o recurso ao “exemplo” seja convincente num debate de pessoas esclarecidas, mas certamente funciona bem com a multidão, pela sua clareza, que apela diretamente aos *sentidos* dos interlocutores¹⁷³. A argumentação colhe exemplos e atribui a eles semelhanças e regularidades, extraíndo daí proposições gerais, que se pretendem válidas a partir da generalização retórica dos casos singulares.

Ao distinguir um meio de debater com sábios, usando a dialética, forma eminentemente dedutiva, e uma outra maneira de falar ao povo (*demos*), essencialmente indutiva, alicerçada nos exemplos da experiência (*empeiria*), Aristóteles realça um aspecto instrumental da fala concernente à natureza de sua aplicação social. A forma de argumentar liga-se às disposições sociais do interlocutor e toca o âmago dos *Tópicos*: questões diferentes, conforme seus públicos, exigirão padrões de argumentação específicos para resolver tal ou qual problema.

Os *lugares* (*topoi*), isto é, as formas pré-estruturadas de fala, pacotes de argumentos convenientes a tipos distintos de temas e estratégias, são um dos pontos chave da retórica. Ao usar um *topos*, o agente põe em movimento seqüências de idéias estandarizadas e previamente organizadas para a argumentação sobre um tema. Os lugares são programas de argumentação imprescindíveis à organização do pensamento e da compreensão do discurso. A idéia de “lugar comum” refere-se, originalmente, a um *topos* que estrutura todos os tipos de discurso independentemente da temática: a *repetição* e a *recapitulação* são

¹⁷² Ibid., 4, 165b - 166 b, pp. 157 - 159.

¹⁷³ Aristóteles, *Tópicos*, I, 105 a, VIII, 157 a - 158 a, op. cit., pp. 14; 136 - 138.

lugares comuns fundamentais, como também o é o uso da *suposição*. E há os lugares especiais relativos ao tema do debate. Perelman discute longamente os usos dos lugares, desenvolvendo uma taxonomia a respeito¹⁷⁴. Um exemplo de um lugar comum a todos os discursos científicos é repertoriar opiniões e teorias sobre um assunto antes de dizer o próprio ponto de vista ou fazer uso de uma suposição¹⁷⁵ para sustentar uma idéia. Aqui será suficiente lembrar que os lugares são obrigatórios na fala, ou seja, só se pode raciocinar mediante o enquadramento dos fatos dentro de um padrão de argumentação. Esse enquadramento é um limite necessário à persuasão na medida em que define, simultaneamente, o que está em causa e como é possível agir sobre o objeto com um conjunto particular de pensamentos feitos por palavras. Cada enquadramento pede também um modo de pensá-lo, ou seja, de dizê-lo, de modificá-lo pelas conclusões.

O fato de Aristóteles, um filósofo, ter escrito uma *Arte Retórica* é por si só um ponto que mereceu a atenção de estudiosos da área¹⁷⁶. Com efeito, a filosofia seguirá a história reivindicando a “verdade” e lutando para separá-la de suas simples “aparências”. A filosofia quer

¹⁷⁴ Os lugares básicos em Aristóteles formam três pares: os tópicos do possível/impossível, do existente/inexistente e da amplificação e depreciação. A divisão básica de Perelman é entre lugares da *quantidade* e lugares da *qualidade*. Aos primeiros reportam-se todos os argumentos relativos à intensidades, como classificações de superioridade ou grandeza, simetria, equilíbrio (e seus contrários). Os lugares da qualidade são ligados a classificações abstratas, como o bem, a lei, a verdade, etc. Ver Perelman, *Tratado...*, op. cit., pp. 94 - 111; Motta Peçanha, *Teoria da argumentação...*, op. cit., pp. 234 - 235; Osakabe, *Argumentação...*, op. cit., pp. 152 - 156.

¹⁷⁵ Para o uso da suposição e da recapitulação: Fischer, *The logic of...*, op. cit., pp. 82 - 98.

¹⁷⁶ Retores, oradores e filósofos trocam acusações durante toda a história do pensamento ocidental e a filosofia sempre negou à retórica qualquer papel heurístico. Aristóteles, no entanto, será venerado pelas duas tradições: os filósofos relevaram as preocupações do estagirita com as opiniões vulgares e os estudiosos de retórica irão sempre remontar ao grego, como codificador dessa área de conhecimento. Perelman, *Retórica e filosofia*, in *Retóricas*, op. cit., pp. 177 - 186. Lichtenstein, *A cor...*, op. cit., pp. 78 - 94.

convencer pela demonstração, e não persuadir¹⁷⁷. Já a “arte da persuasão” se valerá da aparência de verdade como um recurso legítimo para atingir seus fins. O ponto é importante, pois um tratado de retórica é por si só uma tentativa de enquadrar a reflexão sobre a opinião (*doxa*) num sistema que se pretendia científico e, ao mesmo tempo, reconhecer que existem domínios sociais nos quais um tema pode ser objeto de ciência, como a política, mas também pode ser tratado apenas como matéria de opinião. Aristóteles, contra sua própria tradição, reconhece que, de fato, os arranjos do mundo empírico da política dependiam de considerar as opiniões dos cidadãos não-especialistas sobre a *Polis*. Se essa é uma situação de fato, é preciso domesticar os instrumentos retóricos que influenciam as massas, a fala dos demagogos, colocando-os dentro de parâmetros morais e científicos.¹⁷⁸

A *Retórica* possui uma penetrante reflexão sobre uma matéria central do intelecto prático (racionalidade teleológica/instrumental): como um discurso deve se compor para persuadir. Como, na relação entre orador e auditório, ocorre a adesão a um tema, gerando agregação em torno de uma opinião, o que realmente persuade quanto as paixões e o que persuade quanto ao intelecto. Aliando a *Retórica* aos *Tópicos*, que a preparam e fundamentam, o filósofo concebeu algumas teorias, que têm sido contemporaneamente reinterpretadas na direção de estabelecer a retórica como uma das ciências da linguagem. Numa definição particular, a retórica é o saber que se ocupa do uso instrumental/persuasivo da fala, o que possibilita, com grande sucesso, sujeitar o próprio discurso científico, pretensamente fundado em evidências, à análise dos seus recursos de persuasão, seus lugares, estratégias e públicos. Os conceitos analíticos criados por Aristóteles para sua teoria da argumentação e da retórica são

¹⁷⁷ A distinção entre *demonstração* e *persuasão* é sublinhada por Perelman, *Tratado...*, op. cit., pp. 15 - 17, e liga-se, no primeiro termo, à pretensão de se estabelecer uma verdade objetiva e, no segundo, de convencer sobre uma verdade apenas provável.

¹⁷⁸ Acontece que, como de costume, em Aristóteles, não fica claro o quanto o filósofo está disposto a ceder, o que resulta em um texto que ora procura dotar a arte de persuasão, de conteúdos mínimos reconhecidos pela ciência política e pela ética, ora ocupa-se de pensar a técnica independente da verdade do discurso, o que o aproxima do relativismo sofístico.

aplicáveis à reconstrução de um modelo de racionalidade discursiva. A *Retórica* é uma investigação sobre a persuasão e é, a parte disso, um manual, uma técnica de orientação para o desempenho público da oratória. Esse aspecto não deve ser negligenciado, porquanto é um indicador da proximidade de uma reflexão sobre o uso persuasivo da linguagem e seu papel na estruturação política de uma comunidade democrática, ou, pelo menos, com canais institucionalizados para o debate. Não farei uma análise do texto da *Retórica*, mas trabalharei sobre conceitos existentes nesse tratado com o propósito de caracterizar um modelo específico de racionalidade discursiva para esta tese.

3.1.2 Auditório e persuasão

A razão que anima os seres que manipulam retóricas, oradores e auditórios não é, por certo, aquela razão buscada pelos cientistas e filósofos, que sobreviveria além das subjetividades e que funcionaria para esclarecer questões por meio de demonstrações. A razão do intelecto prático é *phronesis*, termo que pode ser entendido como “razoabilidade”¹⁷⁹. A *phronesis* responde pelo senso de avaliação prática dos contextos e a capacidade de os agentes chegarem a acordos dotados unicamente de opiniões e bom senso. É esse homem “razoável” que está suposto como interlocutor de uma fala de racional centrada unicamente na *doxa*. A

¹⁷⁹ O conceito de *Phronesis* pode ser entendido como “prudência prática” e se distingue da *sophia*, a sabedoria derivada da contemplação da verdade. Esse conceito é central na *Ética*, na *Retórica* e na *Política* de Aristóteles, pois o homem com um saber prático é o agente do mundo social, enquanto o saber teórico passa a ser atributo de filósofos. São seres “razoáveis” que criam e reproduzem a ordem social. Daí, o saber prático é mais importante ao cidadão que o saber teórico embora esse seja o saber mais elevado sobre a *Polis*. Ver Aristóteles, *Ética nicomaquea*, VI, 1 - 14 1145a - 1154b, in *Obras*, op. cit., pp. 421 - 451; na *Política*, toda a primeira parte dedicada a discutir os saberes úteis ao cidadão como a arte de comandar escravos e adquirir bens supõe que o homem de *phronesis* e não o filósofo é o agente da ordem, da comunidade e do estado. Ver Aristóteles, *Política* I, 1 - 13, 1252a - 1260b; in id., pp. 675 - 710; Morrall, *Aristóteles*, Brasília, UNB, 1981, pp. 41 - 63; Toulmin, *Racionalidade e razoabilidade*, in *Retórica e comunicação*, Porto, Edições Asa, pp. 28 - 30; Rodhen, *O poder da linguagem...*, op. cit., pp. 157 - 169.

retórica, como a concebe Aristóteles, é um saber indiscutivelmente ligado à democracia, ao senso comum e à opinião como fatos estruturadores da vida política. É porque se reconhece o *demos* como presença obrigatória na engenharia política da *Polis*, que se desenvolve a arte de convencer cidadãos livres. De tal forma há uma identidade entre persuasão e liberdade de escolha entre alternativas¹⁸⁰, por oposição à coação numa tirania. Sendo assim, pode-se interpretar que o modelo aristoteliano não pensa a retórica unicamente do ponto de vista do orador que arrasta as massas, mas irá pensá-la como um jogo intersubjetivo entre orador e auditório, no qual o último não é coagido como é possível na dialética erística, mas é *convencido* a partir de uma identidade de valores e opiniões suas com as do orador. A conquista do auditório é um movimento que implica reconhecer a liberdade dele em rejeitar um orador, sempre que a fala se chocar com suas convicções essenciais. Os oradores tentam fazer prevalecerem suas opiniões, como regra, partindo de patamares aceitos, mesmo que tacitamente, pelo auditório. A persuasão funciona tanto melhor quanto mais uma opinião se mostrar parecida com o que todos têm por óbvio e estabelecido¹⁸¹.

Por *persuasão*, Aristóteles se refere a um fenômeno complexo que envolve dimensões sociais, psicológicas e lógicas. O discurso persuade por três meios de provar sua veracidade¹⁸².

- a) O caráter moral (*ethos*) do orador, que inspira confiança, ou não, em seus ouvintes. Essa é uma derivação da condição social, dos hábitos e da moralidade que aproximam a retórica das ciências dos costumes (Política/ Ética). O *ethos* da fala significa sua identificação com disposições sociais que sustentam ou rejeitam suas falas. Um orador da oligarquia deve falar melhor para oligarcas, assim como um orador democrata falará melhor ao *demos*.

¹⁸⁰ A identidade entre persuasão e liberdade é discutida em Burke, *A rhetoric of...*, op. cit., pp. 49 - 55, e também, Rodhen, *O poder da linguagem...*, op. cit., pp. 210 - 219.

¹⁸¹ Essa é uma característica conservadora de tradição retórica, ao contrário da fama de uma arte que ilude e submete os auditórios aos caprichos dos oradores.

¹⁸² Aristóteles, *The rhetoric...*, I, 2, 1356a - 1356b, op. cit., pp. 8 - 10.

- b) A produção de paixões (*pathos*), como alegria, aflição, amizade, ódio, é um campo central na retórica e ocupa um lugar privilegiado nas reflexões dessa tradição. As paixões alteram os juízos proferidos em relação ao mundo e, se o discurso (aí, no caso, a elocução) toca os sentimentos, cria-se um forte vínculo intersubjetivo centrado na identidade dos valores figurados pelo discurso.
- c) Por fim, há a logicidade ou os componentes analíticos (*logos*) do discurso que interferem na compreensão e sua aceitação das verdades que ele enuncia sobre a realidade. Aqui, Aristóteles cria um conceito capital na análise do discurso retórico: o *entimema*, ou seja, a idéia de uma "prova" estritamente argumentativa.

Ao transitar entre as ciências, criando-se, num espaço intermediário que superpõe os saberes sobre a ética, a alma, a política e a dialética (e por conseguinte a lógica), a retórica se refere ao *uso total* das possibilidades do discurso¹⁸³. Na presente pesquisa, para torná-la exequível, interessa-me discutir principalmente a dimensão persuasiva analítica do discurso, e não suas dimensões morais e psicológicas. Obviamente, essas partes não são separáveis completamente, porém elas serão pensadas, principalmente, no plano da análise retórico/lógica do discurso. Essa direção metodológica concerne à própria pretensão desta tese em extrair desse procedimento conceitos que componham um modelo de linguagem descritivo da racionalidade instrumental. De qualquer forma, há que se dizer que esta reflexão não perde de vista a necessidade de tomar os eixos moral e emocional como componentes do processo empírico de persuasão, porém, cabe reiterar, as construções argumentativas são persuasivas exatamente porque sua lógica interna concatena possibilidades, tanto de produção de identidade pelas disposições morais quanto pelas paixões, isto é, sua constituição como linguagem é a chave que sustenta todas essas operações. As performances eloqüentes, que tocam as paixões, têm de ser estruturadas num discurso que sustente

¹⁸³ Barilli, *Retórica*, op. cit., p. 11.

simbolicamente tal eloqüência. Os aspectos quentes, performáticos, da enunciação são cruciais, porém requerem signos que os articulem, inclusive para durarem socialmente.

3.2 Quatro modos retóricos

Os conceitos de Aristóteles voltam a ser centrais. Ele estabelece três tipos, ou gêneros, ou modos de retórica: *deliberativo*, *judiciário* e *epidíctico*¹⁸⁴; nesta tese acrescenta-se mais um: o modo *analítico*. Esses três primeiros modos históricos são o cerne da teoria aristotélica da persuasão. Eles caracterizam tipos de falas adequadas às situações elementares da ação racional. O tipo deliberativo liga-se às projeções sobre o *futuro*. Como o nome diz, esse modo retórico referia-se, para os antigos, à esfera das decisões políticas. Os agentes em debate projetam discursivamente imagens do futuro avaliando ou não sua conveniência¹⁸⁵. Quando o *passado* está em causa, a reconstrução retórica dos fatos ocorridos permite pensar sua adequação aos preceitos normativos. Assim, uma retórica judiciária utiliza enquadramentos do que aconteceu e liga tais fatos a julgamentos que se podem fazer deles no presente. O modo epidíctico indica uma dupla ligação entre o mundo das paixões e o da arte que as expressa. Esse gênero é ligado ao elogio e à vituperação e também a todos os elementos estéticos do discurso, capazes de promover prazer ou paixões trágicas. O epidíctico refere-se também às

¹⁸⁴ O termo *epidíctico* é, por alguns, traduzido por "*demonstrativo*", como na edição brasileira da *Retórica*, vertida do francês. "Demonstrativo" não me parece uma tradução adequada, na medida em que gera confusão com a idéia lógica de *demonstração*. Tanto a edição em inglês, aqui usada, quanto Perelman mantêm o uso de epidíctico, termo já dicionarizado em português. Ver Aristóteles, *Arte Retórica e Arte Poética*, Rio de Janeiro, Ediouro, sd., p. 39.

¹⁸⁵ São quadros persuasivos do futuro que orientam as retóricas sobre entrar, ou não, em guerra, construir, ou não, uma praça, cursar medicina ou direito e todas as situações em que o debate depende de projeções sobre o que virá se a ação prosseguir numa determinada direção. A esse tipo de argumentação, que avalia as conseqüências do ato em função de uma projeção, Perelman chama de "argumento pragmático". Perelman, *O argumento pragmático*, in *Retóricas*, op. cit., pp. 11 - 22.

opções estéticas, que traduzem o sentimento do discurso, bem como a todos os ornamentos¹⁸⁶.

Creio ser preciso introduzir e justificar um quarto modo retórico que chamarei de *analítico*. A retórica analítica presta-se a construir *explicações da realidade*, normalmente explicações causais que parecem não ter qualquer interesse, além de apontar as razões de um fenômeno¹⁸⁷. É uma retórica que pode operar fundamentalmente atada a um juízo deliberativo ou judiciário. Aliás, o entrelaçamento das formas de retórica é uma das qualidades do modelo, pois projeções sobre as conseqüências de um julgamento são deliberações, assim como reconstruções judiciárias do passado podem influir em projeções retórico/deliberativas. Assim, as possibilidades do debate retórico são amplas quanto às formas de configurar uma causa. Da mesma maneira, a análise causal, ao aparecer no campo retórico, cumpre uma importante função persuasiva para as deliberações e os juízos, na medida em que a forma do discurso especializado, que detém o conhecimento sobre o problema em debate, decompõe a questão em partes e explica seu funcionamento. Daí fundamenta conclusões e ações sobre ele.

3.2.1 O modo deliberativo

¹⁸⁶ Porque Aristóteles misturou as dimensões da paixão e da expressão estética num único gênero não é um problema que se possa resolver, contudo, pode-se pensar que, ao agir assim, o filósofo vinculou definitivamente a retórica e a poética. Sobre três tipos de retórica e o modo epidíctico ver: Burke, *A rhetoric of...*, op. cit., 69 - 78. observou que o conceito de retórica epidíctica refere-se a um universo muito grande de problemas e discursos.

¹⁸⁷ A idéia de uma retórica para explicar a realidade se desenvolveu no mundo antigo seguindo os preceitos da oratória ciceroniana, que estabeleceu entre as finalidades da retórica, um papel didático, o *docere*, (ensinar) além do *delectare* (agradar) e do *movere* (agir). A retórica analítica é um conceito que depende, contudo, da compreensão dos problemas contemporâneos da relação entre retórica e ciência. A propósito da retórica romana, ver Barilli, *Retórica*, op. cit., pp. 41 - 55; e, Reboul, *Introdução...*, op. cit., pp. 71 - 77.

O espaço de origem dessa retórica é a assembléia deliberativa. Segundo Aristóteles, tal gênero de argumentação monta *quadros do futuro* de tal maneira que o auditório possa apreciar a utilidade ou o prejuízo que decorrerão de uma decisão. Assim, para projetar os efeitos dos meios num espaço de ação e avaliar a conveniência de sancioná-los ou rejeitá-los, a retórica deliberativa precisará incorporar elementos discursivos analíticos que fundamentem e validem seus argumentos. O principal elemento analítico que caracteriza o discurso deliberativo é o uso dos *exemplos* na argumentação, ou seja, do procedimento indutivo, visto nos *Tópicos* como a melhor estratégia para se falar a um grande grupo, como numa assembléia, devido à clareza desse tipo de raciocínio, fundado na realidade dos sentidos. Isso não impedirá, por certo, que silogismos dedutivos, explicando as causas dos processos, sejam também incorporados ao debate deliberativo, nem tampouco os clamores típicos da retórica emocional. Cada assunto posto em debate, por exemplo, as finanças ou as guerras, requer lugares de argumentação aos quais o orador irá recorrer necessariamente. Ao deliberar sobre a guerra e a paz, o lugar do argumento será a avaliação dos exércitos próprios e os dos inimigos. Tal enfoque implica um duplo sentido: de um lado, há uma construção discursiva previsível e adequada ao debate de uma questão e, por outro, requer saberes, que fundamentem realmente o discurso com o conhecimento efetivo (ou aparentemente efetivo) sobre a situação dos exércitos. Da mesma forma com as finanças: a análise dos rendimentos do Estado é um lugar para se lançar uma argumentação sobre os rumos da política econômica. Os elencos de lugares que aparecem em toda a retórica podem ser entendidos como pacotes estereotipados de argumentos, que são acionados e adaptados para os propósitos do debate. Há caminhos mais ou menos esperados para enquadrar um tema e dele concluir uma deliberação. A combinação eficiente dos pacotes retóricos com o saber socialmente aceito sobre o tema gera as possibilidades persuasivas do discurso. Aristóteles insiste que o orador deve saber do que fala, tanto que fornece, na *Retórica*, resumos mínimos de política, ética ou "psicologia". Quando diz, por exemplo, que ao tratar de constituições, deve-se saber

comparar as formas existentes¹⁸⁸, ele faz uma clara conexão entre a retórica e os temas da ciência política, que devem validá-lo. É calcado na idéia de um discurso que pretende saber sobre um tema como mais uma modalidade de retórica que, nesta investigação, se considerará uma retórica analítica.

Há uma simetria entre as operações projetivas da racionalidade instrumental tais quais descritas com base em Weber, Schutz e os demais autores enfocados no capítulo segundo e suas contrapartidas, na esfera da linguagem, com a operação da retórica deliberativa. As projeções estratégicas da razão instrumental supõem o recurso à memória e ao exemplo, configurando seus passos e organizando-os por meio de lugares argumentativos, que se desdobram em pacotes retóricos feitos para analisar e fundamentar a escolha dos meios de ação. A retórica deliberativa responde às condições descritivas de uma protensão do futuro colocada por um agente racional, que interage com outros e deve, portanto, coordená-los. Procedimento impossível sem a persuasão dos envolvidos na ação.

3.2.2 O modo judiciário e as reconstruções do passado

A retórica judiciária transforma o espectador em juiz. Supõe uma questão em causa e teses contrárias se batendo a respeito. Provar a adequação ou a inadequação normativa de uma ação ocorrida é o tipo ideal de situação em que se põe o modo judiciário. Ele reconstrói persuasivamente os fatos do passado e os julga conforme a cadeia causal que se pode deles inferir¹⁸⁹. Os tópicos principais desse gênero debatem sobre o justo e o injusto, a conformidade ou a transgressão de leis e normas, o que não impede que um raciocínio judiciário seja aplicado à assembléia. Candidatos a postos eletivos são objeto de deliberação pelas conseqüências que podem trazer, mas podem ser enquadrados numa retórica judiciária pelos eleitores, que preferem reconstruir seu passado e julgá-los para dar-lhes, ou não, razão de pleitear o cargo.

¹⁸⁸ Aristóteles *The rhetoric...*, I, 8, 1365b - 1366a, op. cit., pp.44 - 46.

¹⁸⁹ Id., I, 10, 1369a - 1369b, pp. 56 - 58.

Para Aristóteles, a retórica judiciária, quando avalia o fato de ter ocorrido, ou não, uma injustiça, deve se perguntar as causas que o motivaram: se o fato julgado aconteceu por acaso, coação, hábito, utilidade, etc. Ao investigar e debater, essa forma de retórica usa silogismos dedutivos, mostrando que, de um estado de coisas estabelecido por uma causa, só poderiam ocorrer algumas conseqüências. A retórica judiciária trabalha numa interessante fronteira de explicação da ação, seus móveis e razões, balizando-a com elementos normativos morais (leis-regras), que, supostamente, devem ser compartilhados pelo auditório de juízes: o que ocorreu, porque ocorreu e se os fatos são fiéis, ou não, aos conjuntos normativos, que guardam a moralidade para aquele caso. Evidentemente, estão presentes as possibilidades de contaminação de um discurso judiciário com considerações deliberativas sobre as conseqüências futuras de uma “condenação” ou “absolvição” da causa em pauta. Da mesma maneira, o uso ostensivo da crítica epidíctica pode-se sobrepor às argumentações causais no processo de persuasão do auditório. Apenas como nota, há que se lembrar que o espaço do tribunal foi historicamente um dos lugares por excelência de preservação e do desenvolvimento da retórica como técnica oratória e de argumentação.

3.2.3 O modo epidíctico.

Todos os discursos têm uma estética no sentido de que há uma *forma* que os caracteriza. Há uma forma de linguagem para exprimir a tragédia e outra para a comédia, da mesma maneira como há formas adequadas ao texto científico e outras cujo lugar é a política. Essa proposição é a base do modo epidíctico da retórica. Há tipos de discurso proferidos no âmbito da *Polis* em que as formas são estruturas preponderantes para o sentido: nos funerais e nas comemorações, nas inaugurações, bem como nas catástrofes, a fala tem uma forma específica para induzir sentimentos graves, triunfantes, eufóricos e outros. O pensamento antigo é farto em classificações de gêneros de discurso nos quais aplicam-se as regras da arte sobre as considerações deliberativas e judiciárias. A utilização de máximas, provérbios, trechos de literatura e

peças de pintura para amplificar o tema¹⁹⁰ é parte importante de quase todas as formas de discurso, incluindo o científico, ou seja, toda fala existe por meio de formas específicas de se retratar um tópico. As formas são objeto do modo epidíctico. Nele, entram todas as *figuras de estilo e ornamento*, bem como a tarefa de tocar o lado *afetivo* de oradores e ouvintes.

Esse gênero é, pois, adequado aos debates nos quais *valores* estão em causa. A fala sobre a moralidade dificilmente pode ser alcançada, usando-se apenas os silogismos ou a indução, que caracterizam os modos deliberativo e judiciário. Já os meios da arte (a fala trágica ou satírica, solene, emocionada, galante e tantas outras) são os únicos canais disponíveis para tocar os valores. Como bem disse Aristóteles, o discurso epidíctico não discute o objeto, toma-o como dado e trata de engrandecê-lo ou denegri-lo¹⁹¹. “O elogio e a censura”: essa é a fórmula de definição desse modo retórico que será moldado para se aplicar aos temas da virtude e do vício.

Estudiosos posteriores a Aristóteles, quer antigos, quer contemporâneos, frisam que os discursos epidícticos têm uma grande importância na arte de persuadir¹⁹². É fato que uma substantiva parte das falas jogadas no campo retórico não possuem qualquer objetivo analítico ou judiciário e visam somente atacar através da censura ou edificar, elogiando agentes sociais e as idéias que defendem. Explorar a arte para propósitos retóricos é algo comum, tanto em assembleias, quanto nos tribunais ou nas rodas de conversação¹⁹³. Assim, deliberações e juízos, no tocante aos seus valores, buscam uma estética que torne inteligíveis os projetos e as avaliações normativas. E, se for preciso invocar paixões,

¹⁹⁰ O uso de encenações teatrais e de recursos visuais, como pinturas, para amplificar a força persuasiva de uma tese foi codificada sobretudo pelo retor romano Quintiliano. Uma análise completa do tema encontra-se em Lichtenstein, *A cor...*, op. cit., pp. 78 - 116.

¹⁹¹ Aristóteles, *The rhetoric...*, I, 9, 1366a - 1368b, op. cit., pp. 46 - 55.

¹⁹² Perelman, *Tratado...*, op. cit., pp. 53 - 57.

¹⁹³ Para uma compreensão do papel da conversação no desenvolvimento do pensamento moderno, ver Tarde, *A opinião e a conversação*, in *A opinião e as massas*, São Paulo, Martins Fontes, 1992.

haverá lugares literários, figuras (*tropos*)¹⁹⁴ prontos a se somarem às multifacetadas esferas da persuasão. Deve ser reconhecido que, ao se ocupar dos recursos estéticos, que garantem uma forma retórica eficiente para o tema, o conceito de retórica demonstrativa se coloca como o campo de reflexão por excelência das condições da adaptação dos discursos aos temas e aos meios de sua propagação como, por exemplo, a forma imagética da televisão obriga sempre o tratamento das falas dentro de uma estética própria do campo no qual aquela fala faz sentido. Provocar o riso e o pranto são propriedades de gêneros de arte, que, incorporados à eloquência, promovem o vínculo afetivo com o objeto do discurso. Evidentemente, o *ridículo* e o *trágico*, como formas de enquadramento estético, podem interferir numa deliberação ou na formação de um juízo, o que significa uma intervenção do modo demonstrativo nas questões em causa. Esse modo retórico pode, contudo, não aparecer ostensivamente e se ocupar unicamente de adequar a forma dos discursos à moralidade específica do campo onde ele é exercido. Se há expectativas estéticas quanto a um debate científico elas são objeto desse tipo de retórica, pois há uma estética do discurso científico, como de qualquer outra forma de pensamento, sem a qual não é possível identificar nem validar os argumentos da ciência. Assim, a forma, objeto do modo *epidíctico*, é também definidora das pretensões de validade de um discurso científico.

3.2.4 A mímeses e a retórica

O modo epidíctico conecta a dimensão discursiva com os problemas da arte da forma e, para compreendê-lo plenamente, é preciso recorrer às primeiras partes da *Poética*, onde o filósofo retomará um

¹⁹⁴ Os *tropos*, ou "figuras", são alterações de sentido de uma imagem aplicada, por analogia, a uma situação que se pretende enfatizar como semelhante. O tropo discursivo por excelência é a metáfora. Ver: Aristóteles, *The rhetoric...*, III, 4, 1406b - 1407a, op. cit., pp. 192 - 193; Perelman, *Tratado...*, op. cit., pp. 189 - 203, e, 443 - 459; Reboul, *Introdução ...*, op. cit., pp. 113 - 137; Meyer, *Questões de retórica...*, op. cit., pp. 105 - 124.

conceito fundamental para toda a teoria da linguagem e, particularmente, para a retórica: *mímesis*¹⁹⁵. Por essa idéia deve-se compreender a propriedade de toda e qualquer linguagem (escrita, visual, sonora, etc) figurar, prover de forma uma idéia. *Mímesis*, palavra traduzida por *imitação*, é a correspondência entre a forma da fala e o sentido daquilo que é dito. Assim, o sentido de tragédia só pode ser adequadamente imitado, mimetizado, por palavras e versos da forma trágica, igualmente para a comédia, para a ciência, ou para qualquer outro discurso. As palavras são formas de exprimir um sentido: a *mímesis* de uma deliberação será possível pela forma deliberativa, ou seja, usando palavras que projetem um futuro exequível para uma tomada de decisão.

A imitação é não só capaz de copiar as coisas tais como são num quadro, ou num discurso adequado, mas também de copiá-las *melhores* ou *piores* do que são. Dessa forma, a *mímesis* do discurso reencontra o problema da ambigüidade das palavras e de todos os signos. As amplificações retóricas encontram-se nas características miméticas da linguagem e, ao evocarem sentimentos e valores, criam campos afetivos para os usos persuasivos do discurso. A *mímesis* discursiva é o meio de tornar persuasivos intersubjetivamente fatos existentes apenas em palavras como as utopias e as ficções. O discurso não imita apenas os objetos do mundo plausível como a atitude natural, porém aceita tornar "reais", pelo verbo, os mundos imaginários, como a República de Sócrates, ou o projeto de uma capital no centro do país, que existiu em discurso por décadas antes de sua execução. A *mímeses*, por meio das palavras, torna possível o debate de projetos concebidos pelo exercício da fantasia literária ou da projeção científica¹⁹⁶. Tal conceito trabalha, heurísticamente, sobre as noções de protensão do futuro e de reconstrução da memória, tão centrais à razão instrumental. A ação estratégica é movimento guiado pela *mímesis* de um estado de relações posterior à intervenção do agente antevisto por

¹⁹⁵ Aristóteles, *Poética*, 1447a - 1448b, in *Obras*, op. cit., pp. 1107 - 1112.

¹⁹⁶ A idéia de *mímeses* como instrumento de projeção dos mundos possíveis com os quais a ciência política e a ação política trabalham foi recentemente apontada por Lessa, *Por que rir da filosofia política? Ou a ciência política como techné*, in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol 13, N 36, fevereiro de 1998.

meio da linguagem. Enfim, pode-se mesmo dizer que o conceito de *mímesis* abre um diálogo fértil entre as concepções imaginadas pelos agentes e as percepções empíricas destes no campo da ação. O discurso aceita, em princípio, tudo, porém o debate, não. Daí, entre as falas que pretendem conformar o mundo (potencialmente todas) e aquelas que serão aceitas para tal se situa o trabalho da retórica.

3.2.5 O modo analítico.

Aristóteles considerava que os três modos deliberativo, judiciário, e epidíctico eram suficientes para caracterizar a arte retórica. Ali, os elementos do *logos*, do *ethos* e do *pathos* estão presentes e, em alguma medida, o uso do *logos* propriamente científico não é estranho, principalmente, aos discursos que enquadram deliberações e juízos, mesmo porque, em princípio, os homens razoáveis buscam o bem, e a ciência só pode esclarecê-los quanto a isso. Sabe-se que, para a filosofia aristotélica, os procedimentos de análise não são uma técnica do *intelecto prático*, mas um atributo do *intelecto teorético*, uma *mathesis*, não uma *thechné*. Daí, mesmo pensando as possibilidades de o raciocínio lógico/científico guiar e fundamentar uma postulação persuasiva, não cabe, naquele sistema clássico, considerar que a ciência é também constituída pela opinião e pela persuasão por argumentos verossímeis. No entanto, as reflexões contemporâneas sobre epistemologia atacaram duramente as pretensões de um discurso científico acima da *doxa*, fundado em evidências incontroversas. Aliás, esse é um dos quadros que garante a retomada do debate sobre retórica e ciência. A produção de textos que analisam expedientes persuasivos do discurso científico e filosófico rompe com uma idéia de "pureza" do raciocínio científico e o traz para o mundo dos debates, dos acordos e mesmo das apreciações morais¹⁹⁷.

De tal maneira, para o modelo retórico desta tese, considere que é perfeitamente possível propor, ao lado da tripartição clássica, mais

¹⁹⁷ Por exemplo: Edmondson, *Rhetoric in sociology*, London, McMillan, 1984; McCloskey, *The rhetoric of economics*, Madison, the University of Wisconsin Press, 1985.

um gênero retórico: o *modo analítico*. Esse caracteriza-se, não por montar quadros do passado ou do futuro para influenciar juízos e deliberações, mas por tentar *explicar fatos*. Aristóteles já havia atado a explicação causal ao gênero judiciário, porém, ali, ela aparece ligada a uma questão sobre a relação entre os processos de ação e as normas morais e legais que os enquadram. O que desejo aqui é tratar a explicação causal dos fatos como um modo específico de persuasão. O tipo ideal de uma retórica analítica é formado por pacotes argumentativos sobre economia, medicina, política e tantas outras esferas do conhecimento que são propagados, repetidos e sacados por cidadãos comuns ou especialistas para explicar problemas e questões surgidas no mundo da ação¹⁹⁸. O entrelaçamento desse gênero com os outros, cabe enfatizar, é uma das possibilidades de construção persuasiva e, numa sociedade que atribui uma posição tão relevante à explicação científica dos fatos, o uso de uma retórica analítica, nos termos pensados aqui, é quase uma obrigação do discurso e constitui-se, assim, num lugar por excelência.

3.2.6 Entimemas ou o silogismo retórico

É sob a rubrica de retórica analítica que retomarei um conceito central e complexo em Aristóteles, cuja existência só pode ser pensada dentro da retórica: o *entimema*. Por esse termo, pode-se discutir a lógica do argumento retórico, cuja forma é bastante específica com relação aos cânones do silogismo analítico ou dialético estabelecidos pelo próprio filósofo. O tema dos entimemas traz para esta investigação algumas importantes colocações contemporâneas sobre a natureza dos argumentos e da sua lógica em uso. Na *Retórica*, Aristóteles lançou as bases de uma reflexão, que não desenvolveu em outros livros, mas que tem grandes conseqüências para a compreensão de uma lógica do discurso persuasivo; de uma lógica que, fora de um sistema formal de verdades, opera com o verossímil “como se’ ele fora verdadeiro. Esse salto que pode revestir a *doxa* do poder de *episteme*, por tomar a *aparência* de termos universais,

¹⁹⁸ Nesse sentido, há aqui uma identidade entre os pacotes de argumentação e o conceito de ideologia, conforme a versão de Boudon vista no capítulo segundo.

extraindo deles entendimentos particulares, é o *entimema*¹⁹⁹. Aristóteles também chama de entimema as argumentações retóricas, isto é, a produção de provas que existem unicamente no discurso.

O entimema é um *silogismo retórico* ou, tecnicamente, um *quase-silogismo*. Ele é um elemento essencial aos aspectos que dão logicidade ao discurso, indicando um ponto nem sempre evidente quanto à necessidade de a fala comum e a da manipulação retórica se estruturarem dentro de operações lógicas similares às do raciocínio analítico. Há três tipos de silogismo: o lógico, o dialético e o retórico (entimema). Dos três o silogismo lógico é o único que demonstra uma verdade num sistema formalizado de premissas e conclusões. O silogismo dialético e o entimema partem, como foi dito, de opiniões prováveis, mas há uma diferença de operação fundamental. Como regra, o silogismo analítico e o dialético, para serem válidos, têm de montar e mostrar, explicitamente, todos os termos, como no exemplo mais famoso de silogismo:

Todos os homens são mortais.
Sócrates é homem,
(logo) Sócrates é mortal.

Um entimema, em sua definição mais técnica, é um silogismo que toma um dos termos como suposto por todos os interlocutores e funciona em dois rápidos termos, como "*Todos os homens são mortais/ e Sócrates é homem*. Ou "*Sócrates é homem, logo é mortal*". Basta isso para que o termo não explicitado "funcione" intersubjetivamente, dotando o

¹⁹⁹ O conceito de entimema é complexo e pouco preciso. Com ele Aristóteles parece indicar tanto a possibilidade de investigar as estruturas lógicas exclusivas do raciocínio retórico, quanto a conceituação de todo tipo de expediente de linguagem que possa ser aduzido como "prova" de um raciocínio num discurso. Ver Aristóteles, *The rhetoric...*, I, 1 - 2, 1354a - 1355b e II, 22 - 26 1395b - 1403a, op. cit., pp. 1 - 6 e 153 - 181. E também Cooper, *Introduction, in* Aristóteles, *The rhetoric ...*, op. cit., pp. xxv - xxvii; Osakabe, *Argumentação...*, op. cit., pp. 148 - 151; Barilli, *Retórica*, op. cit., pp. 26 - 28; Reboul, *Introdução...*, op. cit., pp. 155 - 157.

entimema de força persuasiva²⁰⁰. Os entimemas são, pois, os argumentos que operam jogando com a intersubjetividade dos interlocutores, com operações não explícitas no discurso que levam à persuasão. Essas estruturas são construções do pensamento comum e estão na base das aproximações entre os termos de um discurso, formando possíveis conclusões, que demandariam uma copiosa argumentação: insinuar, num tribunal, que um agente pode ser suspeito de um crime porque freqüenta regiões da cidade onde convivem criminosos é, além de uma tentativa de trazer o tema da moralidade e suas paixões, lançar uma série de entimemas que estão sugerindo: “todos os freqüentadores daquela região são moralmente decaídos, portanto suspeitos/; o réu freqüenta aquela região/, portanto é suspeito também”²⁰¹. Para cada passo, seria preciso estabelecer os fundamentos dos termos e das conclusões. O entimema joga como se tais termos fossem dados por certos e pede que, logicamente, se aceitem as conclusões.

Um estudioso da retórica pondera que o surgimento do entimema liga-se às exigências de argumentar para o *demos*, que não tem tolerância para longas demonstrações e aceita que tais reduções lógicas sejam usadas²⁰². O entimema toca um ponto vital na logicidade dos discursos: mesmo não explicitando uma estrutura silogística, a argumentação funciona similarmente a ela, na medida em que termos implícitos cumprem seu papel na estrutura daquilo que é posto pela fala. É importante dizer que toda argumentação retórica lança mão de entimemas,

²⁰⁰ Lane Cooper lembra, na introdução à sua tradução da *Retórica*, que um dos mais importantes aforismas do racionalismo ocidental o, “*penso, logo existo*”, de Descartes tem a forma de um entimema, pois a premissa maior “*tudo que pensa existe*”, necessária à construção correta do silogismo, fica simplesmente suposta. Cooper, *Introduction...*, op. cit., p. xxvii.

²⁰¹ O filósofo usa o exemplo de acusações de libertinagem baseadas na associação dos hábitos de se vestir com suntuosidade e gostar de passear à noite. E há exemplos requintados, como silenciar-se, ao invés de narrar um acontecimento que se quer mostrar como grave, ou comuns, como generalizar exemplos pinçados em qualquer tempo para justificar uma questão particular. Para os lugares dos entimemas, ver Aristóteles, *The rhetoric...*, II, 22 - 26 1395b - 1403a, op. cit., pp. 153 - 181.

²⁰² Id., II, 22, 1395b - 1396a, pp. 155 - 156; Barilli, *Retórica...*, op. cit., pp. 26 - 28.

e essa é a sua marca fundamental. O argumento terá uma dimensão claramente enunciada, mas atingirá o máximo de seu efeito persuasivo quando for logicamente “completado” pelo termo implícito, que nunca será dito. Um exemplo: alguém se refere ao Presidente da República de forma crítica e, em seguida, diz apenas - “*todo político é ladrão*”. Esse enunciado, tomado como universal, sem que nenhuma de suas palavras tenha uma definição clara, leva ao entimema, óbvio para os interlocutores: “*então o presidente é ladrão*”.

Todas as metáforas, imagens, analogias lançadas pela retórica implicam, analiticamente, premissas intersubjetivamente supostas, que garantirão os requisitos básicos de logicidade, ou seja, uma potencial semelhança ao silogismo. A operação do entimema, a rápida aproximação entre uma premissa e a conclusão que se quer dela extrair, é um momento no qual o acordo entre orador e auditório tem de estar plenamente resolvido, pois as noções que tornarão persuasivo tal movimento não estão de posse unicamente daquele que fala, nem mesmo estão presentes nos signos do discurso. Estão supostas no campo de conhecimento comum que pode oferecer sentido àquela ação discursiva.

As teorias de Perelman sublinham o caráter sempre composto de uma argumentação que combina distintos esquemas de discurso, isto é, a fala procura seguir seus caminhos por meio da incorporação de lugares, conjuntos mais ou menos montados de argumentos para os propósitos em debate. Tais esquemas, que tornam os lugares acessíveis, são concatenações argumentativas chamadas por Perelman de *argumentos quase-lógicos*²⁰³, bem no espírito dos entimemas. Esses argumentos são, na verdade, processos de *redução*, nem sempre explícitos, de elementos não-formais a estruturas formalizadas. É claro que a idéia de que a forma lógica é a forma de expressão da verdade transforma a busca de logicidade num instrumento de persuasão: se for lógico, é mais provável que seja verdadeiro. Mas há, além desse uso explícito da aparência persuasiva da lógica, uma idéia mais radical entrevista no entimema aristotélico, que Perelman não vai explorar: a operação quase-lógica, ou seja, o movimento

²⁰³ Perelman, *Tratado...*, op. cit., pp. 219 - 295.

de reduzir dados heterogêneos do discurso a definições “puras”, e, por isso, facilmente manipuláveis, é a descrição do funcionamento do uso instrumental da linguagem para os processos sociais de interação.

Há algumas possibilidades do caráter quase-lógico da argumentação que merecem ser destacadas devido à sua centralidade nas construções retóricas. Perelman lista uma série de tópicos sob a rubrica do argumento quase-lógico, como as considerações sobre *reciprocidade* (se A pode sonegar impostos eu também posso) e *transitividade* (se eu posso sonegar impostos, B,C,D, também podem), além de procedimentos analíticos, como falar de uma parte como pertencente a um todo, etc. Porém todas são operações de redução que levam a uma classificação de dois tópicos essenciais, chamados *argumentos de ligação e de dissociação*. A idéia central propõe que o raciocínio funciona pela produção de identidades entre os fatos, ligando-os entre si, ou, no caminho contrário, gerando dissociações entre eles.

3.2.7 Argumentos de ligação

Está em causa uma *ligação* quando, num exemplo mais clássico, fica estabelecida uma relação de *causalidade* pelo discurso²⁰⁴. De um eclipse associado às desgraças na colheita, a presença de um bacilo associada a uma doença, ou a listagem de eventos históricos sucessivos presumivelmente encadeados para um estado atual da história, ou em todas as falas cotidianas unidas pelo “porque”, está-se tratando de uma ligação retórica. Ela supõe a redução dos fenômenos a enquadramentos que podem ser *conectados*. As operações do modo deliberativo, projetando um ato e examinando suas conseqüências nefastas ou favoráveis são, por excelência, usos da ligação, como propõe Perelman. Numa argumentação, é perfeitamente possível deixar a ligação forte para o entimema apenas justapondo termos que o auditório poderá ativamente conectar. Como afirmar que o político “A” saiu do mesmo hotel onde se hospeda um poderoso e conhecido mafioso. A ligação explícita dada pela coexistência

²⁰⁴ Id., op. cit., p. 250.

real de ambos no mesmo espaço físico é amplificada pela sugestão de que a ligação de “A” com o mafioso foi mais do que pisar no mesmo hotel. Essa segunda ligação é, contudo, uma operação do entimema, e daí seu peso persuasivo.

Dentre os tópicos listados por Perelman um, pelo menos, merece destaque pelo papel que cumpre nas ligações em que se encontram os *argumentos de probabilidade*. Esse é um instrumento para modular uma ligação causal, que não precisa ser, ou não pode ser tomada como, *necessária*, mas que pode ser *provável*. Quanto a isso, é preciso acrescentar uma observação de Perelman sobre o *topos* da probabilidade. O seu uso, independente do fundamento teórico que se atribui à probabilidade, dá ao problema enquadrado um caráter empírico. A probabilidade aproxima os argumentos de uma realidade na qual as observações dos agentes “confirmam” que as relações não são necessárias, embora, para efeitos de persuasão, possam ser mostradas como tal: “há 99% de chance de sucesso” ou “*tudo indica* que seremos campeões”²⁰⁵.

Além da probabilidade, as ligações têm um fortíssimo meio de persuasão no discurso, que opera por meio da indução: *a analogia*. No inteligente jogo de palavras de Perelman, uma analogia não é uma “relação de semelhança” entre fatos, mas uma “semelhança de relação” entre os fatos²⁰⁶. A analogia é uma construção extremamente poderosa num discurso. Ela consiste em explicar uma ligação entre fatos “reais” ou imaginados e a sua possível, ou necessária, repetição em outro contexto. O debate sobre a analogia é extenso e serve a um dos pontos essenciais da prova meramente retórica: um fato pode ser estabelecido não em seu exame direto, mas no exame de uma outra relação análoga, existente apenas no discurso.

A analogia funciona esquematicamente, ligando *X* e *Y* por meio de uma imagem em que seus equivalentes *Z* e *W* são ligados. Maquiavel, por exemplo, fala dos gauleses como guerreiros que começavam bem o combate, mas abandonavam facilmente o campo de batalha, o que, por analogia, sugeria que os franceses agiam da mesma

²⁰⁵ Ibid., pp. 290 - 295.

²⁰⁶ Ibid., p. 424.

maneira como aliados de Florença²⁰⁷. O repertório de usos da analogia é complexo, mas não é preciso fugir do essencial já mencionado: a ordem interna do exemplo se aplica à generalidade dos casos. Perelman considera que o uso das metáforas só pode ser entendido como uma derivação da analogia, embora o debate sobre a metáfora, que indica a possibilidade de um nome ter seu significado modificado para representar outro nome seja fascinante, basta, para os propósitos desta investigação, no momento, indicar que essas são formas de resolver uma ligação entre fatos usando a lógica da similitude, o que pode ser compreendido pelas propriedades miméticas do discurso já apontadas acima²⁰⁸.

3.2.8 A dissociação de elementos

Os *topoi* de dissociação de noções cumprem um papel muito específico normalmente em condições de debate. São uma forma de atacar supostas ligações entre noções, estabelecendo a separação entre elas, indicando novos critérios para discernir esferas antes tomadas como fundidas. Esse tipo de argumentação irá se valer de classificações dicotômicas, ou de mais termos, com a finalidade de traçar os limites mínimos que distinguem as noções dissociadas. Para Perelman, os pares do tipo *aparência/realidade, opinião/ciência, corpo/alma, razão/paixão, bem/mal, justo/injusto, religião/superstição, normal/patológico* e outras dicotomias possíveis constituem as ferramentas básicas para dissociar os fatos²⁰⁹.

Argumentos de dissociação são fundamentais nos procedimentos analíticos, tratamento classificatório dos fatos. A divisão do todo em partes, constitui o âmago do método, desde Aristóteles. Pode-

²⁰⁷ Maquiavel, *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*, III, 36, Brasília, UNB, p.407.

²⁰⁸ Apenas para lembrar, boa parte do debate das ciências sociais se divide em teorias que se baseiam na analogia orgânica para explicar a sociedade contraposta àqueles que têm no fundo de suas obras uma analogia mecânica.

²⁰⁹ Evidentemente, todo e qualquer esquema, seja formado de três, quatro ou mais classificações, também deve ser considerado um *topos* de dissociação.

se mesmo dizer que o uso de argumentos de dissociação cresce à medida que o conhecimento se pretende mais especializado. Tal *topos* é importante nas condições de debate nas quais um ou mais interlocutores não estão dispostos a aceitar os termos daquilo que se coloca para apreciação e querem marcar uma posição específica, distinta daquelas outras postas em causa. Os interlocutores esforçar-se-ão, pois, para dissociar seus pontos de vista daqueles que podem ligá-los a noções inconvenientes aos seus interesses. A formação de identidades como "*nós X eles*" é um jogo de tópicos de *ligação*, de um lado (o grupo ao qual estendo minha solidariedade - nós), e, de outro, de *dissociação* (o grupo que existe apenas para marcar uma diferença - eles), que reforça uma identidade.

Dissociar por meio da argumentação significa normalmente criticar quadros de ambigüidade, recolocando o pensamento em lugares mais adequados. Daí, pode-se dizer que a dissociação é o lugar do discurso crítico, aquele que, não aceitando os fatos tais quais se apresentam, repletos de conexões com outros lugares, define as diferenças, as oposições e as contradições, que podem ser descobertas pelo exame metódico. A intenção liga e a reflexão dissocia²¹⁰.

3.3 Toulmin e o desenho lógico do argumento

²¹⁰ Um outro argumento importante para a dissociação é a separação do "essencial" e do "irrelevante" numa idéia. Isso pode permitir ataques demolidores a um único ponto que arrasta consigo todos os demais. Uma tese pode ser atacada pelo seu enunciado, pelo seus exemplos ou por sua forma e, em cada um desses campos dissociados, ela pode receber um tratamento específico. Aqui se arquiteta um jogo: dissocia-se a tese em partes e atacam-se os pedaços. Uma vez bem criticada uma dessas esferas, produz-se, novamente, uma ligação, só que, agora, para descaracterizar o todo pela parte que foi rejeitada São operações complexas, porém faz parte do saber original da retórica que tais *lugares* são apenas o refinamento de estruturas de argumentação pertencentes ao uso comum da linguagem. Para a idéia de que as operações do raciocínio são, basicamente, dicotomizadas em lugares de ligação e dissociação (*e/ou*) estrutura a pesquisa de Michel Meyer sobre as relações entre pensamento e linguagem. Ver Meyer, *Questões de retórica...*, op. cit., pp. 53 - 79; Breton, *A argumentação...*, op. cit., pp. 70 - 73.

Para o aprofundamento do modelo teórico desta pesquisa, é preciso, então, discutir a anatomia do argumento. O trabalho de Stephen Toulmin investiga o caráter quase-lógico dos argumentos e amplia consideravelmente a compreensão de uma formulação da racionalidade, pensada por meio das operações de linguagem. A pesquisa desse filósofo se apresenta como um trabalho pioneiro no debate sobre as formas lógicas dos argumentos na linguagem do dia-a-dia. Os pontos centrais da sua teoria estabelecem o que se pode chamar de anatomia dos argumentos de uso comum, ou seja, da vida cotidiana, fora do campo da lógica formal. Internamente, suas preocupações são próximas do tema clássico da filosofia: os critérios de validade desses argumentos. Não é meu propósito entrar no problema de validade das falas, que, embora esteja no centro do debate epistemológico/filosófico, não esclarece muito o problema desta tese, que pretende apenas discutir, em termos teóricos e descritivos, o processo de uso da linguagem persuasiva. O problema da validade (verdade) das falas fica reduzido ao seu caráter operatório, ou seja, se um discurso retórico trabalha a partir de um processo intersubjetivo, ele já tem resolvidos os requisitos mínimos de validade. Qualquer debate além disso escapa completamente da abrangência deste texto.

Uma qualidade do trabalho de Toulmin consiste em se aproximar, exatamente, da idéia de uma *validade contextual dos argumentos*, para, então, discutir sua estrutura invariante, independente de contextos. Assim, ele trabalha, inicialmente, um conceito de *campo* como o lugar no qual argumentos são validados. Os campos são áreas de saber nas quais a argumentação se põe. Um campo jurídico, outro da lógica, outro da mecânica, outro da religião, da crítica de arte, do futebol e de todas as áreas segmentárias, relativamente móveis, conforme as necessidades do problema posto. De tal forma os problemas de validade são dados no interior dos campos, e não numa estrutura que existe para todos os campos. No entanto, ele discute se existe algum *padrão estrutural* entre os argumentos de campos distintos, portanto independentemente da validade. A esse respeito, seus resultados, em termos de um modelo descritivo de argumento, são centrais para esta tese.

Objetivamente o filósofo analítico propõe que, para todos os casos, argumentos são *compostos*, ou seja, desenvolvem-se por estágios²¹¹. Esses estágios, conhecidos na lógica como *premissas* e *conclusão*, são conectados entre si por *termos modais* ou *qualificadores modais*. A modulação é dada pelo uso de palavras e frases como *necessariamente*, *possivelmente*, *devem*, *podem*, *com certeza*, *sem dúvida*, ou qualquer outra que dê os parâmetros para a validade da conclusão do argumento. O modelo tem um estágio chamado “problema”, unido a uma “conclusão/solução” por meio de um qualificador modal. Na proposição: 1) em “o time A *pode* ganhar o campeonato”, temos um problema implícito no campo de argumentação: o time A joga um campeonato com outros times (problema); o time A pode ganhar dos outros times e levar o campeonato (conclusão ou solução). O qualificador modal “*pode*” indica que o resultado é *possível*, *provável*, mas *não necessário*; a construção 2) “o time A *vai* ganhar o campeonato” tem exatamente o mesmo problema e a mesma solução, mas o qualificador “*vai*” significa “*necessariamente*”. Isso leva o debate sobre a validade desse argumento para uma direção distinta da primeira formulação. Para a primeira ser aceita, basta que o time A esteja no campeonato e tenha um bom time para o argumento ser defensável e, na segunda formulação, é preciso fundamentar em outro campo a afirmação da vitória necessária do time A, talvez o campo das previsões proféticas para o público que as aceita, ou da certeza de que o campeonato é fraudulento e o resultado está arranjado, caso contrário, o enunciado de que o time A *vai* ganhar torna-se totalmente contestável. Toulmin estabelece aí alguns elementos importantes: a argumentação é um processo em estágios, cuja aceitação começa a ser definida pela modulação empregada e pelas suas conseqüências em termos dos critérios demandados para avaliar sua validade no campo em que se colocou²¹².

²¹¹ Toulmin, *The uses of argument*, Cambridge, Cambridge University Press, 1997, pp. 11 - 22.

²¹² O significado do uso dos termos modais, como, por exemplo, “*não pode*”, implica dois aspectos denominados, na teoria de Toulmin *força* e *critério*. Por *força* do termo modal deve-se entender a relação que ele obriga no seu uso prático: o *não-pode* significa, para todos os seus usos, uma proibição de algo por alguma razão. As razões por que algo

Qualquer debate sobre a validade substantiva de um argumento é, doravante, dependente do campo em que esse argumento é enunciado. Argumentos são *referidos ao campo (field-dependent)*²¹³, e não há, por conseguinte, como se discutirem os problemas centrais da filosofia sem enquadrá-los em seus lugares de validade. Essa leitura não se distancia das noções que foram elaboradas pelo pragmatismo, mas o mais importante é que a pesquisa de Toulmin pretendeu ir além delas e se colocar o problema de encontrar algo que a tradição de filosofia analítica à qual ele pertence chama de *invariante* ou *constante lógica* dos argumentos, ou seja, aquela estrutura mínima que pode, como um modelo de operação lógica, habitar distintos *topos*, distintos campos de validade. Toulmin pensa, então, um *plano estrutural*²¹⁴ (*lay-out*) do argumento que possa ser usado não só *intra-campos*, mas *inter-campos*²¹⁵. Essa imagem estrutural do argumento foi elaborada, não com base em uma pesquisa empírica, mas por meio de *exemplos verossímeis* que tinham a tarefa de delinear o modelo toulminiano do raciocínio argumentativo. No decorrer do seu texto, fica evidente que sua tentativa foi demonstrar que a operação silogística subjaz aos procedimentos argumentativos comuns, que são aplicados e modulados nos diferentes campos nos quais a linguagem se dá.

não-pode são o *critério*. Uma proposição pode ser modulada como “impossível” ou “improvável”, forçando uma dissociação entre um conjunto de fatos e outro resultante que *não-pode* ou, provavelmente não pode, derivar daqueles dados, fatos. Se alguém diz impossível “fisicamente” ou “matematicamente” está dando o campo no qual critérios podem avaliar se há correspondência válida entre os estágios dos argumentos. Toulmin, *The uses...*, op. cit., pp. 30 - 35.

²¹³ Id. pp., 10 - 15.

²¹⁴ O termo *layout*, em seu sentido original, indica um desenho esquemático, e Toulmin, certamente, o escolheu, não só pela idéia de esquema, mas também por suas conotações pictóricas (de desenho) requeridas pelo seu modelo, que pretende *figurar* a estrutura básica do argumento.

²¹⁵ "What has to be recognised first is that validity is an intra-field, not an inter-field notion. Arguments within any field can be judged by standards appropriate within that field, and some will fall short; but it must be expected that standards will be field-dependent, and that the merits to be demanded of an argument in one field will be found to be absent (in the nature of things) from entirely meritorious arguments in another". Toulmin, *The uses...*, op. cit., p. 255.

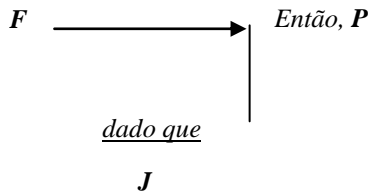
3.3.1 O plano estrutural do argumento

O autor de *Os usos do argumento* parte de uma analogia orgânica para compreendê-los: argumentos são *organismos* com uma dimensão *física e explícita* e outra, que ele chamou de *psicológica* que responderia pela dimensão *imaterial e implícita*²¹⁶. Seu modelo tenta mostrar como a forma lógica dos argumentos trabalha com termos explícitos, "o corpo", e articula termos implícitos, a “mente”, das proposições argumentativas. Aqui foi apresentada uma visão antecipada dessa questão no conceito de entimema, no qual a forma lógica explícita supõe a operação de termos que não foram apresentados no discurso, mas que devem existir implicitamente para que ele “funcione”.

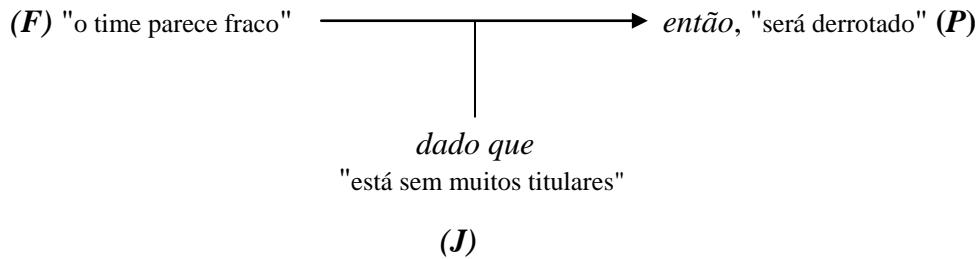
Como um filósofo wittgensteiniano, Toulmin toma, para pensar o seu projeto, o modelo lógico sintético de premissa e conclusão. É por meio da anatomia dessa forma lógica básica que ele edifica seu plano estrutural do argumento. Raciocinamos a partir de fatos (*datum*) “**F**” e deles chegamos a conclusões ou proposições (*claims*) “**P**”. O modelo é bipolar, pois, dados os fatos, resultam proposições, temos o clássico **F** então, **P** (*se F, então, P*); ou, “*se nuvens negras, então, chuva*”, “*se time fraco, então, derrota*”, “*se dinheiro, então, compras*” e todas as demais relações pensáveis, que um conjunto de fatos sustenta. No uso comum das proposições, as pessoas partem rápido dos fatos para as asserções, mas há sempre a possibilidade de *desafios* ao que está sendo dito. De tal forma que o modelo *se F, então, P* pode ser aprimorado introduzindo-se algum tipo de garantia ou justificação “**J**” (*Warrant*) distinto tanto dos fatos, quanto das proposições. Então, obtém-se: “*nuvens negras se acumulam no horizonte*” (**F**), *dado que* “*o acúmulo de nuvens negras traz chuva*” (**J**), então, “*vai chover*” (**P**); o modelo desenha²¹⁷:

²¹⁶ Id., p. 90.

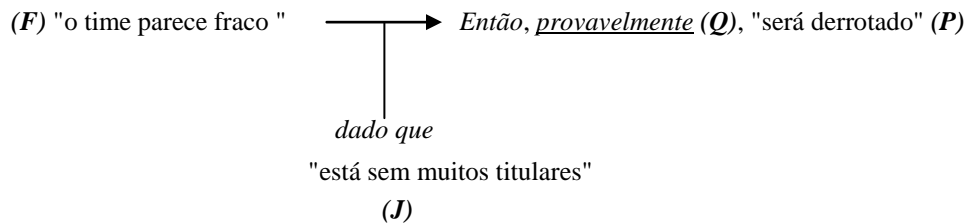
²¹⁷ Ibid., pp. 97 - 99.



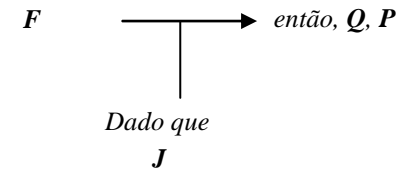
É preciso distinguir, claramente, o papel dos fatos e das justificativas, uma vez que os primeiros são sempre explícitos para derivar as proposições, e os segundos, normalmente, podem ficar implícitos. A operação, até o momento, é a seguinte.



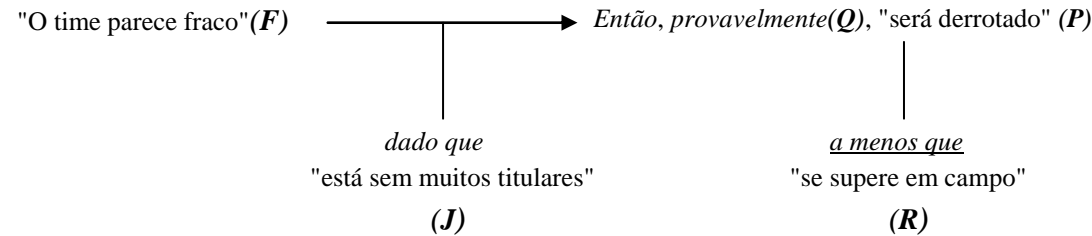
Mesmo com a justificativa *J*, não decorre que um time por estar fraco perderá *necessariamente*, daí a operação "*se F, então, P*" é inadmissível. O argumento, nesse caso, para tornar-se próximo do campo da validade, requer um *qualificador modal* "*Q*" para alterar o seu critério de avaliação em direção a uma proposição mais verossímil :



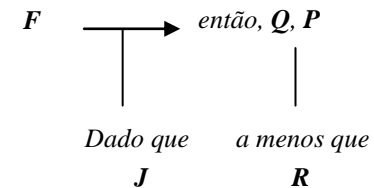
O que resulta em



Essa configuração ainda é sujeita a controvérsias, pois "provavelmente" é um qualificador modal, que deixa em aberto a probabilidade da asserção *P* ("será derrotado") não ser válida para traduzir todos os arranjos possíveis dos fatos, há, logicamente, a possibilidade de o time vencer, apesar das dificuldades. O filósofo considera que o qualificador modal tem, por conseguinte, de supor uma refutação, ou replica "*R*" (*rebuttal*), de tal maneira²¹⁸:

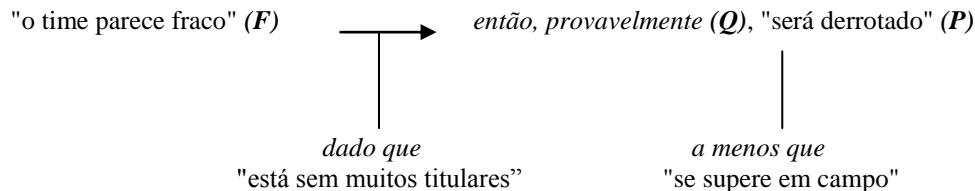


O modelo passa a ser:



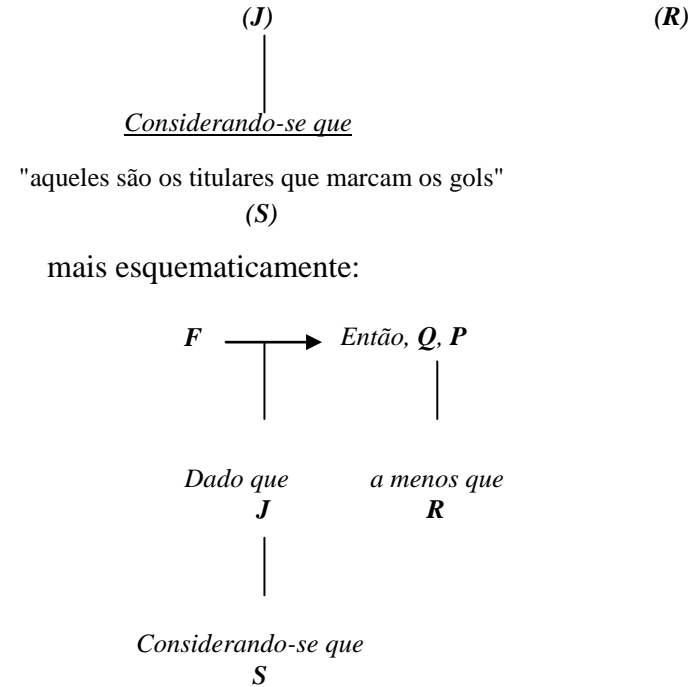
²¹⁸ Ibid., pp. 100 - 102.

O qualificador modal *Q* indica que, se uma possibilidade na realidade existe, também há possibilidade de o contrário ocorrer de fato, ou um desafio ao argumento por um interlocutor que considera a justificativa *J* insuficiente. Isso lança, para a configuração do argumento, a necessidade de prever as condições de sua própria refutação. A última distinção acrescentada ao modelo de Toulmin amplia a conexão dessa forma lógica singular de argumento, com os campos nos quais ele será discutido e “validado”. Na defesa de uma pretensão ou asserção, os agentes produzem dados por meio de *enquadramentos* dos fatos e os usam, conforme a necessidade de explicitar das suas justificativas, para sustentar uma conclusão, geralmente possível naquelas condições. O desafio à proposição, ou asserção, é com certeza um desafio extensivo às suas justificativas, por exemplo, “*por que inferir que o time está fraco baseado na ausência daqueles titulares?*”. Isso leva, com certeza, à necessidade de respaldar a justificativa básica. Qualquer fato invocado como justificativa tem de se justificar também em outras fontes de autoridade²¹⁹, estas sim só explicitáveis num processo de debate. “*Aqueles titulares são os responsáveis por 95% dos gols marcados*”. Essa pode ser uma resposta ao desafio sobre a falta dos titulares no time justificar, tanto o enquadramento do time como fraco, quanto a conclusão de que ele será provavelmente derrotado (a menos que se supere em campo). Para o filósofo analítico, essa resposta, que só seria acionada em condições especiais, pois, do contrário, a proposição seria aceita, constitui-se sua sustentação “*S*” (*backing*), de forma a dar essa figuração ao modelo²²⁰:



²¹⁹ Esse problema tornou-se clássico no debate da epistemologia conhecido como “regressão ao infinito”, onde um princípio que justifica uma dedução tem de se justificar num princípio anterior e assim por diante, gerando uma regressão lógica.

²²⁰ Toulmin, *The uses...*, op. cit., pp. 103 - 107.

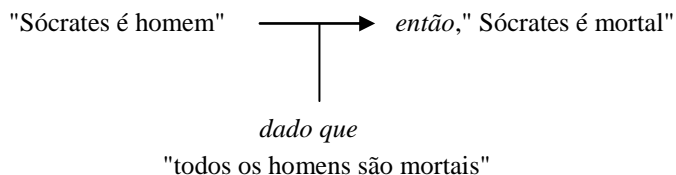


Os argumentos, nas conversações, vão sendo usados, e sua validade, se resolvida pelos agentes sem desafios, consiste apenas na operação correta da sua figura lógica: *se F* → *P*, porém, se há necessidade de ajustes e de debates quanto à validade, o argumento deve ser capaz de se sustentar em diferentes graus de saber referidos ao campo. Tais *backings* são operações discursivas internas ao campo no qual o argumento está posto. Em uma conversa sobre moral ou estética, enquanto os interlocutores estiverem concordando com tudo o que é dito, operam apenas exigindo a forma lógica dados/conclusões (*se A, então, B*) para continuarem se “entendendo”. Porém, se houver alguma discordância de conteúdo sobre moral ou estética, os interlocutores terão de acionar a autoridade de suas justificativas e sustentações, pois a lógica por si só não resolve um debate dessa natureza. Validar os lugares usados como justificativas e sustentações é tarefa da argumentação, portanto da retórica. Quanto mais avança o debate, mais os argumentos se tornam referidos ao

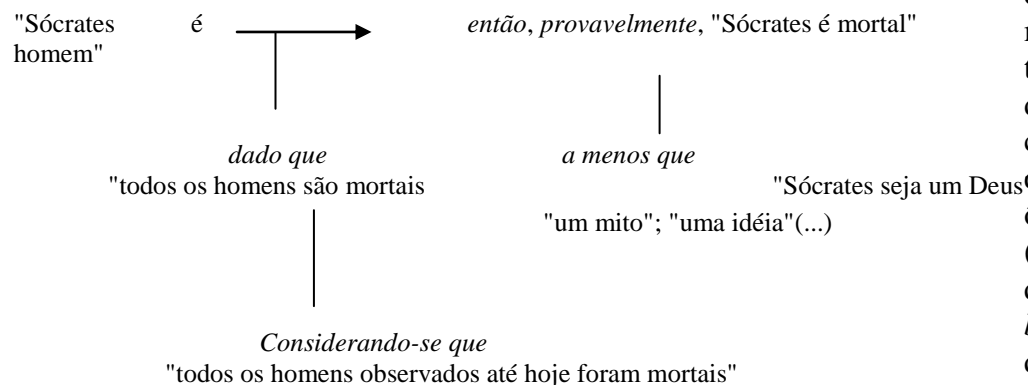
campo de validade, embora o modelo lógico subjacente permaneça o mesmo. Na verdade, Toulmin tem em mente que o silogismo clássico está constituindo esse modelo. Ele apenas está descolado de um campo de validade determinado *a priori*, como numa demonstração de lógica.

Para demonstrar uma isomorfia entre o plano esquemático e o silogismo lógico estritamente falando, cabe chamar novamente o melhor dos exemplos possíveis: *Sócrates é homem/todos os homens são mortais/então Sócrates é mortal*.

A primeira premissa (premissa singular) é o fato/dado (**F**). A Segunda premissa (premissa universal) é a justificativa da primeira (**J**) que pode ficar implícita como no entimema. E a conclusão é a proposição (**P**) de forma que²²¹:



E, se esse silogismo fosse retirado do mundo das certezas absolutas do sistema lógico, é possível ter:



²²¹ Id., pp. 107 - 112.

Ou também para retomar o exemplo, levando-o à aparência do mundo fechado da lógica: *O time parece fraco/Todo time fraco, [provavelmente], perde/Então, o time perderá*. Os termos modais, se explícitos no discurso cotidiano, transformam modelos do tipo "todos os As são Bs" ou "nenhum A é B" em modulações como "quase todos os As são Bs" ou "difícilmente um A é B". Porém as modulações podem ficar implícitas, e o plausível "quase todo A é B" transforma-se num categórico e lógico "[quase] todo A é B"²²², aceito normalmente, dado que é sempre possível, se desafiado o argumento, explicitar as condições de sua modulação. Assim, o modelo usado na argumentação dentro de campos de validade não *definidos a priori*, mas *supostos a priori*, como na vida comum, é o que Toulmin chama, no mesmo espírito de Perelman, de *quase-silogismo*²²³. A idéia de uma estruturação quase-lógica necessária à compreensão e ao debate de um argumento tem óbvias conseqüências para o problema da persuasão. Uma *aparência lógica* é condição para um silogismo passar de uma possibilidade de verdade à sua aceitação como verdadeiro (válido e virtualmente persuasivo).

Os *quase-silogismos* têm, precisamente, a *aparência* do silogismo enquanto tal por desenhá-lo logicamente dentro de um campo no qual ele é possivelmente aceito se sua forma lógica puder acessar os conhecimentos supostos (*backings*), que garantem as suas proposições. O modelo de Toulmin é consistente com alguns aspectos já discutidos aqui, tanto nas teorias da racionalidade instrumental, quanto no debate da dialética e da retórica propriamente dita. O conceito weberiano de agir por consenso implica agentes pressupondo um conhecimento intersubjetivo, que forma as garantias e sustentações da ação. Aquele que acena para o ônibus está formulando: "eu faço um sinal (fato), pois o ônibus vai parar (conclusão) e tenho como justificativa implícita "eu e o motorista sabemos que o ônibus deve parar mediante sinais feitos nos pontos". Posso ligar *backings* mais profundos "uma vez que esses são sinais reconhecidos em quase todo o mundo, e há leis municipais que obrigam os motoristas a

²²² O termo [quase], dentro da chave significa que ele permanece oculto e só é acionado explicitamente no caso de um desafio ao argumento.

²²³ Toulmin, *The uses...*, op. cit., pp. 131 - 141.

parar nos pontos"... As condições de refutação também existem implicitamente, mas não é preciso exercitá-las aqui. Outro ponto central no modelo discutido é quanto à existência de um jogo intersubjetivo não explicitado em todos os argumentos, ou só explicitado em debate. A cada fala, novos grupos de fatos que podem sustentar os discursos têm de ficar supostos na relação entre um universo não enunciado, maior que qualquer fala posta pelos agentes. De tal forma alguns elementos do discurso podem, no movimento contrário ao do silogismo clássico, tornarem-se implícitos criando entimemas que articulam rapidamente o formato fatos proposições. Para aceitar o debate sobre o caráter válido ou persuasivo do argumento, o entimema trabalhará dentro do campo certos lugares de argumentação. A noção de que um campo composto por lugares de argumentação é uma consequência do próprio conceito, uma vez que a noção de uma garantia de validade só poderia se dar pelo uso de novos fatos no debate, que dependem de padrões de argumentação.

Pessoalmente, interpreto que Toulmin, ex-aluno e seguidor de Wittgenstein, orienta claramente seu ensaio sobre o plano estrutural dos argumentos tendo em vista um instrumento: a *figuração lógica*. A aproximação dos seus exemplos verossímeis da *lógica em uso* do cotidiano com o silogismo dedutivo é tentativa de mostrar como o quase-silogismo "figura" (descreve) uma modulação do silogismo elementar²²⁴.

²²⁴ O conceito wittgensteiniano de "*figuração lógica*", apresentado no *Tractatus Logico-philosophicus*, refere-se exatamente à relação entre a disposição dos elementos nas proposições lógicas elementares e a disposição dos elementos nos fatos que constituem a realidade. A concepção de Wittgenstein é de um mundo que só pode ser pensado a partir dos fatos que estabelecemos sobre as coisas e não a partir das próprias coisas. Essas são inexprimíveis em seu sentido, mas são *mostráveis* por meio da linguagem que produz os fatos. O conceito de *figuração lógica* é exatamente a designação da possibilidade de a linguagem *mostrar* a estrutura lógica dos objetos, figurá-los como fatos. Fica clara uma relação entre os aforismos: 2.11 "*Figuramos os fatos*" e 2.141 "*A figuração é um fato*", ou seja, as operações do pensamento por meio da linguagem criam fatos para estabelecer fatos. Considerando os aforismos 2.12 "*A figuração é um modelo da realidade*". e 2.15 "*Que os elementos da figuração estejam uns para os outros de uma determinada maneira representa que as coisas assim estão umas para as outras. Essa vinculação dos elementos da figuração chama-se sua estrutura; a possibilidade desta, sua forma de afiguração*", (os grifos são meus), ambos indicam que a noção de *figuração* é tanto de

A lógica wittgensteiniana é uma investigação sobre os componentes mais simples dos pensamentos e de como eles podem ser representados por correspondentes lingüísticos, que têm a mesma forma estrutural (não necessariamente sua forma aparente). O filósofo austríaco pensou em "constantes lógicas"²²⁵ que indicam uma forma geral de todas as proposições baseadas na figuração lógica das proposições elementares. Essa colocação permite afirmar que proposições complexas podem ser reduzidas às constantes lógicas que afiguram as proposições moleculares da fala. Há uma simetria de ordenação lógica entre os fatos estabelecidos como verdade e as proposições "verdadeiras", usos da linguagem que figuram os fatos. Não é, volto a repetir, propósito desta pesquisa ocupar-se da possibilidade de uma verdade percebida ou figurada, mas é importante afirmar que a esfera do verossímil, no qual se move a retórica, implica similaridade entre a *aparência lógica* e a *estrutura lógica*.

A análise da retórica pode tratar, assim, do uso lingüístico de proposições elementares que possuem a forma lógica básica, chamada *quase-silogismo*. Essa forma quase-lógica que está na estrutura de como a linguagem cotidiana figura os fatos do mundo comum é, por sua vez, a figuração de uma forma mais elementar representada pelo silogismo dedutivo. Desse modo, a forma quase-lógica guarda, a um só instante uma identidade com a *aparência lógica elementar* e dela se distancia, por ser também a figuração não-exata do mundo. Trata-se da identidade e da

"representação" quanto de "estrutura lógica". Wittgenstein, *Tractatus...*, 2.1 - 3.0321, op. cit., pp. 143 - 147. Para discutir esse tema com consideráveis divergências, ver Ricketts, *Pictures, logic, and the limits of sense in Wittgenstein's Tractatus*, in Sluga e Stern (orgs.) *The Cambridge Companion to Wittgenstein* Cambridge, Cambridge University Press, 1996, pp. 69 - 88. Toulmin e Janik, *Introdução*, in *A Viena de Wittgenstein*, Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1991, pp. 1 - 23; Hintikka e Hintikka, *Uma investigação sobre Wittgenstein*, Campinas, Papirus, 1994, pp. 130 - 138. Russell, *Introdução*, in Wittgenstein, *Tractatus...*, op.cit., pp. 113 - 128.

²²⁵ A constante lógica do pensamento é, por excelência, a idéia de *necessidade* (se *a*, então *b*) com os sentidos de *a* e *b* só podendo ser dados num procedimento de uso (aplicação contextual) dessa relação, o que remete novamente ao problema das modulações. Sobre o ponto, ver Glock, *Necessity and normativity*, in Sluga e Stern (orgs.) *C. Companion...*, op. cit., pp.198 - 225; Hintikka e Hintikka, *Uma investigação...*, op. cit., pp. 139 - 153.

diferença entre “*Todo A é B*” e “*Todo A, (possivelmente) é B*”. Proponho, então, identificar o modelo quase-silogístico de Toulmin como a constante que estrutura a lógica da retórica, considerando-se os tipos já estabelecidos de discurso persuasivo.

3.4 A figuração dos modos retóricos

O primeiro ponto a ser esclarecido é quanto aos dados ou fatos a partir dos quais uma inferência é feita. É preciso deixar claro que os dados são enquadrados intencionalmente. O enquadramento é uma peça de disputa entre interlocutores e está suposto, tanto para o orador, quanto para o auditório, que os fatos poderiam ser outros, mas são aqueles porque somente eles permitem a conclusão deliberativa ou judiciária à qual se quer chegar. Assim, para explicitar a correlação entre fatos retoricamente enquadrados e a conclusão, no lugar do esquema *F* então, *C*, será preciso grafar ao em vez de “*F*”, “*Ef*” (enquadramento dos fatos).

Um outro aspecto essencial para se chegar a um plano esquemático do argumento, na retórica, liga-se às condições de uso da fala na relação orador-auditório. Se, no caso do silogismo pensado por Aristóteles, tal relação tinha como parâmetro o jogo dialético no qual é necessário usar a forma sintética das proposições entre os dialogantes, com a retórica tem-se o império da fala longa, em que a forma sintética, embora presente como figura lógica elementar, torna-se um elo numa cadeia de lugares de argumentação. Em outras palavras, o discurso deve ser pensado, não só como um processo que configura a forma “*se P, então, B*”, mas como uma cadeia: “*se P, então, B, então C, então D,...*”. Obviamente essa cadeia deve ser pensada tendo em conta que cada um dos elos implica um jogo de elipse e explicitação de garantias, justificativas e refutações.

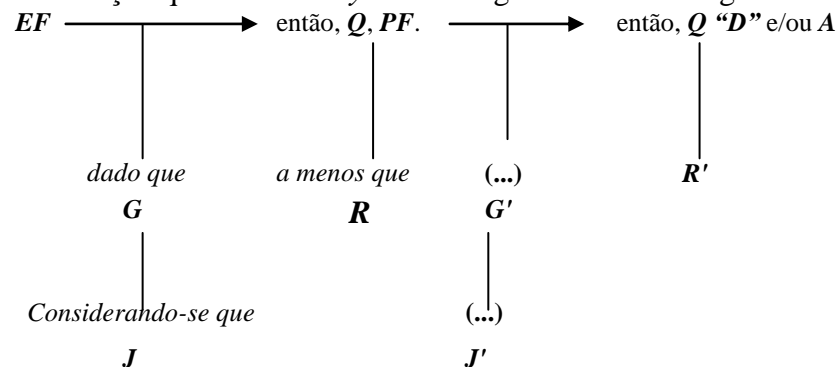
Assim, para o *modo deliberativo*, tem-se um enquadramento dos fatos implicando uma projeção do futuro que equivale, no esquema à conclusão *C*. Aqui renomeada *Pfu* (projeção do futuro). De maneira que *EF* → , então, *Pfu* Quanto aos outros elementos do esquema, permanecem os mesmos, pois do enquadramento, dos fatos para a projeção, o discurso usará, longamente, garantias e justificativas para

fundamentar sua conclusão/projeção. Da mesma forma o qualificador, normalmente no caso do uso retórico, é substituído por conexões mais enfáticas, o que apenas reforça o caráter quase-lógico da construção. Em vez do analítico, “possivelmente”, opta-se pelo uso enfático “com certeza”. Como há chances de refutação da proposição retórica, o discurso compreende possibilidades de debater suas próprias falhas, como já visto no modelo do quase-silogismo de Toulmin. Porém a refutação pode ser elipsada ao máximo e matizada com outros argumentos. Contudo ela compõe as condições de “validade” da fala, o que supõe a possibilidade de ela ser manipulada para reforçar a persuasão.

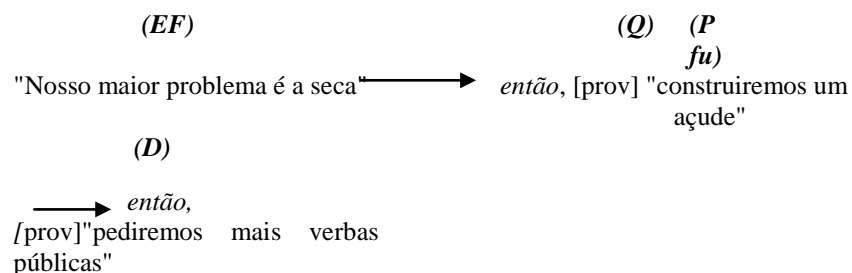
Uma projeção do futuro é uma forma de argumentar que leva o mundo possível a tornar-se, uma vez aceito, ele próprio um “datum” (fato) do qual nova inferência é exequível, levando à decisão “*D*” e/ou à ação “*A*”.

Encadeamento do modo deliberativo
EF → , então, [*Q*], *Pfu* → , então, *D* e/ou *A*

O modulador fica [*Q*] entre as chaves, indicando que seu uso é suposto e pode ser explicitado em condições de discussão sobre o critério de validade do discurso. Oculto, ele amplia sua força persuasiva, na medida em que, aparentemente, aproxima uma formulação provável de uma formulação necessária. Não aparecem, nesse esquema acima, as conexões de *backing* e arefuturação que dão ao “*lay-out*” o seguinte desenho lógico:



Podemos imaginar:



Os fatos das garantias e sustentações e mesmo refutações podem ser retoricamente explicitados ou elipsados, conforme as conveniências da argumentação que salta de enquadramentos a projeções, tomando-as como dados para saltar em direção a conclusões. Seguindo tal esquema, basta substituir *Pfu* (*projeção do futuro*) por *Rpa* (*reconstrução do passado*) que está feito o encadeamento elementar do modo judiciário.

EF → então, [Q], *Rpa* → então, [Q] *D* ou *A*. Quanto ao modo analítico, seu modelo corresponde ao esquema de Toulmin, posto que tal forma retórica se pretende a explicação dos fatos. É claro que a explicação, uma vez admitida como válida, verossímil, aceitável, possível, etc, fundamenta enquadramentos. Na verdade qualquer dos pontos do argumento deve apresentar uma estrutura semelhante. Se fosse possível esquematizá-la ela projetaria, na verdade uma tese de silogismos encadeados que podem ser, ou não, explicitados conforme a conveniência do debate.

Mesmo uma proposição estritamente epidíctica, como o elogio fúnebre, ou a vituperação, só pode ser entendida como uma expressão retórica baseada na mais pura pretensão lógica, ou melhor, tautológica: louva-se o louvável; critica-se o criticável. *A* é *b*: *o político X é ladrão, o líder Y é honrado*. Numa exortação de combate do tipo “todos os que forem brasileiros sigam-me”, há uma série de identidades entre ser brasileiro e ligações implícitas entre amar a pátria e seguir o comandante no assalto contra o inimigo. Sem negar a importância do *pathos* e da eloquência exigidos pela enunciação eficaz dessa frase, a presente tese

pretende focar a importância de operações, aqui chamadas quase-lógicas na produção da persuasão, nesse e em todos os modos da retórica.

(D) Para complementar o conjunto de conceitos que compõe este modelo descritivo de racionalidade retórica, há, ainda, que se mencionarem formas de pensar os *contextos* do discurso. Os conceitos gerais de *intersubjetividade*, *campo retórico* e *mundos possíveis* colocam as aproximações entre a racionalidade instrumental e a manipulação persuasiva de discursos dentro de parâmetros e condições contextuais. Desses três conceitos, o campo retórico é o catalisador dos conteúdos que sustenta uma análise do contexto de ação, dentro do paradigma da linguagem, e os outros dois são condições necessárias para a sua articulação interna.

3.4.1 Intersubjetividade

A idéia de intersubjetividade cumpre um papel quase axiomático no debate da linguagem. Não havendo intersubjetividade, não há linguagem. Se, por um lado, é impossível imaginar comunicações entre agentes sem que se suponha a superposição de significados comuns no ato de interação mediado pela linguagem, por outro, a necessidade de fundamentar e problematizar tal conceito nunca esteve fora das questões postas pelas vertentes teóricas, que têm o tema da intersubjetividade como um ponto forte. Aqui, não é possível fazer muito diferente. Os acordos entre orador e auditório e a noção central de persuasão implicam o entendimento intersubjetivo como condição essencial do processo da retórica, porém há outra dimensão da intersubjetividade, mais próxima às demandas instrumentais da fala, relativas às posturas ativas por parte dos agentes ao tentarem criar um campo de consenso.

Para fins de uma teoria da retórica, o problema de intersubjetividade coloca-se como um desafio à persuasão. Uma vez que, numa situação de ação coletiva, o discurso pode ser continuamente desafiado, quer explicitamente por um debatedor, quer silenciosamente pelos critérios de recepção, é preciso imaginar como ficam satisfeitas as condições mínimas de intersubjetividade entre agentes falantes e ouvintes.

Em vez de tomar o problema centrado unicamente na crença que um agente tenha na superposição de significados entre suas representações subjetivas e as representações de outrem, o tema será, aqui, realocado em seus aspectos mais problemáticos e estratégicos, como lograr intersubjetividade em aspectos que não são evidentes para os envolvidos na persuasão.

Qualquer fim que dependa da ação coletiva existe somente produzindo-se a aceitação intersubjetiva do seu projeto estratégico. Esse passo é diretamente dependente de determinadas habilidades discursivas e de algumas condições exteriores ao discurso. As habilidades discursivas constituem-se no uso dos elementos que compõem a retórica, adequando os fins do agente ao conjunto de argumentos que o justificam e pretendem fundamentá-lo. Para efeitos desta pesquisa, a reflexão básica será sobre a intersubjetividade como resultado de ajustes e de busca intencional de consenso, que pode envolver inclusive mecanismos extradiscursivos do contexto²²⁶. As condições exteriores ao discurso são todos os fatores que, objetivamente, amplificam ou obscurecem os temas do discurso. Usar uma retórica belicosa chamando todos às armas numa cidade prestes a ser atacada ilustra essa idéia. Se a mesma retórica, com toda a eloquência, fosse pronunciada em tempos de paz, não lograria nenhuma intersubjetividade e não seria persuasiva.

O jogo dialético, mais uma vez, deve ser repensado como o caso mais claro de um esforço em relação à intersubjetividade. Não

²²⁶ O cientista político William Riker, estudando os usos da retórica nas votações que formaram a primeira federação dos Estados Unidos, concluiu que, em todas elas, além do uso persuasivo da linguagem, houve ações estratégicas específicas para criar condições contextuais para o discurso ser eficaz naquele momento, tais como, por exemplo, a antecipação ou o retardo de votações em função do debate, o controle da pauta e das agendas a serem discutidas. Ele cunhou um termo *heresthetic* exatamente para identificar todos os movimentos e expedientes extradiscursivos que moldam a situação na qual a persuasão fará a sua parte. A idéia é interessante na medida em que indica que a intersubjetividade da fala pode ser amplificada por ações e expedientes exteriores à elocução. Riker, *The strategy of rhetoric, campaigning for the american constitution*, New Haven, Yale University Press, 1996, pp. 3 - 12 e 253 - 263. Nesta tese contudo me limitarei sempre aos processos persuasivos internos ao discurso.

obstante partam de uma mesma língua, indicando, aí, um grau bem elementar de referência intersubjetiva, tudo o mais, no jogo dialético, deve ser “testado” para saber se o raciocínio pode continuar. Assim, as perguntas e as respostas vão indicando as linhas de acordo com os temas que contam com a aceitação dos interlocutores. A intersubjetividade depende, por conseguinte, de conexões entre falas e disposições para recebê-las ou afastá-las. Independentemente da gênese de tais disposições,²²⁷ se psicológicas/sociais ou mesmo genéticas o fato é que elas podem ser identificadas e contempladas por estratégias de discurso. Ao se criar um ponto de conciliação entre o discurso e seu auditório, estabelece-se uma condição de persuasão, uma condição contextual, na medida em que não há garantias a priori de que qualquer topos seja, necessariamente, espaço de entendimento intersubjetivo, o que só pode ser constatado nas situações empíricas de uso persuasivo da linguagem. Intersubjetividade, para efeitos de persuasão não é um dado da linguagem, porém é condição criada para persuadir.

Saindo da interação face-a-face que caracteriza o jogo dialético, pode-se por em tela um arranjo essencialmente diverso. Para o campo das sociedades contemporâneas, uma vez que orador e auditório são separados pelas formas de produção e divulgação dos discursos, a eloquência foi substituída, especialmente, pelas possibilidades de reprodução técnica e repetição dos discursos. As elaborações retóricas para grandes públicos, na impossibilidade de manterem o processo persuasivo via interação direta entre orador/auditório, valem-se da reprodutividade das mensagens gravadas e, repetidas ao máximo como meios de fixação de estruturas argumentativas. Estruturas repetidas podem ser memorizadas e sendo intersubjetivamente compartilhadas por um

²²⁷ O conceito de *disposição*, aqui, refere-se ao universo simbólico pré-estruturado pela cultura e pelos processos de rotinização e repetição de procedimentos, que o agente aciona para enquadrar a recepção de um discurso. É um conceito que estrutura, tanto a noção de ideologia de Boudon quanto a noção de *habitus* de Bourdieu. Ver: Boudon, *Ideologia...*, op. cit., pp. 122 - 151; Bourdieu, *Razões práticas*, Campinas, Papirus Ed., pp. 17 - 24.

grande número de pessoas num dado momento, podem ser acionadas para fins de agregação em torno de um movimento coletivo.

É evidente que, ao compartilhar um código mínimo, ao falar numa língua específica, compreendida por um auditório, o orador estabelece as condições básicas de intersubjetividade para criar o jogo de persuasão entre eles. Mas a intersubjetividade que concerne ao processo de persuasão dá a esse conceito um outro patamar, isto é, a identidade entre entendimento intersubjetivo e agregação em torno de uma opinião que pode ser repetida e propagada. Num momento em que uma fala encontra-se como objeto de disputa num debate, tem-se a situação na qual a intersubjetividade entre os agentes tende a se resumir ao código que o preside e aos valores centrais do debate. Se a disputa se resolve e a fala retórica é plenamente persuasiva, cria-se a condição real em que o discurso será intersubjetivamente assumido pelos agentes, agregando um *público* que propagará a opinião. O consenso, uma vez atingido, leva a uma pré-condição necessária à ação coletiva que é a agregação por opinião, aqui tratada como *público*, isto é, um grupo que compartilha e propaga uma mesma opinião simultaneamente, sem, necessariamente, compartilhar o mesmo espaço físico. Esse conceito, conforme a presente elaboração inspirada nas definições de G. Tarde, concebe um movimento formado pelo agrupamento de opiniões e ações repetitivas. A agregação é eminentemente mental, dada apenas pelo fato de os indivíduos compartilharem, simultaneamente, opiniões idênticas, referidas a um mesmo tema colocado em pauta pelos meios sociais de difusão.²²⁸ Para

²²⁸ Tarde, que assistiu ao nascimento da imprensa diária, considerava os públicos formas de agregação típica de sociedades nas quais os meios de comunicação propiciavam a difusão de opiniões, que podem habitar, ao mesmo tempo, um grande número de consciências. Segundo ele essa simultaneidade é crucial para o peso da opinião que será repetida e propagada pelo público. Ver Tarde, *A opinião e massas*, São Paulo, Martins Fontes, 1992, pp. 29 - 77. Para uma aplicação do conceito tardeano de público ao campo eleitoral, ver Magalhães, *A ciência política e o marketing eleitoral, algumas elaborações teóricas*, in *Comunicação & Política*, Vol 1, n 3, julho 1995, Rio de Janeiro, Cebela, pp. 127 - 138. Na ciência política a idéia da organização e da agregação baseadas na articulação de linguagens e símbolos basante afim com a noção de público é desenvolvida por Edelman. *The Symbolic Uses of Politics*. Urbana, University of Illinois Press, 1977.

melhor ampliar a noção de públicos, é necessário introduzir o contexto no qual eles se formam intersubjetivamente: o *campo retórico*.

3.4.2 Campo retórico

Pode-se definir o campo retórico como o espaço no qual é possível articular a totalidade das falas referentes a um tema posto como o *centro do debate*. De tal forma, o tema que domina o centro do campo retórico pode ser a política, a religião, os esportes, a vida íntima ou qualquer outro²²⁹. Ele dará o parâmetro sobre as falas que estão consideradas como pertinentes, ou não, ao debate, dentro e fora dos temas da política, esportes, vida íntima, etc. Assim, um campo retórico delimita os horizontes nos quais uma fala é persuasiva, por estar adequada, ou não, ao tópico que ocupa o centro do campo.

O centro do campo retórico é, precisamente, o ponto que domina o debate dentro do enquadramento geral da questão. Por exemplo, no campo da política o centro do debate pode estar na "política industrial". Isso significa que um grupo, um público, se agrega debatendo a política industrial, reconhecendo o ponto como o mais relevante do campo. O debate deve gravitar em torno desse tema e, acima disso, assumir o enquadramento desse público para o problema. Evidentemente pode haver outro público que concorda ser a política industrial o centro do campo retórico da política, mas não comunga completamente, ou de forma alguma, com o enquadramento dado pelo primeiro público. Obviamente, há grupos discordando de que o centro do campo seja a política industrial com qualquer enquadramento e, para tais agentes, o centro do campo deve

²²⁹ O conceito de *campo* aparece em autores muito distintos como Toulmin, Bourdieu, Eco ou Deleuze. O uso feito aqui refere-se fundamentalmente à idéia de um espaço simbólico circunscrevendo um conjunto de falas, mas com limites bastante flexíveis. Ver Bourdieu. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 1992; Deleuze e Guatarri. *O que é a Filosofia?* Rio de Janeiro, 34 Letras, 1992; Eco. *Tratado geral da semiótica*. São Paulo, Perspectiva, 1980.

ser a "política social" e, para outros, a "política ambiental" e assim por diante numa disputa sobre o tema que domina o centro.

Os públicos disputam, então, não somente enquadramentos de um mesmo centro, como podem disputar a mudança do próprio centro do debate. A forma dessa disputa é dada pelas possibilidades de a retórica enquadrar de maneira operacional um tema, colocá-lo no centro do campo e torná-lo objeto de consenso entre os públicos. Há, evidentemente, elementos da estrutura normativa e institucional, que disciplinam os campos, delimitando pautas para o debate, mas há também situações nas quais tais pautas são extremamente fluidas. O campo retórico compreende uma diversidade de discursos disputando temas para serem o centro do debate e quanto ao tema temporariamente dominante, há uma diversidade (no mínimo uma bipolaridade) de enquadramentos possíveis.

Pode-se imaginar que há agentes que recusam um campo “in toto” e são públicos de outros campos retóricos, como o religioso, ou das artes, com sua multiplicidade de centros disputáveis e enquadráveis pelos discursos. Isso implica também uma relativa porosidade entre os campos, que leva um agente a operar discursos em distintos campos conforme as necessidade de suas interações na sociedade. Ao postular que agentes interagem com seus discursos em um campo, está-se compreendendo que eles não trabalham apenas com o discurso que está sendo enunciado por um agente num dado momento, mas com um conjunto de discursos possíveis sobre o tema que domina o centro e outros que podem pretender se colocar no centro. Os discursos supostos ou anteriormente enunciados envolvem a fala retórica que está em causa. Esta é a imagem do campo.

3.4.3 Mundos possíveis

Finalmente, a idéia de *mundos possíveis* concerne tanto à intersubjetividade quanto ao campo retórico, na medida em que seu significado lida com a construção discursiva de realidades aplicáveis aos propósitos de um projeto retórico, que se dá balizado por um campo. Esse

conceito²³⁰ é importante para a teoria proposta nesta tese, pois ele dispõe sobre como é possível ao discurso criar ficcionalmente soluções para questões postas pelo campo retórico e torná-las persuasivas, mesmo que sua existência seja, como foi mencionado, apenas matéria da criação retórica. Uma primeira aproximação inevitável do conceito de mundos possíveis é com a idéia de *múltiplas realidades*, referida ao modelo fenomenológico de racionalidade nos termos de Schutz. A fenomenologia considera que o universo, ao ser formado por múltiplas realidades, requer, por parte dos agentes que nele operam, um conhecimento de como transitar entre as realidades distintas, marcadas pela vigília e o sonho, pela atitude natural e pela abstração teórica, ou pelo senso comum e o êxtase religioso, por exemplo. Os mundos possíveis da retórica são, nessa perspectiva, realidades experimentadas intersubjetivamente pelos participantes de um discurso, que podem ser acessadas e fechadas conforme o andamento do processo de persuasão.

A proposição de que o modo deliberativo consiste numa projeção do futuro e o modo judiciário, numa reconstrução do passado implica, nos termos do conceito em pauta, mundos possíveis do futuro e do passado, retoricamente tecidos para fundamentarem uma conclusão específica do discurso. Não se passa diferente com os mundos possíveis do modo epidíctico e das explicações analíticas. Mundos possíveis são *lugares* cuja lógica interna é analogicamente aplicável ao objeto enquadrado pela relação retórica entre orador/discurso/auditório. Ao se convencer, retoricamente, da utopia socialista contida num discurso, assumindo-a como um mundo possível, o militante pode fundamentar opiniões e ações no campo da política e de sua vida cotidiana²³¹.

²³⁰ A bibliografia para os mundos possíveis é bastante diversificada para as orientações desta tese, ver Lewis, *On plurality of worlds*, Oxford, Basil Blackwell, 1986; Ronen, *Possible worlds in literary theory*, Cambridge, Cambridge University Press, 1994; Magalhães, *Ciência, ficção e contrafactualidade, aproximações exploratórias*, Rio de Janeiro, IUPERJ, Série Estudos 98, 1997.

²³¹ Uma aplicação do conceito de mundos possíveis indicando seu papel na produção de persuasão em caso de públicos eleitorais encontra-se em Figueiredo *et alli*, *Estratégias de Persuasão em eleições majoritárias: uma proposta metodológica para o estudo da propaganda eleitoral*, Série Estudos 100, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1998, pp. 9 - 15.

Mundos possíveis são realidades específicas que, uma vez aceitas intersubjetivamente, podem lançar o discurso na direção de aceitar que suas elaborações propriamente discursivas são parâmetros eficientes de julgamento da realidade vivida na atitude natural. Esse, é bom que se diga, não é um debate exclusivo da retórica, pois a noção de mundos criados ficcionalmente se coloca em diferentes campos de reflexão como, por exemplo, nas discussões sobre as interfaces entre criações ficcionais e explicações científicas. Em todos os casos contudo, evidencia-se um processo no qual um agente pode transitar entre mundos possíveis como realidades específicas, usando estruturas que levam à articulações dessas realidades como alternativas de decisão e ação para o mundo da atitude natural.

O núcleo que articula a idéia de mundos possíveis com o problema da persuasão consiste no fato de que o uso de figuras e analogias pode mostrar para um agente que a lógica interna de uma ficção pode ser transplantada com sucesso para um fato da realidade política, explicando-o e indicando uma atitude para com ele. Grandes mestres na arte de persuadir sempre souberam da importância de elaborações ficcionais entremeadas no discurso como forma eficaz de difundir idéias. As parábolas de Jesus são testemunhos antigos da necessidade da edificação de mundos paralelos à realidade da atitude natural para convencer os auditórios dos temas que sua religião propunha.

Em síntese, são esses conceitos que esboçam o modelo de racionalidade retórica da tese. No próximo capítulo, as idéias delineadas quanto a uma racionalidade instrumental que se constrói pela manipulação de retóricas, possibilitando graus distintos de agregação, serão defrontadas com condições empíricas de discurso. Por meio de uma série de debates políticos gerados em laboratórios, será possível discutir como agentes concretamente estabelecem suas opiniões em estruturas argumentativas, criando núcleos intersubjetivos em torno de linhas de discurso que configuram públicos.

4 - A RACIONALIDADE RETÓRICA E AGREGAÇÃO DE OPINIÕES: UM TESTE DE LABORATÓRIO

Nos capítulos segundo e terceiro foram delineados alguns pontos que constituem um modelo descritivo de racionalidade instrumental que propicia sua reconstrução em termos de conceitos da retórica e da argumentação. Substantivamente, o esforço da tese é mostrar que o plano de análise da linguagem persuasiva amplia a compreensão das operações empíricas da racionalidade dos agentes. No capítulo segundo foram postos os marcos que apontam para a razão teleológica como um movimento que opera com quadros imaginários da ação, que guiam o ator (Weber, Schutz e Elster), jogando com uma ampla gama de conhecimento suposto socialmente por outros agentes (Weber, Boudon e Schutz). Também ficou estabelecido que a racionalidade dos agentes não opera em um único plano da realidade, porém transita entre zonas de abstração e de percepção do mundo concreto, conhecido como *atitude natural*, onde se situa o estoque de conhecimento da vida cotidiana, ao qual os atores recorrem em primeira mão, a fim de enquadrarem os fenômenos do mundo em situações explicáveis e controláveis (Schutz). As explicações que os agentes sociais dão para si e para os outros são "pacotes" de idéias estandarizadas, assumidas e propagadas sem qualquer escrutínio crítico (Boudon). O comportamento racional diante de suas metas é, essencialmente, adaptativo, sendo a transitividade de objetivos normalmente mais importante para os agentes que a busca de maximizações (Elster e Simon). O principal instrumento cotidiano de ação são as rotinas que programam para os agentes os seus cursos de ação com um mínimo de esforço (Schutz e Simon).

No capítulo terceiro essas linhas gerais foram repensadas dentro do paradigma da retórica, a partir de uma identidade entre racionalidade e linguagem. Indicou-se a similaridade estrutural entre a formulação de quadros persuasivos no discurso e as operações racionais de projeção, conforme já estabelecido na teoria, ou seja, os distintos movimentos da *rationale* se expressam e se constituem como procedimentos de linguagem. As teorias da retórica apresentam conceitos esclarecedores dos

aspectos operacionais da razão: a noção de *tópico*, por exemplo, ajusta-se com perfeição às considerações de Boudon sobre os "pacotes de idéias" (ideologias) demandados para as explicações contextuais da ação. As noções de *entimema* e argumentação *quase-lógica*, da mesma maneira, descrevem com exatidão a forma de pensar de um agente racional, que trabalha com informações imperfeitas. Como então retornar ao tema da ação coletiva, problema estruturado no capítulo primeiro, dentro de uma teoria da racionalidade instrumental, reconstruída pela retórica conjugando os capítulos segundo e terceiro? O presente capítulo e o próximo são formulações em que o modelo da tese é confrontado com condições de teste, primeiro, empírico, depois, teórico, a respeito da aporia da ação coletiva.

Para o teste empírico do modelo da tese, busquei produzir, em laboratório, um contexto social, no qual agentes pudessem livremente debater opiniões sobre um tema de ação coletiva. Minha suposição é a de que a *doxa* dos cidadãos comuns, gerada nesses debates, apresenta-se como fragmentos de discurso que articulam procedimentos retóricos, mapeadores dos raciocínios básicos feitos por agentes racionais para aderirem, ou não, a uma corrente de opinião, destinada à solução de um problema coletivo.

4.1 O experimento

O trabalho de laboratório usado nesta tese foi desenvolvido dentro de uma pesquisa maior, realizada em 1998, por mim e pela doutoranda em ciência política do IUPERJ, Luciana Fernandes Veiga. Trata-se de uma série de 20 grupos de discussão, ou "grupos de foco", formado por eleitores que, após assistirem à propaganda eleitoral para a Presidência da República, debatiam sobre política, tendo como estruturador da dinâmica um problema geral de ação coletiva, ou seja, em quem agregar mais um voto para Presidente. Os aspectos técnicos da pesquisa encontram-se no apêndice no final do capítulo. Limitar-me-ei, agora, a apresentar os elementos indispensáveis para a compreensão do trabalho feito.

Primeiramente, creio ser importante evidenciar a adequação do experimento ao problema da tese. A discussão sobre persuasão e ação coletiva tem, na questão eleitoral, um dos seus lugares clássicos. Como foi colocado no capítulo primeiro, os dilemas da racionalidade individual, confrontados com a necessidade de participação política democrática, podem ser vistos em termos do problema olsoniano, onde a estratégia preferida é "pegar carona", na ausência de mecanismos de coerção ou de incentivos seletivos. Pretendo argumentar que simples processos de persuasão pela linguagem, sem qualquer fundamento exterior ao discurso, isto é, sem apresentar evidências de ganhos ou de coerção, podem fundamentar processos racionais de agregação em torno de correntes de opinião, fundamentando ações coletivas (no caso, a decisão de participar da democracia, contribuindo com mais um voto para um dos candidatos legais). O experimento não produziu uma situação real de ação coletiva, porém, com certeza, gerou claramente uma condição necessária para tal processo, que é a agregação de agentes em torno de opiniões que movem os públicos em uma direção específica.

Os cidadãos e cidadãs escolhidos para os debates tinham origem nas classes C e D, com traços de baixa escolaridade e baixo associativismo, cuja principal fonte de entretenimento e informação é a TV. Assim a doxa produzida apresenta-se da forma supostamente mais comum, sem elaborações sofisticadas em termos de oratória ou de utilização de tropos literários. O objetivo foi, dessa maneira, identificar nas estruturas comuns da fala, procedimentos retóricos, indicadores de formas elementares de raciocínio e da argumentação persuasiva.

Os encontros aconteceram no *Laboratório de Psicologia Cognitiva e Social* da Universidade Federal de Juiz de Fora, que possui todo o equipamento para esse tipo de pesquisa. Após serem recebidos pela moderadora que conduzia a dinâmica, os grupos preenchiam um questionário de intenção de voto, assistiam ao horário eleitoral para Presidente e, então, começava o debate. Passados dois terços do tempo, um novo questionário era aplicado para avaliação da mudança, ou não, das intenções de voto em função do debate. Nós, os pesquisadores, assistíamos ao experimento na sala ao lado, por um monitor de vídeo, ou por um

espelho falso. É preciso esclarecer que a pesquisa total envolveu outras etapas e levantou dados que não se referem ao problema discutido aqui. Contudo, os dados brutos dos debates em laboratório foram retomados especificamente para identificar o uso da argumentação retórica pelos participantes.

A situação laboratorial, à qual quero realçar, é, em síntese, o *debate* dos eleitores, após terem assistido aos programas da televisão. É nessa situação social peculiar, em que agentes expressam com liberdade e reciprocidade suas opiniões, que a fala traduz mais claramente as estruturas de raciocínio retórico, ou seja, a persuasão que aglutina opiniões. Os programas eleitorais da TV, em que pese o fato de serem peças de persuasão especialmente projetadas para o uso na comunicação de massa, entram no experimento apenas como um meio de induzir fortemente um campo retórico em torno do tema eleitoral, distribuindo temas e padrões de argumentação para o trato dos problemas da agenda política. Todas as pessoas estavam ali para falar de política e eleições. O horário eleitoral gratuito reforçava o tema geral que delimitava o campo retórico. O papel da moderadora também é fundamental na medida em que atenua as tendências de um cidadão monopolizar a atenção e cria a oportunidade de indivíduos menos eloqüentes se manifestarem. Numa sala onde todos ficam sentados em torno de uma mesa, em ambiente silencioso, convidados a falar de um tema que estava na agenda geral da sociedade, cria-se uma situação artificialmente favorável à produção discursiva e à formação de públicos.

Devo ressaltar por que não cabe, nesta investigação, elaborar um estudo dos discursos dos candidatos a Presidente, realçando suas estratégias e demonstrando como tais falas se valem de inúmeras figuras de retórica e de artifícios técnicos para impressionar os eleitores, levando-os ao voto. Tal forma de estudo é importante e conta sempre com trabalhos de alto nível. Porém, se esta tese se concentrasse em estudos de "emissão" de discurso teria o problema de conciliar a análise empírica com os problemas levantados na discussão teórica, pois o estudo dos discursos eleitorais, não obstante serem exemplos perfeitos de uso instrumental da fala, não esclarecem, por si sós, como agentes recebem e manipulam tais

discursos, estruturando para si uma forma de aderir ao movimento coletivo, o problema básico desta tese. Os trabalhos mais próximos são os estudos de "recepção", mas gostaria também de marcar uma diferença. Não é meu objeto detectar interpretações feitas por eleitores do campo discursivo colocado pela TV, perguntando se eles "entenderam" o que foi dito, ou não, ou mesmo o que eles "pensam" da propaganda televisiva em si. Os estudos de recepção prendem-se à compreensão e os de emissão à estratégia discursiva, mas o problema, nesta tese, é mostrar como as falas que conduzem à agregação dos públicos podem ser moldadas pelos atores dentro de um campo persuasivo, em um processo de debate/conversação.

O que interessa é ver como, uma vez estimulados com uma temática que delimita um campo retórico específico, indivíduos reais falam sobre esse campo, não somente interpretando-o, mas *usando-o* para orientar suas inclinações ao movimento coletivo. A ação coletiva suposta em todo o processo é a participação eleitoral: o voto num candidato que aglutina um público. Se o argumento central desta tese for procedente, deve ser possível, com base no material empírico que será apresentado, argumentar que os discursos persuasivos elementares dos agentes expressam e constroem sua racionalidade instrumental em situações de escolha. Mais claramente, é possível ver ali os conceitos básicos da constituição retórica da racionalidade instrumental: sua estrutura quase-lógica, a transição entre mundos possíveis e as múltiplas realidades do campo, o jogo intersubjetivo e os enquadramentos que enfatizam as posições e as disposições dos agentes quanto aos pontos do debate.

O experimento criou, num primeiro momento, um campo discursivo em torno do tema da política e das eleições ao expor o grupo às propagandas oficiais dos candidatos e, em seguida, deu fala ao auditório que foi espectador desse campo discursivo. É sobre a fala em debate dos agentes que compuseram tal auditório que tratarei de evidenciar descritivamente a racionalidade como formulação de retóricas: ao falar do próprio voto aquele auditório identifica um problema coletivo: qual o candidato ou opção que contará com a agregação de mais um voto. Revela, também, a própria operação de tomar um problema simbolicamente (em quem votar a partir das informações disponíveis) e

qual a solução possível em termos de ação. Declarações de voto e análises de senso comum do quadro político, feitas durante o experimento, trazem à tona as operações cognitivas dos agentes, como o texto desta tese, que, ao ser escrito, não só expressa uma teoria, mas passa a ser o seu estruturador, a própria teoria.

Na seqüência de análise deste material empírico, é conveniente mostrar como falas geradas pelos debates possuem uma intenção persuasiva, que se sustenta, não em evidências e informações que permitem cálculos, mas na apresentação mais ou menos fragmentada de *entimemas*, isto é, provas baseadas somente na argumentação e que operam a partir de um jogo entre termos explícitos e implícitos do raciocínio. Agentes racionais lidam com informações somente apreendidas em contextos discursivos que disputam o centro do campo retórico. Em tal disputa, o campo trata de fornecer para os agentes, tanto informações, quanto inserções discursivas dessas informações em pacotes operacionais, que explicam, suficientemente, para eles as razões daquela fala, preparando-os para a ação. Esta tese explora um momento do campo retórico: as propagações, reverberações e modificações no espaço discursivo dos cidadãos comuns constituintes dos públicos que operam as doxas do campo. São agentes racionais falando de uma decisão que envolverá sua adesão pessoal a uma ação coletiva pré-figurada em um público. A persuasão torna-se uma via entre a evidência de ganho e a coerção para garantir o movimento coletivo.

4.2 Os dados

Para começar, gostaria de trazer um caso, o qual, durante toda a pesquisa, foi provavelmente o mais exemplar em termos de explicitar um processo de persuasão entre agentes que se encontravam em uma situação de debate sobre as eleições. Trata-se de uma situação em que um dos eleitores, após todos terem assistido à propaganda da TV, decidiu, ou reforçou sua intenção de votar em Fernando Henrique Cardoso, apropriando-se de argumentos do seu programa, relativos à geração de empregos, pela vinda de grandes indústrias para o país. A opinião desse

eleitor foi combatida por outro, partidário de Ciro Gomes, e mais um, de Lula, que argumentaram em prol de indústrias nacionais ao invés de grandes indústrias estrangeiras. O eleitor de FH mudou de opinião no segundo questionário de intenção de voto (como o questionário não era personalizado, é impossível dizer se seu novo rumo foi Ciro Gomes, Lula ou outro) e atribuiu, explicitamente, sua mudança de posição a um argumento apresentado no debate. O caso traduz, tanto as estruturas quase-lógicas da argumentação, quanto a presença de construções de mundos possíveis e o papel da intersubjetividade no processo de persuasão. A dinâmica ocorreu ao longo de um debate com idas e vindas e, a seguir, encontram-se os principais trechos. Por motivos de método da transcrição, as personagens são sempre identificadas por uma letra, que designa o dia do debate e um número que designa a posição em que se assentava em relação à debatedora, tomada no sentido horário.

Primeiro momento

O grupo assiste aos programas de TV (neste caso, dia 15/09/98) e, coincidentemente, os dois maiores candidatos enquadraram o tema do emprego/desemprego no país. Esse *frame* do campo retórico eleitoral será decisivo para o processo que ocorrerá no debate com sua lógica interna peculiar. Embora a ênfase seja no debate, é importante, especificamente para esse caso, notar como as propagandas dos candidatos marcaram um centro para o campo retórico, que foi mantido pelo grupo no laboratório. Nos mundos criados pelas peças de marketing televisivo, o problema se colocou da seguinte maneira:

Pela ordem, o programa de FH apresentou-se primeiro, fazendo o discurso típico de mandatário²³²: "O homem que derrubou a inflação vai vencer o desemprego". Após a fala ponderada do presidente que luta pelo emprego, segue-se uma narração que cita investimentos de grandes indústrias automobilísticas e agro-industriais, mostrando índices sempre otimistas, enquanto as imagens se sucedem com trabalhadores de diversos setores produzindo e operando computadores, caminhões passando e galpões industriais sendo construídos, estatísticas voando no vídeo e toda a

²³² Os conceitos de Estratégia de Mandatário e de Desafiante foram extraídos de Figueiredo *et alli*, *Estratégias de persuasão...*, op. cit., pp. 32 - 33.

parafernália narrativa que compõe uma idéia de país grandioso, "dando certo".

O programa de Lula, traz a típica estratégia de desafiante: Começa com depoimentos dramáticos de populares sobre o medo do desemprego e entra um narrador falando que Fernando Henrique, nos quatro anos de poder, abaixou a cabeça para os países ricos e dobrou o desemprego. Imagens de filas de desempregados e pessoas caminhando. Lula aparece dizendo que estamos importando arroz, milho, cacau, algodão, sapatos, brinquedos, ou seja, estamos gerando emprego lá fora, e que ele vai priorizar as médias, pequenas e as micro empresas para vencer o desemprego. Falou de reforma agrária e de ajuda aos agricultores. Concluiu chamando as pessoas para lutarem com ele.

Segundo momento

O debate começa e dois eleitores *N5* e *N9*, declarados adversários de FH, atraem o centro do debate para a crítica às empresas estrangeiras. *N9* usa reiteradamente um lugar comum nacionalista do tipo "se está bom para os estrangeiros, não está bom para nós". Esse é um princípio essencial num debate: deslocar o centro do campo retórico para um tópico que possa oferecer uma argumentação. O que era uma persuasiva propaganda de como empregos estavam sendo gerados pelos investimentos externos é recebida e manipulada como causa do desemprego interno, usando argumentos delineados pelos programa adversários. Então, *N4* (eleitor de Ciro Gomes) aproveitou o mote nacionalista e deu ao debate uma feição analítica. Um trecho:

N4: O objetivo dele é trazer empresas estrangeiras pra cá, agora, o que ele diz? O que ele diz com isso?

Deb: *Agora, no programa dele, hoje, ele disse isso, que ele atraiu investimentos externos, está trazendo muitas indústrias e está criando muitos empregos.*

N4: Então, agora, vocês têm que prestar muita atenção pelo seguinte:- o que isso interessa pra nós, o estrangeiro vir aqui e tirar o que é nosso, tomar o que é nosso? Ele tem que incentivar nós aqui.

N9: A nossa empresa é que tem que ir pra fora.

N3: Quem garante que o estrangeiro vai dar emprego?

N4: Ele tem que contar com nosso apoio aqui. Agora, as milhares e milhares de pequenas e médias empresas fechadas, comércio, onde está o pequeno, o trabalhador, e esse programa, essa proposta, o Lula também fala isso, que vai reerguer a pequena e média e tal, tudo bem. Mas o Lula preocupa um pouco, a gente, eu tenho quase certeza, pelas pesquisas que estão aí, que o Lula não vai conseguir derrotar ele. Mas que preocupa, porque o Lula tem mais agitação. Ele está com um candidato a vice que já tentou também muitas vezes e pelo menos a gente sabe se ele fez ou não. Então, fica tipo uma faca de dois gumes.

O eleitor *N4* irá, a partir dessa fala que contém uma série de "pacotes" antigovernistas, tornar-se cada vez mais presente, criticando FH, dizendo que votou nele no passado e está arrependido. Declara sua intenção de votar em Ciro Gomes, mais para tirar um voto do Presidente. No correr do debate, o clima se mostrava francamente oposicionista à reeleição.

Terceiro momento

Um rapaz, que mais ouvia que opinava, é convidado pela debatedora a falar sobre sua intenção de voto (em FH). Ele o faz nitidamente ancorado em elementos discursivos do programa de TV tucano, mesmo sem ser capaz de expressá-los com proficiência:

Deb: *Ederson, você falou que tinha optado pelo Fernando Henrique, é isso?*

N6: É.

Deb: *E você gostou do programa dele? O que te chamou atenção no programa dele?*

N6: Ah, eu não sei porque, sinceramente, eu acho que o Fernando Henrique, quando ele falou que ia trazer empresas pro Brasil, pelo menos, igual ele falou que o lucro foi em 5 anos e ia ir pra lá, pelo menos, os empregos iam ser daqui, ia ter menos pessoas passando fome igual tem hoje em dia.

Deb: *Quer dizer que o lucro, você concorda que vai pra fora, mas ,pelo menos, dá emprego pros brasileiros, é isso?*

N6: É, porque senão, vamos supor, no Brasil, o que tem mais é pequena e média empresa, as empresas maiores vêm de fora. Então, a pequena e média empresa não têm como gerar emprego pra dar pros brasileiros, quase

todos os desempregados. Então, não tem como. Eu vou votar no Fernando Henrique.

Deb: *Você acha que as grandes empresas que vêm dão mais empregos que as pequenas e médias empresas do Brasil?*

N6: É. São mais avançadas, a tecnologia.

Aqui é importante sublinhar um ponto já entrevisto no pensamento de Boudon: o voto que esse eleitor daria a FH seria derivado da mistura de uma idéia plausível que forma o *backing* (Toulmin) do argumento com uma crença falsa. A idéia plausível é que o Presidente seria a pessoa mais capaz de trazer grandes empresas para o país, mesmo por que fazia disso ponto de campanha. A idéia falsa é a de que tais empresas, dotadas de alta tecnologia, são capazes de gerar mais empregos, que o conjunto de pequenas e médias empresas, que, na verdade, formam as atividades que absorvem mais mão de obra, inclusive por terem um nível tecnológico elementar. É interessante notar que o mesmo eleitor não processou essa informação passada durante o programa de Lula, continuando a fazer a equação "*se grandes empresas, então mais empregos*".

Quarto momento

O debate prossegue com mais algumas lamentações nacionalistas por parte de *N9* e toma outros rumos com a debatedora incentivando algumas pessoas a se manifestarem. O tom geral continua oposicionista, mas sem cobranças às opiniões minoritárias pró-FH. Então *N4*, que havia saído do centro do debate, retorna quando as falas começam a criticar os políticos em geral e o horário político, visto como uma "enganação". Ele lança suas idéias em direção a *N6*, o jovem eleitor de FH. Um outro participante, *N5*, aceita os argumentos de *N4* e os reforça, valendo-se de exemplos da sua vida pessoal. O trecho abaixo compõe o cerne do argumento que irá mudar o voto de *N6*:

N4: Eu disse que discordo um pouco de você (volta-se para *N6*) no que você diz das grandes indústrias, que ele traz pra cá lá de fora, que geram empregos. Mas tem uma coisa: ele traz esses grandes investimentos pra cá pro Brasil e geram empregos, são as grandes indústrias e as pequenas estão aí. Só que tem uma coisa: nós todos nascemos pequeninhos e crescemos. Não seria bem melhor, ao invés dele trazer de lá, ele investir na nossa

pequeninha pra criar uma? Se cada um deles fizesse, de 4 em 4 anos, investisse (inaudível) e nenhum desemprego, ia ser bem melhor.

N5: Igual, por exemplo, usando suas próprias palavras, as empresas lá de fora eram pequeninhas, elas cresceram e não vieram pra cá? Às vezes, elas eram até muito pequenas mas dentro da nossa nação elas eram grandes porque o brasileiro tem um grande problema: o brasileiro gosta de ficar olhando muito lá pra fora e não gosta de ficar olhando pro nosso lado aqui não. Se todos nós pensássemos que as coisas tem que sair daqui, igual eu tenho um amigo que vivia pegando dinheiro com todo mundo, andava de moto pra cima e pra baixo, não trabalhava. Hoje, ele tem 300 funcionários na firma dele, a moto dele é a mais cara que tem aqui em Juiz de Fora, é uma pessoa super bacana, ajuda todo mundo. Aí, eu olho pra ele e falo assim:- É. Ele ainda vira pra mim e fala assim:- você lembra? O meu ideal era ir embora, ficar pedindo dinheiro aos outros, ficar andando de moto. Ah, não, pensei bem, não: investi aqui, o que eu fiz aqui, o que eu plantei aqui eu vou colher aqui. Aí, eu lembro, sempre quando ele falava isso comigo e ele fala hoje, há pouco tempo que aconteceu isso com ele, ele está muito satisfeito. Então, se a gente pensar que o que vem de lá e cai aqui é bom pra nós, então é um bom sinal porque os pequenos daqui é que podem levar muita coisa, talvez até pra lá. Aí, a gente já tem que pensar como os outros lá, não sei se você concorda comigo.

N4: Os pequenos ficam engolidos pelos grandes.

N5: A gente tem que produzir aqui dentro porque as nossas dívidas a gente não paga mesmo. Então, a gente tem que fazer o dinheiro gerar aqui dentro. A gente tem que pagar essas dívidas ali pra depois, nós falarmos assim:- poxa, está pago? Está. Agora, nós podemos fazer assim: vamos dividir com outro país, vamos mandar coisa pra lá, vamos pegar de lá pra cá: vamos pensar nisso? Mas tem que ter uma pessoa capaz de fazer isso. Se a gente for só pela sede de alguns, nós vamos ficar sempre no fundo do poço.

N4: Você nunca ouviu falar que qualquer país desses investiu numa pequena empresa pra, depois, pra poder falar nas grandes. Grande, pra nós, não dá dinheiro, o interessante é fazer as nossas pequenas ficarem grandes. Se cada um deles, os 4 pra trás aí ou 5, mais ou menos da idade de vocês, da geração de vocês: se cada um deles tivessem fazendo as indústrias crescerem um pouquinho, hoje, nós tínhamos as nossas todas grandes, ou boa parte, não havia desemprego e não precisava trazer nada de lá pra cá. Então, isso não é interessante pra gente. É que o Fernando Henrique fala demais. É o que ele mais gosta.

A forma de abordagem de *N4* é extremamente habilidosa. Ele começa falando que discorda "um pouco" do que dissera *N6*, sobre as grandes empresas para, na verdade, discordar completamente. Faz uma afirmação singular válida: "*nós todos nascemos pequeninhos e crescemos*". E lança, em forma de pergunta, se não seria melhor investir numa empresa "*pequeninha*", "*nossa*", que viraria uma grande empresa gerando empregos. O *backing* do argumento é: "tudo o que é grande foi um dia pequeno", uma proposição quase-lógica, de grande poder persuasivo no contexto. O adjetivo "pequeninha" foi repetido duas vezes por *N4*, que demonstra claro interesse em persuadir *N6* de uma certa singeleza da política de investir em coisas pequenas, porém nossas, que crescerão se bem alimentadas. A metáfora orgânica está na sustentação do argumento de *N4*.

N5 encampa prontamente a analogia de *N4*. Inclusive, para evidenciar uma pretensão de intersubjetividade desse discurso, *N5* usa "*as próprias palavras*" de *N4*, repetindo a construção: "empresas que foram 'pequeninhas' e cresceram" (era a terceira vez que o termo recebia um reforço). *N5* aplica essa analogia ao seu estoque de conhecimento e mobiliza uma história pessoal, argumentando a partir do exemplo de um "amigo" que largou a vida fácil e tornou-se um próspero empresário local, o que o levava a concluir, num salto, que os "pequenos daqui" é que tinham condições e mereciam atenção.

N4 lança, então, outra imagem sintética, verdadeira figura de retórica: "os pequenos ficam engolidos pelos grandes".

Então, o tom nacionalista do "produzir aqui dentro" assume o centro do campo retórico, o que leva *N4* a afirmar que, se a política tivesse sido a de investir nas indústrias brasileiras para elas crescerem "*um pouquinho*" (seus diminutivos são muito importantes na sua argumentação), hoje "*todas*" seriam "*grandes*" ou, ressalva modulando inteligentemente, "*boa parte*", o que levaria a uma situação na qual não haveria desemprego e, conseqüentemente, "*não precisava trazer nada de lá pra cá*". O raciocínio de *N4* se completa, portanto, sugerindo que a política de FH de atrair capitais externos é um erro ou, na melhor das hipóteses, um paliativo para resolver um erro de política industrial

anterior, que deveria consistir no investimento interno. Para deixar bem claro que o erro tem nome ele, fecha sua fala com uma apreciação negativa, num pequeno momento de gênero epidíctico: "*É que FH fala demais. É o que ele mais gosta*".

Com sua argumentação, N4 construiu um *mundo possível* com uma lógica interna própria, onde empresas pequenas tornam-se, quase como regra, grandes se bem cuidadas pelo governo e acabam com o desemprego. Para lograr esse mundo possível, ele estabeleceu a temática do emprego como centro do debate e, portanto, do campo retórico. Além disso, sintonizou a intersubjetividade dos presentes, por meio de uma analogia orgânica assumida como universal: nós nascemos pequenos e somos grandes. Então esse processo ocorrerá sempre que tivermos condições de repeti-lo para tudo o que "cresce". Os mundos social e econômico regem-se pelas mesmas leis elementares da vida. A eficácia dessa argumentação tão simples de natureza quase-lógica fez-se sentir em seguida.

Quinto momento

Conforme a dinâmica dos grupos de discussão da pesquisa, o debate era, a certa altura, interrompido, e aplicava-se um questionário, para se saber se alguém havia mudado a intenção de voto inicial. A debatedora inquiria, então, os presentes para saber se alguém se declarava mudado, e aqui se configura, pelo menos no âmbito do experimento, a persuasão de N6 numa direção contrária à sua intenção inicial pró-FH.

Deb: *Então, você não mudou, você continuou com a mesma opinião?*

N7: É.

N6: Eu mudei.

Deb: *Você mudou?*

N6: Eu mudei depois que ele (olha para N4).

Deb: *Depois que ele te falou, ele te convenceu?*

N6: É, depois que ele falou das nossas empresas que são pequeninhas e que podem crescer, aí, me mudou.

Deb: *Mas você, ali, preencheu diferente aqui.* (refere-se ao questionário de entrada)

N6: Até aí também, no outro eu preenchi diferente.

Deb: *Agora, você se convenceu com o último argumento dele?*

N6: Foi.

Deb: *Então, o que você fez não corresponde ao que você está pensando agora?*

N6: É.

Deb: *Agora, você já mudou porque você se sentiu. Viu, você convenceu um pouquinho, convenceu. Você queria completar? Falar alguma coisa?*

N6: Não, só isso.

Esse foi o caso mais explícito que ocorreu nos 20 grupos do experimento. Vale sublinhar que N6 repete o ponto: "*depois que ele falou das empresas que são pequeninhas e que podem crescer*". A analogia orgânica lançada por N4 com intenções persuasivas triunfou por satisfazer algumas condições que já indiquei, mas cabe sublinhar:

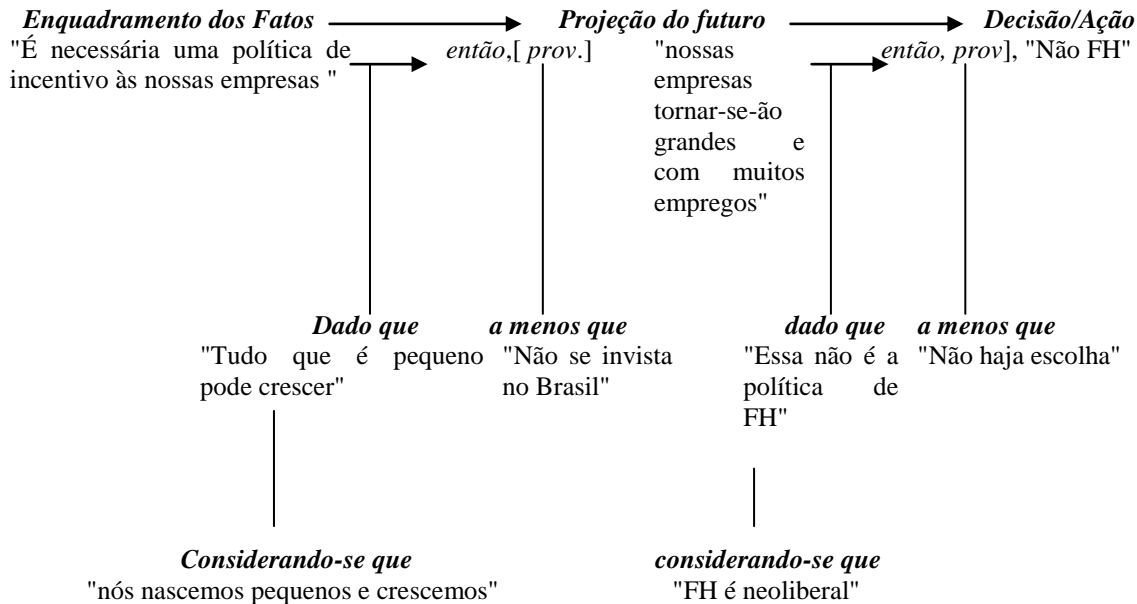
- A) a primeira é que sua fala tinha propriedade no que toca o centro do debate admitido por todos: o campo retórico tratava de política de emprego e sua intervenção reforçava e era adequada ao campo;
- B) a segunda é que sua fala logrou uma "porta" para acionar a atenção intersubjetiva dos presentes por meio da analogia orgânica: nascer pequeno e crescer;
- C) a terceira liga-se à aparência lógica de sua argumentação: uma vez admitida por todos intersubjetivamente a validade da analogia orgânica, com todas as suas implicações e sustentações implícitas, pode ser aplicada ao domínio social e aceita como um argumento que esclarece a realidade;
- D) o quarto ponto é, precisamente, configurado pela habilidade retórica de N4 em criar um mundo possível, caracterizado por um Brasil sem desemprego em função de uma política de investimento nas empresas locais que cresceram e se tornaram grandes, ou seja, o debate construiu séries de *entimemas*, persuadindo apenas por provas argumentativas;
- E) não se pode esquecer que tais idéias evoluíram no debate tendo sua aceitação testada passo a passo, e contaram com alguns ornamentos importantes, como o uso do diminutivo "pequeninho" (na verdade um amplificador da persuasão), que tanto advogou em prol de uma imagem de algo inofensivo,

que requer cuidados, e deve ser aceito; a crítica quase gratuita ao Presidente no arremate, lembrando que ele "fala demais", reforça um lugar de oposição;. e N6, de fato, mudou declaradamente sua intenção de voto.

O caso acima revela que N6 aceitou, intersubjetivamente, uma analogia retórica e, tomando a licença de fazer aqui uma consideração subjetivista, transitou entre mundos distintos. Foi do mundo da atitude natural, representado pelo aqui e agora da situação de debate até o mundo possível tecido discursivamente por N4 e compreendeu sua lógica interna, porque seu próprio estoque de conhecimento aceitava intersubjetivamente tal lógica estruturada pela analogia orgânica (nascer pequeno e crescer), sendo mesmo, talvez, capaz de aplicá-la a alguma experiência vivida, como o exemplo trazido pelo eleitor N5. Após essa viagem entre mundos,

N6 estava pronto para admitir o pulo do gato da persuasão: o que é válido no mundo possível do discurso, também é válido no mundo da atitude natural e, portanto, pode guiar ação. É essa operação persuasiva que responde, nos termos desta tese, pelas possibilidades agregativas do discurso.

O plano estrutural para o argumento deliberativo de N4 pode ser assim desenhado conforme a figuração desse modo retórico trabalhada no capítulo anterior:



Considerem-se, agora, outros momentos do experimento, fragmentos de discurso estruturados retoricamente. Os seguintes depoimentos, todos de eleitores de Fernando Henrique, montando quadros negativos de uma eventual vitória de Lula.

U 6: Eu voto em Fernando Henrique por um motivo, ruim ou bom, a gente não tem um governo diferente. Se o pessoal votar tudo no Lula, o Lula vai ficar lá mas não vai dar conta de fazer nada. Porque ninguém vai apoiar ele em nada. (...) Eu acho que mesmo ele ganhando, não vão deixar ele entrar lá. Eles colocam outro, ele vai ficar de mãos atadas (*projeção do futuro - modo deliberativo*) porque nada que ele fizer congresso, senado, nada vai apoiar ele, está entendendo? É só isso. Nada vai apoiar o que ele fizer, vai apoiar as idéias boas que ele tem (*tópico analítico*), porque ele tem idéias boas. Só o Fernando Henrique vai ter o apoio de todos

U 2: De quem?

U 6: Dos grandes, porque eles são maioria do pessoal que está lá, a gente que somos pobres, a gente está vendo que ele não está fazendo nada. (01/10)

T5: O Lula ganha vai fazer o que? O Lula ganha, o exército comanda para tirar, então, ganha nunca (*projeção do futuro*). Tirar o Fernando Henrique, deixa ele lá mesmo. Eu vou votar em um que vai piorar? (29/09)

R5: Para mim é o seguinte o Fernando Henrique lá. O Henrique já vai segurar naquilo que está e o Lula só vai atrapalhar, por isso eu continuo no mesmo. (24/09)

M4: Não adianta votar no Lula e por 450 deputados do PMDB. Adianta? Adianta nada. O Lula quer fazer um projeto, os deputados não aprovam (*tópico analítico*). Acabou. Ele vai fazer? Não, não vai fazer. (12/09)

I4: Eu tenho medo do Lula por causa da preparação dele. Eu acho pouca. (05/09) (*epidíctico*)

Em todos os raciocínios, há a construção de um do entimema: Lula será um futuro pior, logo votarei em FH. É interessante notar que a operação do argumento necessita de uma redução dicotômica, aceitando-se

uma polaridade do campo retórico: há dois candidatos, e não um conjunto de alternativas. Os tópicos relativos a uma paixão são o recurso mais fácil à montagem das falas: Lula dá *medo* por ser mal preparado. Um entimema que liga, "necessariamente", duas idéias não necessárias. Tal retórica trabalha o futuro calcada em uma crítica típica do gênero epidíctico o "despreparo" de um candidato associado ao sentimento que provoca ao ser imaginado assumindo a presidência. No primeiro depoimento, o eleitor *U6*, além de contrastar a idéia da falta de apoio de Lula, conclui com um final oposto: "Só Fernando Henrique vai ter o apoio de todos". O eleitor enfatiza a palavra "nada", repetida 5 vezes, para ligar ao possível governo do que o petista faria e quanto apoio teria.

No caso de uma eleição, os raciocínios, freqüentemente, enfocam o passado (uma operação judiciária) como critério de avaliação, ou seja, julgam o desempenho de governantes e candidatos pela sua história. Aqui, juízos positivos e negativos são um critério para tecer falas que orientam uma deliberação. Um componente fundamental de muitas dessas falas são as manipulações dos estoques de conhecimento dos agentes, normalmente experiências pessoais que ampliam tanto a confiabilidade da fala quanto, por vezes, seu caráter dramático.

F9 – Eu tenho coisa hoje que se eu fosse comprar naquela época eu não tinha, o que eu tenho hoje é o que comprei durante esse plano. Por isso eu voto nele, e quem quiser votar nele eu dou o maior apoio, pois se ele conseguiu até agora isso depois ele pode conseguir muito mais. Mas se outro entrar, o Lula, o Ciro, vai mudar tudo, vai aumentar os juros, taxa disso, taxa daquilo. (29/08)

A fala anterior combina uma avaliação positiva do passado/presente, mas projeta um futuro negativo caso o presidente seja alterado. O entimema deliberativo tem como termo implícito "se Fernando Henrique continuar a boa situação também continuará".

Deb.: *Eu perguntaria o que chamou mais atenção no programa de hoje?*

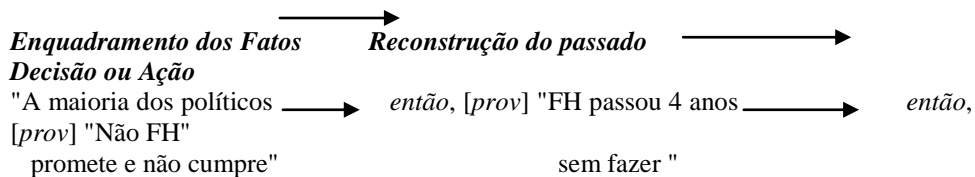
A9 : Eu acho que as propostas que eles estão fazendo. A maioria fazem e prometem um monte de coisas e não cumprem

Deb.: Você acha que eles não cumprem o que prometem?

A9: Principalmente Fernando Henrique. Não cumpriu. Então, com as suas palavras, ele engana o povo.

A1: Eu vou complementar o que ela disse. Ele teve quatro anos pra fazer todas as propostas que ele tinha anunciado pra fazer. Se ele teve quatro anos, ele tinha que ter feito tudo, certo? Por que agora, ele está pedindo mais chance pra poder continuar fazendo o que ele não fez? Ele tinha que ter feito isso antes. Ele tinha que ter percebido isso antes. Só que agora ele está tendo consciência agora que ele está vendo ele nas pesquisas de novo. As propostas são muito enganosas como disse no caso dos aposentados. Eu acho que por cima disso tudo, ele tem um tapete acobertando tudo. Muita gente se engana, tem muita ilusão. A política hoje em dia ela é uma ilusão. (18/08) (*enquadramentos judiciais*).

No caso acima, o debate começa com uma questão sobre o que o auditório de eleitores havia retido dos programas, e A9 estabelece um ponto relativo aos valores da política: a maioria dos *candidatos prometem e não cumprem*. O início é um julgamento geral, uma visão negativa da política. A debatedora aceita o ponto e pede que A9 confirme seu julgamento dos políticos. A9 desce do geral para o particular apontando o político, que ele considerava melhor ilustrar sua asserção anterior: O Presidente Fernando Henrique. Chama ainda FH de "*enganador do povo*", uma acusação judiciária carregada de valores morais. A intervenção de A1 completa o caráter epidíctico/judiciário do trecho, dizendo que o candidato teve quatro anos para fazer um bom governo e não fez, por fim lança mão da imagem de um tapete que acoberta a política deixando a sua sujeira longe dos olhares da denúncia. A figuração lógica do argumento judiciário pode ser a seguinte:



Seguem três depoimentos que colocam lado a lado a aquisição de bens, felicidade pessoal e o plano real. Tais pronunciamentos propagam

uma das estratégias da campanha pela reeleição: a de colocar no centro dos julgamentos os êxitos do plano real.

H9: O que eu tenho hoje eu comprei com este plano.. Por isso eu voto nele.(29/08)

U5: Com o real, eu arrumei minha casa, eu mobiliei melhor, eu casei, eu era solteiro, eu casei, eu tive a minha filha, tudo com o Real. (01/10)

M5: O negócio é justamente o Fernando Henrique e o Plano Real. Todo mundo critica ele e Tal, falam 4 anos, mesmo assim, muitas coisas melhoraram para a gente também. (12/09)

Acima há casos de raciocínios judiciais voltados para a adequação do plano real sempre com ênfases epidícticas do elogio fundamentado na experiência pessoal. Os valores que envolvem a vida comum são o tópico que fornece a força do argumento. No primeiro depoimento, a construção é analítica/judiciária e muito forte: antes do real, H9 considera que não possuía nada de valor e agora tem algumas coisas todas resultado do plano econômico. Esse foi um dos principais tópicos retóricos usados também pela campanha presidencial. Aceitando essa causa para a sua relativa prosperidade, o eleitor irá continuá-la com seu voto. A proposição é simples e operatória. Mesmo aceitando-se o plano real como centro do debate, seus benefícios podiam se transformar em malefícios se o enquadramento fosse pela ótica do desemprego:

S8: Eu acho que ele causou a maioria do desemprego. Desemprego sempre existiu, mas agora é em massa. E quem causou foi ele. Esse plano é que causou, quebrou firma demais.(26/09) (*argumento judiciário*)

Q2: Pergunta para a gente que é rodoviário, eu trabalho em uma empresa de ônibus, gente é um sufoco! Se você parar um minutinho na sua empresa, você vê que é gente batendo de três em três minutos pedindo emprego. É uma indignação!(01/10) (*estoque de conhecimento cotidiano estruturando a análise de um problema social*)

D8: O Fernando Henrique falou ali, o Eduardo Azeredo falou que trouxe a Mercedes para cá e a Belgo Mineira. Mas deixou a Ferreira

Guimarães ir embora, a Facit está quebrando, a Master mandou 800 mulheres embora. Fernando Henrique fala que gera emprego, trouxe algumas firmas mas em compensação deixou três irem embora.(25/08) *(raciocínio com uma variante do tópico da reciprocidade: se diz que traz benefícios por um lado, por outro causa o mal)*

Nesse depoimento, ao tecer um entimema, no qual os supostos feitos do governo são neutralizados por um conjunto maior de malefícios, o eleitor *D8* está organizando o próprio pensamento, ao mesmo tempo que oferece ao campo retórico um raciocínio para justificar o não-voto em FH, que, por sua vez, será ligado, então, ao voto em outro candidato.

Um momento no qual o enquadramento do problema, centrado na experiência pessoal, define, não só a direção de uma decisão, como também, a agregação, isto é, torna-se claro para o agente que a ele cabe intervir, pois associa o resultado da ação coletiva representada pelo voto com a alteração de um quadro que não lhe é benéfico, pode ser deduzido do depoimento a seguir.

H4: Agora eu trabalho na Master, há pouco tempo mandaram embora 160 pessoas, a gente tinha um ... Também pode ser o que ele falou ali dos empresários que estava acostumado a ganhar muito e não querem perder. Mas a gente tinha um plano de saúde, tinha cesta básica, tinha farmácia e tinha dentista, hoje não temos nada disso mas simplesmente o salário e deste tem dois anos que não aumenta o salário, quer dizer, antes eu pagava aluguel, hoje eu moro de favor, não tenho condição de pagar aluguel, agora eu não sei se, entendeu, Lula vai consertar, se ele fez a bagunça não sei se o Lula vai consertar e também se vai consertar isso tudo aí, agora está o desemprego ... Com o Fernando Henrique estou sendo prejudicada.

(...)

H2: Sabe o que acontece? Sabe o que mais aconteceu nesse negócio, os altos juros e a importação. Ele está importando as coisas, você viu a quantidade de coisas que ele está importando, ao passo de exportar a nossa ele está importando coisa que nós temos aqui dentro e o nosso está jogando fora? (01/09)(*tópico analítico*)

O depoimento de *H4* monta um argumento judiciário claro e lança as possibilidades de uma deliberação. A partir de um resgate da sua

experiência cotidiana de seguidas perdas numa fábrica onde trabalha, essa eleitora concluiu que a política de FH é responsável por sua situação (entimema analítico). A projeção dessa política para um cenário futuro (termo implícito do entimema) só pode significar, para essa eleitora, um mundo possivelmente muito pior. O recorte da situação é decisivo. Ao fazer sua projeção com base em tal julgamento, a eleitora excluiu do seu cálculo racional maiores considerações sobre estabilidade mundial ou a maior capacidade de FH em continuar governando, *vis-a-vis* outros candidatos, ou se FH seria o menos pior. O entimema montado não deixa escolha, pois ela considera que há um responsável por seu drama pessoal, sabe identificá-lo e vai puni-lo, negando-lhe seu voto. O salto entre (1) "*não tenho condições de pagar aluguel*" e (2) "*Com o Fernando Henrique, estou sendo prejudicada*", que dá força persuasiva (fundamentalmente autopersuasiva) não explicita uma série de sentenças, tomadas como dadas, que teriam de fundamentar a correlação entre o presidente e as atitudes dos seus patrões. Esta típica operação do entimema propicia ao discurso um elemento de persuasão poderoso. Essa fala, por trazer um depoimento pessoal dramático e veraz, torna o veredito da decisão aceitável para sua enunciante e por todos os que são capazes de compartilhar intersubjetivamente com sua lógica: nossa vida pessoal depende da economia/ a economia vai mal/ o presidente é o responsável. Ela não sabe se Lula consegue resolver o problema, mas se inclinava a um voto na oposição em consequência do enquadramento dramático que surgia do seu relato pessoal.

Pouco depois, a fala de *H2* reforça o tema no centro do campo, explicando (modo analítico) que tudo se devia a uma política de "juros altos" e "importações", o que demonstra um cidadão propagando alguns dos lugares de argumentação mais comuns nas matérias de economia, que caem no domínio do estoque de conhecimento das pessoas, que passam a falar como *experts*. A fala de *H2*, quando um cidadão comum faz afirmações sobre temas complexos, é indicadora de uma das facetas principais do campo retórico: ele fornece os *tópicos* nos quais os atores "bem informados" podem discutir os problemas públicos. Um exemplo de retórica analítica, associada a uma deliberação.

A forma retórica analítica é, sem dúvida, o modelo de argumentação que permite dar aos argumentos maior respeitabilidade. Nela, também, evidencia-se a compra de discursos que acionam pacotes de idéias, esclarecendo a realidade para os membros do debate. Um exemplo de argumentação analítica em que um agente do auditório extraiu do discurso dos candidatos impressões e informações e procurou amplificá-las, pode ser visto no debate de 27/08/98.

E8: O Brasil tem muita terra, que se irrigar onde tem água, a terra é boa. O Brasil podia ser o maior importador de qualquer verdura, legume, fruta. A terra é muito boa, a terra que a gente tem. É só você jogar água que dá. Então se o Brasil tem a terra muito boa, ele podia ser um dos maiores importador de qualquer legume e fruta. Não precisava entrar fruta e legume. O Brasil viraria um país forte nesta parte aí de alimentação. Tem que arrumar um jeito de irrigar que vai dar emprego para todo mundo. Se eles fizessem o que tinha que fazer no Brasil, o Brasil seria um grande país do mundo.

E1: Porque lá no Nordeste, lá tem tudo que a planta necessita: o calor, a terra e a água. Só que é só irrigar, só levar água até lá.

E8: Só distribuir a água, dá para gente ser o melhor exportador de qualquer tipo de legume, de qualquer coisa que possa plantar. Se você agitou, você pode plantar qualquer pé de laranja, um pé de uva, se você estercou e jogou água, tudo dá, dá, dá.

O depoimento acima, se vale de um tópico retórico relativamente comum para o tema da agricultura: da premissa "terra + água + trabalho", deduz-se que a soma dessas condições é igual à *grande produção agrícola* e igual à *solução do dilema nordestino*. Tem-se, aqui, a possibilidade de discutir um bom exemplo de uma argumentação analítica quase-lógica. O argumento é o de que a terra do Nordeste é muito boa e que, para que o país vire um grande produtor, bastaria água. Como se sabe, tais condições de pluviosidade presentes em muitos lugares do Brasil sequer diminuem o atraso de nossa agricultura. O eleitor usou um argumento vinculado às potencialidades retóricas da crença de que o Brasil é rico, precisando de muito pouco para se tornar uma potência, via agricultura. Há anos se espalha a crença de que a agricultura é a "saída" para o país, embora hoje ele se mostre urbano e industrializado. O típico exemplo de um pacote de

idéias operando para fins analíticos. É importante notar que o programa eleitoral "fez sentido", como análise e sugestão de uma política pública, que o eleitor esperava ver implementada pelo candidato de oposição. O participante utilizou a experiência comum do ato do plantio para comentar o programa eleitoral. Como ele mesmo diz, a idéia é tão simples quanto "plantar um pé de laranja". Esse foi um pacote retórico deliberativo presente na campanha de Lula, que foi assimilado e reconstituído pelo eleitor para fins analíticos: naquele debate, ele era capaz de explicar como seria resolvido o problema do atraso agrícola do país. O discurso do candidato (Lula) estabeleceu, para o participante, perspectivas limitadas sobre a questão da agricultura, mas, ainda assim, e por isso mesmo, ele foi capaz de operacionalizá-las, de modo a apresentar e justificar sua postura diante da proposta que lhe fora persuasivamente ofertada.

Na seqüência, outro eleitor, *E4*, procurará deslocar o centro do debate que estava nas soluções propostas por Lula para a agricultura para descaracterizar o seu autor:

E4: Bom meu caso é o seguinte eu já, ouvi esses programas mais de uma vez. Hoje eu vi também entendeu, e quando começa o programa eu vejo que todos eles tem uma tendência a se mostrar como aquela novela que acabou: O Salvador da Pátria. A proposta deles é ser como um super-herói. Eu verdadeiramente acho que nenhum deles, acho que tem condição de ser super-herói, porque eles não vão governar sozinhos, então pro Lula usando o linguajar dele o Ciro Comes passa uma cara assim de pessoa, uma pessoa muito informado, mas que se ele num tiver o apoio internacional ou o apoio partidário, ele por conta própria num vai fazer nada. De todos o que ainda tem condições de continuar é o Fernando Henrique, ele pode dar continuidade sim, mas que infelizmente o que vai acontecer com a população é o seguinte: ele vai ganhar por falta de opção, porque a linguagem do Lula já é uma linguagem ultrapassada. Quando a Solene fala da respeito da seca do nordeste na última campanha, eles usaram a mesma linguagem, foi o que meu irmão tentou falar no começo, porque a seca que eleger por isso, porque a seca favorece porque tem curral eleitoral, tem troca de voto, não sei o que é então que vai continuar segurando eles porque a seca é um bem que convém a eles.

Deb: *Ai, quando você diz Natal que a linguagem do Lula é ultrapassada, o quê que você refere?*

E4: Porque todas campanhas ele vem usando a mesma linguagem que debate contra o governo atual, contra o governo, ele só vem atacando o Fernando Henrique, depois pegou o Fernando Collor, pegou os outros, então a linguagem tá querendo prevalecer em cima dos erros dos outros, eles não são capazes de mostrar o programa deles autênticos, o que eles querem fazer.

DEB: *Você acha que eles não mostram o programa?*

E4: Eles não mostram na dimensão que eles deveriam mostrar, que eles tem capacidade.

DEB: *Capacidade? mais coisas?*

E4: Mais coisas, eles tão querendo falar em cima daquilo que o outro não fez e eu acho isso difícil, o povo infelizmente não estudou.

Com tal intervenção, *E4* opera uma disputa pelo centro do debate por meio da desclassificação dos temas dos adversários: a seca nordestina nada mais é que um tema habitual de campanhas e quem afirma que resolve os grandes problemas é caricaturado como uma tentativa de ser "super-herói". Suas considerações são críticas, no sentido do modo epidíctico: visam desclassificar os candidatos de oposição. Para aumentar o poder de sua crítica, *E4* lembra-se de uma novela que tinha personagens políticos, intitulada: *O salvador da pátria*, que, certamente, estava na memória de todos. Da solução rápida do problema nordestino para a crítica da incapacidade de Lula ser um herói, pode-se concluir que o campo estava pronto para afirmar a necessidade de um presidente que, aos poucos, resolve os problemas. Seu discurso mesclava argumentos epidícticos (a vituperação dos falsos heróis), respaldados numa argumentação retórico/analítica que "desmascara" o processo de manipulação da linguagem feito pela oposição. Esse foi um caso claro de embate com o campo retórico, no qual a agregação em torno do discurso depende de uma disputa pelo centro do campo. Em todos os casos, contudo, existe a tentativa de ativar, intersubjetivamente, zonas comuns de experiência, estoques de conhecimento que permitam ao falante e ao ouvinte edificarem um espaço comum, com lógica interna própria. Em todos os casos, as argumentações nos debates estudados usam sempre

degraus iniciais, não muito sólidos, deduzindo deles considerações extensas.

Outro exemplo de disputa pelo centro do campo retórico:

Q7: Ele (**FH**) gosta muito é de viajar.

Deb: *Ele gosta muito de viajar? Então você concorda?*

Q7: Ele esqueceu de nós, só viaja, só viaja, com o dinheiro de quem?

Q1: Deixa ele viajar, que aí ele esquece de subir a passagem de ônibus.

Deb: *É? Ele estando lá fora ele esquece o que está acontecendo aqui.*

Q1: Esquece.

Q7: A é esquece, esquece, esquece...

Q1: Esquece sim, que se o Lula entrar lá vai subir ônibus, a passagem de ônibus vai subir todo mês.

Deb: *Porque que você acha isso?*

Q1: A eu acho que vai.

Q2: A mas quando ele entrou, está subindo direto.

Q9: Pois é e o salário né. Não pode esquecer do salário.

Q3: E o salário abaixando. (01/10)

Essa seqüência demonstra uma disputa pelo centro do campo. Um eleitor bate nas viagens presidenciais (que foram exploradas sempre como uma característica negativa do presidente), e outro eleitor contesta, considerando, com um argumento fraco, que ao viajar o presidente causava menos mal doméstico, citando o exemplo da passagem de ônibus. Reagindo a essa tentativa de justificar o presidente, os adversários de FH ironizam a proposição de que, lá fora, o presidente se esqueceria de aumentar a passagem de ônibus. A ironia usou apenas a repetição da palavra do próprio eleitor pró-FH: "*Esquece, esquece, esquece...*". Tal repetição significava, intersubjetivamente, precisamente, o seu contrário: o presidente não se esqueceria de contrariar os interesses do povo subindo a passagem do ônibus. O preço da passagem é um problema municipal, embora todos saibam que tenha dependência da política nacional de combustíveis. Nada disso precisa ser explicitado ou analisado. São mundos possíveis internos ao entimema. Vendo sua posição ironizada, *Q1* muda o centro do debate, propondo um mundo possível pior se Lula vencer. Usa um argumento deliberativo que subentende a volta da inflação com a passagem subindo todo mês. É interessante notar que está implícita

a idéia de que falhas de FH devem ser avaliadas em função das alternativas a ele.

Por não ter argumentos que sustentassem sua tentativa de alterar o centro do debate naquele contexto, *Q1* não pode evitar o retorno às críticas contra Fernando Henrique, agora na esfera dos salários. A colocação de *Q2* procura ser uma constatação de que, mesmo com FH, existe inflação, e as coisas estão subindo de preço, o que torna possível uma série de raciocínios analíticos, não explícitos, do tipo FH = inflação, então tirar FH pode melhorar, e as alternativas são x ou y.

A disputa pelo centro do debate incide, inicialmente, sobre o tema que está sendo discutido e, em seguida, quanto à direção favorável ou desfavorável das retóricas que disputam essa direção. Mais um caso de disputa de direção:

O3: Eu só discordo, assim, eu não discordo não, é a opinião minha, a respeito da privatização.

Deb: Claro, claro.

O3: Eu acho que uma empresa pública se ela foi dada de graça ainda é negócio, porque é um cabide de emprego que tem muito vagabundo lá dentro, então, não discordando dele, eu digo o seguinte, vamos supor, hoje está prevalecendo mais a capacidade do que a indicação, o, vamos dizer, o empurrão, tem alguém lá dentro que já trabalha, diz, eu vou botar o meu sobrinho porque ele é da família, então eu acho que vai prevalecer mais a capacidade, porque a privatização vai, vai permanecer dentro dela quem for capaz, quem não for vai embora...

O8: É verdade.

O3: E no, na empresa pública ela tem muita gente lá dentro que não tem a capacidade mas que fica porque tem alguém parente lá dentro.

O8: Sim, tem sempre alguém que dá um empurrãozinho, mas eu já estou dizendo é o seguinte...

O3: Justamente.

O8: Eu vou lá e compro a sua empresa, certo, ela tem 500 empregados, eu quero essa gente tido com 200 eu toco isso aí, aqueles 300 que eu mandei embora, quem vai empregar eles?

O3: Aí eu não sei, mas que era um cabide de emprego...

O7: Mas aí os que ficarem tem que trabalhar muito.

O8: Não eu pago só os 200 os outros...

O3: Mas olha só o ...

O6: E ganhar pouco.

O3: Mas os 300 que estão lá incompetentes, o dinheiro vai sair do seu bolso através de impostos para pagar os incompetentes, que estão lá...

O8: Tudo bem...

O3: Os 300 que estão a mais, porque se 200 faz funcionar um engrenagem para que 500?

O8: Mas era 500, você veio me comprou e diminui o quadro...

O3: A própria...

O8: Aí é que dá essa falta de emprego, nessas fábricas e tudo mais, em parte o governo é culpado porque ele é a favor da privatização, olha o Brasil não precisa vender nada não gente, aqui é um país rico, nós temos de tudo, não tem que estar vendendo nada para estrangeiro não, eles, vai acontecer o seguinte daqui a alguns anos, talvez nós já morremos...(17/09)

Embora o discurso de *O3* seja, analiticamente, bem articulado e afinado com os pacotes retóricos que orientam as políticas de privatização, ele encontra resistência na consideração do valor social do emprego, presente na objeção de *O8*, que é visivelmente, menos articulado, mas que consegue associar as privatizações ao desemprego. O centro do debate foi aceito, porém a direção de leitura do centro colocou as perspectivas em conflito. *O3* lança uma proposição retórica forte: empresas públicas podem ser dadas de graça que é um negócio para a sociedade, que não precisa sustentar cabide de emprego. *O8* não discorda da afirmativa, mas seu ponto é outro: empresas privatizadas geram desemprego imediato. Aí ele inventa uma empresa hipotética com 500 funcionários, dos quais 300 são mandados embora. Em sua pergunta "quem vai empregá-los?" está implícito que tal desemprego é um mal o qual não se pode deixar sem solução. O problema é analítico, porém ancorado à esfera dos valores. *O3* tenta argumentar que os 300 desempregados serão, certamente, os "incompetentes", antes sustentados pelos impostos pagos, inclusive por *O8*, o que é uma colocação também afinada com a retórica das privatizações. Nesse momento *O8* já está fechado para a argumentação do seu opositor e sai do quadro com eloquência, acusando o governo de culpado de aumentar o desemprego com as privatizações e busca na inspiração nacionalista do "país rico", um fecho para sua colocação. Sendo

rico, o Brasil não precisa vender nada (entimema: "se está vendendo, está na política errada").

O campo retórico é um espaço no qual falas são lançadas e moldadas conforme *posições* e *disposições* dos agentes na sociedade, de acordo com a conceituação de Boudon. As posições do discurso são efeitos ligados às identificações dos agentes quanto às classes e as disposições ao universo simbólico ao seu alcance. Efeitos de posição mostram-se, especificamente, nas reduções dicotômicas que o discurso faz entre pares, como ricos x pobres, povo x elite, e costumam estruturar retoricamente disposições do tipo nós x eles, isto é, tópicos de dissociação. Estas são, no entender desta tese possibilidades de identidade que indicam direções para a agregação, e não reflexos de uma estrutura dada pela sociedade. Tais discursos dispõem sobre mundos e identidades possíveis, gerando lugares de argumentação. As disposições são tópicos de ligação entre supostos culturais/simbólicos da socialização do agente com opiniões e enquadramentos contextuais.

S3: Eu posso falar?

DEB: *Claro a vontade.*

S3: Porque ele como querendo se reeleger tem mais tempo que os outros. Você pode prestar atenção que a parte dos artistas que é as pessoas principais como o Ermínio de Moraes, que é um dos cidadãos mais ricos do Brasil, aparecem apoiando esse homem, por que? Porque quem tem sempre vai querer ter e cada vez mais, porque a maioria geralmente tá sempre apagada, sempre massacrada . Eu sou um aposentado, vou fazer 55 anos, aí tenho, não tenho minha casa própria, pago aluguel e quando você precisa de um homem desse, você às vezes ajuda ele numa campanha igual eu estou mexendo com isso, procurando o Custódio, o Arcuri, estou me metendo fundo com esse povo, e na hora que eu precisar, o sujeito fala: Ah! fala que não estou esse cara é muito chato, isso que a pessoa tem que comparar na verdade porque eu falar que ele vai acabar com o desemprego, vai melhorar o sistema de saúde, isso é só cascata, porque não melhorou até agora. O SUS tá do jeito que tá, professores ganhando como estão, a universidade ficou um tempão aí parada, eu fiz um programa pra poder um, tentar uma dentadura, desanimei parei e agora não posso mais. Quantos estudantes estão formando aí e estão trabalhando atrás do balcão, batalhando como (inaudível). Por que? Ainda tem coragem de votar num homem desse? Eu não.

No último depoimento, há uma clara oposição dissociando o mundo de FH, no qual aparecem as "pessoas principais", e o mundo de S3, *que* não tem sua casa e luta até para ter uma dentadura, prejudicada com a greve da universidade. Nessa posição, seu discurso busca identidade com uma série de agentes igualmente prejudicados: professores, estudantes (ele estava numa universidade em condições de laboratório e tais fatos certamente influíram na escolha dos "professores" e dos "estudantes", como os desvalidos de sua retórica), além de usuários do SUS. O enquadramento dicotômico da desigualdade propicia todos os seus argumentos judiciais, condenando FH, e termina com um tom eloquente: "*Ainda tem coragem de votar num homem desse? Eu não*". Tão relevante quanto o fim foi o início de seu depoimento enquadrando uma desigualdade já patente no tempo reservado à propaganda de FH: "*Porque ele como querendo se reeleger tem mais tempo que os outros.*" Esse "símbolo" da desigualdade entre os candidatos, que reforçaria qualquer disposição argumentativa sobre o tema teve forte presença em inúmeros momentos dos 20 grupos estudados e, no caso presente, teve impacto no desdobramento do debate, mantendo, aí, o foco do campo. O trecho a seguir é continuidade imediata do depoimento de S3.

DEB: *E no programa dele, você nem está falando que ele não fez em quatro anos. O programa disse... Tem um momento no programa dele que diz o seguinte: que quatro anos é muito pouco pra tentar mudar, precisa de mais tempo, então você não concorda com isso não?*

S3: Não, eu não concordo porque que não dá uma oportunidade pro Ciro Gomes, ao Lula, Enéas, porque que ele tem mais tempo pra falar e os outros é pouco tempo?

S7: Eu concordo com ele. E aparecer artista na dele porque que nos outros...

S3: Isso não mesmo porque não aparece um artista.

S7: É o tempo dele é muito maior. Eu notei sim vocês notaram?

Todos: Eu notei também...

Os discursos que se seguem também mantêm as polaridades de posição e disposição.

M1: Eu acho que o Fernando Henrique, um homem que fala que o trabalhador que aposenta com 30 anos de serviço é vagabundo? Chamar o aposentado de vagabundo, o que é isso?

M3: Vagabundo é ele que é aposentado como professor, como não sei lá o que.

M1: Um homem que teve tudo na mão.(12/09)

O caráter epidíctico do termo "vagabundo" é evidente. Aliás, a intenção de condenação moral por um adjetivo forte existia desde a fala original do presidente, que procurava, com esse termo, criar uma imagem de firmeza do governo frente a certo tipo de aposentados, porém foi vítima da ampliação do seu auditório pelos *media*. O tópico foi tão bem explorado dentro da batalha eleitoral que levou a uma ação judicial contra o PSTU, partido que insistia em divulgar os trechos nos quais o presidente chamava os aposentados de "vagabundos". Mesmo depois da proibição do uso partidário dessa imagem e do silêncio da imprensa, as pessoas se lembravam, espontaneamente, desse pacote sempre que queriam encontrar um argumento demonstrativo contra FH, principalmente na tentativa de construir uma oposição povo x elite.

S2: Eu acho o seguinte, o fato dele ter chamado os outros de vagabundo está muito errado porque ele aposentou com quantos anos mesmo? 38? Então chamar a pessoa que trabalhou até 63, já pedindo a morte, de vagabundo. Bom para mim, na minha opinião, desta vez ele está fora.(26/09)

A9:É, chamando a pessoa de vagabundo e tudo. O aposentado já tem revolta dos salários que eles ganham porque eles trabalham a vida inteira. Agora ter que chegar aos 65 anos para aposentar é muito ruim. Eu não acho que ele é um bom governo nessa parte. O que ele mostra é só viajar, só viajar, nada mostra o que ele fez, só viajar, viajar. (18/08)

Um "nós X eles" argumentando numa crítica de posição:

P7: O desemprego é culpa do Fernando Henrique e de todos que rodam , que estão em volta dele. É dele por que o que nós queremos? Emprego,

nós queremos emprego, nossa é que não vai ser a culpa, então é deles, daqueles que tem dinheiro lá em cima.

P4: É de todos que estão lá, deputados, senadores, de todos que estão lá, não é?

P7: É deles. Porque eles, eles nunca foram pobres, aqueles, essa turminha aí nunca foram pobres, não. Então, eles não sabem o que é desemprego, não sabe o que é salário mínimo, não sabe o que é isso, não. (19/09)

A polaridade povo x elite leva o julgamento do plano econômico para suas ambivalências - seus benefícios são melhor percebidos pelos ricos, e os malefícios, pelos pobres. Para enfatizar a situação, *H2* coloca o bem estar no passado militar da república, que pode ser resgatado como um lugar de vida melhor. Ao falar que está ruim para o pobre, fica implícito que a política deve estar funcionando para quem não é pobre, pois o plano parece estar melhorando para alguém, como é discurso corrente. A dissociação entre povo x elite sustenta a interpretação dual dos efeitos do plano real, como se segue:

H3: Antes de ganhar ele ajudou o pobre e tudo, quando ele ganhou ele só misturou com gente rica. Eu acho que com 4 anos o Fernando Henrique fez esta limpa toda, com mais quatro não vai sobrar mais um pobre.

H2: Eu concordo que o plano Real pode até estar melhorando, mas desta maneira, prejudicando só o pobre? É aquela estória a corda só arrebenta do lado do mais fraco, só prejudica o pobre. Não adianta em quatro anos nada vai mudar. Eu achava melhor quando era o militarismo do que com ele, você pagava aquilo tudo mas você tinha dinheiro, você tinha mais condições. (01/09)

S2: Para mim quatro anos é suficiente. Que tempo ele ficou viajando para fora... e aqui dentro do Brasil, o que ele fez? Esqueceu de olhar, entendeu? Pessoal passando fome, bandido solto, inocente pagando pecado. (26/09)
(ligação do presidente ausente com problemas que vão de tópicos sociais - fome - a figuras religiosas - inocentes pagando por pecadores)

Um caso de manipulação do efeito de posição povo x elite para, justamente, defender que a identidade com o "outro lado" se traduziria numa escolha pragmaticamente acertada:

Deb: Fala para mim o que você tem contra o PT e o Lula que você falou...

T5: Eu não sou contra não, o PT não ganha eleição não.

Deb: Porque você acha que não ganha?

T5: É um partido fraco.

Deb: Fraco?

T5: É uma partido da nossa classe, pobre igual a gente.

Deb: Ah é?

T4: Então, tem que votar no partido pobre da nossa classe trabalhadora...

T5: Inaudível.

T4: Vai votar no Tucano?

T5: É lógico, Tucano não, eu não vou votar no pior, vou votar no que está lá mesmo, vou votar no Lula lá? O Lula eu vou morrer de fome.

T4: É por isso que o Brasil não muda. (01/10)

O desastre previsto no mundo futuro (construção deliberativa) de T5 com a presença de Lula no poder é função da mesma polaridade social que constrói a dicotomia povo/elite. A projeção dramática, " eu vou morrer de fome" trabalha com o entimema se eu "morrer", todos os outros pobres "morrem" de fome, logo Lula é pior para todos os pobres; um salto possível num argumento quase-lógico. A resposta de T4, "*É por isso que o Brasil não muda*" é um legítimo lugar comum da argumentação "crítica" sobre a culpa popular nos problemas nacionais.

Um dos principais elementos que constituem uma disposição no campo retórico é, precisamente, a expressão do "mundo da vida" (Habermas), ou "realidade da vida cotidiana", (Schutz), ou ainda, numa aproximação conceitual semelhante, o "*habitus*" de Bourdieu. Acontece que o espaço/tempo da vida cotidiana é tomado sempre como a realidade preponderante para o julgamento de todas as demais realidades, ou mundos possíveis pelos quais o agente estrutura sua ação discursiva. Juízos deliberativos funcionam a partir das crenças comuns da vida cotidiana, e ela, também, é a fonte das avaliações retórico/judiciárias. Da mesma maneira, a esfera dos valores ativados pelas formas de elogios e os exercícios retórico/analíticos recorrem à autoridade do estoque de conhecimento presumivelmente compartilhado ou compartilhável intersubjetivamente.

Assumidas *a priori* como plausíveis para si e, conseqüentemente, para todos, os outros seres razoáveis que compõem o mundo, experiências com inflação e desemprego são lugares de argumentação poderosos tanto para autopersuasão, quanto para oferecer a um auditório um enquadramento verossímil dos problemas em debate. Por exemplo, a própria memória dos tempos de hiperinflação é manipulada para parecer um cenário melhor do que os tempos vividos na época das eleições.

G4: Se o Sarney estivesse lá o pacote de arroz estava custando 10 mil reais, mas também quanto estava o salário? Porque o Sarney tudo bem , aumentava todo dia, mas você tinha aumento de salário todo mês. Agora quanto tempo que não tem e as coisas estão subindo. A inflação pode estar baixa, eu faço compra, pra quem não vai ao supermercado fazer compra. Mas você vai ao supermercado este mês e volta no mês que vem pra ver se você compra a mesma coisa pelo mesmo preço. (01/09)

Uma leitura oposta da mesma situação, que invoca também a autoridade do depoimento pessoal:

S5: Eu lembro da época do Collor, cada dia que a gente ia fazer compras, a gente que é dona de casa, um dia a lata de óleo estava um preço e depois estava mais cara. Agora, não. Agora a gente pode fazer planos, a gente sabe o quanto vai gastar pois está tudo o mesmo preço.(26/09)

08: Não , não convence, pra mim a inflação ainda está aí, o que eles estão escondendo, não é? Fala que acabou. Para mim a inflação está aí. (26/09)

As experiências pessoais, isto é, o estoque de conhecimentos, diretamente apreendidos pelo agente/eleitor, tornam-se um poderoso filtro para suas disposições de recepção. Após ter sido assistido à propaganda que enfatizava o trabalho do governo na saúde um cidadão observa:

H1: O Fernando Henrique falou que ajudou na Saúde mas nem tanto. Quem tem condições de pagar um plano de saúde é bem atendido e quem não tem tem que enfrentar fila do INANPS. Não mudou se tivesse mudado não estava assim. Seria direitos iguais. Eu fui ao médico e tinha que fazer uma ultrassonografia. Marcaram para 11h 50min e me atenderam 13h 40

min. Se tivesse morrendo , ia morrer na fila, e tem muita gente que morre na fila. Não acho que mudou. (29/08)

Ao comentar uma fala da propaganda sobre a necessidade de o trabalhador brasileiro comer melhor, um participante recorreu ao seu cotidiano:

H3: Né, O Fernando Henrique, o pão ele precisa de alimento, por que o trabalho dele é pesado, igual eu, eu sou servente na EMBRAPA, eu trabalho de 7:00 às 16:30 então eu chego em jejum na EMBRAPA, por que eu levanto em Santa Terezinha as 5:00 hs., venho para cá aí, eles não pensam nisso não, o nosso café é as 9:00 hs., aí a gente vai em jejum, um cafezinho, aí você leva um pãozinho para as 9:00 hs, eu ainda posso levar um pãozinho com manteiga, um para as 9 outro para as 15:00 hs. E os braçais e aqueles que roçam lá na EMBRAPA, aqueles mato lá e os pedreiro e os gari de rua, aí do mundo se não tivesse gari... é o salário mais baixo, menos respeitado, não eu não gosto de política não, não gosto mesmo não, eu gosto lá pro Japão, não sei pra onde e nós aqui e eles lá depois fica passando a mão na cabeça...(29/01)

No último trecho, notamos a dificuldade de estruturação de um argumento, mas percebemos, claramente, as ênfases nas repetições, que aumentam a dramaticidade do depoimento e a conclusão final, marcando uma posição de excluído e de hostilidade à política. A força persuasiva está na eloquência que o drama cotidiano propicia.

A proposição de Herbert Simon de que agentes racionais optam por soluções que *satisfazem* uma demanda, e não necessariamente que *maximizam* essa mesma demanda, leva a um ponto de discussão próprio do objeto, aqui, em questão O enquadramento satisfacionista não pode prescindir de uma retórica específica na qual o agente afirma que uma opção possível é suficiente para suas demandas. Abaixo um exemplo de enquadramento do problema, que leva a argumentação para o campo do satisfatório dentro de um conjunto de possibilidades.

M5: É, o negócio é justamente o FH, igual o Plano Real. Tudo bem, todo mundo critica ele, coisa e tal, 4 anos, mesmo assim, muitas coisas

melhoraram pra gente também. Plano Real, aí é a base do dólar, quase a mesma quantia, só que o dólar subiu mais um pouco. Como se diz, algumas coisas estão controladas mesmo. Outras, não. Outras vezes, aumenta um pouco o período, o tempo que a gente vai, assim, devido à inflação. Está mais ou menos controlado.

Deb: *Você acha que está controlado isso?*

M4: A inflação.

Deb: *Você acha que isso é um ponto positivo do FH?*

M5: Ah, pra mim, é um ponto positivo porque, muitas vezes, os outros candidatos falam tal e coisa e tal: chega na hora mesmo, H, às vezes até fazem isso, pegam e fazem, algumas coisas eles fazem, outras coisas eles não fazem. Por exemplo, esse negócio do emprego. Emprego tudo bem, todo o mundo está numa crise feia, está todo mundo desempregado, essas coisas assim. Mas todo mundo promete mas, chega na hora e não cumpre.

M4: Eu também continuo com o FH. Porque, durante esse tempo, quer dizer, não adianta porque prometer emprego, desemprego, ouvir falar dessas coisas, fome passam, todos passam. Todos têm que lutar por seu objetivo de acordo. Agora, cada um vive de acordo com o que pode porque não adianta a pessoa dizer que vai fazer igual promete isso, faz isso. Ninguém faz nada, todo mundo tem que lutar por objetivo que quer e cada um de acordo com aquilo que pode. Porque ninguém vai comparar com um presidente, com um governador. Então, não adianta. Então, a gente tem que votar nesse que está segurando ainda esse de acordo. Falar negócio de aluguel, que aluguel está: tem que aumentar. Quer dizer, quem não pode construir tem que aumentar. Igual ele falou negócio de desemprego, não adianta, filha, porque isso qualquer um que ganhar vai continuar com a mesma coisa. (12/09)

O trecho anterior demonstra um agente racional valendo-se, à sua maneira, de um pacote de idéias que foi disponibilizado no campo retórico pela campanha de FH : o próprio presidente afirmava que era difícil cumprir todas as metas, porém que o importante era avançar onde fosse possível, etc. *M4* e *M5* formam um público que adere e propaga uma leitura e uma retórica satisfacionista, quanto ao problema deliberativo colocado. Conseguir sucessos relativos em algumas áreas é tudo o que é possível, mesmo porque, o argumento que respalda a retórica do ganho mínimo é que nenhuma outra alternativa irá modificar substantivamente o quadro da realidade. A imagem de uma incapacidade geral de os candidatos modificarem o futuro fundamenta a deliberação de permanecer na opção

que tornou alguma vantagem possível. Um outro exemplo de construção satisfacionista:

Deb: E vocês gente? (fala o nome de todos). Você disse igual quem? (refere a P9)

P9: Igual a ela ali (P4). Eu acho que, sei lá, todo, igual o Fernando Henrique né, ele está lá a 4 anos, porque ele não tentou antes, já tinha desemprego quando ele entrou né, ele foi só a inflação, porque ele não veio tentando antes acabar com o desemprego, ele pega uma meta só por mandato? Então nos próximos 4 anos seria o desemprego, aí nos próximos 4 seria a saúde, acho que teria que ser tudo de uma vez só né.

P7: Um pouco né.

P4: Um pouquinho de cada.

P7: Um pouco de cada um já, já resolveria um pouquinho...

P5: O presidente também não tem muita autoridade lá naquele, naquele negócio...

P7: Se fizesse um pouquinho de cada coisa já estava bom.

P5: Ele não tem autoridade não, tudo que é coisa que ele ia fazer, ele tem que tomar partido das outras pessoas lá primeiro ué, porque faz parte ali, aqueles deputados, aquele pessoal tudo ali uai.

P4: Pior que é, é ué tem que vim.

P5: Tem que vim, tem que saber, procurar conversar com eles tudo primeiro pra ele poder tomar uma atitude e se eles não aprovar nada ele não pode, não pode resolver nada.

Deb: E você acha isso bom ou ruim?

P5: Eu acho ruim porque, porque as vezes ele tem o ponto de vista dele bom né, aí os deputados se não, se não beneficiar eles, os deputados lá, eles votam o contrário, eles vê assim mais o lado deles, né pelo menos é o que eu acho.

No exemplo anterior, a primeira colocação do debate é por parte de P9, que é francamente maximizadora. Ele demanda um candidato que ao invés de resolver os problemas em etapas de quatro anos conseguisse uma transformação global imediata: "*acho que teria que ser tudo de uma vez só né?*". Porém, os outros membros interpretam-no mal, levando o enquadramento para sintéticas proposições satisfacionistas. Fazendo um pouco, "um pouquinho" já está na medida do satisfatório. Para completar essa perspectiva, P5 conclui analiticamente atribuindo a lentidão das

soluções à própria mecânica institucional, que gera um jogo de forças entre executivo e legislativo (outro pacote analítico). O entimema estrutura-se, aí, como o resultado de um estado de coisas maior que vontades particulares, isto é, qualquer que seja o presidente, terá que lidar com deputados que travarão suas ações. Sendo assim, qualquer ganho, numa administração, é um ganho satisfatório.

Um efeito de disposição do auditório leva, sem dúvida, à seletividade na leitura e no processamento do campo retórico. No caso presente, isso ficava mais evidente nas argumentações anti-política, ou seja, na formação de um público que irá rejeitar totalmente o quadro de opções e lançará uma retórica judiciária, condenando todo o processo eleitoral. Nesses casos, o depoimento pessoal também é um lugar importante para a argumentação.

Deb: E o que vocês menos gostaram? Aqui no programa, o que menos gostaram?

G 4: Esses problemas todos e o que o Fernando Henrique falou é tudo mentira.

Deb: Que ele falou?

G 4: Eu sei que tudo que ele falou é mentira. Eu não gostei nem um pouquinho.

G 7: Igual ele falou ali, ilude as pessoas, muita gente vai votar pensando que ele vai fazer aquilo tudo ali, igual ela falou, classe média é pobre, vai mesmo, ilude, até eu fiquei, sei que ele não vai fazer...

G 4: É porque a pessoa vê o que ele fala, se você vê ele falar todo dia, todo dia, todo dia, assiste e não, acaba acreditando e ele vai ganhar.

G 3: Ele vai ganhar sim.

G 8: Mas se as pessoas tiverem consciência do que ele fez, que ele não fez nada por ninguém, porque vai votar nele?

G 4: Mas se ouvir esse programa, todas as vezes que ele for falar, ele fala isso todo dia, toda vez que tem um programa dele, ele fala só isso, então quer dizer a pessoa que não, que não é assim, é muito, como se diz, não é burro, mas a pessoa que tem pouco esclarecimento, você entendeu? Fica vendo aquilo ali, vamos supor você vê, dar um exemplo aqui, você é casada tem 3 filhos e está desempregada, se uma pessoa falar na sua cabeça todo dia assim, o que você faz? Você acaba acreditando. Quem sabe ele agora não vai melhorar? Não é isso?

G 2: Pior que é isso mesmo.

G 4: E acaba fazendo uma loucura, aí depois arrepende mas já fez é igual eu, eu nunca mais votei, porque eu fiquei muito revoltada, quando nós tivemos que ir para a rua, fazer aquele manifesto para tirar o Collor de lá, você entendeu, a partir daí eu não voto mais.

G 6: E tirou ele e os ladrões mesmo, ficaram lá. Tiraram o homem errado.

G 4: Votei para colocar ele lá, depois ter que ir para a rua para tirar ele de lá.

G 7: Eu depois daquela época, depois daquela eleição eu não votei mais não.

G 4: Eu não votei.

G 7: Meu marido. Fui no 1º turno e votei nele, no 2º turno eu falei assim, não vou votar em ninguém, nem vou lá votar, aí o meu marido falou assim, vamos, não vou, não voto, meu marido faltou pouco chorar, ele queria que eu votasse no Collor de novo, né, eu cheguei atrasada para não votar, agora olha o que o Collor fez, eu depois daquela época não votei mais.

A experiência com Collor foi recorrente nos debates. Algo intersubjetivamente aceito como um mal e que fundamentava argumentos contra a retórica deliberativa dos candidatos. Trata-se de uma experiência que gera um entimema: "[quase] todos os políticos são e serão uma fraude, como Collor". Essa experiência permitia uma disposição retórica contra a política, que traz ao debate tons judiciários, na recepção de mensagens deliberativas emitidas pelos candidatos. Eles enfatizam o futuro de suas realizações e o auditório de eleitores pode escutá-las, olhando o passado condenável que se repetirá. Um outro exemplo:

P8: Ele é o estilo Collor.

Deb: Como assim?

P8: Heim?

Deb: Como assim estilo Collor? O *Ciro* é o estilo Collor.

P5: Ele até parece com o Collor um mocadinho...

P8: O jeito, o jeito aquela coisa, aquela coisa, eu sei lá...

P6: Aquelas palavras moles que depois vai levar muita gente.

P7: A não acho não. Não eu não acho não, eu não acho que ele é estilo Collor não, eu se eu não votasse no Lula, eu ia procurar conhecer ele melhor...(19/09)

A fala de *P8* não tinha argumentos além de uma impressão pessoal, de certa forma, compartilhada por *P5* e *P6*. Essa é uma disposição de discurso que os torna impermeáveis às tentativas de *Ciro Gomes*. Já para a disposição oposicionista de *P7*, que tinha identidade com *Lula*, *Ciro Gomes* poderia até ser uma alternativa de escolha desde que bem escutado, o que não acontece pelo fato de *Lula* já ser o enquadramento dado por ele ao campo retórico.

Uma das possibilidades de argumentação sobre um problema é trazê-lo para os lugares de qualidade (pior/melhor) e quantidade (o quanto pior ou o quanto melhor). A seguir uma situação na qual foi colocada uma questão, usando um lugar de qualidade, "a saúde no país melhorou", e seu processamento e refutação foram feitos usando-se lugares de quantidade, graduando-se a melhora até deixar implícita sua falácia, ou seja, mostrar que não houve melhora alguma.

Deb: O *P2* o quê que você pensa, você está tão quietinho. Heim, o que você pensa disso, você acha que a saúde melhorou? Em alguns setores como o *Fernando Henrique* disse?

P2: Olha pode até ter melhorado um pouco, mas se tivesse melhorado tanto os médicos não estariam fazendo tanta greve como eles estão fazendo, não estaria fechando igual fechou a maternidade de não sei onde entendeu, pode até ter melhorado mas o que adianta melhorar um ponto e não pagar os médicos, entendeu? É a mesma coisa, posso fazer 50 escolas e não pagar professores não adianta nada. (19/09)

P2 não discorda, categoricamente, da tese de que a saúde pode ter melhorado "um pouco" (modulação), porém lança indicadores de que a área da saúde não vai bem, consideradas as greves de médicos. Lembra-se, vagamente, do fechamento de uma maternidade, "não sabe onde", e volta ao ponto dos médicos, que lhe parece o melhor indicador da falta de melhoria no setor (que implica a refutação da proposição retórica do candidato). O complexo entimema de *P2* leva, implicitamente, ao argumento de que uma melhora substantiva não houve, pois um setor essencial, os médicos, cruza os braços a toda hora. Para reforçar o ponto, ele recorre a uma analogia: "construir escolas e não pagar professores". Há uma longa seqüência de raciocínios, que ficam armados por essa

colocação que permitem analisar e refutar o enquadramento satisfacionista presente na retórica de FH a saúde melhorou "um pouco"; se reeleito, melhora "outro tanto". É o que é "possível" no Brasil. A analogia de *P2* não refuta a possibilidade de que uma melhora possa ter ocorrido, porém demarca que ele está abaixo do satisfatório, se considerados indicadores de ordem mínima presumida no serviço de saúde, isto é, médicos trabalhando. O entimema analítico está lá: 1) "num sistema de saúde, que funciona minimamente, os médicos trabalham"; 2) ["os médicos não estão trabalhando"]; 3) "logo o sistema de saúde não está funcionando satisfatoriamente". Da mesma forma, todos os termos que sustentam sua analogia como "uma escola precisa de professores"/"professores precisam de salário, ou então não trabalham"/"se não pago os professores, eles não trabalham, e as escolas não funcionam". Tais formulações ficam implícitas, o que garante a força de seu argumento. Ele não poderia explicitá-las, muito menos quem escuta suas palavras poderia fazê-lo de imediato. No entanto, todos esses *backings* possibilitam descrever como componentes lógicos estruturam sua fala.

As disposições são fundamentais nas possibilidades de recepção e, em muitos casos, elas são decisivas para o processo de persuasão quando ocorre a situação de o agente possuir uma inclinação ao ato, que é reforçada pela interação com o discurso. Esse é o caso da repetição funcionando como o ponto de virada da decisão, como no caso que se segue, no qual eleitores que possuíam uma tendência a um voto ainda não assentado, mas já latente (portanto uma disposição frente ao campo retórico) e são persuadidos pela exposição às idéias que, já de certa forma, compartilhavam.

Uma apreciação meramente epidíctica, que, em retórica, se chama "redução ao absurdo", pode ser ilustrada pela opinião de um eleitor que deixava evidente, com esse efeito, sua indisposição com o presidente.

A7: Só do Fernando Henrique estar lá já é um erro. Eu ponho um pior do que ele lá, mas ele eu não quero, não. (18/08)

Em que medida o debate pode ser considerado um processo que gera públicos ao transmitir opiniões? Especificamente, para esse debate, parece não haver dúvida quanto a considerar o debate como um fato aglutinador. O ponto está presente na própria reflexão dos participantes sobre o efeito da experiência em suas opiniões, modificadas pelas interações do debate:

Deb: *Oi, você também mudou? Então vamos começar por quem mudou. Você mudou por que?*

J1: Ah, eu não ia votar, não.

Deb: *Antes você não ia votar, agora, você vai votar. E você acha o que? Que programa ajudou? O que ele influenciou a você antes não votar e, agora, você quer votar?*

J1: Eu não esquentava muito não. Pra mim qualquer um estava bom. Eu acho que não está não. Qualquer um não está bom, não.

Deb: *Agora, você pensou melhor?*

J1: Pensei.

Deb: *E o que te influenciou mais, foi ter visto o programa?*

J1: É.

Deb: *Você acha que foi?*

J1: É.

Deb: *Ou foi a discussão aqui?*

J1: foi a discussão aqui.

Deb: *E, você, Aparecida? Você também mudou. O que te fez mudar?*

J5: As palavras do Lula. Eu penso que ele possa ser o melhor, possa ser porque, às vezes, não é.

J1: Talvez rouba menos que o outro.

J5: É, possa ser.

J1: Rouba menos um bocadinho.

J5: Precisa ver um pouco porque eu não queria nem saber de horário político. Pra mim, era uma droga o horário político. Mas me alertou que eu posso prestar mais atenção pra ver se isso é mesmo o que eu quero.

Deb: *E se vale a pena?*

J5: E se vale a pena mesmo. Eu vou decidir. Eu estou quase decidida mas eu quero ter a certeza.

Deb: *Só os dois trocaram?*

J10: Eu.

Deb: *Você também, Daniel? O que te fez trocar? Você antes o que?*

J10: Antes, eu não tinha muita certeza. Agora, eu vi um pouco do horário e já deu pra mudar alguma coisa.

Deb: *Você acha que o horário te ajudou a repensar isso?*

J10: É.

Deb: *E vocês, não mudaram?*

J9: E u mudei sim.

Deb: *Você mudou?*

J9: Eu não sabia também não.

Deb: *Não sabia. E agora, você já está mais decidido? O que você acha que influenciou mais, Adriano, você a definir?*

J9: Ah, por exemplo, assim eu acho que eu gostei porque não fica um falando a respeito do outro, o que os outros fizeram de errado mas, sim, o que pode.

J10: O que pode pra poder fazer, pra poder mudar, pra poder acertar as coisas que o outro não acertou.

Deb: *Você acha que quem mesmo? Qual é?*

J10: Eu vou votar pro *Ciro Gomes*.(22/09)

Após a seção do experimento, os participantes foram capazes de direcionar suas disposições de discurso. Os agentes que decidiram seu voto ali, ou alteraram a opção de entrada, fizeram-no por tomarem contato com alternativas discursivas que interagiram, intersubjetivamente, com razões que elas poderiam aceitar. Razões que poderiam estar fundadas em tênues possibilidades de satisfação, como a projeção de um candidato que "roube menos um pouco", uma apreciação do modo epidíctico que sustenta uma deliberação. O entimema, no caso, subentende a ordem: "todos os políticos roubam (qualidade)"/"Uns roubam mais que outros" (lugar de quantidade) "/logo prefiro os que [possivelmente] roubarão menos". São saltos lógicos embutidos nos enunciados de senso comum e que os tornam razões para uma decisão, como pretende Boudon. O efeito do debate como ordenador do campo retórico também pode ser sentido no quadro comparativo das intenções de voto antes e depois do experimento

Figura 1 - O efeito dos programas e debates
Saldo acumulado de ganhos e perdas após cada programa²³³

| Intenção de voto | Entrada | Ganhou | Perdeu | Saiu |
|-------------------|---------|--------|--------|-------|
| Fernando Henrique | 28,6% | 9,3% | 4,4% | 33,5% |
| Lula | 34,6% | 8,8% | 1,1% | 42,3% |
| Ciro Gomes | 5,5% | 4,4% | 1,1% | 8,8% |
| Enéas | 3,3% | 2,2% | - | 5,5% |
| Indeciso | 23% | 0,5% | 18% | 5,5% |

É notável, no quadro anterior, que todos os candidatos saem com posições consolidadas, menos o agrupamento de *indecisos*, que se distribui entre os públicos dos candidatos. Assim, o debate, pelo menos em tese, é um fator de polarização entre as opções que encaminham uma solução para a ação coletiva. Se esse efeito também pode ser percebido em debates da sociedade, cabe imaginar que esse mecanismo é o instrumento próprio para, em condições de democracia, superar os dilemas da não participação.

A situação de debate é o espaço por excelência de uso da retórica. No caso do presente experimento, o debate provocado em laboratório pretendeu contrapor agentes racionais a um campo retórico específico e avaliar, nos casos escolhidos, os recursos discursivos postos para persuasão. A fala de tais agentes se presta, então, à análise em termos de uma expressão/construção da racionalidade instrumental que preside as intencionalidades em campo. Uma vez diante do debate, a racionalidade tem, na fala, seu instrumento de elaboração e projeção dos fins, bem como

²³³ Magalhães & Veiga, *Ideologia Política, Persuasão, Propaganda Eleitoral e Voto: um Estudo da Recepção da campanha presidencial, 1998*, - Relatório analítico, Juiz de Fora, Centro de Pesquisas Sociais/UFJF, 1999, p. 123.

da coordenação dos meios que envolvem os outros agentes do campo. A linguagem não só exprime um estado de coisas, mas efetivamente define as possibilidades cognitivas do agente frente ao campo retórico: o que ele diz pensar e o que ele consegue pensar. As capacidades computacionais (Simon) dos agentes estão na razão direta de suas capacidades discursivas, que incidem em suas possibilidades de persuadir e avaliar as formas persuasivas do campo retórico.

O problema experimental, aqui, tratou, diretamente, de uma modalidade de ação coletiva específica, na qual forças opostas atuam sobre os agentes. De um lado, a virtual possibilidade de não aderir ao jogo coletivo, que legitima a democracia, seja pelas razões lógicas do paradoxo visto anteriormente, seja pela rejeição moral ao processo. De outro, um forte campo retórico que busca tomar a centralidade do debate social com o tema das eleições, ao mesmo tempo que disponibiliza, ao máximo, informações e discursos para as permitir as operações particulares de escolha. Ao que tudo indica, os desafios a tal centralidade do campo são assimetricamente inferiores à aceitação (persuasão) do jogo coletivo. Os agentes aqui estudados são públicos, isto é, compartilham de correntes de opinião retoricamente estruturadas e modificadas por suas elocuições específicas e, como públicos, formam uma pré condição necessária (embora não suficiente) a qualquer ação coletiva.

4.3 Apêndice

A pesquisa *Ideologia Política, Persuasão, Propaganda Eleitoral e Voto: um Estudo da Recepção da campanha presidencial de 1998* foi realizada por Luciana Fernandes Veiga e por mim, entre março de 1998 e março de 1999, envolvendo, conjuntamente, o *Centro de Pesquisas Sociais da UFJF*, o *Doxa - Laboratório de Pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública do IUPERJ* e o financiamento da *FAPEMIG*. A investigação, contou também, com um conjunto de entrevistas em profundidade com um grupo de 18 eleitores durante 5 meses (material não utilizado nesta tese) e com 20 grupos de discussão do horário eleitoral, cujo material foi seletivamente usado neste capítulo.

As reuniões foram realizadas no período de 18 de agosto a 1º de outubro de 1998, sempre às terças feiras, quintas feiras e sábados, dias reservados à propaganda de cargos do executivo, totalizando vinte e um programas. Assim, o trabalho consistiu em 20 grupos, com uma média de 9 pessoas por encontro, sempre com formação diferente. O perfil dos integrantes dos grupos era formado por pessoas com baixo nível de escolaridade, baixo associativismo, pertencentes às classes C/D e com renda mensal de 2 a 5 salários mínimos. Após definido o perfil dos integrantes dos grupos, foi contratada uma empresa, *Cenário Pesquisa e Consultoria*, para realizar a seleção da amostra e o trabalho de recrutamento. Os participantes foram acessados, também, através da amostragem tipo *bola de neve*²³⁴.

Os participantes eram buscados em suas residências por volta das 19 horas e conduzidos até o *Laboratório de Psicologia Cognitiva e Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (LPCS-UFJF)*, onde eram realizadas as discussões em grupos. A debatedora, a professora de Psicologia Social do Departamento de Psicologia da UFJF, Sônia Maria Gondin, começava agradecendo a presença das pessoas e, em seguida, explicava, de maneira sucinta alguns objetivos desse tipo de investigação e o motivo da reunião. Era aplicado, então, um questionário sobre a intenção de voto dos participantes. O experimento terminava por volta das 22 horas. Todos os grupos realizados foram filmados, as fitas de vídeo foram transcritas, e o material foi categorizado. Tal trabalho, contudo, levou, na pesquisa original, a uma direção específica, que era o estudo da formação de preferências eleitorais²³⁵. Os mesmos dados foram relidos, buscando um teste do conceito descritivo de racionalidade.

²³⁴ Weiss, *Learning from stranger: the art and method of qualitative interview studies*, New York, The Free Press, 1994.

²³⁵ Um *paper* sobre a pesquisa com o título *A construção da Preferência Eleitoral: o eleitor comum diante da campanha presidencial de 1998*, foi apresentada no GT - Mídia, opinião pública e eleições do XXIII Encontro Anual da ANPOCS de 1999.

5 - PERSUASÃO E RACIONALIDADE DA AÇÃO COLETIVA: INTERFACES

O debate político criado para o experimento referido no capítulo anterior respalda dois argumentos: o primeiro é a viabilidade da descrição das operações racionais, que levam ou não à adesão ao movimento coletivo, como manipulação de retóricas; o segundo refere-se a uma plausível relação entre a prática da livre troca de opiniões e a aglutinação de agentes junto aos temas enquadrados pelas argumentações do campo retórico. O discurso persuasivo é a forma de estruturação da ação coletiva e o debate é a prática que o garante ética e logicamente. Cabe assim avaliar as conseqüências teóricas dessas postulações em termos dos problemas já postos pela tese. Retomarei as questões do capítulo 1, relativas aos paradoxos da racionalidade econômica e à crítica do modelo de razão comunicativa habermasiana. Este é mais um exercício de teste do modelo da tese, onde o mesmo será comparado com outras soluções do problema da ação coletiva e deve mostrar-se como construção analítica crítica às versões quer da escolha racional, quer da ação comunicativa. A tese aqui defendida é de que as teorias da retórica fundamentam, tanto uma solução dos paradoxos da racionalidade econômica, via agregação pela persuasão, quanto a reafirmação da instrumentalidade da razão dentro do paradigma da linguagem. A argumentação da tese propõe que o conceito de persuasão é central para lidar com os problemas empíricos e teóricos da racionalidade e da ação coletiva, o que, por sua vez, implica tomar a análise dos processos no *medium* próprio da persuasão: a linguagem.

5.1 A crítica da racionalidade econômica

Gostaria de recolocar o problema da ação coletiva não exclusivamente na versão olsoniana, mas dentro de um quadro de referência mais amplo, que pode se chamar *racionalidade econômica*, cujos atributos - individualismo e maximização de interesses - são pensados a partir de uma visão computacional da decisão racional: agentes

montam pautas de decisão transitivas com base nas informações disponíveis e agem contextualizando custos e benefícios. O norte da crítica que esta pesquisa faz a esse modelo se centrará em sua incapacidade de fugir dos paradoxos já apontados, como conseqüência de uma teoria da linguagem inadequada. Essencialmente, ao tomar como não-problemática, do ponto de vista da linguagem, a produção e troca de informações entre agentes racionais a vertente econômico-utilitarista afastou as possibilidades descritivas do seu modelo, tornando-se prisioneira de processos lógicos internos do seu quadro de argumentação. Investigarei em seguida algumas variantes do problema da linguagem dentro das teorias da racionalidade econômica: primeiramente os fundamentos teóricos originais dessa racionalidade com Hobbes e Mill, depois a teoria dos jogos e, em terceiro lugar, alguns pontos de psicologia cognitiva incorporados aos estudos da racionalidade econômica.

5.1.1 A linguagem do utilitarismo

Uma das formas eficientes de trabalhar uma crítica é voltar aos fundamentos das idéias postas em questão. Um olhar sobre os autores que criaram os traços essenciais do modelo do indivíduo racional calculativo, certamente leva a uma retrospectiva até Hobbes. A volta ao filósofo inglês, além de essencial para compreender os paradoxos da escolha egoísta, é interessante sobretudo pela importância das questões de retórica em seu pensamento. Com efeito sabe-se que a teoria hobbesiana da linguagem se defrontava com a questão da persuasão de duas formas: 1) banindo a retórica da linguagem dos seres racionais, que deveriam guiar-se unicamente pelas evidências puras dos fatos; 2) reconhecendo, empiricamente, que dadas as dificuldades de comunicação entre os homens, a persuasão poderia ser útil para transmitir algumas verdades, que somente pelas evidências não penetrariam o espírito dos auditórios menos propensos à ciência²³⁶. O que chamarei aqui de tradição utilitarista

²³⁶ Para uma detalhada interpretação de Hobbes como adversário retórico da linguagem persuasiva ver: Soares, *A invenção do sujeito universal : Hobbes e a política como experiência dramática de sentido*, Tese de Doutorado, Vol. I, Rio de Janeiro, IUPERJ,

concentrou sua interpretação da linguagem apenas no primeiro polo, tornando as considerações sobre a necessidade de persuasão um tema que não influía no modelo teórico enquanto tal. Para essa tradição vale principalmente uma teoria da linguagem objetiva e independente dos problemas da persuasão: atores se entendem porque as palavras transmitem claramente informações sobre o que se passa em suas subjetividades.

Considere-se, por exemplo, o pensamento de um importante teórico liberal, não muito distante do utilitarismo²³⁷, John Stuart Mill, censurando o próprio Hobbes por complicações em sua teoria da linguagem. No capítulo 1 do livro I, do seu *Sistema de lógica...* intitulado "*Da necessidade de começar por uma análise da linguagem*"²³⁸, Mill afirma a importância de definições claras na lógica, pois o valor das palavras é fundamental para orientar o raciocínio, que opera por meio da significação destas. Mill vê na linguagem um elemento "*auxiliar*" do pensamento e as imperfeições deste resultam de correspondências inexatas entre nomes e objetos, gerando erros que o pensamento metódico deve evitar. Uma linguagem purgada de ambigüidades é necessária ao raciocínio correto. Esse modelo de linguagem, adequado à ciência, deve ser a forma de comunicação entre sujeitos racionais e sobretudo a forma do seu raciocínio. É preciso então uma teoria da linguagem que assegure

1991. E também Rossini, *The criticism of rhetorical historiography and the ideal of scientific method : history, nature and science in political language of Thomas Hobbes*, in Padgen (org.), *The languages of Political theory in early-modern europe*, Cambridge, Cambridge University Press, 1990. Para uma profunda e erudita análise das reflexões de Hobbes sobre os usos científicos da retórica: Skinner, *Razão e retórica na filosofia de Hobbes*, São Paulo, UNESP, 1999.

²³⁷ Embora numa classificação mais fina do pensamento político o liberalismo de Mill tenha particularidades com relação ao utilitarismo, as duas correntes têm profunda identidade ontológica: em ambas indivíduos auto-interessados superaram um estado natural rumo à sociedade fundada nos pactos e a percepção sensível é o guia da razão. Comparações entre Hobbes, Locke e mesmo Hume se superpõe quanto a esses pontos, ver: Masters, *Hobbes e Locke*, in Fitzgerald (org.), *Pensadores políticos comparados*, Brasília, UNB, 1980; e também, para comparar Hobbes e Hume, Taylor, *The possibility of cooperation*, Cambridge, Cambridge University Press, 1987, pp. 125 - 163.

²³⁸ Mill, *Sistema de lógica*, *Os pensadores*, São Paulo, Abril, 1979, pp. 91 - 93.

uma identidade entre palavras e coisas. Mill volta até Hobbes para definir essa teoria, adaptando-a do formato básico do utilitarismo. Hobbes pensava, demonstrando clareza, que os nomes não são signos das coisas, mas dos conceitos que temos das coisas. Por isso que ele sabia que ao pronunciar "pedra", pode-se evocar diferentes significados para esse nome e não apenas referir-se a um objeto específico.

Isso vale para qualquer outro nome, pois eles são signos de idéias diferentes sobre as coisas. Essa polissemia incomodava Hobbes, mas ele a considerava um problema intrínseco da linguagem²³⁹. Resumidamente, Hobbes pensava os nomes como palavras arbitrariamente selecionadas para suscitar e comunicar pensamentos sobre a realidade. Mill tratou tal idéia hobbesiana como uma mera especulação metafísica e afirmou categoricamente que as palavras, como evidencia o senso comum, representam as coisas tal como se apresentam ao julgamento dos sentidos. Sua objeção a Hobbes é naturalista e não se restringe apenas à lógica, mas refere-se à sua própria concepção de linguagem: quando alguém diz "sol", reflete Stuart Mill, certamente se refere ao astro sol por meio de um conceito, porém esse conceito nada mais é que a representação da coisa sol, o que quer dizer que a linguagem é tanto mais auxiliar do pensamento racional, quanto mais seus nomes correspondam às coisas e não aos conceitos que temos delas. Só assim será possível saber que quando digo "sol" para alguém, estou me referindo ao astro e não a outra definição.²⁴⁰

Para o presente gostaria de enfatizar que essa noção de uma correspondência entre coisas e nomes se assenta numa pretensão de identidade entre percepção e verdade²⁴¹. Somente a suposta validade dos sentidos torna possível aos nomes representarem a verdade das coisas. Mill identifica os nomes com a necessidade de marcar o próprio

²³⁹ Hobbes: "*Para finalizar, a luz dos espíritos humanos são as palavras perspicuas, mas primeiro limpas por meio de exatas definições e purgadas de toda ambigüidade(...) Pelo contrário, as metáforas e as palavras ambíguas e destituídas de sentido são como ignes fatui, e raciocinar com elas é o, mesmo que perambular entre inúmeros absurdos, e o seu fim é a disputa, a sedição a desobediência*". Hobbes, *Leviatã*, *Os pensadores*, São Paulo, Abril, 1979, p. 31; e também: Soares, *A invenção...*, op. cit., pp. 100 - 149.

²⁴⁰ Mill, *Sistema...*, op. cit., pp. 94 - 95.

²⁴¹ Para o ponto: Soares, *A invenção...*, op. cit., pp. 152 - 187.

pensamento e informar aos interlocutores pretensão de sentido quando se emprega o termo. Daí nomes "*claros*" levam a informações corretamente percebidas e a raciocínios corretos. A pretensão de correspondência perfeita entre as palavras e as coisas, que desde os sofistas não era muito acreditada, torna-se o tipo ideal de linguagem que passa a equipar as teorias descendentes de Hobbes e Mill. Considero que autores como Elster e toda escolha racional são similares ao esquema utilitarista sob esse aspecto. O agente acumula informações como dados objetivos do mundo e faz o seu ranking de preferências, assim, não só distorções na quantidade de informações (escassez ou excesso) geram a indeterminação, mas também, qualquer alteração na correspondência entre os sentidos das palavras e os fatos. Na retórica, ao contrário, informações não são dados que objetivamente podem ser "empilhados" montando-se um quebra-cabeças da realidade. Informações são discursos e componentes de discursos ativamente montados para persuadir.

Hobbes foi com certeza responsável pela leitura utilitarista/naturalista do tipo de Stuart Mill, embora soubesse que, por possuírem sentidos instáveis, os nomes configuram um problema teórico bem mais complicado. Não obstante as férteis passagens nas quais Hobbes debate consigo mesmo a necessidade de utilizar o jogo das palavras a favor da ciência²⁴², o que permanece mais evidente em seus textos são as condenações taxativas do uso metafórico das palavras como artifícios que levavam ao conflito, por não permitirem o entendimento claro dos homens e das leis da natureza. As *metáforas*, ao contrário das *definições*, são a matéria da retórica dos parlamentos, o local das dissensões e corrupção da ordem²⁴³. Os pactos feitos em linguagem clara podem ser entendidos e respeitados, porém, se as metáforas, como de fato acontece, tomam conta do discurso, prevalecem as paixões, que se escondem na dubiedade dos nomes, obscurecendo a razão. Hobbes, assim como Descartes por outra linha, apontou para um fato: a razão moderna só poderia se expressar pretendendo um código de definições claras e rompendo com a noção

²⁴² Skinner, *Razão e retórica...*, op. cit., pp. 439 - 501.

²⁴³ Hobbes, *Leviatã...*, op. cit., pp. 158 - 159.

clássica de que pelo debate e a persuasão os pactos e o entendimento, portanto a ação coletiva, são logrados.

Essa expulsão da retórica dos procedimentos da razão terá como consequência para toda escolha racional uma concepção não-problemática da linguagem. Supõe-se que pelo fato do modelo econômico definir que agentes racionais coletam informações maximizadoras de suas decisões, a linguagem deve ser um meio de significar para eles corretamente os dados do mundo. A validade e veracidade das informações é dada pela sua correspondência com a realidade e tudo estaria normal se essa realidade fosse independente dos fatos de linguagem que a tornam possível. Os fatos são discursos sobre os objetos e sendo discursos estão sujeitos aos problemas de interpretação e sentido próprios de qualquer linguagem. Paradoxos como o de Olson são, em grande medida, resultado dessa teoria da linguagem, na qual agentes racionais tomam suas decisões baseados em "evidências" do que são os seus interesses próprios e os interesses dos grupos. Evidências de ganhos ou coerção, essas são as únicas duas causas que moveriam um agente à ação coletiva. Tais evidências não podem, no modelo utilitarista, ser objeto de dúvida ou de debate, ao contrário, elas devem ligar, de forma estável, nomes a objetos empíricos que demonstram ou não as vantagens da ação coletiva.. Diferentemente do modelo do entimema em que as coisas são signos organizados em mundos possíveis, que não necessariamente precisam ter contrapartida na experiência, a linguagem, na concepção utilitarista, ao se orientar pelo ideal de nomes precisos como entidades matemáticas, complicou suas habilidades para tratar descritivamente dos processos empíricos da ação.

O ser racional olsoniano poderia, num cálculo que lhe apontasse parâmetros ótimos de ganho seletivo, perceber o valor de uma ou outra ação coletiva, mas se e somente se, fosse *evidente* para ele que o resultado de tal ação produz mais "utilidades" para si. Como evidências reais de ganho com a ação coletiva são mesmo difíceis de se conseguir o resultado é, de novo, a leitura da ação coletiva como um paradoxo. A identidade entre persuasão e agregação, preservada pela retórica, foi banida pela tradição hobbesiana em favor de um modelo de contrato

assentado nos interesses das partes e nas definições dos termos do texto. Numa concepção em que as definições garantem interpretações corretas do pacto, a retórica não pode servir à ordem, pois ela é, na melhor das hipóteses mera amplificação de uma verdade, que deve ser mostrada em sua versão pura, por palavras e conceitos exatos, científicos. A persuasão passa a ser o caminho do conflito e da desordem.

O princípio descritivo que orienta este trabalho é oposto: partindo dos inúmeros recursos de uso das palavras, alterando e jogando com seus sentidos se torna possível agregar auditórios e públicos, criando condições para a ação coletiva. Os ganhos com uma determinada ação nunca são autoevidentes, eles são "inventados" e têm de ser sustentados em argumentos, em provas discursivas. É simplesmente impossível descrever os processos de agregação pela linguagem, com base numa teoria que toma o entendimento entre os agentes como uma função da correspondência precisa entre objeto, palavra e significado.

5.1.2 Soluções para o dilema da ação coletiva

O dilema da ação coletiva é na verdade a aporia principal que orienta a escolha racional e foi, por alguns, dentro dessa mesma tradição, tratado como um fato real e não como um problema lógico, derivado das premissas do modelo utilitarista. Seguiu inspirando teorias negativas das instituições e tornou-se um desafio lógico a ser superado. Todas as soluções teóricas que tratam desse problema nos marcos internos de um raciocínio econômico mantêm a suposição de que o cálculo da participação ou deserção é feito com informações objetivas. Um autor que não se filia diretamente à escolha racional, mas que dialoga com essa escola, pode ilustrar o ponto. Wanderley Guilherme dos Santos apresenta uma solução original do problema de Olson, criticando a construção da lógica econômica olsoniana em seus pressupostos, substituindo-os por outros aceitáveis dentro dos mesmos termos. Ele diz:

“A falha crucial do argumento de Olson sobre a ação coletiva consiste no suposto de que apenas a participação envolve custos. Se alterarmos o

*suposto e admitimos que a não-participação também envolve custos, então a solução do problema olsoniano é simples (...)*²⁴⁴

A solução que se segue formaliza a idéia acima: seja um indivíduo ou agente econômico qualquer X ; C_p custos de produção de um bem público e C_{np} custos de não produção de um bem público. Para o agente X será racional ingressar na produção do bem público todas as vezes que os custos de não-participação forem maiores que os custos de participação. Ou, $C_{np} > C_p$, independente de outros agentes quererem ou não participar ou pegar carona. Santos teoriza que a configuração acima ocorre em função de uma condição essencial da vida política: o conflito. Em seus termos a interação conflitiva é um elemento constitutivo da ordem, pensada a partir de Simmel²⁴⁵. As situações de conflito, ou seja, aquelas em que os agentes são forçados à coesão moral, tornam possível um caso onde os custos de não participar da ação coletiva são maiores que os custos de participar. Em texto posterior o cientista político criará o conceito de *mal coletivo* para designar a situação na qual dado um estado de coisas, como a superexploração dos trabalhadores não sindicalizados, a não participação numa ação coletiva impõe custos crescentes aos agentes e os força economicamente à união política. O mal coletivo é um problema que aflige a uma comunidade e para sua solução demanda uma ação coletiva. Assim como o *carona* pode usufruir de um bem coletivo, sem ter se empenhado em resolvê-lo, ele continuará a sofrer o mal coletivo mesmo se preferir tratar da própria vida, ao invés de se juntar ao movimento que o erradicará²⁴⁶.

É importante notar que Wanderley Guilherme dos Santos, na explicação acima se mantém dentro dos princípios da racionalidade

²⁴⁴ Santos, *Lógica da ação coletiva - solução preliminar para o problema de Olson*, Rio de Janeiro, IUPERJ, mimeo, 1984, p. 1.

²⁴⁵ A teoria de Simmel estabelece como princípio de análise uma identidade entre associação (coesão) e relações de conflito social, ver: Simmel, *A natureza sociológica do conflito*, in Moraes Filho, (org.) *Simmel*, São Paulo, Ática, 1983, pp. 122 - 134.

²⁴⁶ Santos, *A lógica dual da ação coletiva*, in Dados, Vol. 32, n. 1, 1989, Rio de Janeiro, IUPERJ, pp. 23 - 37. O conceito de mal coletivo é central no trabalho de Orenstein, *A estratégia...*, op. cit., pp. 63 - 71.

econômica, os agentes são racionais maximizadores, mas há situações nas quais eles ganham mais (ou perdem menos), participando da produção de um bem coletivo. Para o modelo desta pesquisa é importante enfatizar que, em condições de conflito, os custos de não participação, assim como os custos de participação, não são dados claros percebidos pelos sentidos, porém são tópicos, isto é, lugares de argumentação retoricamente construídos para agrupar opiniões. Bens coletivos e males coletivos não são fatos da natureza autoevidentes para todos os que os usufruem ou sofrem. Essas situações têm de ser enquadradas e mostradas como tal para que motivem os cálculos. É fundamental que os agentes sejam convencidos de que $Cnp > Cp$ ou vice-versa, e isso não é um problema estritamente de cálculo econômico e sim de manipulação persuasiva da linguagem. O free-rider está, como todos os agentes, tomando decisões sob o princípio da incerteza e das informações incompletas. Assim como o free-rider supostamente auto-persuadiu-se de que $Cnp < Cp$, ele pode ser persuadido do contrário, em situações onde as escolhas são continuadas.

O mal coletivo seja ele o dano que for, da falta de esgoto na rua à ameaça de invasão estrangeira, tem de ser enquadrado como um mal e os sofrendores têm de ser persuadidos da necessidade de cooperarem na sua erradicação. A existência de um problema, por mais físico que seja, depende do seu enquadramento discursivo e de certa dramatização de sua prioridade; ele tem de ser mostrado como um objetivo racional e possível. Para ficar num exemplo histórico, desde a revolução industrial as cidades e trabalhadores sofrem com o mal coletivo da poluição atmosférica, mas foi somente com o surgimento de discursos sobre meio ambiente que foi possível elaborar retoricamente um topos que transformava as progressistas emissões de fumaça em um problema de saúde pública a reclamar ações políticas²⁴⁷. Uma comunidade sofre uma série de males coletivos, alguns ela sequer se coloca como problemas antes deles serem discursivamente elaborados como tal. O mal coletivo é disputado como

²⁴⁷ Para uma visão problemas públicos, em especial o ambiental, como construções sociais sem as quais torna-se impossível percebê-los como o males coletivos ver: Mello, *Problemas ambientais e políticas públicas: construção social e desconstrução analítica*, Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1997.

um objeto de debate no campo retórico da comunidade e somente quando ele entra para uma agenda comum dos tópicos da ação coletiva é que se pode imaginar, teoricamente, um cálculo no qual um agente se coloca o problema de aderir ou não ao movimento comum para a sua erradicação. E tal cálculo será feito a partir de informações que só podem ser compreendidas na relação entre as demais informações que compõe o pacote persuasivo. A invenção do mal coletivo é retórica, trata-se do enquadramento de um conjunto de relações aos quais se empresta uma imagem de causalidade do tipo “Nosso maior problema é a criminalidade e para resolvê-lo precisamos de mais polícia” (ou “menos pobreza”, em outra linha de argumento). Por que o mal principal é a criminalidade e não a falta de saúde, ou a miséria? Como resolver o problema da eleição entre diversos males coletivos, sem o recurso ao debate e à invenção retórica, que figura o objeto da ação coletiva? Não há como resolver qualquer eleição pública sem a idéia de um campo retórico, pelo menos quando se trata de buscar uma maior proximidade com os processos que ocorrem na realidade.

5.1.3 Comunicação e cooperação: dos superjogos ao debate

A continuidade do problema da ação coletiva na literatura da ciência política se deu basicamente pelas linhas de pesquisa que constituem a teoria dos jogos. Em especial um tipo de jogo, de soma diferente de zero, que tornou-se o lugar para se discutir o problema olsoniano: o dilema do prisioneiro. Esse bem conhecido problema, aparentemente sugere que, mesmo em condições de risco, uma escolha auto-interessada em não cooperar numa ação vai acontecer se o seu ganho for expressivamente maior que o ganho moderado em cooperar²⁴⁸. Essa

²⁴⁸ O cenário do dilema do prisioneiro pode ser montado da seguinte forma: "Dois suspeitos são interrogados separadamente pelo promotor. São culpados do crime de que são suspeitos, mas o promotor não possui provas suficientes para condenar qualquer dos dois. A promotoria tem, contudo provas para condená-los por um crime menos grave. As alternativas à disposição dos suspeitos, A e B, são confessar ou não confessar o crime mais grave. Estão separados e não podem comunicar-se. Os resultados são os seguintes: se ambos confessam, ambos terão sentenças pesadas, as quais serão no entanto um

imagem não parecia muito atraente ao próprio Olson²⁴⁹, mas tenha ele gostado ou não, o dilema do prisioneiro perenizou as pesquisas em torno de sua questão. Não obstante críticas internas e externas dos teóricos dos jogos à extrema simplificação trazida pelo dilema como ferramenta explicativa para as situações empíricas de cooperação e conflito, essa forma de discutir os temas da ação coletiva continua produzindo estudos, e deve persistir ainda como uma das vertentes da teoria social.

O interesse maior desta tese nessas soluções da ação coletiva consiste no fato de que a evolução dos estudos do problema da participação nos termos mais restritivos possíveis, ou seja, pela matriz do dilema do prisioneiro, refutaram, ou melhor, falsearam o problema olsoniano. Os trabalhos de Taylor e Axelrod²⁵⁰ sobre a cooperação argumentam, por meio de experimentos e lógica, que a cooperação num movimento coletivo é o resultado mais desejável e procurado por agentes racionais. Dentro da lógica do argumento desta tese, pretendo mostrar como os problemas de coordenação de linguagem são essenciais na explicação dos resultados desses jogos indicarem a cooperação como o resultado preferível ao longo do tempo. Isso é particularmente importante, uma vez que as regras do dilema do prisioneiro, têm como premissa a total incomunicabilidade dos dois participantes do jogo (essa é uma das razões

*pouco reduzidas devido à confissão. Se um deles confessar, testemunhando a favor da promotoria, o outro levará a culpa e o informante será libertado. Se nenhum dos dois confessar, não poderão ser condenados pelo crime mais grave, mas certamente serão julgados pelo crime menos grave. Nesses termos, sejam a1 b1 as representações de confessar e a2 e b2 as representações de não confessar, o jogo fica representado pela matriz de prêmios seguinte. Como sempre, a primeira notação em cada espaço é o prêmio de A: b1 b2 a1 -5,-5 10, -10 a2 -10, 10 5,5". Rapoport, *Lutas, jogos e debates*, Brasília, UNB, 1980, p. 136. A ação coletiva suposta é entre os prisioneiros, onde cooperar é não confessar e desertar é confessar. Os dois cooperando entre si (não confessando) ganham, sendo julgados pelo crime leve. Os dois desertando ambos perdem e se apenas um deserta confessando pode sair livre, se o outro mantiver sua lealdade. A situação de maior ganho individual é desertar da ação coletiva e deixar o outro equivocadamente colaborar.*

²⁴⁹ Orenstein, *Ação coletiva e ciências sociais...*, op. cit., p. 14.

²⁵⁰ Taylor, *The possibility of cooperation*, op. cit.; Axelrod, *The evolution of cooperation*. New York, Basic Books, 1984.

porque que esse modelo é excessivamente distante da realidade). Está implícito nas regras do jogo que, se os prisioneiros puderem conversar, haverá cooperação entre eles, com nenhum dos dois confessando e ambos pegando apenas uma pena leve. O dilema depende portanto da supressão do campo retórico e mesmo de todo diálogo.

O psicólogo social Anatol Rapoport apresenta, já nos anos 70, o argumento de que o dilema do prisioneiro pode ter uma solução lógica de cooperação em apenas uma rodada, bastando que, para isso, os jogadores 1 e 2 partam da premissa plausível de que ambos, sendo racionais, chegarão sempre à mesma opção, isto é, eles tenderão a espelhar a racionalidade um do outro²⁵¹. Esse mesmo argumento estrutura a solução proposta por Marcus Figueiredo para o dilema do eleitor. Pois sendo racional, o ator X, diante da incerteza subjetiva do voto dos outros eleitores e da premissa de que estes pensam como ele e também compartilham da mesma incerteza, decide cooperar indo às urnas.²⁵² Trata-se do argumento da reciprocidade: "se eu desertar ele desertará, se eu não...". Ao que tudo indica, Rapoport estava certo desde então, pois as pesquisas viriam confirmar o seu insight básico de que o primeiro e lógico lance no dilema é cooperar.

Robert Axelrod tomou o problema da cooperação em termos do modelo do jogo do prisioneiro com uma alteração básica: ao invés de tratá-lo em apenas uma rodada, Axelrod tornou-o um jogo de múltiplas rodadas, um superjogo²⁵³. O argumento de que a vida social, com seus conflitos, deserções e cooperações, ocorre em seqüências e que os "jogadores" da vida social se defrontam com séries de dilemas, e não com um único momento de escolha, orientou o experimento, que apresentou um resultado nada surpreendente: a vitória da cooperação²⁵⁴. Axelrod montou um experimento no qual uma série de especialistas em teoria dos

²⁵¹ Rapoport, *Lutas, jogos...* op. cit., pp. 136 - 139.

²⁵² Figueiredo, *Democracia, comportamento eleitoral e racionalidade do voto*, op. cit., pp. 246 - 263.

²⁵³ Para uma visão geral do espectro da teoria dos jogos e dos superjogos aplicada às ciências sociais ver: Orenstein, *A estratégia...*, op. cit., pp. 15 - 61.

²⁵⁴ Axelrod, *The evolution...*, op. cit., pp. 3 - 23.

jogos foram convidados a criarem estratégias para o dilema do prisioneiro, considerando um jogo com várias rodadas. Essas estratégias foram programadas no computador, como um jogo de xadrez, e testadas aleatoriamente. Ao final de séries de jogos a estratégia vencedora foi a que obteve o melhor rendimento total. Venceu uma estratégia extremamente simples, de autoria de ninguém menos que Anatol Rapoport. A estratégia tit-for-tat prescrevia apenas cooperar na primeira jogada e depois usar a regra da reciprocidade - desertar quando o outro o fizer, e cooperar da mesma maneira²⁵⁵.

O experimento nesse superjogo não deixou dúvidas quanto ao maior rendimento da estratégia cooperativa vis-a-vis a tentação de aumentar o rendimento com o lance egoísta. Os resultados de Axelrod também são consistentes com algumas idéias internas da escolha racional, como a concepção de maximização global de Elster. O mais importante porém, ao meu ver, foi a confirmação da análise de Rapoport, que recomendava a cooperação (o rendimento moderado e a reciprocidade como estratégia) enquanto solução lógica interna do modelo do dilema. Esse superjogo aponta para um aspecto comunicacional, ausente no jogo com apenas uma rodada. O jogo em seqüência cria uma situação de possível diálogo tácito entre os prisioneiros baseado unicamente nos sinais **C** (cooperação) e **D** (deserção). A estratégia tit-for-tat coopera no primeiro lance e cooperará sempre que o jogador não se sinta tentado a desertar, o que levará inevitavelmente à deserção do outro na próxima rodada. Seres racionais são capazes de perceber que, numa seqüência de sinais, forma-se um código que diz: "o outro, que é racional como eu, deserta na próxima rodada, quando eu deserto nessa, e coopera na próxima, sempre que eu coopero nesta rodada, então, cooperar garante ganho sempre e pegando carona ganha-se agora e perde-se na próxima". Um código de linguagem que obterá a partir dos sinais **C/D** um acordo **C, C, C...** Uma vez que **D, D, D...** não interessa para quem pode calcular e dialogar. O superjogo elimina, com as sucessivas rodadas, a impossibilidade de troca de sinais

²⁵⁵ Id., pp. 27 - 53.

entre os jogadores isolados e, se agentes racionais podem se comunicar, ampliam-se as chances de entendimento e cooperação.

O estudo de Michel Taylor leva a conclusões semelhantes às propostas para o trabalho de Axelrod, embora não lide diretamente com experimentação empírica e sim com um denso debate teórico sobre jogos e suas implicações para o problema da cooperação. Não obstante Taylor tem um objetivo amplo em seu texto, que infelizmente não pode ser discutido aqui em detalhe. Ele pretende fundamentar, a partir da teoria dos superjogos, uma crítica à noção utilitarista e liberal de que a cooperação entre indivíduos não ocorreria sem um centro de poder coercitivo que garantisse a paz e implementasse o mínimo de bens coletivos necessários à ação livre e interessada dos agentes do mercado. A idéia de uma cooperação na ausência do Leviatã (a coerção legítima) pretende criticar mortalmente o problema de Olson (no qual a coerção é um componente necessário), afirmando um caráter intrinsecamente racional da cooperação. Daí Taylor ter assumido rótulo de "anarquista", no sentido de que a utopia de agentes colaborando para prover bens coletivos, sem a interferência de uma agência central de planejamento e coerção, é uma decorrência da própria razão²⁵⁶.

Para Taylor não é realista pensar os problemas de cooperação em termos de um jogo que envolva apenas um par de pessoas e se resolva em uma única jogada. Ao longo do seu livro ele testa, em teoria, outros tipos de jogos com muitos jogadores e várias rodadas, o que leva ao seguinte resultado: atores racionais vão adaptando suas estratégias no decorrer dos superjogos e descobrem a cooperação como ponto de melhor rendimento. Para o seu argumento, mesmo que todas as pessoas se colocassem um dilema do prisioneiro antes de cada decisão, ainda assim

²⁵⁶ Taylor, *The possibility...*, op. cit., pp. 165 - 179. A idéia de permanência da comunidade na eventual dissolução do estado é lockeana. Tanto a idéia de uma racionalidade imanente a sociabilidade natural, quanto a noção de que o povo é capaz de dissolver o estado (portanto a coerção legítima) e ainda assim se manter como uma *community* aparecem formuladas por Locke. Ver: Locke, *Segundo tratado sobre o governo*, Os pensadores, São Paulo, Abril, pp. 118 - 131.

surgiria a cooperação²⁵⁷. É interessante sua interpretação de Hobbes, na qual fundamenta a proposição de que o autor do *Leviatã* queria precisamente demonstrar que o estado de natureza, entendido em termos de uma situação de não cooperação, era a pior opção para qualquer jogador, o que levava logicamente à ordem (cooperação) como o resultado melhor²⁵⁸. Taylor discorda contudo que a retirada do Estado levasse ao fim da cooperação.

Gostaria de dizer que se os modelos de dilema do prisioneiro e outros jogos ficam “mais realistas” pensados em seqüência, envolvendo muitos jogadores e muitos pontos de equilíbrio, e a partir daí a cooperação torna-se lógica e provável, deve-se perceber que o modelo baseado na linguagem é de longe mais realista que qualquer jogo. Os pay offs da realidade não são quantidades arbitrariamente estabelecidas e arranjadas por um cientista no experimento, são porém chances de ganho retoricamente interpretadas para moverem os agentes à cooperação. Se mesmo na ausência de coerção é demonstrável que seres racionais podem cooperar, é porque podem se agregar apenas pelo logos.

Anatol Rapoport que também considerava o modelo de jogos 2 X 2 insuficiente para pensar uma teoria do conflito trabalhou com intrincados jogos estratégicos e deu um passo na direção do problema da linguagem, ao considerar os debates (no sentido literal) como a forma mais complexa de interação numa disputa²⁵⁹. Embora Rapoport não tenha se valido de qualquer tipo de teoria da linguagem para refletir sobre a condição do debate, há no seu texto algumas observações quanto à necessidade dos debatedores focarem aspectos da realidade em detrimento de outros como procedimento de persuasão, o que o aproxima das idéias da técnica retórica. Ele não se descuidou de vários aspectos próprios da retórica como reproduzir o argumento do adversário para superá-lo, a seletividade da audiência e reconheceu que, nesse nível de interação, acima da clareza matemática das regras dos jogos, estamos lidando com problemas de semântica e de validade contextual do significado das

²⁵⁷ Taylor, *The possibility...*, op. cit., pp. 105 - 108.

²⁵⁸ Id., op. cit., pp. 126 - 150.

²⁵⁹ Rapoport, *Lutas, jogos...*, op. cit., pp. 187 - 231.

informações e proposições. Em momento algum Rapoport renuncia a idéia de que modelos da teoria dos jogos são instrumentos, para se pensar a realidade, porém, da mesma forma, ele reconhece que as equações diferenciais estão muito distantes da complexidade dos fatos, daí sua opção em por a persuasão pelo debate como o coroamento de uma teoria do conflito, construída a partir dos jogos estratégicos.

5.1.4 Limites cognitivos do agente econômico

O problema da ação coletiva e seus paradoxos é substantivamente derivado da noção de racionalidade calculativa centrada na capacidade computacional de indivíduos. Toda escolha racional, ao ter de passar por um processo subjetivo de cálculo, requer informações num grau de precisão inexistente nas condições empíricas. Um teste laboratorial sobre decisões racionais indicou claramente para a teoria da escolha racional, que a realidade, mesmo quando composta das mesmas proporções matemáticas muda completamente em função do enquadramento dado a ela. Seja então o seguinte problema, extraído do texto *The Framing of Decisions and the Psychology of Choice*, de autoria de Amos Tversky e Daniel Kahneman, incluído na coletânea *Rational Choice* organizada por Jon Elster²⁶⁰. O problema foi aplicado a dois diferentes grupos de estudantes das Universidades de Colúmbia e Stanford. O número de respondentes de cada grupo é indicado pela letra N.

Grupo 1 (N = 152).

Texto: Imagine que os Estados Unidos estão se preparando para combater uma epidemia rara vinda da Ásia, cujas estimativas são de que 600 pessoas podem morrer. Dois programas alternativos foram propostos. Assumindo que as estimativas científicas das conseqüências dos dois programas são exatamente as seguintes:

²⁶⁰ Kahneman e Tversky, *The framing of decisions and the psychology of choice*, in; Elster (org.) *Rational Choice*, New York, New York University Press, 1986, pp. 123 - 125.

- Se o programa **A** for adotado 200 pessoas serão salvas.
- Se o programa **B** for adotado há a 1/3 de probabilidade de se salvarem 600 pessoas e 2/3 de ninguém se salvar.

Qual das duas alternativas você é a favor?

A maioria dos respondentes do primeiro grupo (72%) escolheu a primeira opção demonstrando aversão ao risco: melhor salvar com certeza 200 pessoas que arriscar salvar as 600 contra a maior probabilidade de em dois terços não salvar ninguém.

No Grupo 2 (N = 155) foi apresentado ao mesmo problema, com o mesmo texto, apenas com uma formulação alternativa dos programas como se segue.

- Se o programa **C** for adotado 400 pessoas morrerão.
- Se o programa **D** for adotado há 1/3 de probabilidade de ninguém morrer e 2/3 de probabilidade das 600 pessoas morrerem.

Qual dos programas você é a favor?

A maioria dos respondentes do grupo dois (78%) assumiu uma atitude de risco preferindo a tentativa de salvar todos com 1/3 de chance (programa D) diante da perda inevitável das 400 vidas na opção do programa C.

É fácil perceber que os dois problemas são idênticos, não obstante a simples variação dos textos das opções, primeiro enfatizando o ganho certo de 200 vidas (programa A) contra o maior risco de perder 600 vidas (programa B), depois a ênfase foi colocada na perda de 400 vidas (programa C) contra a chance de 1/3 de salvar as 600 vidas (programa D).

Os autores apontam para um padrão teórico geral do comportamento racional ser "avesso ao risco" em questões envolvendo

ganhos e "tendente ao risco" em questões envolvendo perdas, porém, admitem acima de tudo, que a direção das escolhas não é independente de sua formulação. O problema anterior demonstra que o cálculo substantivo das vidas ganhas e perdidas era o mesmo nos dois casos, assim, como explicar a evidente incoerência das respostas, que se guiaram unicamente pelas ênfases da formulação e não pela operação matemática, que indicaria para ambos os casos um comportamento ao menos semelhante? Os autores em questão resolvem essa questão a partir de uma teoria do enquadramento (frame) entendido como uma operação que pré-estrutura cognitivamente as avaliações dos agentes. Cálculos dependem das condições iniciais de tomada da questão, assim mudanças no enquadramento do problema terão grandes conseqüências nas decisões tomadas.²⁶¹ Esse tipo de conclusão permite lembrar que na verdade está-se diante de um problema clássico de retórica, muito mais que de economia da escolha, pois a construção dos argumentos colocados numa relação orador/auditório tem de obedecer, desde a época clássica, uma ordem de ênfases de modo a se conseguir a persuasão da maioria.

Cabe afirmar, com base nas conclusões de Tversky e Kahneman, que a estruturação psicológica das escolhas feitas por um ator racional não se liga exclusivamente a suas operações subjetivas, de atribuição de utilidade e de ordenação de transitividade entre escolhas, mas dependem da forma como as informações que ele tem para raciocinar lhes são ofertadas. Informações que não são dados passivos, mas estão inseridas em manipulações persuasivas da fala, no caso, os frames. Uma demonstração de que o uso eficiente das ênfases de uma proposta leva o orador competente a obter os resultados desejados. O problema laboratorial descrito não tem solução dentro da tradição da escolha econômica, pois os dois grupos optaram pelos programas que lhes pareceram satisfazer melhor tanto a formulação da questão quanto a avaliação subjetiva dos indivíduos: de um lado o temor do risco garantindo um ganho ainda que pequeno, e, do outro a aposta no risco para compensar

²⁶¹ Id., pp. 137 - 139.

o que parecia uma grande perda inevitável. As opções, de um ponto de vista estritamente econômico, envolviam os mesmos ganhos e perdas.

A vertente da escolha racional possui, como qualquer outra linha de pesquisa nas ciências humanas, inúmeras facetas e tentativas de produzir modelos de racionalidade que incorporem elementos exteriores à idéia original de um agente que trata os fatos como objeto de um cálculo econômico. Basicamente são importantes as tentativas de absorver o conceito de normas sociais e solidariedade numa demonstração de que a crítica sociológica produziu certo impacto nas abordagens econômicas da razão²⁶². As idéias sobre uma racionalidade imperfeita são o resultado desse tipo de embate metateórico: atores racionais agem em contextos normativos e a escolha, longe de avaliar uma relação crua entre meios e fins, tem de lidar com valores e moralidade. Há também os estudos sobre aspectos francamente irracionais, ou seja, ações por paixões²⁶³. E há considerações sobre estruturas de ação que limitam e indicam as escolhas coletivas encontráveis no debate com as teorias sociológicas.

Embora esses encontros sejam relevantes dificilmente se observa neles qualquer reparo aos cânones básicos da escolha, microfundada no indivíduo calculador de custos e benefícios, sendo normas e estruturas barreiras a serem computadas ou então instrumentos para viabilizar os cálculos, via redução das alternativas disponíveis. Considerações de autores downsianos sobre o papel das ideologias na escolha eleitoral como redutores de custos de informação caberiam nessa definição, por exemplo. Aliás a crítica que a presente pesquisa poderia sofrer, vinda de autores da escolha racional, seria precisamente que a retórica nada mais é que um meio de produzir decisões em condições de informação imperfeita ou mesmo na dificuldade (custos maiores) de obtenção de novas informações que levem a uma decisão perfeita.

²⁶² Um trabalho exemplar que tenta integrar os postulados da escolha racional com estruturas normativas e de solidariedade foi desenvolvido por Reis, *Política e racionalidade, problemas de teoria e método de uma sociologia crítica da política*, Belo Horizonte, UFMG, 1984.

²⁶³ Esalter, *Ulysses...*, op. cit., pp. 157 - 179.

Cientistas formados dentro da linha da racionalidade econômica têm procurado tratar empiricamente alguns problemas dessa tradição recorrendo a estudos laboratoriais e a teorias da psicologia cognitiva²⁶⁴. Especificamente quanto ao debate sobre a democracia, a recente pesquisa de Lupia e McCubins, *The democratic dilemma, can citizens learn what they need to know?*²⁶⁵, provê algumas respostas para aliviar a racionalidade egoísta do peso de indeterminações geradas pela falta de informações ótimas para tomar uma decisão, no caso, a delegação de direitos através do voto. O dilema implica a adoção do sistema democrático com a suposta necessidade da maioria ser competente para fazer escolhas razoáveis, ou seja, de usar as informações do quadro político para tomar decisões adequadas. Ora, críticos da democracia, sempre grifaram que esse método de resolução de conflitos políticos colocava questões vitais nas mãos de cidadãos incapazes de compreender a amplitude do problema e, por conseguinte, inaptos a decidir (daí ser preciso que uma elite controle o processo)²⁶⁶. Os dois autores argumentam que, ao contrário, os cidadãos são capazes de fazer escolhas absolutamente razoáveis com poucas informações e, mais que isso, as pessoas escolhem ativamente deter poucas informações sobre política e operar com esse mínimo.

Do ponto de vista da teoria, Lupia e McCubbins não alteram qualquer das características básicas do utilitarismo²⁶⁷. Os agentes

²⁶⁴ A psicologia cognitiva desenvolvida na Universidade de Michigan apresentou-se sempre como uma alternativa emprista ao racionalismo da *rational choice* na explicação dos problemas eleitorais. O nome de referência é Philippe Converse. Para uma avaliação dessas teorias aplicadas ao voto ver: Figueiredo, *Democracia, comportamento eleitoral...*, op. cit., pp. 14 - 48.

²⁶⁵ Lupia e McCubbins, *The democratic dilemma can citizens learn what they need to know?*, Cambridge, Cambridge University Press, 1998.

²⁶⁶ Essa é uma posição sustentada classicamente por Shumpeter, *Capitalismo socialismo e democracia*, Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 1961, pp. 308 - 312.

²⁶⁷ O conceito de racionalidade oferecido por Lupia e McCubbins é praticamente idêntico ao de Bentham: "*We define rationality to mean all human behavior that is directed toward the pursuit of pleasure and avoidance of pain*". Lupia e McCubbins, *The democratic dilemma...*, op. cit., p. 23.

continuam indivíduos racionais maximizadores em tese, porém os requisitos de satisfação de sua racionalidade, ao serem trabalhados empiricamente, indicaram que pessoas têm métodos de decisão que dispensam a busca exaustiva de informações. A principal característica do conhecimento (knowledge) segundo os autores é garantir predições acuradas da realidade (traduzidas pela forma se a então b)²⁶⁸. A falta de informações completas não impede que essa operação aconteça. Não há relação necessária entre conhecimento (aquilo que gera predições) e informações completas sobre o quadro de decisão. Essas colocações, em que pese seu impacto dentro do debate econômico da ciência política contemporânea, não são surpreendentes à luz das teorias da argumentação. A idéia de uma razão que acessa pacotes discursivos para pensar sobre os temas postos para o agente, caracteriza um processo no qual a retórica resolve as operações de preditibilidade e decisão. Não se trata de quantidades ótimas ou mínimas de informação, mas de forma retórica de organização das informações disponíveis, que normalmente, quanto a política eleitoral, não são exatamente escassas.

Uma conclusão importante das investigações da ciência cognitiva é de que o conhecimento que pode levar a uma predição na vida política não está disponível na experiência dos atores uma vez que a maior fonte de extração de conhecimento são as informações dos outros²⁶⁹. Os cálculos são feitos com a troca de informações num mercado cognitivo (cognitive stock market), o que para os autores implica em desenvolver uma teoria da persuasão: explicar por que informações vindas de outros são confiáveis para uso computacional privado. Perceber que a maioria do conhecimento necessário aos cálculos individuais é na verdade um elemento que está além do indivíduo, dependendo de uma existência social (o "outro") é um passo que aproxima essa versão do individualismo metodológico da noção de interação. Reconhecer que a transmissão desse conhecimento liga-se, a um só tempo, ao processo de persuasão e de disponibilidade de um campo de conhecimento (aqui "mercado

²⁶⁸ Id., pp. 24 - 25.

²⁶⁹ Ibid., pp. 39 - 67.

cognitivo"), também aproxima suas conclusões com o conceito de campo retórico.

Para compreender o modelo de persuasão de Lupia e McCubbins é preciso tomar os ouvintes do discurso político, isto é o auditório de eleitores, como um conjunto ativo na recepção e seleção dos fatos (estímulos) que serão objetos de sua atenção²⁷⁰. Os focos de atenção são limitados, sendo impossível tanto sintonizar ao mesmo tempo todos os focos de estímulo do ambiente, quanto deixar de obscurecer um ponto sobre o qual já não mais incide a atenção. Tais idéias são centrais na orientação dos estudos de recepção eleitoral: candidatos montam seus discursos e os eleitores ouvem como podem e como querem, mas usam eficientemente o que ouvem e tornam-se capazes de formar quadros lógicos para uma decisão. A conclusão final desses autores é de que a democracia como sistema funciona muito bem, a despeito dos cidadãos reais não corresponderem ao tipo ideal de indivíduo bem informado. Fragmentos de informação e opiniões recebidas pelos media e pela conversação: isso é tudo que um ser racional precisa para lidar com o mundo da política.

Os agentes são persuadidos por fontes que demonstram deter o conhecimento requerido pela decisão e, ao par disso, sejam confiáveis (trustworthy)²⁷¹. O problema da confiabilidade originalmente se liga ao tema aristotélico do caráter (ethos) do orador, porém nas condições da democracia moderna a confiança pode ser obtida por meio de forças externas (external forces), como sanções institucionais à transmissão intencional de informações falsas²⁷². Os resultados possíveis de uma persuasão são a ilustração (enlightenment), quando o conhecimento consegue prever e gerando a decisão; o engano (deception) quando o conhecimento atrapalha ou conduz a uma decisão equivocada. Uma

²⁷⁰ Ibid., pp. 25 - 30. Sobre a seletividade da atenção ver também: Rapoport, *Lutas Jogas...*, op. cit., pp. 189 - 206.

²⁷¹ Ibid., pp. 43 - 51.

²⁷² Os autores chamam essas sanções de "*penalties for lying*" e as introduziram em seus experimentos com o objetivo de representarem as forças externas que constroem os indivíduos a falarem a verdade tornando o contexto persuasivo.

terceira posição seria neutra, quando o conhecimento oferecido ao ator racional não altera sua posição (learn nothing). Os dois primeiros casos, ilustração e engano, são casos bem sucedidos de persuasão. Os experimentos laboratoriais e os surveys desenvolvidos pelos dois cientistas indicaram que variáveis externas ao discurso, como as penalidades impostas ao uso de informações falsas pode gerar contextos persuasivos, mesmo quando o ouvinte desconhece o caráter do orador (speaker). A conclusão, com base em projetos experimentais, de que instituições garantem o mínimo de confiabilidade dos discursos políticos é sem dúvida relevante, uma vez que aponta para a importância da dimensão normativa na ordenação do sistema de ação.²⁷³ O enfoque normativo, neste caso seguindo o mais puro utilitarismo, é basicamente negativo: ele existe para coagir a transmissão da falsa informação). Está suposto que se não houver punições à propagação de informações falsas, pode faltar confiabilidade ao contexto para gerar persuasão. De toda forma há uma superposição possível entre as conclusões dos cientistas, quanto a importância de condições normativas contextuais para a persuasão e leituras não utilitaristas, que enfatizam a função de estruturas normativas como condutoras de ação.

Embora se estructure dentro dos cânones do utilitarismo e não tenha tratado o conceito de persuasão como um construto da teoria da linguagem, mas antes sob a ótica de uma psicologia cognitiva experimentalista, não há dúvida que a pesquisa de Lupia e McCubbins reforça pontos para o debate desta tese. Numa primeira aproximação gostaria de lembrar que o conceitos de ilustração e engano, que indicam a ação racional, como resultado da persuasão, não são fruto de demonstrações que um falante faz a um ouvinte mas, na melhor das

²⁷³ Os teoremas conclusivos dos autores sobre o que gera persuasão conjugam princípios econômicos (interesses comuns) com elementos cognitivo/discursivos (o conhecimento do orador) e normativos (forças externas): *Theorem 3.1 Absent external forces, having perceived common interests is a necessary condition for persuasion./ Theorem 3.2: absent external forces, perceived speaker knowledge is a necessary condition for persuasion. / Theorem 3.3: With respect to persuasion, external forces can be substitutes for common interests (and for each other).* Ibid., p. 185.

hipóteses, resultam da aceitação de opiniões que contêm dados suficientes para realizar a pequena constante lógica se a então b, dentro de um contexto aparentemente confiável. Do ponto de vista operatório, como nos entimemas, a persuasão por uma idéia iluminadora não se difere de uma idéia enganadora.

O modelo de Lupia e McCubbins é contudo muito restritivo para incorporar pontos importantes do debate da ação racional. A dicotomia principal entre decisão "ilustrada" e "enganada" supõe que os agentes detêm as informações para avaliar se uma decisão foi válida ou falsa, o que é fácil no laboratório, mas muito mais difícil de delimitar no campo da política. Na verdade avaliações sobre se um candidato foi ou não uma boa escolha dificilmente pode ser estabelecida sem debate, ou seja sem recorrer novamente ao conhecimento dos "outros", pessoas e/ou media, o que, por seu turno, remete a novo processo de persuasão e assim por diante, numa regressão ao infinito, como é a marca da racionalidade econômica. Tampouco os autores consideram a possibilidade de efeitos perversos gerados por uma decisão inicialmente "ilustrada", mas que pelas cadeias causais podem gerar quadros desfavoráveis não previstos pelo conhecimento dos agentes. Quanto às virtudes do modelo, devo sublinhar que os dados experimentais da ciência da cognição demonstram que um ser racional, ao prescindir de informações completas para projetar um quadro do futuro e decidir, aproxima a escolha racional da descrição da realidade, deixando os problemas lógicos da indeterminação em seu lugar exato: no mundo da lógica. Além disso ao identificarem que fatores normativos criam contextos que ampliam a confiabilidade dos falantes os cientistas marcaram um ponto substantivo para as análises de caráter sociológico, mesmo que essa não tenha sido o caminho desenvolvido pelos mesmos. Por fim a teoria apresentada tem conseqüências diretas para esta tese, na medida em que, mesmo originando-se da escolha econômica e pretendendo manter-se em seus marcos, passa a identificar as decisões racionais numa democracia, como fruto de persuasão e de informações incompletas, ao contrário de um cálculo objetivo, que supõe níveis ótimos de informação. Os agentes continuam maximizadores e calculadores, porém a matéria dessas operações é muito mais próxima do modelo

retórico adotado nesta pesquisa que do modelo de "dados objetivos" requeridos para uma ação eficaz no mercado.

Em linhas gerais a crítica desta tese à escolha racional é portanto quanto a idéia de persuasão ser descritivamente mais adequada aos processos empíricos da ação racional quando comparada aos postulados de maximização econômica. Embora o modelo econômico possa ser alterado a luz de investigações positivas incorporando princípios das pesquisas cognitivas, seu arcabouço continua limitando a racionalidade da escolha à subjetividade maximizadora. A idéia desta tese é ir além do cálculo subjetivo como elemento fundamental de estruturação da ação, em favor de uma concepção intersubjetiva de racionalidade. Basicamente os "cálculos" deixam de ser operações individuais de organização de informações e tornam-se processamentos de pacotes discursivos que pré-estruturam socialmente as direções de escolha. O raciocínio dos agentes é diretamente relacionado com as retóricas às quais eles acessam no campo: a retórica não informa o cálculo ela é o cálculo. Como resultado maior dessa leitura tem-se o problema da ação coletiva não mais em função de sua adequação às utilidades do ator individual mas da criação ou não de persuasão pelo campo retórico.

5.2 Persuasão e razão comunicativa

Uma crítica radical à idéia de cálculo econômico como modelo de razão deve ser levada a cabo considerando-se uma alteração do lugar de análise da racionalidade, saindo dos cálculos subjetivos rumo à manipulação da linguagem, tomada como elemento expressivo e imanente à razão. Este é um ponto de identidade desta investigação com o trabalho de Habermas, que aponta decisivamente para a esfera da linguagem como o campo de pesquisa dos problemas da ação e da racionalidade. Porém, diferentemente de Habermas, que considera ser preciso postular um atributo não instrumental da racionalidade, por meio da afirmação de uma comunicabilidade essencial, esta tese, ao trabalhar a tradição retórica, propõe uma reflexão da razão instrumental dentro do paradigma da linguagem. O sintético trabalho comparativo feito no segundo capítulo

visou apresentar em autores distintos um ponto de convergência nas definições do conceito de racionalidade sempre quanto ao seu caráter instrumental.

O agente racional habermasiano opera a partir de processamentos intersubjetivos dos fatos inseridos em contextos normativos. As normas em Habermas têm um sentido totalmente diverso do daquele vigente na tradição utilitarista, que vê os ordenamentos como barreiras disciplinadoras do possível caos gerado pela liberdade dos indivíduos. Em Habermas o tratamento da esfera normativa é quase um tema a parte em sua monumental obra e constitui inclusive o cerne de sua última grande formulação teórica²⁷⁴. As normas são definidoras da liberdade ao sinalizarem para os conteúdos morais mínimos dos agentes racionais e também são os marcos para a emancipação da liberdade ao garantirem institucionalmente os direitos políticos essenciais. A esse momento positivo da normatividade e da liberdade quanto às interações cotidianas e as lutas institucionais, há uma contrapartida patológica gerada pela racionalização instrumental da normatividade em função dos avanços tecnificantes do sistema sobre a esfera de agregação básica do mundo da vida. A solução habermasiana para a ordenação da liberdade de um agente racional e seus objetivos teleológicos é um sistema normativo, gerado pelo consenso dialógico, com o qual o agente comunga ou é capaz de reconhecer como válido. A agregação é a condição da liberdade dos articuladores de meios e fins, porém partindo de condições mínimas de moralidade e normatividade. Desejo argumentar que as duas colunas nas quais a teoria da ação de Habermas se alicerça, a ação comunicativa e o sistema normativo, têm de considerar a idéia de uso persuasivo da linguagem como elemento primitivo dos contextos de ação.

5.2.1 Habermas parsoniano: as normas e a ação

Uma das entradas possíveis para se pensar a recusa habermasiana do problema utilitarista é a partir da sua incorporação das

²⁷⁴ Habermas, *Direito e democracia, entre a faticidade e a normatividade*, vol. I e II, *op. cit.*,

teorias de Talcot Parsons, em especial da noção de sistema social²⁷⁵. O ponto de partida habermasiano é a bem conhecida a crítica parsoniana ao utilitarismo, centrada numa análise do que o sociólogo americano chamou de o “problema da ordem” em Hobbes. Parsons, valendo-se de idéias durkheimianas²⁷⁶, afirmou a impossibilidade de duração de qualquer ordem social se ela for sustentada apenas pela conjunção de interesses racionais, o que de resto foi percebido pelo próprio Hobbes²⁷⁷. Se a

²⁷⁵ Parsons esclarece em sua autobiografia intelectual que tomou o conceito de sistema social de Pareto e buscou integrá-lo às teorias de Durkheim sobre a evolução da solidariedade e à teoria da ação de Weber. Esse projeto parsoniano é criticamente incorporado por Habermas, que encontra aí um marco sociológico para discutir os elementos que estabilizam o plano da ação, como os valores e disposições culturais. Ver: Parsons, *Da construção da teoria do sistema social: uma história pessoal*, in *Humanidades* vol II, n. 6, Brasília, UNB, 1984, pp. 28 - 62.

²⁷⁶ Parsons usa basicamente a crítica de Durkheim a Spencer na qual o sociólogo afirma que a teoria contratualista da sociedade, derivada do utilitarismo hobbesiano, não se sustentava à luz dos fatos trazidos pela etnologia, sobre a agregação dos povos primitivos. O ponto mais importante é a postulação durkheimiana de um sistema de normas e valores não escritos, formado pelos "elementos não contratuais do contrato", ou seja, normas subentendidas e gerais para todos os contratos, integradas a formas de solidariedade complexas, oriundas do aumento progressivo da divisão do trabalho. Ver: Durkheim, *A divisão do trabalho social*, I, 7, Porto, Editorial Presença, 1984, pp. 231 - 263; Parsons, *Durkheim e a teoria da integração dos sistemas sociais*, in Cohn (org.) *Sociologia: para ler os clássicos*, Rio de Janeiro, LTC, 1977, pp. 86 - 89 e ss. .

²⁷⁷ O problema da ordem entrevisto por Parsons refere-se à idéia de que se as unidades (atores individuais) forem todas definidas como racionais e egoístas, limitadas tão somente por uma força coatora externa o resultado empírico será uma sociedade constantemente a beira do caos, pois todas as vezes que o poder soberano se enfraquecer a força e a fraude privadas serão usadas, desencadeando a guerra de todos contra todos. Daí para estabilizar uma *ordem factual* é necessária uma *ordem normativa* presente nas unidades sociais. Parsons, *The structure of social action*, New York, The Free Press, 1949, pp. 89 - 94. Quanto a Hobbes o problema lhe aparece da seguinte forma: se o príncipe mata o rei aquele que se torna soberano não é mais culpado desse crime. Assim logicamente todos os que se julgarem com chances de ocupar o Estado tentarão pela força fazê-lo, resultando na guerra civil. Hobbes argumentou que raciocínios como esse eram especiosos porque quem desafia o Estado expõe-se a ser morto e, portanto, contraria uma lei de Deus e não conseguirá o reino dos céus. A saída retórica de Hobbes ao encontrar com o paradoxo endógeno do discurso utilitarista invoca um poder acima do soberano: a divindade. Cabe concordar com a observação de Luiz Eduardo Soares quanto à idéia de

integração social for calcada apenas no cambiante interesse empírico dos agentes, ela se apresentará como excessivamente precária, o que pede um contexto que estabilize as diferentes possibilidades de interação com respeito a fins. Tal contexto é portanto um sistema normativo que se impõe integrativamente regulando os horizontes de ação.

Habermas, como analista criterioso que é, discute longamente uma tensão não resolvida na obra de Parsons, que parece oscilar e não se decidir entre uma perspectiva fundada na incorporação da idéia básica de ação tomada de Weber e sua conformação por um sistema normativo, que passa a ser o foco dominante de compreensão da sociedade e da ação coletiva²⁷⁸. Particularmente creio que a leitura de Parsons, embora possa permitir, como todo grande autor, diversas ênfases, ora na unidade de ação, ora no composto normativo integrador, tende para a assimilação dos agentes pelas normas. A afirmação parsoniana de que a ação, no que tange aos seus aspectos de estruturação coletiva, não pode prescindir de pressupostos normativos anteriores à postulação dos interesses racionais, tornou-se um limite para as teorias utilitaristas, que se esforçam continuamente para a incorporação do conceito de normas sociais aos seus esquemas teóricos. A maior dificuldade que encontram é que diferentemente de Parsons/Habermas, nos quais a esfera normativa é um sistema dinâmico introjetado pela própria consciência dos agentes, portanto um sistema vivo, as teorias utilitaristas precisam pensar as normas e as estruturas sociais como objetos externos e manipuláveis pela racionalidade.

O que interessa a Habermas ao trazer Parsons para fundamentar sua noção de sistema é, além de ampliar as possibilidades de crítica à racionalidade instrumental como base de sistema de ação, demonstrar que somente a teoria da ação comunicativa consegue superar as tensões entre agentes racionais e estrutura normativa na sociedade. Na interpretação habermasiana, ao partir de um modelo de ação weberiano

Deus ter um papel de "*expediente salvador*" no Leviatã para os momentos de vertigem da razão. Hobbes, *Leviatã...*, I, 15, op. cit., pp. 86 - 95; Soares, *A invenção do sujeito universal...*, op. cit., p. 23.

²⁷⁸ Habermas, *Théorie de l'agir...*, vol II, op. cit., pp. 222 - 257.

subjetivista Parsons jamais conseguiria derivar dali um conceito amplo de sociedade que compreendesse objetivamente as disposições normativas que integram o arbítrio individual. Por esta razão Parsons continuamente absorve a liberdade de ação dos seus indivíduos pelo sistema social o que, paradoxalmente, sacrifica ao final do processo qualquer possibilidade de ser pensada a liberdade de um agente postular fins no sistema de ação tal sua integração pela sociedade. A solução de Habermas, com a qual pretende incorporar e aperfeiçoar a teoria parsoniana, é a teoria da ação centrada no ato comunicativo como elemento chave do procedimento racional. O agir comunicacional costura tanto o plano da liberdade dos agentes, possível a partir da postulação de fins intersubjetivamente reconhecíveis e criticáveis pelo diálogo, quando a edificação e o reconhecimento de um sistema de normas válidas exatamente nos mesmos termos. Pretendo apontar apenas o lado positivo da proposição de Habermas, pois sua análise das patologias próprias da racionalização da esfera da comunicação não precisam ser discutidas para o problema principal. Em que medida o plano de uma comunicação intersubjetiva pode prescindir do uso estratégico (retórico) da linguagem para o entendimento recíproco e como analisar a construção empírica do sistema normativo sem retomar a dinâmica própria da retórica?

Nesta tese não cabe uma resposta extensa, mesmo porque os pontos acima só interessam enquanto podem auxiliar na reflexão sobre o problema da ação coletiva. Creio que Habermas realmente avança ao considerar a linguagem e os processos de entendimento como os núcleos de uma teoria da ação, para além das proposições subjetivistas sobre interesses individuais postulados pela escolha racional, também avança ao procurar inserir seus agentes num contexto integrativo maior que suas consciências calculadoras/maximizadoras, mas, e nisso minha objeção não é original, parece-me importante tanto para pensar o entendimento comunicativo, quanto a participação dos agentes em movimentos regulados por normas insistir a idéia de instrumentalidade da razão.

A questão se coloca em dois planos: o primeiro sobre a necessidade básica do uso persuasivo da linguagem para a criação do entendimento; o segundo quanto a necessidade da linguagem persuasiva

nos contextos da criação e uso das normas que regulam a ação social. O próprio Habermas admite que todas as formas de racionalidade, inclusive a razão comunicativa, possuem componentes teleológicos em sua estrutura²⁷⁹. Uma vez que uma teleologia é dada em termos da conjugação meios/fins, não há como expulsar toda instrumentalidade da postulação de uma racionalidade geradora do entendimento com base apenas no consenso, fundado na aceitação intersubjetiva de pretensões da validade das falas dos agentes.

Na verdade não há como negar que a razão teleológica é um conceito historicamente anterior ao da razão comunicativa e não vejo razão para imaginar que esta seja logicamente anterior, pois se um agente faz uso da comunicação (com todas as suas implicações sobre a validade pragmática a priori do procedimento) ele o faz por ter a intenção de enquadrar um tema. Uma operação estratégica/retórica de seleção dos termos e formas de expressão é concomitante ao ato de uso da linguagem. Como o ouvinte também reconhece seletivamente os termos do discurso não há porque postular um estágio de identidade entre os envolvidos na comunicação absolutamente desprovido de influências persuasivas. Ou melhor, o interesse em identificação intersubjetiva de sinais é uma atividade com um fim: o entendimento, e ainda que ele seja básico para as operações subsequentes da racionalidade, esse patamar não prescinde ele mesmo de uma constituição instrumental.

Ficando num exemplo já usado: o fato de alguém levantar a mão para o ônibus, é um uso da linguagem solidamente estabelecido pelo consenso. Pois bem, uma explicação do tipo racional utilitarista dirá que essa é a ação de custo mais próximo de zero, mesmo que não tenha sido conscientemente escolhida num cálculo com alternativas transitivas (porque certamente, se o agente se colocasse a tarefa de pensar a melhor estratégia para atingir esse fim, simplesmente optaria por levantar a mão,

²⁷⁹ "(...) *Le langage est un médium de la communication, qui sert à l'entente entre des gens qui veulent communiquer, tandis que les acteurs, en s'entendant mutuellement pour coordonner leurs actions, poursuivent chacun des objectifs déterminés. Dans cette mesure, la structure téléologique est fondamentale pour tous les concepts d'action.* (...) (grifo no original) Habermas, *Théorie de l'agir...*, vol I, op. cit., p. 117.

ao invés de entrar na frente do ônibus, ou solicitar a alguém que fizesse o sinal por ele, ou atirar uma pedra no motorista e umas tantas outras alternativas que fizessem o ônibus parar). Uma explicação do tipo sociológico normativo e dirá que nem o passageiro nem o motorista sequer podem se colocar hipoteticamente esse problema pois, sendo o consenso sinal/parada um componente normativo da ordem do trânsito, ele constrange moralmente a consciência dos participantes do ato social, impondo-se como a única representação aceitável daquele procedimento. Entrar na frente do ônibus não é uma alternativa de pará-lo, tal opção será considerada por todos uma ofensa aos valores do senso-comum e tratada como delinquência ou demência. Qualquer alternativa fora da moral invocará sobre si uma reação punitiva da sociedade. A explicação de corte habermasiano tentará incorporar o cerne da visão normativa dando-lhe um fundamento racional distinto da escolha instrumental. Ele considera que a comunicação entre quem acena e o motorista é um momento de expressão e afirmação intersubjetiva da racionalidade dos agentes envolvidos, na medida em que reconhecem um significado comum naquele código social. Esse substrato puramente agregativo da ação comunicativa é para Habermas um momento no qual objetivamente a razão se configura em uma dimensão irreduzível às subjetividades envolvidas no ato.

Como um modelo de racionalidade instrumental pode se desdobrar dentro de um paradigma da linguagem, sem aceitar os termos da crítica habermasiana? Por certo o exemplo do sinal para o ônibus não envolve uma situação de argumentação que caracteriza o uso pleno da retórica, pois não está em questão um processo no qual teses precisam ser contrastadas. Assim esse caso elementar de uso da linguagem só concerne à retórica quanto a adequação do código ao processo de coordenação da ação. Mas não se usa um sinal apenas para que alguém compreenda o seu sentido, mas para desencadear uma outra ação suposta no sentido do sinal. A intersubjetividade entre os agentes não se compõe de duas operações, uma na qual se compreende comunicativamente o sinal e outra na qual o sinal é associado a um sentido instrumental. O processo de uso da linguagem no caso é dado pelo fato de que o objetivo da razão instrumental “solicitar a parada” é o sentido do sinal. Só dessa forma é

possível entender que um ato de comunicação analiticamente concebido como puro e anterior à razão instrumental é, paradoxalmente, composto por estruturas teleológicas. Seu sentido em uso é teleológico. Sua pretensão de validade concerne ao uso instrumental e seu sentido é dado pela compreensão da relação meios/fins. Os ganhos analíticos de tomar a linguagem como campo de análise da racionalidade não implica, como quer um Habermas contra outro Habermas, elipsar a instrumentalidade como eixo no qual o conceito adquire relevância teórica para os problemas da ação.

Se essa consideração faz sentido para um exemplo tão básico é possível criticar em cadeia todas as tentativas de Habermas de “demonstrar” a gênese da razão comunicativa em formas de linguagem nas quais a influência (instrumental) da linguagem é indistinta do entendimento, como nos ritos religiosos²⁸⁰. Aliás ao contrário, pensando sobre algumas sugestões de Pascal, toda ritualidade da religião é uma forma retórica de suprir a incapacidade de convencer pela razão os homens da existência de Deus e outras divindades. Para um caso de ação coletiva no qual a necessidade de persuasão no sentido forte se faz necessário a impossibilidade de considerar apenas as disposições para o entendimento e consenso como ferramentas é flagrante. Num contexto onde interesses diferenciados tenham de chegar a um acordo para ação é pouco provável que apenas os requisitos do agir comunicativo consigam fornecer a base

²⁸⁰ Um dos pontos mais problemáticos da teoria do agir comunicacional é a tentativa de Habermas, após afirmar a anterioridade lógica do entendimento comunicativo sobre a ação teleológica, em transplantar essa idéia para o plano empírico, por meio de uma interpretação evolutiva da razão, onde o filósofo “encontra” filogeneticamente o ato comunicacional nas manifestações primeiras da linguagem. De forma quase mágica Habermas vai identificando o papel da ritualização sacra, a partir de Durkheim, com o estabelecimento dos elos iniciais da razão comunicativa. Ao ignorar o impacto retórico da linguagem sacra Habermas cometeu uma das principais falhas de sua obra, para não falar no seu evolucionismo iluminista, que supõe superados pela razão os estados de êxtase engendrados pela ritualidade sagrada. Ver: Habermas, *Théorie de l'agir...*, vol II, op. cit., pp. 51 - 124.

analítica para a compreensão das formas de agregação sustentadas no discurso.

Se os normativistas podem criticar o utilitarismo pela impossibilidade do cálculo racional sustentar estavelmente os pactos sociais, também pode-se criticar Habermas pela precariedade da coesão intersubjetiva de uma ação baseada no consenso anterior ao uso retórico da língua. Ao afastar a persuasão do ato comunicativo Habermas comete o mesmo erro do utilitarismo, criando uma base instável para o entendimento dos agentes. Então a noção de agir comunicativo também requer contextos que estabilizem as possibilidades de agregação pela linguagem. As teorias utilitaristas são criticadas por suporem uma idéia de ação racional abstrata, válida para qualquer contexto. Já Habermas, por completa oposição, cria dois conceitos para contextualizar as formas de ação. O mundo da vida (dentro do qual processam-se a cultura, a integração social e a socialização dos indivíduos) e o sistema (lugar dos processos econômicos, políticos e administrativos) são macro conceitos que fundamentam a análise dos componentes sociais da deliberação. Em ambas as instâncias temos as ações estruturadas por elementos normativos específicos. No caso do mundo da vida vigem regras culturais, não escritas, criadas por procedimentos cotidianos e para o sistema valem regras técnicas escritas, orientadas para a eficiência. Assim o problema da ação coletiva e sua coordenação por meio da linguagem refere-se sempre, considerando o contexto no qual ela se dá, à correta compreensão intersubjetiva e aplicação dos parâmetros normativos de referência, quer ao mundo da vida, quer ao sistema.

Habermas articula a relação entre os dois campos indicando, como traço constitutivo da sociedade moderna, o contínuo avanço do sistema sobre o mundo da vida. Orientado pela idéia weberiana de racionalização da sociedade com a progressiva burocratização das esferas das normativas, submetidas à lógica da eficácia técnica, Habermas reconstrói a dicotomia razão instrumental (tecnificação do sistema) razão comunicativa (socialização interativa do mundo da vida). Aqui fala-se de "colonização do mundo da vida" pela racionalidade burocrática que produz em relação ao Estado um aumento contínuo das regulamentações

jurídicas. A estabilização dos atores racionais se dá pois na direção da regulamentação técnica dos cursos de ação. Não vou discutir as ambigüidades de Habermas quanto à sua interpretação dos processos de normatização da sociedade, que de um lado anunciam a invasão bárbara da razão instrumental ao reino do mundo vital e de outro são o campo próprio de garantia de direitos que se acumulam historicamente nas democracias, indicando um modo de pensar a civilização baseada no debate.

O filósofo alemão mais uma vez está certo ao considerar que um modelo de ação racional não pode prescindir de conceitos que enquadrem os contextos normativos de ação. Porém, assim como Parsons ao entender esses contextos basicamente sob forma de uma teoria geral das normas e sistemas culturais ele opta por uma estratégia extremamente abstrata de compreensão dos processos reais de ação. A suposição do enorme sistema social integrador, regulador e punitivo que transborda os agentes por todos os lados, mas que existe apenas quando estes o recriam seguindo suas diretivas, produz, como vítima fatal, a própria investigação empírica, pois os casos reais de ação e agregação são apenas confirmações ou infrações das possibilidades do sistema²⁸¹.

Para um modelo de ação de incorporar elementos normativos que regulam os propósitos postos para a ação é preciso tomar como um problema a criação e aplicação contextual da normatividade e isso só é

²⁸¹ As escolas microsociológicas edificaram uma crítica da idéia de sistema demonstrando que as condições empíricas de aplicação de conjuntos normativos burocraticamente racionalizados, como na ação policial, nos tribunais ou nos modernos hospitais, estão submetidas a prosaicos processos de negociação contextuais, onde a rotinização cotidiana de procedimentos é a regra. Assim, o mundo da vida não só sobrevive à "colonização" da tecnificação normativa mas "contamina" as regras racionais burocráticas com os critérios do dia-a-dia. Penso basicamente na etnometodologia, cujos trabalhos marcadamente aplicados indicam um mundo em que o sentido depende viceralmente do aprendizado do significado contextual de estruturas burocrático/normativas. Um exemplo desse tipo de sociologia são os trabalhos de Antônio Luiz Paixão, dentre outros, Paixão, *A distribuição da segurança pública e a organização policial*, *Revista OAB - RJ*, Rio de Janeiro, julho de 1985, n. 22; *Sociologia do crime e do desvio: uma revisão da literatura*, inédito, Belo Horizonte, 1983. Ver também: Campos Coelho, *A oficina do diabo, crise e conflitos no sistema penitenciário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, IUPERJ/Espaço e Tempo, 1987.

possível discutindo-se os recursos de linguagem que tornam reais a ação e os conteúdos normativos. O problema da persuasão está presente na efetivação dos conteúdos que regulam os agentes nos contextos empíricos. As normas que estabilizam as possibilidades de agregação via linguagem são elas mesmas “topos”, argumentos utilizáveis e transformáveis nos desdobramentos das ações sociais. Dessa forma a análise da linguagem persuasiva passa a ser não somente o centro das estratégias de agregação, mas também a forma de abordar e investigar os contextos normativos que a ação toma como referência. Sabendo que o agir comunicacional por si só não garante os diversos níveis de coesão social Habermas lança mão das noções integradoras do mundo da vida e sistema para "estabilizar" o seu modelo de ação social. Parece-me que ambos os momentos reclamam a retomada de considerações sobre a influência (einflußnahme) não como um elemento antagônico ao consenso (einverständnis), mas antes como sua ponte. Se o conhecimento é falível e não há verdades últimas a serem discursadas é desnecessário opor persuasão e a busca do consenso, pois nenhuma das partes do debate estará jamais lidando com um saber exato para a tomada de decisão.

5.3 Implicações

Creio que posso agora dizer que esta pesquisa marca posições distintas, tanto da vertente utilitarista, quanto da leitura habermasiana da razão. Se Habermas indica o caminho de crítica aos supostos subjetivistas do modelo econômico, via paradigma da linguagem, ele também pode ser criticado por manter uma frente de batalha idealista e desnecessária, herdada dos seus mestres de Frankfurt, contra a identidade entre racionalidade e instrumentalidade. É possível pensar a intersubjetividade lingüística como estrutura do uso instrumental da razão, tendo como referência a retórica e mantendo a mesma distância crítica da perspectiva do cálculo subjetivo e seus problemas. A idéia do ato comunicativo, é insuficiente para trabalhar analiticamente os processos da ação coletiva. Seu fundamento é o entendimento sem outro telos que não o mútuo reconhecimento de um discurso como código válido e comum a todos os

seres racionais, que podem compreendê-lo e respondê-lo. No entanto a força de estabilização dos movimentos coletivos depende de persuasão. O recurso intencional à influência persuasiva para gerar consenso é o ponto que coloca a retórica como o uso elementar da linguagem com propósitos políticos, ou seja, para a ação coletiva.

Se o modelo econômico subjetivista é completamente limitado para discutir os componentes afetivos (solidariedade) e morais da ação, certamente não se pode dizer o mesmo da retórica. Na verdade não existe qualquer incompatibilidade em propor conteúdos éticos para normatizar cursos de ação coletiva e a operação retórica tornando a moralidade uma corrente de opiniões, que se propaga com variados graus de coesão. O papel emancipador da razão comunicativa não está ausente das possibilidades de uma razão estruturada pela persuasão, pois a esfera do debate público é, por excelência, o campo retórico, no sentido de que proposições falíveis têm de ser sustentadas e implementadas por práticas de argumentação. Ao admitir-se a falibilidade imanente às proposições possíveis não há porque não aceitar também a necessidade de uma forma de linguagem que, em condições de conflito, as torne persuasivas dentro das regras do entendimento racional, ou seja, num debate com reciprocidade de palavra e ausência de coação física, mas com amplo uso estratégico da palavra.. Não há oposição entre persuasão e liberdade, na medida em que aquela se exerce na suposição normativa de que os agentes se convencem no debate a partir do livre entendimento dos discursos disponíveis no campo. Assim como agentes egoístas não dispõem de informações ótimas para alimentar seus computadores mentais de custo/benefício, agentes comunicativos não conseguem manter seus laços de intersubjetividade na falta do poder aglutinador da retórica.

A busca do bem coletivo e a denúncia do mal coletivo são os lugares chave da geração de retóricas no debate público. A tradição retórica é, nesse sentido, a própria linguagem da política. A necessidade de persuasão está diretamente relacionada à diversidade dos discursos possíveis quanto aos problemas que demandam ações coletivas. Essa

diaphonía²⁸², indicando inúmeras falas igualmente pretenciosas na disputa dos rumos da ação coletiva, impõe os recursos de persuasão como formas legítimas de solução dos debates e deliberações. Em mais de um sentido uma teoria da ação nos marcos da retórica aproxima-se de questões chave para o debate da democracia, pois a disputa discursiva sobre os tópicos da ação coletiva pode fundamentar a postulação um estado de tolerância com relação às outras soluções, considerada a falibilidade do próprio ponto de vista vencedor. De tal maneira, a retórica é uma prática afim com a pluralidade de pontos de vista e uma "teoria retórica da democracia" certamente coloca questões sobre a liberdade de argumentar²⁸³.

Uma outra implicação importante dessa investigação, que não quero deixar de mencionar, é de natureza metateórica e diz respeito à centralidade dos argumentos econômicos no raciocínio da ciência política. Com efeito, não creio que se possa hoje sustentar como faz, por exemplo, Fábio W. Reis, que a racionalidade econômica e o problema da racionalidade referida à superação estratégica da escassez "provê efetivamente uma chave unificadora para a ciência social"²⁸⁴. Com efeito,

²⁸² O conceito de *diaphonía* é um legado da tradição cética e refere-se, no dizeres de Renato Lessa, ao princípio de que há uma "discrepância indecível" sobre todos os assuntos e em especial os políticos. Penso que diante igual plausibilidade dos distintos *logoi* em campo, para não gerar uma paralisia cética com respeito aos problemas públicos, há que se curvar às demandas próprias do discurso, aceitando-se a persuasão como estado de superação dos impasses. Sobre o ceticismo e a política ver: Lessa, *Veneno pírrônico...*, op. cit., pp. 205 - 232.

²⁸³ Infelizmente não é objetivo desta tese investir no projeto de discutir as teorias da democracia *vis-a-vis* um modelo retórico discursivo da deliberação. Contudo devo reconhecer que o projeto reconstrutivo de Habermas a esse respeito apresenta como ponto forte a idéia de que um modelo de democracia deve ser pensado sobretudo quanto às garantias do *debate* na esfera pública regular direções políticas efetivamente implementadas e criticáveis pela a sociedade. A diferença é que o modelo comunicacional se presta a uma idéia normativa de democracia, ao passo que a retórica traz o foco para a descrição de estados empíricos de debate e agregação pelo discurso. Sobre a teoria habermasiana da democracia, ver; Habermas, *Direito e democracia...*, vol II, op. cit., pp. 9 - 121; E também: Avritzer, *A moralidade da democracia...*, op. cit., pp. 99 - 123.

²⁸⁴ Reis, *Política e racionalidade...*, op. cit., p.113 e ss. A síntese teórica de Reis propõe que o modelo de ator econômico deve ser pensado em relação a contextos institucionais,

os limites do modelo econômico, conforme esta pesquisas se esforça em mostrar, são claros para o trato dos problemas centrais política quanto à ação e a agregação. Além disso, a própria economia como ciência que se pretendia determinista, com sistemas e "leis" de causa e efeito está se descobrindo (talvez tarde) como mais uma ciência humana falibilista sem qualquer vantagem comparativa com a sociologia e a política, incapaz de realizar previsões confiáveis (o que de resto vem atingindo todas as ciências naturais).²⁸⁵

O sucesso retórico da economia ao incorporar modelos matemáticos para tratar do mercado não está sobrevivendo à crise de ambigüidade da matemática, quanto aos desafios conceituais postos pelos problemas da natureza que resistem à formalização (como a explicação do caos) e demandam procedimentos de argumentação como qualquer área de saber²⁸⁶. Hoje economistas voltam-se esperançosos para a física e a biologia assim como cientistas políticos um dia importaram deles vários topoi criando conceitos como "mercado político". A economia é uma ciência que deriva, como todas as ciências sociais, da filosofia política embora isso pareça não ter registro, quer na cabeça dos economistas, quer dos cientistas políticos que se imaginam apêndices dos primeiros. O modelo econômico de racionalidade é por demais elementar, talvez mesmo para explicar o próprio mercado, como parece indicar a

porém o tratamento da ciência política quanto aos interesses postos é teoricamente semelhante ao da economia que tem de compatibilizar bens escassos com demandas do mercado. A racionalidade consiste sobretudo na ordenação da escassez, seja em sua forma econômica, seja em sua forma política, referida à alocação eficiente dos interesses plurais em questão. Todo esforço desta tese indica que tal compatibilização envolve persuasão sobre interesses relevantes e não cálculos objetivos como é a pretensão quimérica da economia.

²⁸⁵ Ver: Damásio, *Teoria econômica e teoria do caos*, in Silveira (org.), *Caos acaso e determinismo*, Rio de Janeiro, UFRJ, pp. 169 - 195; Carvalho, *Sobre ordem incerteza e caos na economia*, in Silveira (org.), *Caos acaso e determinismo* Rio de Janeiro, UFRJ, pp. 225 - 243; Magalhães, *Ciência ficção e contrafactibilidade...*, op. cit., Para uma crítica sociológica do *homo economicus* da *rational choice*: Campos Coelho, Hume Berkeley ou...Borges?, op. cit, pp. 48 - 52.

²⁸⁶ Ver: McCloskey, *The rhetoric of economics*, op. cit., pp. 20 - 35.

importância de investimentos publicitários na geração de campos retóricos para a persuasão de clientes maximizadores²⁸⁷.

A retórica é um ramo da reflexão sobre a linguagem e a razão que nasce em função de problemas deliberativos da política. Nesse sentido, no lugar da metáfora de um "mercado político" para designar interesses públicos sendo alocados como se fossem dados econômicos, creio ser mais eficiente para uma teoria política pensar diretamente num conceito de debate político, como descrição de como os interesses podem ser organizados e coordenados numa sociedade. Agentes racionais trocam discursos e é nesse campo retórico que se formam as redes de intersubjetividade e delas os públicos que assumem os movimentos coletivos, objetos centrais da ciência política.

Essas são as principais implicações do modelo de estudo da racionalidade adotado na pesquisa. A afirmação positiva das virtudes analíticas do paradigma da linguagem para explicar descritivamente como seres racionais se agrupam e agem politicamente em conjunto e a rejeição crítica da racionalidade econômica como conceito essencial da ciência política.

²⁸⁷ É verdade que um economista mais perspicaz como Albert Hirschman, conseguiu perceber a importância da idéia de diálogo como um elemento de regulação do mercado, ao invés de imaginar consumidores apenas como partículas reativas aos preços, porém essa é uma exceção dentro do pensamento econômico. Hirschman, *Saída, voz e lealdade: reações ao declínio de firmas, organizações e estados*, São Paulo, Perspectiva, 1973, pp. 13 - 31.

CONCLUSÃO:
ULISSES E SEU BARCO - DO MITO DA AÇÃO COLETIVA AO
MODELO ANALÍTICO

Como o mito de Ulisses e as sereias é um tópico para o trato da racionalidade comum tanto ao racionalismo frankfurtiano, quanto ao utilitarismo de Elster, creio que essa lenda pode, também, servir de suporte para algumas conclusões desta pesquisa. Deixando de lado a primeira e óbvia aproximação entre o canto das sereias e a persuasão, nota-se que há, na história de Odisseus, alguns momentos marcantes nos quais o herói grego e seu grupo se vêem em situações de coordenação lingüística da ação coletiva²⁸⁸. Embora Elster centre sua interpretação na racionalidade individual de Ulisses, que impõe uma barreira ao próprio desejo, creio que, no caso, não há como olvidar sua tripulação, que rema sem nada ouvir, enquanto o rei goza os prazeres e tormentos do canto da morte.

É aceitável, como apontam Adorno e Horkheimer, que há, no mito, um conteúdo marcando posições sociais hierárquicas entre o senhor e os trabalhadores, definindo o direito à fruição estética do canto vs. a obrigação do trabalho manual nos remos²⁸⁹. Porém, parece-me que há também uma ação coletiva para alcançar objetivos comuns, uma vez que o rei e os soldados defendem a mesma *polis* e querem voltar para lá. Por oposição, há o mal coletivo delineado no risco da morte em pleno mar. O Ulisses de Homero, longe de ser uma subjetividade em disputa solitária com os elementos supra-humanos, é uma personagem completamente entranhada em relações sociais, que, pela própria natureza de um mito grego, têm, na persuasão pela palavra, sua principal fonte de coesão.

²⁸⁸ O canto das sereias é, normalmente, a metáfora do "falso discurso", que finge oferecer a verdade, levando ao erro, porém esse aspecto é menor para a presente interpretação. Aqui, as sereias só interessam como um mal coletivo interposto entre o grupo e seu objetivo: retornar a Ítaca, reclamando, por conseguinte, uma ação conjunta para superá-lo.

²⁸⁹ Adorno e Horkheimer, *Dialética do esclarecimento*, op. cit., pp. 44 - 46.

Ulisses recebe, numa conversa com a feiticeira Circe, o alerta sobre o perigo das sereias e as informações sobre como deveria proceder: entupir com cera os ouvidos da tripulação, ordenar para o atarem ao mastro e instruir para não ser solto, podendo escutar, assim, as monstros e sair ileso. A antevisão do fato em tempo futuro perfeito foi passada discursivamente a Ulisses e não se trata, portanto, de uma experiência pessoal do herói, nem muito menos de um cálculo individual. Ele dispõe, depois da conversa, de conhecimento sobre um evento futuro e de técnicas para lidar com os fatos. Basta-lhe seguir a receita do pacote passado por Circe. Depois de estar no mar, Ulisses revela à sua tripulação o que os deuses lhe concederam e como deveriam agir, atando-o e não cedendo aos seus apelos para que o soltassem. Na seqüência, acontece a ação e, pelo menos por hora, todos se salvam, como previsto²⁹⁰.

Aqui há um ponto importante: a tripulação foi informada dos passos a seguir e também passa, pela retórica, a deter intersubjetivamente o conhecimento referido para superar o problema à frente. As palavras de Ulisses eram persuasivas para manter o barco coeso por três razões: primeiramente, o seu *ethos* (caráter), pois Ulisses é um rei falando a liderados, confiável por trazer a mensagem dos deuses, a antevisão do futuro e por ocupar uma posição de distinção; o *pathos* (paixão), representado pela travessia incerta e o perigo iminente da morte envolvendo o campo da ação; e o *logos*, representado pela adequação entre a previsão de que o barco encontraria as sereias, bastando, então, usar os *meios* certos (cera, cordas e coordenação mútua) para que os *fins* de todos fossem alcançados, independentemente dos *pay-offs* do comandante serem maiores. O que Ulisses narrou ao grupo, apenas *repetindo* o que Circe lhe contara, fazia todo o sentido, embora nenhum dos soldados tivesse acesso direto ao conhecimento que o chefe colocava para todos. Os deuses revelam a Circe, que conta para Ulisses, que informa a tripulação numa cadeia discursiva que se repete e se propaga até a ação, na qual os fatos, anteriormente previstos, são performaticamente executados.

²⁹⁰ Homero, *Odisséia*, XII, São Paulo, Edusp/ Ars Poetica, pp. 221 - 227.

A coordenação intersubjetiva dos remadores, mesmo quando o chefe não estava momentaneamente em condições de comando, é crucial para o sucesso dessa ação coletiva. Criou-se, na barca grega, uma comunidade coesa pela força das palavras e pelas condições externas que todos partilhavam. O discurso, por meio da intersubjetividade dos agentes, conectou a persuasão e a ação coletiva do barco da Odisséia. Como todo mito oferece infinitas apropriações, penso caber, também, esta: o protótipo do ser que encarna a razão instrumental, Ulisses, precisa coordenar movimentos coletivos para atingir seus fins. Ulisses não está sozinho contra as sereias e não poderia superá-las sem o grupo. Esse não saberia como prover o bem coletivo, se não fosse informado e persuadido pela fala do comandante. As sereias têm a voz, mas Ulisses tem as palavras. O modelo de racionalidade persuasiva, como neste uso do mito, visa descrever processos de linguagem que produzem coesão e incidem na ação coletiva.

O esquema

Durante o percurso da tese, procurei fundamentar uma atitude teórica específica quanto aos problemas da racionalidade coletiva: tratá-los descritivamente a partir de conceitos da retórica. Em termos analíticos, isso significa que a esfera discursiva passa a ser o lugar de debate sobre as articulações dos agentes racionais nos processos de coordenação das ações. Atores sociais são manipuladores de retóricas na medida em que esses discursos sustentam dois elementos essenciais do sistema de ação coletiva: primeiramente, as retóricas orientam enquadramentos e direções dos objetos no debate social sob forma dos modos deliberativo, judiciário, epidíctico e analítico; em segundo lugar, sendo compartilhadas intersubjetivamente, as retóricas são meios de agregação de públicos em torno de opiniões operatórias para a ação. De tal forma que visualizo um esquema de dimensões internas e externas ao discurso que podem ser acionadas para a explicação de casos de ação coletiva.

Dimensões analíticas da estruturação retórica da ação coletiva

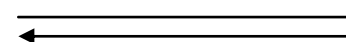
A) dimensões internas ao discurso

- 1) modo deliberativo
mundos possíveis
- 2) modo judiciário
- 3) modo epidíctico
entimemas
- 4) modo analítico

B) dimensões externas ao discurso

C) telos do processo

- 1) campo retórico
público
- 2) intersubjetividade



O núcleo do modelo coloca, como *telos* dos processos da racionalidade, a geração da ação coletiva, resultante de condicionantes internos e externos da retórica, estruturadora do ato instrumental. Os condicionantes internos são dados pela habilidade dos agentes em acionar as possibilidades dos 4 *modos retóricos* e seus conceitos gerais, *entimema* e *mundos possíveis*, criando a fala persuasiva. Tal desenvolvimento se dá continuamente interrelacionado com as variáveis de contexto consideradas em número de duas: o *campo retórico* que representa simbolicamente todo o entorno delimitado e delimitador da retórica e a *intersubjetividade*, ligada às condições do registro coletivo dos conteúdos lançados no campo. O conceito geral de *público* cristaliza as dimensões do campo e da intersubjetividade e traduz o vetor que impulsiona a ação coletiva.

Em síntese, essa é a proposição da tese: o analista será tão mais capaz de explicar os problemas da ação política quanto mais consiga identificar os formatos retóricos internos e externos que programam os atores numa direção. A identidade entre racionalidade e linguagem torna-se, como pretende este estudo, o meio de figurar a construção da ação

coletiva. Embora haja conseqüências dessa postulação para considerações normativas sobre o conceito de racionalidade, basta indicar que a retórica pode dotar a ciência política dos recursos descritivos e heurísticos para o tratamento de temas da razão e da ação, que se encontram paralisados pelos problemas intrínsecos do modelo subjetivista econômico. Retomar a razão como um meio de criar a sociedade pela linguagem implica pensar as formas pelas quais alguns discursos e não outros promovem a aglutinação de opiniões e o movimento: esse é o caminho e o problema da retórica.

BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, Theodor W. e HORKHEIMER, Max. *A dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.
- ADORNO, Theodor W. . *Cultura e Administración*, in T. W. Adorno e M. Horkheimer, *Sociológica*. Madrid, Taurus, 1966.
- ALVARENGA, Nilson. *Verdade e individuação em Jürgen Habermas*, Dissertação de Mestrado em Filosofia. Rio de Janeiro, UFRJ, 1998.
- APEL, Karl Otto. *Teoría de la verdad y ética del discurso*. Barcelona, Paidós, 1991.
- ARAGÃO, Lúcia M. de Carvalho. *Razão comunicativa e teoria social crítica em Jürgen Habermas*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1992.
- ARISTÓTELES. *Del Alma*, in *Obras*. Madrid, Aguilar, 1982.
- _____. *Dos argumentos sofisticos*, *Os pensadores*. São Paulo, Abril, 1978.
- _____. *Ética nicomaquea*, in *Obras*. Madrid, Aguilar, 1982.
- _____. *Poética*, in *Obras*. Madrid, Aguilar, 1982.
- _____. *Política*, in *Obras*. Madrid, Aguilar, 1982.
- _____. *The rhetoric of Aristotle*. Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1988.
- _____. *Arte Retórica e Arte Poética*. Rio de Janeiro, Ediouro, s/d.
- _____. *Tópicos*, *Os pensadores*. São Paulo, Abril, 1978.
- AVRITZER, Leonardo. *A moralidade da democracia*. Belo Horizonte, UFMG/Perspectiva, 1996.
- AXELROD, Robert. *The evolution of cooperation*. New York, Basic Books, 1984.
- BARILLI, Renato. *Retórica*. Lisboa, Presença, 1985.
- BARKER, Ernest. *Teoria política grega*. Brasília, UNB, 1978.
- BENDIX, Reinhard. *Max Weber, um perfil intelectual*. Brasília, UNB, 1986.
- BENHABIB, Seyla. *A crítica da razão instrumental*, in Slavoj Zizek (org.), *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1994.
- BENTHAM, Jeremy. *Uma introdução aos princípios da moral e da legislação*, *Os pensadores*. São Paulo, Abril, 1979.
- BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas. *A construção Social da Realidade*. Petrópolis, Vozes, 1985.
- BIGNOTTO, Newton. *O Tirano e a Cidade*. São Paulo, Discurso Editorial, 1998.
- BOBBIO, Norberto. *A teoria das formas de governo*. Brasília, UNB, 1980.
- BOLADERAS, Margarita. *Comunicación ética y política, Habermas e sus críticos*. Madrid, Tecnos, 1996.
- BOUDON, Raymond. *A ideologia, ou a origem das idéias recebidas*. São Paulo, Ática, 1989.
- _____. *Effets pervers et ordre social*. Paris, P.U.F., 1979.
- _____. *L'art de se persuader des idées fausses, fragiles ou douteuses*. Paris, Fayard, 1990.
- _____. *The logic of social action*. Boston, Routledge & Kegan Paul, 1981.
- BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 1992.
- _____. *Razões Práticas: Sobre a Teoria da Ação*. Campinas, Papirus, 1996.
- BRETON, Philippe. *A argumentação na comunicação*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1998.
- BRUBAKER, Rogers. *The limits of rationality: an essay on the social and moral thought of Max Weber*. Boston, George Allen & Unwin, 1984.
- BURKE, Kenneth. *A rhetoric of motives*. Berkeley, University of California Press, 1969.
- CARVALHO, Fernando C. *Sobre ordem incerteza e caos na economia*, in A. M. Silveira et alli (orgs.), *Caos acaso e determinismo*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1995.
- CICOUREL, Aaron. *The acquisition of social structure: toward a developmental sociology of language and meaning*, in *Understanding Everyday Life*. Aldine Publishing Company, Chicago, 1970.

- COELHO, Edmundo Campos. *A oficina do diabo, crise e conflitos no sistema penitenciário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IUPERJ/Espaço e Tempo, 1987.
- _____. *Hume, Berkeley...ou Borges?* in Fabiano Santos (org.), Ação coletiva e ciências sociais. Série Estudos n. 103, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1999.
- COOKE, Maeve. *Language and reason, a study of Habermas pragmatics*. Cambridge, MIT Press, 1994.
- COOPER, Lane. *Introduction, in The rhetoric of Aristotle*. Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1988.
- DAMÁSIO, João *Teoria econômica e teoria do caos, in A. M. Silveira et alli* (orgs.), Caos acaso e determinismo. Rio de Janeiro, UFRJ, 1995.
- DELEUZE, G. & GUATARRI, F. *O que é a Filosofia?* Rio de Janeiro, 34 Letras, 1992.
- DOMINGUES, J. M. *Sociological theory and collective subjectivity*. London, Mcmillan, 1995.
- _____. *Sistemas Sociais e Subjetividade Coletiva, in Dados*, Vol 39, no 1. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1996.
- DOWNS, Anthony. *An economic theory of democracy*. New York, Harper & Row, 1957.
- DUARTE, Rodrigo. *A razão e o razoável - Horkheimer e a crítica ao pragmatismo, in Livia Guimarães et alli* (orgs.), Filosofia analítica, pragmatismo e ciência. Belo Horizonte, UFMG, 1998.
- DUCROT, Oswald. *Provar e dizer, leis lógicas e leis argumentativas*. São Paulo, Global Editora, 1981
- DÜRING, Ingemar. *Aristóteles*. México D. F., Universidad Nacional Autónoma de México, 1990.
- DURKHEIM, Emile. *A divisão do trabalho social*. Porto, Editorial Presença, 1984.
- _____. *Conclusão (As formas elementares da vida religiosa), Os pensadores*. São Paulo, Abril, 1983.
- ECO, Umberto. *Tratado geral da semiótica*. São Paulo, Perspectiva, 1980.

- EDELMAN, Murray. *The Symbolic Uses of Politics*. Urbana, University of Illinois Press, 1977.
- EDMONDSON, Ricca. *Rhetoric in Sociology*. London, Macmillan, 1984.
- ELSTER, Jon. *The cement of society, a study of social order*. Cambridge, Cambridge U. P. 1989.
- _____. *Ulisses and the Sirens. Studies in Rationality and Irrationality*. Cambridge, Cambridge University Press, 1984.
- _____. *Introduction, in Rational choice*. New York, New York U. P., 1986.
- _____. *Peças e Engrenagens das Ciências Sociais*. Relume Dumará, Rio de Janeiro, 1994.
- _____. *Introduction, in The Multiple Self*. Cambridge, Cambridge University Press, 1986.
- _____. *Solomonic judgments, studies in the limitations of the rationality*. Cambridge, Cambridge U. P., 1989.
- FIGUEIREDO, Marcus F. *et alli. Estratégias de Persuasão em eleições majoritárias: uma proposta metodológica para o estudo da propaganda eleitoral*, Série Estudos n. 100. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1998.
- FIGUEIREDO, Marcus F. *Democracia, comportamento eleitoral e racionalidade do voto*, Tese de Doutorado em Ciência Política. São Paulo, USP, 1988.
- FISHER, Alec. *The logic of real arguments*. Cambridge, Cambridge University Press, 1988.
- GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método, traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Petrópolis, Vozes, 1998.
- GLOCK, Hans-Johann. *Necessity and normativity, in Hans Sluga e David Stern* (orgs.), The Cambridge Companion to Wittgenstein. Cambridge, Cambridge University Press, 1996.
- GRÁCIO, Rui A. *Racionalidade argumentativa*. Porto, Edições Asa, 1993.
- GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo, Martins Fontes, 1989.

- _____. *¿Razón sin revolución? La "Theorie des khommunikativen handelns" de Habermas*, in Habermas y la modernidad. Madrid, Cátedra, 1994.
- GUTHRIE, W. K. *Os sofistas*, São Paulo, Paulus, 1995.
- HABERMAS, Jürgen. *Conhecimento e interesse*. Rio de Janeiro; Guanabara, 1987.
- _____. *Direito e democracia, entre faticidade e validade*. vol. I e II, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1997.
- _____. *Mudança estrutural na esfera pública*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.
- _____. *Pensamento pós-metafísico*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1990.
- _____. *Théorie de l'agir communicationnel*,. vols I e II. Paris, Fayard, 1989.
- HEEREN, John. *Alfred Schutz and the sociology of common-sense knowledge*, in J. D. Douglas (org.), Understanding everyday life. Chicago, Aldine Publishing Co., 1970.
- HINTIKKA, Merrill B. e HINTIKKA Jaakko. *Uma investigação sobre Wittgenstein*. Campinas, Papirus, 1994.
- HINTIKKA, Jaakko. *Estratégia e teoria da argumentação*, in M. M. Carrilho (org.), Retórica e comunicação. Porto, Edições Asa, 1994.
- HIRSCHMAN, Albert. *Saída, voz e lealdade: reações ao declínio de firmas, organizações e estados*. São Paulo, Perspectiva, 1973.
- HOBBS, Thomas. *Leviatã, Os pensadores*. São Paulo, Abril, 1979.
- HOLLIS, Martin e NELL, Edward. *O Homem econômico racional*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.
- HOMERO, *Odisséia*, São Paulo, Edusp/ Ars Poetica, 1992.
- HORKHEIMER, Max. *Ideología y acción*, in T. Adorno e M. Horkheimer, Sociológica. Madrid, Taurus, 1966.
- _____. *Sobre el concepto de la razón*, in T. Adorno e M. Horkheimer, Sociológica. Madrid, Taurus, 1966.
- HUME, David. *Investigação a cerca do entendimento humano, Os pensadores*, São Paulo, Abril, 1992.
- HUSSERL, Edmund. *A idéia da fenomenologia*, Lisboa, Edições 70, 1990.

- KANEMAN, Daniel e TVERSKY Amos. *The framing of decisions and the psychology of choice*, in Elster (org.), Rational Choice. New York, New York University Press, 1986.
- KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. Lisboa, Calouste Gulbenkian, 1989.
- LESSA, Renato. *Por que rir da filosofia política? Ou a ciência política como techné*, in Revista Brasileira de Ciências Sociais. vol. 13, n. 36, fevereiro de 1998.
- _____. *Veneno pirrônico*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1997.
- LEWIS, David. *On plurality of worlds*. Oxford, Basil Blackwell, 1986.
- LICHTENSTEIN, Jaqueline. *A cor eloqüente*. São Paulo, Siciliano, 1994.
- LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo, Os pensadores*. São Paulo, Abril.
- LUPIA, Arthur e McCUBBINS, Mathew. *The democratic dilemma, can citizens learn what they need to know?* New York, Cambridge, Cambridge University Press, 1998.
- MAGALHÃES, Raul e VEIGA Luciana F. *A construção da Preferência Eleitoral: o eleitor comum diante da campanha presidencial de 1998*, in GT - Mídia, opinião pública e eleições, XXIII Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 1999.
- _____. *Ideologia Política, Persuasão, Propaganda Eleitoral e Voto: um Estudo da Recepção da campanha presidencial, 1998, - Relatório Analítico*. Juiz de Fora, Centro de Pesquisas Sociais - UFJF, 1999.
- MAGALHÃES, Raul F. *A Ciência Política e o marketing eleitoral; algumas elaborações teóricas*, in Comunicação & Política V. 1, n 3, abril-julho. Rio de Janeiro, Cebela, 1995.
- _____. *Crítica da razão ébria, reflexões sobre drogas e a ação imoral*, São Paulo. Annablume, 1994.
- _____. *Ciência ficção e contrafactualidade, aproximações exploratórias*, Série Estudos n. 98. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1997.
- _____. *Tempo e conflito, um esboço das relações entre as cronosofias de Maquiavel e Aristóteles*, in Antropolítica, n. 4. Niterói, UFF, 1998.

- MAGALHÃES, Thereza Calvet de. *Filosofia analítica, de Wittgenstein à redescoberta da mente*. Belo Horizonte, UFMG, 1997.
- MAQUIAVEL, N. *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*. Brasília, UNB.
- MARCH James G. e SIMON, Herbert. *Teoria das organizações*. Rio de Janeiro, FGV, 1972.
- MARCH, James G. *Bounded rationality, ambiguity, and the engineering of choice*, in Elster, Rational choice. New York, New York U. P., 1986.
- MASTERS, Roger D. *Hobbes e Locke*, in Ross Fitzgerald (org.), Pensadores políticos comparados. Brasília, UNB, 1980.
- MCCLOSKEY, Donald. *The rhetoric of economics*. Madison, the University of Wisconsin Press, 1985.
- MELLO, Marcelo P. *Problemas ambientais e políticas públicas: construção social e desconstrução analítica*, Tese de Doutorado em Ciência Política. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1997.
- MERLEAU-PONTY, M. *As ciências do Homem e a Fenomenologia*. São Paulo, Saraiva, 1973.
- MEYER, Michel. *Questões de retórica, linguagem razão e sedução*. Lisboa, Edições 70, 1998.
- _____. *As bases da retórica*, in M. M. Carrilho (org.), Retórica e comunicação. Porto, Edições Asa, 1994.
- _____. *Lógica, linguagem e comunicação*. Lisboa, Teorema, s/d.
- MICHELS, Robert. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília, UNB, 1982.
- MILL, John Stuart. *Sistema de lógica, Os pensadores*. São Paulo, Abril, 1979.
- MORRALL, John B. *Aristóteles*. Brasília, UNB, 1981.
- MOSCOVICI, Serge. *La era de las multitudes, un tratado histórico de la psicología de las masas*. México D. F., Fondo de Cultura Económica, 1995.
- NOBRE, Marcos. *A dialética negativa de Theodor W. Adorno*. São Paulo, FAPESP/Iluminuras, 1998.

- OFFE, Claus e WIESENTHAL, Helmut. *As duas lógicas da ação coletiva*, in C. Offe, Problemas estruturais do estado capitalista. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.
- OLSON, Mancur. *The logic of collective action*. Cambridge, Harvard U.P., 1965.
- ORESTEIN, Luiz. *A estratégia da ação coletiva*. Rio de Janeiro, Revam/IUPERJ, 1998.
- _____. *Ação coletiva e ciências sociais*, in Fabiano Santos (org.), Ação coletiva e ciências sociais, Série Estudos n. 103. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1998.
- OSAKABE, Haqira. *Argumentação e discurso político*. São Paulo, Kairós, 1979.
- PAIXÃO, Antônio Luiz. *A distribuição da segurança pública e a organização policial*, Revista OAB - RJ, julho, n. 22. Rio de Janeiro, 1985.
- _____. *Sociologia do crime e do desvio: uma revisão da literatura*. manuscrito, Belo Horizonte, 1983.
- PARETO, Vilfredo. *Tratado de sociologia geral*, in J. A. Rodrigues (org.), Pareto Sociologia. São Paulo, Ática, 1984.
- PARSONS, Talcott. *Da construção da teoria do sistema social: uma história pessoal*, in Humanidades vol II, n. 6. Brasília, UNB, 1984.
- _____. *Durkheim e a teoria da integração dos sistemas sociais*, in G. Cohn (org.), Sociologia: para ler os clássicos. Rio de Janeiro, LTC, 1977.
- _____. *The structure of social action*. New York, The Free Press, 1968.
- PEÇANHA, José A. Motta. *Teoria da argumentação ou a nova retórica*, in Paradigmas filosóficos da atualidade. Campinas, Papyrus, 1989.
- PEREIRA, Oswaldo P. *Ceticismo e argumentação*, in M. M. Carrilho (org.), Retórica e comunicação. Porto, Edições Asa, 1994.
- PERELMAN, Chaïm e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação, a nova retórica*. São Paulo, Martins Fontes, 1996.
- PERELMAN, Chaïm. *Dialética e diálogo*, in Retóricas. São Paulo, Martins Fontes, 1997.

- _____. *O método dialético e o papel do interlocutor no diálogo in Retóricas*. São Paulo, Martins Fontes, 1997.
- _____. *Lógica e retórica, in Retóricas*. São Paulo, Martins Fontes, 1997.
- _____. *Retórica e filosofia, in Retóricas*. São Paulo, Martins Fontes, 1997.
- _____. *O argumento pragmático, in Retóricas*. São Paulo, Martins Fontes, 1997.
- PLATÃO. *Cratilo, o de la exatitud de las palabras, in Obras completas*. Madrid, Aguilar, 1981.
- _____. *Eutidemo, o el discudidor, in Obras completas*. Madrid, Aguilar, 1981.
- _____. *A república*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.
- _____. *Górgias, o de la retorica, in Obras completas*. Madrid, Aguilar, 1981.
- POPKIN, Samuel L. *The reasoning voter*. Chicago, Chicago U.P., 1991.
- POPPER, Karl R. *Lógica da investigação científica. Os pensadores*. São Paulo, Abril, 1980.
- _____. *Conjecturas e refutações*, Brasília. UNB, 1982.
- RAPOPORT, Anatol. *Lutas, jogos e debates*, Brasília. UNB, 1980.
- REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*, São Paulo. Martins Fontes, 1998.
- REIS, Fábio W. *Política e racionalidade, problemas de teoria e método de uma sociologia crítica da política*. Belo Horizonte, UFMG, 1984.
- RICKETTS, Thomas. *Pictures, logic, and the limits of sense in Wittgenstein's Tractatus, in Hans Sluga e David Stern (orgs.), The Cambridge Companion to Wittgenstein*. Cambridge, Cambridge University Press 1996.
- RIKER, William. *The strategy of rhetoric, campaigning for the american constitution*. New Haven, Yale University Press, 1996.
- ROHDEN, Luiz. *O poder da linguagem, a arte retórica de Aristóteles*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1997.
- RONEN, Ruth. *Possible worlds in literary theory*, Cambridge, Cambridge University Press, 1994.

- ROSSINI, Gigliola. *The criticism of rhetorical historiography and the ideal of scientific method : history, nature and science in political language of Thomas Hobbes, in Padgen (org.), The languages of Political theory in Early-modern Europe*. Cambridge, Cambridge University Press, 1990.
- RUSSELL, Bertrand. *Introdução, in L.Wittgenstein, Tractatus logico-philosophicus*, São Paulo, Edusp, 1994.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *A lógica dual da ação coletiva, in Dados*, Vol. 32, n. 1 . Rio de Janeiro, IUPERJ, 1989.
- _____. *As razões da desordem*. Rio de Janeiro, Rocco, 1993.
- _____. *Lógica da ação coletiva - solução preliminar para o problema de Olson*. Rio de Janeiro, IUPERJ, mimeo, 1984.
- SCHLUCHTER, Wolfgang. *Rationalism, religion and domination*. Berkeley, University of California Press, 1989.
- SCHUTZ Alfred. e Thomas LUCKMANN, *Las estructuras del mundo de la vida*. Buenos Aires, Amorrortu, 1977.
- SCHUTZ, Alfred. *El problema de la racionalidad en el mundo social, in Estudios sobre teoría social*. Buenos Aires, Amorrortu Editores, 1974.
- _____. *El sentido comum y la interpretación científica de la acción humana, in El problema de la realidad social*. Buenos Aires, Amorrortu Editores, 1974.
- _____. *Fenomenología del mundo social*. Buenos Aires, Paidós, s/d.
- _____. *Tiresias, o nuestro conocimiento de sucesos futuros, in Estudios sobre teoría social*. Buenos Aires, Amorrortu Editores, 1974.
- _____. *La ejecución musical conjunta, estudio sobre las relaciones sociales, in: Estudios sobre teoría social*. Buenos Aires Amorrortu, 1974.
- SHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo socialismo e democracia*. Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 1961.
- SICA, Alan. *Weber, irrationality, and social order*, Berkeley. University of California Press, 1988.
- SIEBENEICHLER, Flávio Beno. *Jürgen Habermas razão comunicativa e emancipação*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1994.

- SIMMEL, Georg. *A natureza sociológica do conflito*, in Morais Filho, (org.), Simmel. São Paulo, Ática, 1983.
- SIMON, Herbert. *Models of man, social and rational*. New York, John Wiley & Sons, 1967.
- SKINNER, Quentin. *Razão e retórica na filosofia de Hobbes*. São Paulo, UNESP, 1999.
- SOARES, Luiz Eduardo. *A invenção do sujeito universal : Hobbes e a política como experiência dramática de sentido*, Tese de Doutorado em Ciência Política, vols. I e II. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1991.
- _____. *Hermeneutica e ciências humanas*, in O rigor da indisciplina. Rio de Janeiro, ISER/Relume Dumará, 1994.
- SOARES, Murilo C. *Retórica e política*, in Comunicação & Política, v. III, n 2, maio agosto. Rio de Janeiro, Cebela, 1996.
- STEVENSON, Nick. *Understanding media cultures, social theory and mass communication*. London, Sage, 1995.
- STOPPINO, Mário. *Ideologia*, in Bobbio et alli, Dicionário de Política. Brasília, UNB, 1986.
- TARDE, Gabriel. *A opinião e as massas*. São Paulo, Martins Fontes, 1992.
- TAYLOR, Michel. *The possibility of cooperation*. Cambridge, Cambridge University Press, 1987.
- TOULMIN, Stephen e JANIK, Allan. *A Viena de Wittgenstein*. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1991.
- TOULMIN, Stephen. *Racionalidade e razoabilidade*, in M. M. Carrilho (org.) Retórica e comunicação. Porto, Edições Asa, 1994.
- _____. *The Uses of Argument*. Cambridge, Cambridge University Press, 1997.
- VARGAS, Eduardo V. *Gabriel Tarde e a microsociologia*, Dissertação de Mestrado em Antropologia. Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1992.
- WEBER, Max. *Sobre algumas categorias da sociologia compreensiva in Metodologia das ciências sociais*, vol II. Campinas, UNICAMP, 1992.
- _____. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Brasília, UNB, 1981.

- _____. *A política como vocação*, in Ensaio de sociologia. Rio de Janeiro, Guanabara, 1982.
- _____. *Conceitos sociológicos fundamentais in Economia e sociedade*, vol 1. Brasília, UNB, 1991.
- _____. *Roscher e Knies e os problemas lógicos de economia política histórica in Metodologia das ciências sociais*, vol 1. Campinas, UNICAMP, 1992.
- WEISS, Robert. *Learning from stranger: the art and method of qualitative interview studies*. New York, The Free Press, 1994.
- WELLMER, Albrecht. *Razón, utopía, y la dialéctica de la ilustración*, in: Habermas y la modernidad. Madrid, Cátedra, 1994.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Da certeza*. Lisboa, Edições 70, s.d.
- _____. *Fichas (Zettel)*. Lisboa, Edições 70, 1989.
- _____. *Investigações filosóficas, Os pensadores*. São Paulo, Abril, 1979.
- _____. *Tractatus logico-philosophicus*. São Paulo, Edusp, 1994.

A obra

Racionalidade e Retórica - teoria discursiva da ação coletiva

da autoria de

Raul Francisco Magalhães

publicada pela

CLIOEDEL - Clio Edições Eletrônicas -

foi editada e formatada com a seguinte configuração de página:

tamanho do papel: A4,

orientação: paisagem,

margens superior e inferior: 1,5 cm

margens esquerda e direita: 1,5cm

medianiz: 0 cm,

distancias do cabeçalho

e rodapé em relação à

borda do papel: 1,25 cm.

O texto foi digitado em

Word para Windows, versão RTF

com fonte Times New Roman 12,

espaço 1 e recuo de parágrafo de 1,25 cm.

As notas de roda-pé, com mesma fonte, mas tamanho 10.

E as transcrições de mais de 3 linhas

em itálico e com recuo de 2 cm à

esquerda e 0,5 cm à direita.

Os direitos desta edição são propriedade do autor. Esta obra pode ser obtida gratuitamente através da **Biblioteca Virtual de História do Brasil** <<http://www.clionet.ufjf.br/clioedel>> e reproduzida eletronicamente ou impressa desde que para uso pessoal e sem finalidades comerciais e não sofra alterações em seu conteúdo e em sua estrutura eletrônica.